

Relatório Anual 2022

Proposta



Santander Totta, S.G.P.S., S.A.

| | |
|---|----|
| Mapa de Indicadores | 3 |
| Mensagem dos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva | 4 |
| Cultura corporativa, prémios, distinções e outros factos relevantes em 2022 | 6 |
| Clientes e rede de distribuição | 13 |
| Banca Responsável | 15 |

Atividade e Resultados

| | |
|---|----|
| Enquadramento da atividade | 21 |
| Principais riscos e incertezas para 2023 | 29 |
| Perspetivas para 2023 | 30 |
| Áreas de negócio | 31 |
| Áreas de suporte ao negócio | 35 |
| Informação económica e financeira | 44 |
| Factos relevantes após o termo do exercício | 51 |

Gestão de Risco

| | |
|--------------------------------------|----|
| Modelo de gestão e controlo de risco | 52 |
| Gestão de riscos em 2022 | 56 |

Informação Complementar

| | |
|--|-----------|
| Relatório de Governo Societário | 73 |
|--|-----------|

Demonstrações financeiras, notas, relatórios e pareceres

| | |
|---|-----|
| Demonstrações financeiras consolidadas | 77 |
| Notas às demonstrações financeiras consolidadas | 83 |
| Relatórios e pareceres da atividade consolidada | 212 |
| Demonstrações financeiras individuais | 231 |
| Notas às demonstrações financeiras individuais | 237 |
| Relatórios e pareceres da atividade individual | 264 |

Mapa de Indicadores

| BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros) | Dez-22 | Dez-21 | Var. |
|--|---------------|---------------|-------------|
| Total do Ativo | 59 148 | 60 186 | -1,7% |
| Crédito a clientes (líquido) | 42 365 | 42 404 | -0,1% |
| Recursos de clientes | 45 777 | 46 892 | -2,4% |
| Total dos Capitais Próprios | 3 825 | 4 624 | -17,3% |
| Margem financeira | 782,9 | 729,6 | +7,3% |
| Comissões líquidas, outros resultados de exploração e atividade de seguros | 493,0 | 453,7 | +8,7% |
| Produto bancário | 1 388,5 | 1 356,2 | +2,4% |
| Resultado de exploração | 860,9 | 789,7 | +9,0% |
| Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam | 873,5 | 435,0 | +100,8% |
| Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS | 606,7 | 298,6 | +103,2% |

| RÁCIOS | Dez-22 | Dez-21 | Var. |
|--|---------------|---------------|-------------|
| ROE | 13,1% | 6,3% | +6,8 p.p. |
| ROA | 1,0% | 0,5% | +0,5 p.p. |
| Rácio de Eficiência | 36,1% | 40,1% | -4,0 p.p. |
| Rácio CET I* | 16,3% | 25,1% | -8,8 p.p. |
| Rácio Tier I* | 18,8% | 27,8% | -9,0 p.p. |
| Rácio de capital* | 20,5% | 28,3% | -7,8 p.p. |
| Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i> | 2,0% | 2,3% | -0,3 p.p. |
| Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i> | 87,0% | 81,0% | +6,0 p.p. |
| Custo do crédito | (0,03%) | 0,17% | -0,20 p.p. |
| Crédito / Depósitos (rácio de transformação) | 110,1% | 110,5% | -0,4 p.p. |

| NOTAÇÕES DE RATING (longo prazo) | Dez-22 | Dez-21 |
|---|---------------|---------------|
| FitchRatings | BBB+ | BBB+ |

| OUTROS DADOS | Dez-22 | Dez-21 | Var. |
|-----------------------------------|---------------|---------------|-------------|
| Colaboradores** | 4 653 | 4 817 | -164 |
| Colaboradores em Portugal** | 4 644 | 4 805 | -161 |
| Pontos de atendimento | 383 | 393 | -10 |
| Postos de atendimento em Portugal | 381 | 390 | -9 |

* *Fully implemented* com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Critério *Headcount*

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



Iniciámos o ano de 2022 com a perspetiva de ser um ano de recuperação após dois anos de pandemia. Infelizmente, a invasão da Ucrânia pela Rússia trouxe mais instabilidade e uma crise energética e inflacionária. O desafio tornou-nos mais resilientes e o Santander em Portugal conseguiu mostrar a sua solidez, sem nunca abandonar a sua missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas.

Continuámos a apresentar resultados conseguidos da forma correta, focados em servir o cliente, em gerar valor para o acionista, em ser uma grande escola e um excelente Banco para trabalhar, mas sempre com o foco no retorno à sociedade. Os custos operacionais baixaram 8,1%, o rácio de eficiência situou-se em 36,1%, e o Rácio CET1 atingiu os 16,3%, muito acima do exigido. Isto mostra solidez e um eficaz controlo dos custos. A margem financeira ascendeu a 782,9 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 7,3% face ao mesmo período de 2021.

A revista norte-americana Global Finance atribuiu o título de “Melhor Banco em Portugal” ao Santander, no âmbito dos “The World’s Best Banks 2022”, enquanto a revista World Finance elegeu o Santander como o “Melhor Banco de Retalho” em Portugal nos “World Finance Banking Awards 2022” num reconhecimento que valoriza a importância da inovação e da transformação digital, premiando os bancos que estão a trabalhar com um propósito maior e a capacitar os seus clientes.

Um dos fatores-chave para a solidez e resultados do Banco é a sua forte cultura de gestão de riscos. Sendo exigentes, sérios e transparentes, aumentamos a confiança dos nossos clientes e acionistas, pois a confiança é o nosso maior ativo.

A Fundação Santander Portugal prosseguiu na sua missão de conseguir promover uma sociedade mais justa e inclusiva, utilizando sobretudo a educação como alavanca da transformação social e económica que queremos na sociedade portuguesa. Em Portugal, desde 2019, o Banco já ajudou financeiramente quase 500 mil pessoas.

Atuar de forma responsável e sustentável com o ambiente, a sociedade e os stakeholders é hoje mais do que uma escolha, faz parte da cultura do Santander. Participámos nas principais operações de green finance realizadas em Portugal, integrámos os índices ESG na nossa atividade e fomos reconhecidos como “Banco do Ano em Inclusão Financeira” pela revista The Banker.

Gostaria de dar uma palavra aos colaboradores do Santander, que são a força motriz por trás do sucesso do Banco. Só com uma equipa focada e dedicada, como a do Santander, foi possível atingir os objetivos que nos propusemos para 2022 e continuarmos a estar lado a lado com a economia e com a sociedade portuguesa.

José Carlos Sitima

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva



2022 foi um ano de grandes desafios. Desafios que nos colocaram mais uma vez à prova, mas que nos permitiram crescer e ajudar a crescer. Quando, ainda no começo do ano, nos preparávamos para entrar numa fase de rescaldo da pandemia, fomos surpreendidos pela invasão da Ucrânia pela Rússia, que veio alterar o rumo económico-social esperado e nos trouxe uma responsabilidade acrescida perante os nossos clientes, colaboradores e acionistas.

Terminámos o ano com resultados muito positivos – 606,7 milhões de euros –, uma rentabilidade ímpar e uma solidez de balanço que nos coloca numa posição de referência para mantermos a qualidade de apoio à economia e às famílias portuguesas. Algo que só é possível com a dedicação das equipas do Banco e que fazem do Santander uma instituição forte e rentável, capaz de garantir a prestação de um serviço de excelência aos nossos clientes.

São estes resultados que nos permitem atuar, particularmente, em três vetores para atenuar as dificuldades que surgiram em consequência do contexto difícil que enfrentamos: no apoio dado aos nossos colaboradores, no contributo para uma sociedade mais justa e inclusiva e ainda no modelo de relacionamento que queremos ter com os nossos clientes.

Para os nossos colaboradores lançámos um conjunto de medidas para mitigar os efeitos do custo de vida, de que são exemplo o pagamento extraordinário e suplementar de 750€ em outubro ou a revisão em alta do salário mínimo para 1.400€ mensais, esta última já efetuada durante 2023.

2022 foi também o primeiro ano de vida da Fundação Santander Portugal e, especialmente num período tão exigente, temos de reconhecer o trabalho desenvolvido até ao momento. A Fundação tem como missão transformar a vida das pessoas e das empresas, fomentando a educação de todas as gerações. E é o que já está a fazer. No ano passado, investiu mais de 5 milhões de euros na comunidade e atribuiu 5.000 bolsas, tendo participado em vários projetos educativos inovadores, que pretendem gerar mais desenvolvimento e acelerar a mobilidade social.

A nível social, perante o contexto de crise humanitária, desenvolvemos várias iniciativas para ajudar o povo ucraniano e os refugiados que vieram para Portugal. Destaco uma ação inédita da Fundação Santander Portugal em parceria com a Paróquia do Campo Grande, em que trouxemos da Polónia 178 ucranianos com laços familiares no nosso país. Criámos uma linha atendimento em ucraniano, angariámos fundos e lançámos, através da Fundação, 500 bolsas de português para refugiados ucranianos, só para citar algumas ações que temos levado a cabo.

E, no terceiro vetor, para que a relação com os nossos clientes seja mais imediata e funcional, estamos a construir um novo modelo de relacionamento, e os nossos resultados são já um reflexo disso mesmo. Nesse sentido, mantivemo-nos focados na inovação, na simplificação de processos, na automatização de tarefas para diminuir a burocracia e criámos produtos e serviços 100% digitais. Nos balcões, continuámos a melhorar a sua capacidade tecnológica e das áreas de suporte, e instalámos novas máquinas de selfbanking dotadas de tecnologia mais avançada, com a vantagem de estarem disponíveis 24 horas por dia. Os clientes digitais continuaram a crescer, representando já 62% da base de clientes de banco principal.

Gostaria ainda de deixar uma referência ao papel que o Banco está a desempenhar na transição para uma economia mais verde e sustentável. Em 2022, o Santander realizou a primeira operação de Confirming Verde em Portugal e foi líder em duas grandes frentes: no financiamento da transição energética da economia portuguesa e na assessoria financeira em transações de M&A e Equity Capital Markets.

No terceiro trimestre lançámos uma nova campanha de marca, “somos as escolhas que fazemos”, que diz muito do que somos e do que queremos fazer. Escolhemos estar ao lado dos nossos clientes, dos nossos colaboradores e escolhemos promover o crescimento inclusivo e sustentável em Portugal, apoiando a sociedade na educação, no bem-estar social e na transição para o verde.

Orgulhamo-nos do trabalho que temos feito e prosseguimos o nosso caminho, crescendo e apoiando a economia, as pessoas e as empresas.

Pedro Castro e Almeida

Cultura Corporativa, Prémios, Distinções e Outros Factos Relevantes em 2022

O Santander em Portugal



O Santander Portugal é um banco de referência do sistema financeiro português, que tem como missão contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas. Servindo mais de 1,7 milhões de clientes, o Santander tem como visão ser a melhor plataforma aberta de serviços financeiros, atuando de forma responsável e conquistando a confiança dos colaboradores, clientes, acionistas e sociedade.

O Banco tem vindo a apostar na digitalização, na simplificação de processos e na inovação, prestando um serviço mais próximo e personalizado aos seus clientes, de modo a proporcionar-lhes a melhor experiência possível. Decorrente desta aposta, tem havido um forte investimento em tecnologia, com grandes impactos na melhoria de processos. Em 2022, foram assinados digitalmente mais de 1 milhão de documentos (vs. 200 mil há dois anos), criados novos processos de suporte totalmente *paperless* e mais capacidades para gestão remota com os clientes.

O investimento em máquinas de *Selfbanking* continuou, de forma a oferecer aos clientes um serviço de caixa em autosserviço 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ao todo, são já 48 as máquinas *VTM (Virtual Teller Machine)* que permitem depósitos e levantamentos de notas, moedas e cheques, entre outras operações.

O Santander tem feito também uma grande aposta em produtos e serviços inovadores, como o lançamento de soluções de pagamento digitais, que permitem aos clientes pagar as suas compras com qualquer dispositivo móvel em todo o mundo. Para além do *Apple Pay* e dos dispositivos da *FitBit* e da *Garmin*, os clientes do Santander podem agora utilizar o *Google Pay* para fazer os seus pagamentos. Outra solução em destaque foi o lançamento de uma conta 100% *online* para facilitar a gestão do dia-a-dia dos pequenos negócios.

Esta transformação tem contribuído para o crescimento do número de clientes digitais, que já ultrapassa 1 milhão e 115 mil, mais de 62% do total de clientes. Os que utilizam a *App mobile* têm vindo também a crescer – quase mais 20% face ao período homólogo – sendo já 800 000.

Por outro lado, o Banco está comprometido com a construção de uma economia mais verde e, para isso, está a ajudar os seus clientes a realizar escolhas sustentáveis e na transição para um modelo de negócios net zero. Neste âmbito, em 2022, o Santander liderou o financiamento da transição energética da economia portuguesa.

No plano social, a capacidade de impacto na Sociedade foi largamente reforçada através da criação da Fundação Santander Portugal, com a missão de transformar a vida das pessoas e das empresas. O propósito é investir no futuro de Portugal, apoiando a educação de todas as gerações e promovendo a mobilidade social para uma sociedade mais desenvolvida, justa, inclusiva e sustentável.

Nesse sentido, foram lançados vários programas e atribuídas mais de 5 000 bolsas no país, com o objetivo de dotar quer estudantes universitários, quer a população adulta em geral, de um conjunto de competências relevantes para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Marca Santander

No mês de setembro de 2022, o Banco reforçou a sua missão de estar ao lado de todos os que querem prosperar e de contribuir para um futuro melhor, com uma sociedade mais justa e inclusiva, através de uma nova campanha. O filme marca o início de uma nova narrativa para a marca que, tal como cada um de nós, é também aquilo que escolhe fazer por cada um dos seus clientes, pela comunidade e pelo planeta.

Com o tema “Somos as escolhas que fazemos”, o conceito criativo baseia-se na ideia de que a vida é feita de escolhas e o progresso é o resultado das escolhas que fazemos. E perante a incerteza e a adversidade, podemos escolher ficar parados ou seguir em frente.

Ilustra também o papel que a Marca quer ter na vida das pessoas: sejam quais forem as suas escolhas, o Santander estará lá para seguir em frente com elas. Seja ajudando os clientes a realizar os seus sonhos e projetos, seja ajudando as empresas no crescimento e transformação dos seus negócios, ou apoiando a comunidade por um bem maior na educação e no bem-estar social.



Campanha - Somos as escolhas que fazemos

Prémios, distinções e outros factos relevantes em 2022



Melhor Banco em Portugal

O Santander foi distinguido como o “Melhor Banco em Portugal” pela revista norte-americana *Global Finance*, no âmbito dos “World’s Best Banks 2022”. A publicação realça que foram distinguidas “as instituições que melhor souberam responder às necessidades dos seus clientes em mercados difíceis e obtiveram os melhores resultados, estabelecendo ainda as bases de sucesso para o futuro”.

O Santander foi eleito o Melhor Banco de Retalho em Portugal pela revista *World Finance*, no âmbito dos *World Finance Banking Awards 2022*.

Melhor Banco de Retalho em Portugal



Prémio Cinco Estrelas

O Santander foi considerado pelos consumidores portugueses como a marca mais relevante nas categorias **Grandes Bancos** e **Crédito Habitação** na edição de 2022 do Prémio Cinco Estrelas.

O Santander foi premiado pela revista *Global Finance*, pelo segundo ano consecutivo, como o “Melhor Banco para PME” em Portugal, no âmbito dos “*SME Bank Awards 2023*”. Este prémio, que está na sua segunda edição, distingue as instituições financeiras que melhor respondem às necessidades das PME nos seus mercados, reconhecendo o apoio prestado e a qualidade dos serviços oferecidos.

Melhor Banco para PME em Portugal





Melhor Banco de Trade Finance em Portugal

O Santander foi premiado pela revista **Euromoney** como o “Melhor Banco de Trade Finance” em Portugal, vencendo nas categorias de “Líder de Mercado” e de “Melhor Serviço”.

O Santander foi eleito o **Banco Mais Responsável – ESG** em Portugal, ao ocupar o primeiro lugar do setor no ranking da **Merco ESG 2021**.

Banco Mais Responsável – ESG em Portugal



Melhor Private Banking em Portugal

O **Private Banking** do Santander foi novamente distinguido pela revista **Euromoney** como o “Melhor em Portugal”. É a 11.ª vez consecutiva que esta publicação atribui o prémio de “**Best Private Banking Services Overall**” ao segmento.



Recebeu semelhante prémio por parte da revista **Global Finance** que, pela oitava vez consecutiva, reconheceu as vantagens do modelo de assessoria especializado e a proposta de valor única que o Banco oferece aos seus clientes.

Outros Prémios e Distinções



Melhor Banco no Índice de Igualdade de Género 2022 da Bloomberg

O Santander obteve a maior pontuação do setor financeiro e posiciona-se em segundo lugar no **Índice de Igualdade de Género** referente ao ano de 2022, promovido pela **Bloomberg (Bloomberg Gender-Equality Index, GEI)**

A **Euromoney** premiou o Santander como “Melhor Banco do Mundo em Inclusão Financeira” pelo segundo ano consecutivo, no âmbito dos seus **Awards for Excellence 2022**, em reconhecimento aos programas do Santander na América Latina, Europa e EUA para o empoderamento financeiro de particulares e empreendedores.

Melhor Banco em Inclusão Financeira



O Santander foi nomeado “**Banco do Ano em Inclusão Financeira**” pela revista **The Banker**, que reconheceu os esforços proativos do Banco para garantir um caminho responsável e sustentável para o crescimento, através do seu compromisso de “prestar serviços a comunidades financeiramente excluídas e pequenas empresas em grande escala com a sua iniciativa ‘Finanças para todos’, um abrangente conjunto de serviços que combina digitalização com educação financeira”.

Melhor Banco em
Inclusão Financeira



Melhor Banco em
Responsabilidade
Corporativa” da
Europa Central e
Oriental – Euromoney

A **Euromoney** nomeou o Santander o “**Melhor Banco em Responsabilidade Corporativa**” da Europa Central e Oriental nos seus “**Awards for Excellence 2022**”, como reconhecimento à contribuição do Banco na resposta humanitária à guerra na Ucrânia.

O Santander foi considerado pela **Euromoney** o “**Melhor Banco**” na Europa Ocidental, em reconhecimento ao apoio que a entidade continua a prestar aos seus clientes na região. A revista reconheceu o trabalho do Santander para apoiar o desenvolvimento de cerca de dois milhões de PME's na Europa Ocidental com o prémio “**Melhor Banco para PME's**” na região.

Melhor Banco da
Europa
Ocidental/Melhor
Banco para PME's da
Europa Ocidental –
Euromoney



Destaques

→ A revista norte-americana **Global Finance** atribuiu o título de “**Melhor Banco em Portugal**” ao Santander, no âmbito dos “**The World's Best Banks 2022**”, enquanto a revista **World Finance** elegeu o Santander como o “**Melhor Banco de Retalho**” em Portugal nos “**World Finance Banking Awards 2022**”.

A revista **Euromoney** elegeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Santander como o “**Melhor Banco de Trade Finance**” em Portugal, vencendo nas categorias de “Líder de Mercado” e “Melhor Serviço”. A mesma publicação destacou igualmente a área de **Private Banking** nos “**The World's Best Private Banks Awards 2022**”, que premeiam as instituições com o melhor serviço de banca privada em todo o mundo. O **Private Banking** recebeu idêntica distinção pela revista **Global Finance** que, pelo oitavo ano consecutivo, o considerou como o melhor do país.

→ No início de 2022, o Banco recebeu o **Prémio Cinco Estrelas** nas categorias de “Grandes Bancos” e Crédito Habitação”.

→ A nível global, as publicações **The Banker** e **Euromoney** distinguiram o Santander pelas suas iniciativas em **Inclusão Financeira**.

Reconhecimento externo

Durante o ano de 2022, o Santander foi distinguido como o **"Melhor Banco em Portugal"** pela revista norte-americana *Global Finance*, no âmbito dos *"World's Best Banks 2022"*. O Santander foi também eleito o **"Melhor Banco de Retalho"** em Portugal pela revista *World Finance*, nos *"World Finance Banking Awards 2022"*. O Santander foi considerado pelos consumidores portugueses como a marca mais relevante nas categorias Grandes Bancos e Crédito Habitação na edição de 2022 do **Prémio Cinco Estrelas**.

Na área de **Empresas**, a revista *Euromoney* distinguiu novamente o Santander como o **"Melhor Banco de Trade Finance"** em Portugal, tendo vencido nas categorias de **"Líder de Mercado"** e de **"Melhor Serviço"**. Por sua vez, a *Global Finance* premiou o Santander, pelo segundo ano consecutivo, como o **"Melhor Banco para PME"** em Portugal, no âmbito dos **"SME Bank Awards 2023"**.

O **Private Banking** do Santander foi novamente distinguido pela revista *Euromoney* como o **"Melhor em Portugal"**. É a 11.ª vez consecutiva que esta publicação atribui o prémio de **"Best Private Banking Services Overall"** ao segmento. No final do ano, a *Global Finance* fez idêntica distinção, ao considerá-lo como o melhor do país, reconhecendo as vantagens do modelo de assessoria especializado e a proposta de valor única que o Banco oferece aos seus clientes.

O Banco foi premiado, pelo 3.º ano consecutivo nos **Euronext Lisbon Awards**, nos quais venceu na categoria de **Settlement & Custody**. Esta categoria destaca o Intermediário Financeiro que efetuou o maior número de emissões de ações e obrigações registados na Interbolsa (e não admitidas à negociação), ponderado pelos respetivos montantes.

Na área de **Responsabilidade Social**, o Santander foi eleito o **Banco Mais Responsável – ESG** em Portugal, ao ocupar o primeiro lugar do setor no *ranking* da Merco ESG 2021.

O Santander foi premiado também pela *Euromoney* como o **"Melhor Banco em Responsabilidade Corporativa" da Europa Central e Oriental** nos seus *"Awards for Excellence 2022"*, como reconhecimento à contribuição do Banco na resposta humanitária à guerra na Ucrânia.

Por outro lado, a *Euromoney* atribuiu o prémio de **"Melhor Banco" na Europa Ocidental**, em reconhecimento ao apoio que a entidade continua a prestar aos seus clientes na região. A revista reconheceu o trabalho do Santander para apoiar o desenvolvimento de cerca de dois milhões de PMEs na Europa Ocidental com o prémio **"Melhor Banco para PMEs"** na região.

Em matéria de **literacia financeira**, a *Euromoney* premiou o Santander como **"Melhor Banco do Mundo em Inclusão Financeira"** pelo segundo ano consecutivo, no âmbito dos seus *Awards for Excellence 2022*, em reconhecimento aos programas do Santander na América Latina, Europa e EUA para o empoderamento financeiro de particulares e empreendedores. Também a revista *The Banker*, reconheceu o Santander como o **"Banco do Ano em Inclusão Financeira"** pelos esforços proativos do Banco para garantir um caminho responsável e sustentável para o crescimento, através do seu compromisso de "prestar serviços a comunidades financeiramente excluídas e pequenas empresas em grande escala com a sua iniciativa 'Finanças para todos', um abrangente conjunto de serviços que combina digitalização com educação financeira",

O Santander obteve a maior pontuação do setor financeiro e posicionou-se em segundo lugar no **Índice de Igualdade de Género** referente ao ano de 2022, promovido pela Bloomberg (*Bloomberg Gender-Equality Index, GEI*), que reconhece a excelência e o compromisso em matéria de igualdade e posiciona o Banco como uma das empresas mais avançadas do mundo neste tema.

Outros Factos Relevantes em 2022

Apoio à Ucrânia

Juntamente com a Paróquia do Campo Grande, o Santander organizou a **vinda de 178 refugiados ucranianos** com laços familiares em Portugal, uma iniciativa que contou com o apoio de 28 voluntários do Banco.

Por outro lado, foi criado um **Fundo a favor da Cruz Vermelha** para apoiar os esforços humanitários na Ucrânia e que recebeu os contributos de mais de 1 340 colaboradores, com o Banco a duplicar o valor angariado, alcançando um total de 68 mil euros.

Além disso, a **Fundação Santander Portugal**, as Fundações EDP de Portugal e Espanha, e a *Escuela Superior de Música Reina Sofia – Fundación Albéniz* (ESMRS) uniram esforços para a realização de um **concerto solidário, de apoio ao trabalho da UNICEF na Ucrânia**. Foi promovida ainda uma **angariação de fundos** em que o valor de cada contribuição individual foi duplicado pela *Fundación EDP* Espanha e pela Fundação Santander Portugal.

O Banco desenvolveu também **outras medidas de apoio**, como a isenção da comissão da conta de serviços mínimos bancários durante um período de 12 meses para cidadãos ucranianos que vinham para Portugal e abrissem uma conta no Santander Portugal até final de 2022, e isenção, até ao final do ano, das comissões de transferências permitidas de/para o país Ucrânia.

Foi também disponibilizada uma **linha telefónica de apoio ao cliente em idioma ucraniano** para apoiar pessoas que não dominam a língua portuguesa e tenham assim condições de comunicar com o Banco e explicarem as suas necessidades.

❖ Laboratório Santander ajuda as pessoas a tomarem as melhores decisões na área da Saúde

O Santander promoveu uma experiência sobre Saúde, que pretendia ajudar as pessoas a tomar decisões mais racionais relativamente à sua saúde, presente e futura, chamada Laboratório Santander.

❖ Santander Dojo: a nova plataforma de aprendizagem contínua

Para investir no talento, o Santander lançou o Dojo, uma nova plataforma de aprendizagem contínua, em que os colaboradores gerem as suas próprias formações.

 **Santander Dojo**

Campanha – Criação Santander Dojo

❖ Superlinha Sénior

O Santander lançou uma Linha de atendimento específica – a Superlinha Sénior – para clientes não digitais com mais de 70 anos, que irá abranger cerca de 195 mil clientes.

❖ Primeira solução de *Confirming* Sustentável em Portugal

O Santander lançou a primeira solução de *Confirming* Sustentável em Portugal, estabelecendo uma parceria com a SONAE e com a EcoVadis.

❖ Nova campanha de marca

Em setembro, o Banco apresentou uma nova campanha de marca, com o tema “Somos as escolhas que fazemos”.

❖ BEI e Santander apoiam PME em Portugal

O BEI e o Santander assinaram um acordo para apoiar as PME e Mid-Caps em Portugal com 820 milhões de euros.

❖ Apoio aos Colaboradores

Consciente do impacto do aumento da inflação e do custo da energia no orçamento familiar dos Colaboradores, o Santander decidiu aprovar algumas medidas de apoio financeiro para ajudar a minimizar esse impacto, tais como o pagamento extraordinário e suplementar em outubro de 750 euros aos Colaboradores com rendimentos até 30 mil euros/ano, a possibilidade de, em 2023, todos os Colaboradores anteciparem até 50% do subsídio de Natal, o aumento do limite do crédito ACT para 200 mil euros e o alargamento do acesso às medidas EFR (empresa familiarmente responsável) aos Colaboradores com Vencimento Mensal Efetivo inferior a 2.500 euros.

❖ Inclusive Community Forum

O Santander renovou o seu compromisso com o *Inclusive Community Forum* (ICF), parceria que tem permitido a integração de vários Colaboradores no Santander e a implementação de boas práticas de inclusão no Banco.

❖ As empresas mais inspiradoras do país

Em novembro, foram conhecidas as empresas e as personalidades que mais se destacam no país, durante a entrega do Prémio Portugal Inspirador.

❖ Santander entrega 1 000 diplomas às PME Líder 2021

1 000 empresas receberam o estatuto de PME Líder 2021 numa série de quatro eventos que tiveram lugar em Lisboa, Coimbra, Funchal e Porto.

❖ MindAlliance Portugal

O Santander é membro fundador da *MindAlliance Portugal*, uma organização sem fins lucrativos que tem como propósito promover uma cultura corporativa que coloca a saúde mental dos Colaboradores como prioridade estratégica das empresas em Portugal, através da sensibilização e capacitação dos seus líderes.

❖ Primeiro fundo com objetivos de investimento social

A Santander Asset Management lançou o *Santander Prosperity Fund*, o seu primeiro fundo com objetivos de investimento social, em colaboração com a (RED).

❖ Conta Negócios 100% digital

O Santander lançou no mercado uma solução inovadora, que permite aos pequenos negócios terem uma conta 100% online, facilitando assim a gestão do seu dia-a-dia.

❖ Santander financia Casais no âmbito do apoio à transição para uma economia verde

O Banco está a financiar o Grupo Casais num montante superior a 9 milhões de euros naquele que será o primeiro complexo de construção híbrida da península ibérica, em Guimarães.

❖ Pagar com Google Pay

Os clientes do Santander já podem utilizar o *Google Pay* para efetuar pagamentos de uma forma mais simples e segura, sem ser necessário terem cartão bancário ou dinheiro consigo.



Campanha – Somos as escolhas que fazemos

Clientes e Rede de Distribuição

Evolução da Rede de Balcões

2022 foi um ano de consolidação e de modernização da rede de balcões do Banco, após vários anos com fusões de balcões.

Em termos de fusões, realizaram-se apenas 9 no ano (4 na Rede Norte, 4 na Rede Sul, e 1 na Ilha da Madeira).

A Rede fechou o ano de 2022 com 339 balcões aos quais acrescem 13 extensões, num total de 352 pontos de venda.

Mantêm-se os 11 centros de atendimento remoto (Santander Próximo), incluindo o Próximo *International*, dedicado a clientes não residentes e estrangeiros.

Modelos de Caixa e Selfbanking

As transações de caixa continuaram a sua trajetória descendente. Os meios digitais e os cartões são cada vez mais os meios de pagamento utilizados. Por este motivo, o Banco tem vindo a otimizar os modelos de transacionalidade de caixa manual, dividindo os Balcões em 4 tipologias:

- 48 Balcões com posto de caixa tradicionais;
- 250 Balcões com posto de caixa avançado (posto de caixa em posto de atendimento comercial);
- 23 Balcões com posto de caixa empresas;
- 18 Balcões sem caixa manual.

O Posto Caixa Empresas

Balcões com posto de caixa empresas são Balcões com equipamento e colaboradores especializados em transações de caixa, dedicado em especial a empresas com depósitos de elevados montantes. Em 2022, a rede com este modelo de serviço ascendeu a 23 balcões, fruto da implementação de 3 novos balcões.

O Posto de Caixa Avançado

Em zonas com menor transacionalidade, o Santander iniciou em 2021, e consolidou em 2022, o modelo de posto de caixa avançado, que consiste em disponibilizar o serviço de caixa manual em postos de atendimento comercial.

Esta otimização é acompanhada por um forte investimento em *Selfbanking* (zonas automáticas) que permite, a todos os clientes, a realização de depósitos 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Em 2022 instalaram-se 85 novas *Virtual Teller Machines* ("VTM"), terminando o ano com 117 balcões com este tipo de equipamento. As VTMs permitem ao cliente realizar os seus depósitos e levantamentos, em notas e moedas, no horário da sua conveniência. Para o ano de 2023 vamos dar continuidade à instalação de novas VTMs em grande parte dos balcões do Banco, permitindo, aos clientes, utilizarem os serviços típicos de caixa em balcão, num período alargado e da sua conveniência.

Atendimento presencial de clientes


Com a objetivo de melhorar a experiência dos clientes que visitam os balcões, foi tomada a decisão de instalar um inovador serviço de atendimento, por senhas.

O Santander tem atualmente 104 balcões com este equipamento e prevê-se que, em 2023, esta seja uma solução para a gestão de atendimento e qualidade de serviço em todos os balcões da rede.

Atendimento Remoto a clientes


Para além do já consolidado modelo de atendimento Santander Próximo (um modelo de atendimento 100% remoto), o Banco deu continuidade à implementação de novos *Hubs Select*, um modelo de serviço composto por equipas de gestores que gerem clientes *Select* de forma remota, mas localizados dentro de instalações de Balcões, possibilitando também o atendimento presencial com agendamento prévio.

Estas equipas estão integradas na equipa do próprio Balcão (em *BackOffice*), sendo este modelo disponibilizado em zonas onde exista massa crítica de clientes elegíveis. Atualmente existem 24 balcões com *Hub Select*, estando previsto novo alargamento em 2023.




Clássico

Um Balcão com provas dadas – Com a qualidade de serviço que os clientes bem conhecem.
Assente numa rede robusta – Estando presentes em todo o território continental e também nas ilhas.
Que combina o simples e imediato – Proporcionando um atendimento ágil de operações de caixa.




Money Club

Um Balcão virado para o futuro – Um Quiosque Universitário situado em pleno Campus da NOVA SBE, em Carcavelos, do qual somos parceiro fundador.
Jovem, como eles – Para dar todos os serviços de que precisam, sem terem de sair do Campus.
Aberto ao conhecimento – Num ambiente sofisticado, onde podem estudar e discutir ideias.




Work Café

Um café, ao Balcão – Servido num espaço amplo e moderno, com serviço de cafetaria.
Para todos os que nos visitam – Sejam clientes ou público em geral à procura de um espaço agradável.
Onde as ideias se servem quentes – Num open space que convida ao estudo, às reuniões e ao relaxamento.




Universitário

Um Balcão à porta – Localizado perto dos principais polos universitários do país.
Que acompanha os estudantes – Prestando apoio, numa altura em que tudo é novo, inclusive a experiência com o Banco.
Dando-lhes as melhores ofertas comerciais – Desde a facilidade na abertura de conta, até às condições competitivas do cartão de débito.



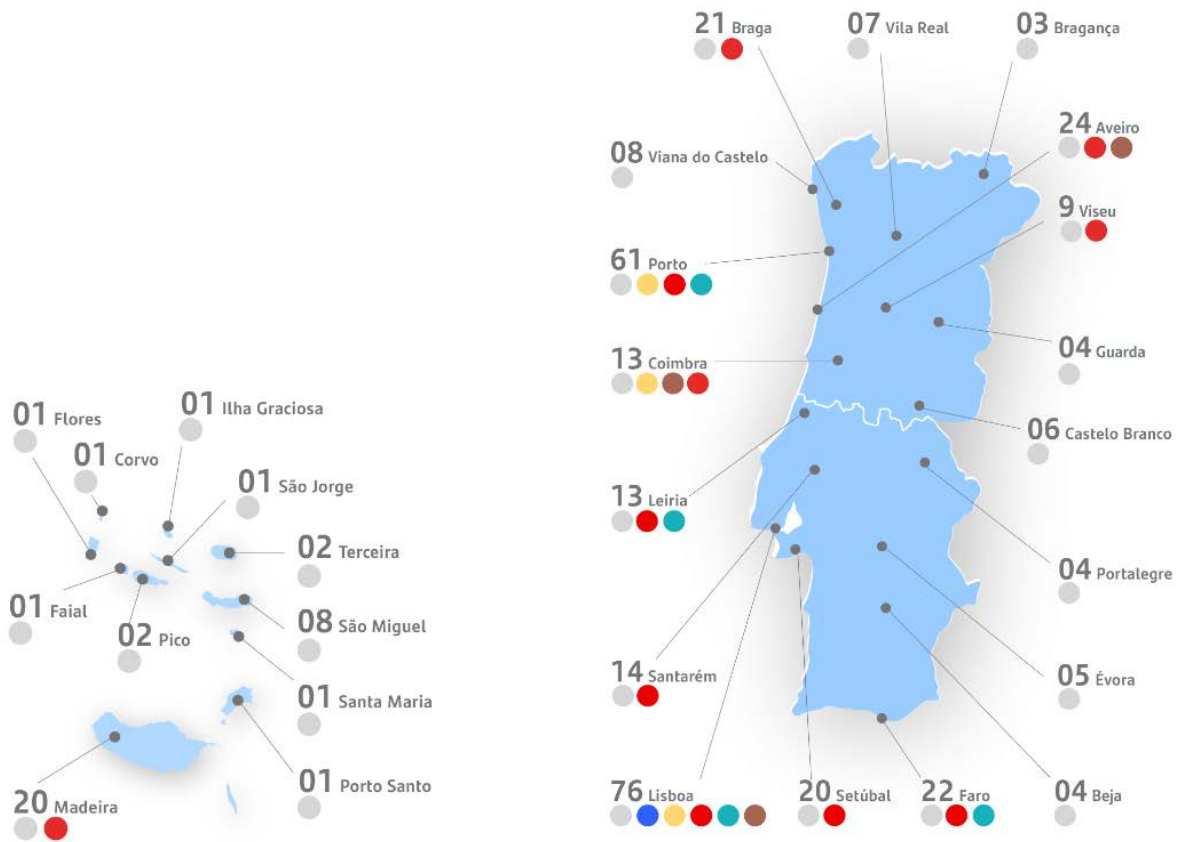
Smart Red

Um espaço com tecnologia de ponta a ponta – Equipado com ecrãs tácteis que fazem a triagem dos clientes por objetivo de visita.
Com uma grande aposta nos audiovisuais – Que servem de suporte para a comunicação com o cliente.
Facilmente acessível a todos – Com espaços amplos e sem barreiras físicas.



Próximo

Um Balcão com um atendimento 100% digital – Com um horário alargado e atendimento via email, telefone ou videochamada.
Mas que quase não parece – Porque presta todos os serviços disponíveis nos balcões físicos.
Que fica bem perto dos clientes – Ao lhes atribuir um gestor dedicado, com quem podem falar em permanência.



Mapa da Estrutura Comercial

Banca Responsável

- Ser responsável é a base da confiança, e só atuando de forma **Simples, Próxima e Justa** o Santander consegue manter a confiança dos seus clientes e de todos os *stakeholders* com quem se relaciona.



Concerto Solidário Ucrânia



Donativo TEAMS

- O Banco procura garantir que, no exercício da atividade corrente, **impulsiona o crescimento sustentável e inclusivo** da sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e, ao mesmo tempo, **apoia o desenvolvimento das comunidades onde está presente.**

- Além do investimento na **comunidade**, o Banco atua também nos eixos do **empoderamento financeiro, finanças climáticas e redução de consumos e emissões.**



Concerto Solidário Ucrânia









Programa Bolsas EPIS

- O Banco Santander está comprometido com a sua missão de contribuir para o **desenvolvimento das pessoas e das empresas**, apoiando um **crescimento inclusivo e sustentável.**

Principais âmbitos de atuação na política de sustentabilidade

- ➔ Ser responsável é a base da confiança, e só atuando de forma Simples, Próxima e Justa o Banco conseguirá manter a confiança dos seus clientes e de todos os stakeholders com quem se relaciona.
- ➔ O Banco procura garantir que, no exercício da sua atividade corrente, impulsiona o crescimento sustentável e inclusivo da sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e, ao mesmo tempo, apoia o desenvolvimento das comunidades onde está presente.
- ➔ Além do investimento na comunidade, o Banco atua também nos eixos do empoderamento financeiro, finanças climáticas e redução de consumos e emissões.

Principais âmbitos de atuação na política de sustentabilidade

| | |
|---|---------------------------------------|
|  | Ensino Superior |
|  | Bem-estar Social |
|  | Literacia |
|  | Meio Ambiente |
|  | Empreendedorismo e criação de emprego |
|  | Cultura |

Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) onde a atividade de negócios e o investimento na Comunidade do Banco Santander tem maior incidência



A nossa equipa capacitada e comprometida nos permite responder às necessidades dos clientes; ajudar os empreendedores a criar negócios e empregos; e fortalecer as economias locais.



Combate as alterações climáticas ao reduzir a nossa própria pegada de carbono e o nosso impacto ambiental, enquanto ajudamos os nossos clientes na transição para uma economia sustentável.



Promovemos a transparência, a luta contra a corrupção e instituições sólidas para um desenvolvimento sustentável. Temos políticas e códigos de conduta que regulam a nossa atividade e comportamento e orientam o nosso compromisso para um sistema bancário mais responsável.

Outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos quais o Banco Santander também tem impacto – abordagem Grupo



Estamos comprometidos em reduzir a pobreza e fortalecer o bem-estar das economias locais em que operamos. Os nossos produtos de inclusão financeira e serviços e programas de investimento comunitário capacitam milhões de pessoas todos os anos.



Com o Santander Universidades, um programa pioneiro e único no mundo, ajudamos Universidades e estudantes a prosperar, com foco na educação, empreendedorismo e emprego. As Bolsas de Estudo Santander são um dos maiores programas de bolsas financiados pelo setor privado.



Promovemos um ambiente de trabalho diverso e inclusivo. Garantimos a igualdade de oportunidades e promovemos a igualdade de género em todos os níveis como uma prioridade estratégica. Apoiamos também iniciativas que promovem a diversidade na nossa atividade.



Somos líderes globais no financiamento de projetos de energias renováveis. Ajudamos também os nossos clientes a financiar projetos de eficiência energética, baixas emissões, veículos híbridos e elétricos e outras soluções de mobilidade elétrica.



Desenvolvemos produtos e serviços para os mais vulneráveis da sociedade, dando acesso a serviços financeiros e ensinando-os a usá-los adequadamente para gerir as suas finanças da melhor maneira possível.



Financiamos a construção de infraestruturas sustentáveis que garantam serviços básicos e promovam o crescimento económico inclusivo. Promovemos também oportunidades de habitação a preços acessíveis.



Estamos firmemente empenhados em reduzir a nossa pegada ambiental, implementando planos de eficiência energética e promovendo a utilização de energias renováveis, além de compensar o impacto ambiental das nossas operações internas.



Para avançar com a nossa agenda de Banca responsável, participamos em iniciativas e grupos de trabalho regionais e internacionais.

Destaques em 2022

O Banco Santander está comprometido com a sua missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, apoiando um crescimento inclusivo e sustentável. No Relatório de Banca Responsável 2021, foram definidos planos de ação prioritários para 2022 em **matérias Ambientais, Sociais e de Governo**, aos quais foi dada resposta durante o ano.

De forma a atingir os objetivos ambientais, aos quais o Banco se propôs, continuam a desenvolver-se iniciativas para reforçar a capacidade de realizar operações ambientalmente conscientes. Em fevereiro, foi publicado o *Sustainable Finance Classification System* (SFCS), um documento que estabelece os critérios para um financiamento ser considerado sustentável pelo Santander. Inspirado pela Taxonomia Europeia e outros padrões internacionais, o SFCS estabelece as bases que permitirão apoiar os clientes do Santander na transição para uma economia baixa em carbono. No mês de maio, realizou-se em Lisboa o primeiro *Workshop ESG – ONE Europe*, que reuniu intervenientes chave das várias geografias do Santander com o objetivo dinamizar a oferta de valor sustentável do Banco. Foi também implementado um plano de formação ESG, composto por módulos tanto obrigatórios como opcionais. Até ao momento, 97% dos colaboradores já realizaram uma formação de Introdução à Sustentabilidade.

Mais do que nunca, foram criadas **soluções de financiamento ambientalmente responsável** para os clientes Santander ajudando-os na sua transição para uma economia mais verde. Foram atribuídos 200 milhões de euros em papel comercial no modelo de *Sustainability-Linked Loans*, com condições de financiamento variáveis de acordo com a performance ESG da empresa. Adicionalmente, concretizou-se uma operação de financiamento à *Onex Holdings*, em mais de 360 milhões de euros, para o refinanciamento e aquisição de 5 parques eólicos da EDP Renováveis, localizados em Portugal, com uma capacidade total de cerca de 221MW. O Banco liderou, ainda, uma operação com a *MedWay ROSCO*, com uma estrutura de *project finance* inovadora, onde foi financiada a aquisição de 16 locomotivas elétricas e 113 vagões intermodais. Do total de 122 milhões de euros de investimento, o Banco Santander garantiu 77 milhões, tendo o Banco Europeu de Investimento assegurado o restante. O Banco participou, ainda, em emissões obrigacionistas verdes num montante superior a 900 milhões de euros.

O Banco Santander manteve-se **neutro em carbono face à sua atividade própria** através da compensação das suas emissões. Adicionalmente, 100% da eletricidade consumida pelo Santander foi novamente proveniente de fontes renováveis. Destaca-se ainda a manutenção da iniciativa de cartões biodegradáveis e recicláveis, assim como a não utilização de plásticos desnecessários nos seus edifícios.

Durante o ano de 2022, o Banco aprofundou também a **integração dos riscos ambientais, sociais e climáticos** na sua gestão diária. Alargámos o universo de empresas, assim como o

perímetro de novas operações sujeitas a avaliação de riscos ESCC (*Environmental, Social and Climate Change*), implementado novas Políticas de Riscos Ambientais & Climáticos e ainda uma formação das equipas de analistas de riscos de crédito nestas temáticas, mantendo uma promoção ativa e transversal entre as diferentes áreas do Banco, ao nível dos temas ESG.

No **âmbito social**, foi reforçado em larga escala a capacidade de impacto na Sociedade através da criação da Fundação Santander Portugal com a missão de transformar a vida das pessoas e das empresas. Pretende-se que o Banco invista no futuro de Portugal, apoiando a educação de todas as gerações e promovendo a mobilidade social para uma sociedade mais desenvolvida, justa, inclusiva e sustentável.

Em linha com os objetivos traçados de promover, através da Educação, uma sociedade mais inclusiva, justa e sustentável, o Banco estabeleceu e deu continuidade a diversas parcerias, tal como a Escola 42, que procura desenvolver competências de programação na sociedade, estimulando o trabalho em equipa, a resolução de problemas e a autonomia e resiliência ou o projeto My Mentor, uma plataforma única a nível nacional, assente na inteligência artificial, para estimular o *upskilling* e o *reskilling* dos seus utilizadores

Em linha com a sua missão do Grupo, o Santander promoveu também **iniciativas de Literacia Financeira**:

- Em setembro, foi lançado o livro "Maria e o Segredo da Poupança", que vem ajudar os mais novos a compreender os conceitos básicos do funcionamento do dinheiro e da poupança.



Lançamento do Livro "Maria e o Segredo da Poupança"

- Também foi criado o programa de literacia financeira, que está a levar às escolas sessões para alunos do ensino secundário, onde serão abordadas as vantagens e consequências das suas escolhas financeiras, permitindo capacitar as decisões financeiras da geração futura.

Ao nível da educação, alinhado com os 3 eixos de atuação mecenática, **Educação, Empreendedorismo e Empregabilidade**, foi desenvolvido na plataforma **Bolsas Santander**, 14 programas, para além dos múltiplos programas desenvolvidos pelas próprias Instituições de Ensino, que tiveram como beneficiários diretos mais de 5 000 pessoas. Entre os programas destaca-se as Bolsas Santander Futuro, uma bolsa de apoio financeiro atribuída a mais de 1 000 beneficiários e ainda a Bolsa para Erasmus. os cursos de Inglês e de competências digitais entre os mais procurados de 2022.

Ao nível do Empreendedorismo foi lançado pela primeira vez em Portugal o SantanderX Local Award que **visou reconhecer projetos empreendedores de cariz universitário e Startups**. Foram premiados 6 projetos, três em cada uma das categorias *Launch* e *Accelerate*. Nesta edição destacou-se a vertente de sustentabilidade presente em todos assim como a diversidade das equipas. A presença do SantanderX no WebSummit impulsionou a candidatura de Startups Portuguesas aos programas corporativos e a entrada para a rede SantanderX100, a comunidade de Startups com apoio do Santander.

Adicionalmente, o **Santander estabeleceu convénios inovadores para a promoção da educação ao longo da vida:**

- Em novembro, junto com a Católica *Lisbon School of Business & Economics* e a Galp lançou o *Yunus Social Innovation Center*, o primeiro centro em Portugal de inovação social ligado à rede do economista e Prémio Nobel da Paz *Muhammad Yunus*.
- Estabeleceu uma parceria com o IST-ID, permitindo a criação de uma unidade de investigação do Técnico no *Hub Creativo do Beato*, que desenvolve a sua atividade na área da interação pessoa-máquina.

E **continua a potenciar uma sociedade mais inclusiva** apoiando projetos de integração:

- Renovou o apoio ao projeto *Café Joyeux Portugal*, que abriu em 2021 o seu primeiro estabelecimento em Lisboa, para promover a empregabilidade de pessoas com Dificuldades Intelectuais e de Desenvolvimento (DID).



Projeto Joyeux Portugal

- Renovou, igualmente, o apoio à Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (APSA) através da promoção da integração social e profissional de pessoas com Asperger.
- Manteve-se o protocolo com a Associação Salvador para continuar a apoiar o projeto de empregabilidade para pessoas com deficiência motora. Este programa inclui orientação vocacional, sessões de formação para desenvolver competências específicas, pesquisa de ofertas de emprego, bem como a organização de encontros de recrutamento e acompanhamento dos empregadores durante os processos de recrutamento
- Manteve-se o apoio ao programa de bolsas EPIS, que apoiam alunos carenciados durante o seu percurso no Ensino Secundário e Superior, redirecionando o apoio para as bolsas de integração profissional dirigidas a alunos com necessidades especiais.

Apoiou novamente o programa *Girl MOVE Academy* que tem como compromisso fomentar o ensino e a educação da população feminina e de capacitar as novas gerações de mulheres para liderar a transformação cultural e o empoderamento das jovens moçambicanas.



Programa Girl MOVE Academy

Voltou a ser mecenas da Orquestra sem Fronteiras, uma associação destinada a apoiar e reter jovens talentos no interior de Portugal e Espanha, prevenindo o abandono do ensino de música e recompensando o mérito académico.

Novamente junto com a Associação Sara Carreira, **continuou a apoiar crianças e jovens com restrições financeiras**, ajudando-os a evoluir ao longo da sua formação, através da atribuição de 21 bolsas de estudo. Ainda nesta área, foi renovado o apoio à Academia do Johnson um projeto que acolhe jovens em zonas carenciadas de Lisboa, contribuindo para a promoção da cidadania, educação e combate à delinquência juvenil.

Para envolver os colaboradores na promoção de uma sociedade mais justa, foi lançada uma nova edição do Donativo Teams, um prémio em que os colaboradores elegem os projetos sociais ou ambientais que o Santander irá apoiar com um total de 78 mil euros.

Para apoiar clientes ucranianos, foi criada uma linha telefónica em ucraniano, isentaram-se as comissões das transferências internacionais de e para a Ucrânia até março de 2023 assim como a isenção de comissão da conta básica (serviços mínimos) durante 12 meses. A fim de garantir a todos os refugiados em Portugal o acesso ao serviço bancário básico de Conta e Cartão de Débito, o procedimento de abertura de conta foi facilitado, permitindo a abertura de conta aos clientes que tenham na sua posse o Visto emitido pelo Estado Português ao abrigo do Pedido de Proteção Temporária.

No atual contexto de crise humanitária, o Banco Santander e a Fundação Santander Portugal empenharam-se no **apoio às populações vítimas da guerra na Ucrânia**, lançando um pacote de medidas que incluíram a criação de um fundo que recebeu os contributos de mais de 1 340 colaboradores. O Santander duplicou o valor angariado na campanha, alcançando um total de 68 mil euros que foram entregues à Cruz Vermelha Portuguesa para apoiar os esforços humanitários na Ucrânia.

Numa iniciativa inédita, que nasceu no mês de março, o Santander Portugal juntou-se à Paróquia do Campo Grande e mobilizou-se para trazer da Polónia 178 refugiados ucranianos com laços familiares em Portugal. A iniciativa contou com o apoio de 28 Voluntários Santander, 10 colaboradores presentes no aeroporto, 14 colaboradores da rede comercial que ajudaram a encaminhar as famílias ucranianas para junto dos seus familiares, de Norte a Sul do País, e 4 colaboradores de *backup* que asseguraram toda a parte logística.

Foram implementadas ainda outras medidas como o **lançamento de 500 Bolsas de português para refugiados da Ucrânia**, destinadas a apoiar a integração em Portugal das pessoas afetadas pela guerra. Adicionalmente, a Fundação Santander Portugal uniu esforços com a Fundação EDP e a Escuela Superior de Música de Reina Sofia – Fundación Albemir para a organização de um concerto solidário cuja verba reverteu a favor da UNICEF, para ser utilizada no apoio a crianças vítimas de guerra na Ucrânia.

No mês de dezembro também foi lançada a campanha solidária de Natal “Traz Para o Cabaz”, promovida com a União das Misericórdias Portuguesas em parceria com o Santander, que juntou os colaboradores e clientes numa ação solidária com propósito criar cabazes com produtos típicos da época natalícia para enriquecer as mesas de quem mais precisa. No total, foram entregues mais de 1.200 cabazes a famílias carenciadas.

Dispor de um local de trabalho diverso e inclusivo, que promova o bem-estar dos colaboradores continua a ser uma prioridade estratégica para o Santander. Uma equipa diversa e inclusiva é essencial para a transformação cultural e para o cumprimento da estratégia do Banco.

Nesse sentido o Santander tem algumas áreas de ação:

- ➔ Promoção da diversidade de género.
- ➔ Programa de empregabilidade de pessoas com deficiência.
- ➔ Atenção especial à neurodiversidade;
- ➔ Apoio à criação da comunidade *Embrace*

Na diversidade de género foram definidas pelo Grupo Santander diversas métricas como Mulheres no Conselho de Administração ou em cargos de chefia, bem como a **igualdade salarial** para a mesma função entre homens e mulheres. Estes indicadores, incluindo o *equal pay gap* e *gender pay gap* são mensurados.

O programa de emprego de pessoas com necessidades específicas foi **reconhecido este ano com Prémio Ouro** na categoria Iniciativas dos prémios *D&I Awards* do Santander.

No âmbito deste programa, o Banco trabalha com diversas ONGs na identificação de candidatos para as vagas existentes (Associação Salvador, Valor T, Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger e empresas de recrutamento) bem como para formarem e apoiarem os *managers* e as equipas na preparação da inclusão de colaboradores com necessidades específicas. Neste âmbito, realizou-se a especial colaboração com o *Inclusive Community Forum* da Nova SBE.

No âmbito deste programa, o Santander em Portugal conta já nos seus quadros com **13 colaboradores com necessidades específicas, na sua maioria contratados nos últimos 5 anos**. Este ano, iniciaram-se também alguns programas de curta duração de apoio à integração no mercado de trabalho.

Os colaboradores do Santander participam ativamente nas iniciativas internas, partilhando o seu testemunho, por exemplo, no dia do orgulho ou no Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. O Banco procura complementarmente encorajar o envolvimento dos líderes no sentido de serem mais inclusivos, promovendo a consolidação de uma cultura diversa e inclusiva no Santander.

Enquadramento da Atividade

Economia Internacional

O contexto global, em 2022, foi extremamente complexo, marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, e guerra subsequente, que amplificou os efeitos disruptivos sobre a oferta decorrentes do processo de recuperação mais rápida da procura global no pós-pandemia.

As ondas de choque causadas pelo início da guerra na Ucrânia, materializaram o segundo choque de oferta desde 2020, após a pandemia, e que se transmitiram por vários canais: (i) novas perturbações nas cadeias de logísticas e de valor globais, ao retirar a Ucrânia e a Rússia dos fluxos comerciais; e (ii) uma subida pronunciada dos preços das matérias-primas e da energia, decorrente da dependência energética, pela Europa.

A manutenção de uma política de “Covid zero” por parte da China em 2022, culminou numa aceleração pronunciada da inflação, para máximos de mais de três décadas, provocando, por sua vez, um duplo efeito: (i) uma intervenção musculada dos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa corrente, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Consequentemente, assistiu-se, a partir do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, materializada num progressivo abrandamento da atividade económica, e numa revisão em baixa das perspetivas de crescimento, para 2022 e, em especial, para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, ao longo do ano, foi progressivamente revendo em baixa as projeções de crescimento económico, em especial para o ano de 2023.

Apesar da deterioração das expetativas, a dinâmica de crescimento observada em 2022 revelou-se menos adversa face ao inicialmente esperado, prolongando a recuperação pós-pandémica, muito alavancada pela atividade turística, que reanimou muito mais rapidamente do que o previsto. A generalidade das economias recuperou, em 2022, os níveis de atividade observados no final de 2019, antes da pandemia.

Ao longo do ano, a maioria das economias foi diminuindo as restrições associadas ao controlo da pandemia, à medida que a incidência da doença Covid foi diminuindo. Já no final do ano, a China pôs termo à sua estratégia de “Covid zero”.

Na atualização de janeiro de 2023 do “World Economic Outlook” o Fundo Monetário Internacional reviu em alta ligeira as projeções económicas para o ano de 2023, incorporando o facto de as principais economias terem evitado uma contração da atividade no final de 2022, embora continuando a antecipar uma desaceleração da atividade face às taxas de crescimento

observadas no ano anterior.

Crescimento Económico Mundial

| | 2021 | 2022E | 2023P |
|----------------------------------|------------|------------|------------|
| Mundo | 6,2 | 3,4 | 2,9 |
| Países Avançados | 5,4 | 2,7 | 1,2 |
| EUA | 5,9 | 2,0 | 1,4 |
| UEM | 5,3 | 3,5 | 0,7 |
| Reino Unido | 7,6 | 4,1 | -0,6 |
| Japão | 2,1 | 1,4 | 1,8 |
| Países em Desenvolvimento | 6,7 | 3,9 | 4,0 |
| África | 4,7 | 3,8 | 3,8 |
| Ásia | 7,4 | 4,3 | 5,3 |
| China | 8,4 | 3,0 | 5,2 |
| Europa de Leste | 6,9 | 0,7 | 1,5 |
| Médio Oriente | 4,5 | 5,3 | 3,2 |
| América Latina | 7,0 | 3,9 | 1,8 |
| Brasil | 5,0 | 3,1 | 1,2 |

Fonte: FMI (janeiro de 2023)

Deste modo, o FMI estima que a economia mundial tenha crescido 3,4% em 2022, o que reflete uma revisão em alta de 0,2pp face à estimativa de outubro de 2022, e que foi transversal para as economias avançadas (crescimento de 2,7%) e emergentes (3,9%).

Nos EUA, o PIB cresceu 2,0%, em média anual, embora com um primeiro semestre particularmente fraco, com a economia a atravessar uma recessão técnica. No segundo semestre a atividade recuperou, apesar de a Reserva Federal ter acelerado o ritmo de subida das taxas de juro de referência.

A recessão técnica foi devida a fatores pontuais, fruto de um forte aumento das importações, no primeiro trimestre, e uma redução de existências, no segundo. Ao longo do ano, o consumo privado manteve-se resiliente, suportado por baixos níveis de desemprego e por aumentos salariais elevados, que contribuíram para a transmissão dos elevados aumentos dos preços da energia às demais classes de serviços, reforçando a dinâmica inflacionista.

A taxa de desemprego permaneceu baixa ao longo de todo o ano, abaixo de 4%, apesar da pronunciada subida das taxas de juro de referência. Embora em moderação, a economia manteve ritmos sustentados de criação de emprego, por sua vez traduzidos em crescimento dos salários relativamente elevados.

Em resultado, a inflação acelerou de forma bastante pronunciada ao longo do ano, com uma variação média anual de 8,0%, o mais elevado desde 1981, com o contributo material da inflação subjacente (que exclui alimentação e energia), de 6,1%.

A Reserva Federal reagiu, acelerando o ritmo de subida das taxas de juro de referência, com duas subidas da principal taxa de referência (*Fed funds*) em 0,75%, igualmente o ritmo mais

forte desde 1994, após o que moderou para 0,5% e, já em 2023, para 0,25%. No ano de 2022, a taxa dos *Fed Funds* subiu, deste modo, em 4,5pp face ao final de 2021, para 4,75% no final do ano, a maior subida desde o início dos anos 80.

Na China, a manutenção, pelas autoridades, da política de "Covid zero", com confinamentos totais da população em grandes cidades, traduziu-se numa forte desaceleração da atividade. O PIB cresceu apenas 3,0%, abaixo da média global, e registando o ritmo mais lento em mais de quatro décadas.

Num contexto de desaceleração pronunciada da atividade, observando-se ainda tensões latentes no mercado imobiliário, o surgimento, no final do ano, de movimentos de clara de contestação social nas maiores cidades levou as autoridades chinesas a levantar todas as restrições que tinham em vigor para o controlo da pandemia, o que, a prazo, deve contribuir para a normalização das cadeias logísticas.

No Japão, a atividade cresceu apenas 1,4% em 2022, com uma dinâmica intra-anual volátil, com dois trimestres negativos. O cenário inflacionista afetou também a economia, com os preços no consumidor a crescerem 2,5%, em 2022, o ritmo mais elevado em três décadas, revertendo a trajetória dos últimos anos, na qual a economia testava cenários deflacionistas. O Banco do Japão também reagiu, não alterando as taxas de juro de referência, mas revendo a sua política de aquisição de ativos.

No Reino Unido, a atividade também desacelerou, com o PIB a crescer 4,1% em 2022, alavancado pela recuperação pós-pandémica. Com um quadro político mais volátil, a liderança do Governo mudou duas vezes num curto espaço de tempo, com o plano orçamental expansionista do breve governo de Liz Truss a resultar na sua demissão, e o novo Governo a adotar antes um plano orientado para o controlo das contas públicas, cujos efeitos se farão sentir sobretudo no ano de 2023. Em 2022, foram também visíveis os impactos do Brexit, com a carga burocrática resultante a dificultar o comércio com a União Europeia, que continua a ser o principal parceiro comercial do país.

Também no Reino Unido, a inflação foi uma preocupação, com os preços no consumidor a crescerem 9,1%, em média anual, fruto da subida dos preços das matérias-primas e da energia, e associado a baixos níveis de desemprego, o que requereu uma intervenção igualmente musculada por parte do Banco de Inglaterra, que subiu as taxas em 3.75pp, para 4.0%, já considerando a subida ocorrida em fevereiro de 2023.

A economia da Zona Euro seguiu a tendência global, com uma progressiva desaceleração ao longo do ano, materializada num crescimento anual de 3,5%. Contudo, no 4.º trimestre, o PIB já só cresceu 0,1% em cadeia, embora evitando uma contração nos últimos meses do ano.

A zona euro foi a região mais diretamente atingida pela guerra na Ucrânia, considerando as maiores interligações com os dois países em conflito, a integração das cadeias de valor, e, em especial, a dependência energética face à Rússia, no que

respeita a petróleo e gás natural. A Europa, em particular a Alemanha e demais países da Europa Central, tiveram de encontrar rapidamente fontes alternativas de energia, num contexto de subida acentuada dos preços. No final do ano, a dependência face à Rússia tinha sido eliminada.

O consumo privado, na zona euro, manteve-se dinâmico, num quadro de pleno emprego, o que, por sua vez, contribuiu para a negociação de aumentos salariais progressivos que, embora moderados, mitigaram parcialmente o efeito da subida da inflação.

Em 2022, a inflação na zona euro acelerou rapidamente, para 8,4% em média anual, a taxa mais elevada em três décadas. A rápida evolução e o seu contágio, ainda que parcial aos salários, por sua vez materializada na aceleração da inflação subjacente para 4,2%, em média anual, levou o Banco Central Europeu a acelerar a normalização da política monetária, elevando a taxa de refinanciamento para 3,0% e a taxa de depósito para 2,5%, já em fevereiro de 2023, ou seja, um aumento de 3,0pp face aos valores de final de 2021.

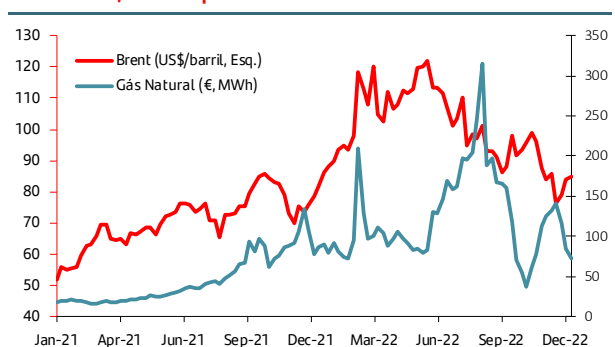
O mercado de trabalho permaneceu bastante dinâmico, e a taxa de desemprego desceu abaixo de 7%, um mínimo histórico para a região, auxiliando a mitigar parte dos efeitos da inflação sobre o poder de compra das famílias. Mas também gerou um aumento dos salários negociados, o que reforçou a necessidade de vigilância pelo BCE, no sentido de controlar o potencial surgimento de efeitos de segunda ordem.

| 2022 | PIB | Inflação |
|----------|-----|----------|
| UEM | 3,5 | 8,4 |
| Alemanha | 1,8 | 8,7 |
| França | 2,6 | 5,9 |
| Espanha | 5,5 | 8,3 |
| Itália | 3,9 | 8,7 |

Fonte: CE (fevereiro 2023)

O ano de 2022 ficou indubitavelmente marcado pela agressão da Rússia à Ucrânia, trazendo, de novo, uma guerra explícita à Europa, e originando um segundo choque de oferta quando a economia mundial ainda não tinha recuperado plenamente da pandemia.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Gás Natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

Como referido, os preços da energia e das matérias-primas subiram de forma pronunciada, com os preços do petróleo a subirem para máximos desde 2014, o gás natural na Europa a registar máximos absolutos e as demais matérias-primas não energéticas a prolongarem a dinâmica de preços elevados já iniciada em 2021.

Por outro lado, apesar da clara melhoria dos indicadores sanitários no quadro de pandemia, esta só ocorreu de forma mais visível a partir do verão, pelo que, durante uma parte significativa do ano, permaneceram as perturbações nas cadeias logísticas globais, até porque a China manteve, durante todo o ano, a sua política de "Covid zero".

A conjugação de todos estes fatores (subida dos preços da energia, perturbações nas cadeias logísticas, e resiliência da atividade económica num quadro de pleno emprego) resultou numa acentuada aceleração dos preços, para máximos de três décadas, e com pressões de segunda ordem, fruto dos aumentos salariais.

Os **bancos centrais das principais economias desenvolvidas** reforçaram o foco no controlo da inflação, com a rápida reversão da política monetária expansionista que tinha sido prosseguida nos últimos anos.

Consequentemente, foi executada a mais rápida e mais pronunciada subida das taxas de juro de referência desde o início dos anos 80 do século passado (em termos da subida acumulada no horizonte de 12 meses).

A **Reserva Federal dos EUA**, como já referido, logo no início do ano tinha sinalizado que as taxas de juro de referência iriam subir ao longo do ano, iniciando o processo em março. A partir de julho, fruto da maior subida da inflação, acelerou o ritmo, com duas subidas de 0,75%, o que não ocorria desde 1994. Já em 2023, moderou o ritmo, para subidas de 0,25%, mas desde o início de 2022 a taxa de juro subiu em 4,5pp, para 4,75%, o nível mais elevado desde 2007.

Adicionalmente, a Reserva Federal iniciou o processo de redução do balanço, o chamado "*tapering*", a um ritmo programado mensal de 95 mil milhões de dólares, ao não substituir por novas aquisições os vencimentos que vão ocorrendo dos ativos em balanço. O balanço da Reserva Federal tinha atingido um máximo de aproximadamente 9 triliões de dólares, no primeiro semestre de 2022.

O **Banco Central Europeu**, em março de 2022, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, de forma faseada: começaria pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre; posteriormente concluiria o programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro de 2022, e só após essas duas fases iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

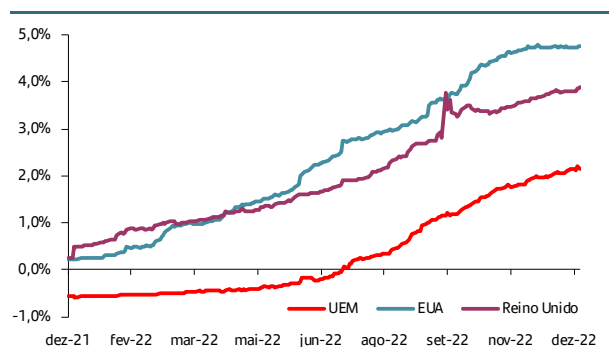
Contudo, a mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação

nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 0,5%, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, pondo assim termo a um longo período (iniciado em 2014) de taxas de juro negativas. Em junho, o BCE havia sinalizado uma subida das taxas em 0,25%, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista, procurando evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Na reunião de fevereiro de 2023, o BCE discutiu os moldes em que se processará a redução dos ativos adquiridos no âmbito do programa de aquisição de ativos (APP), processo que se iniciaria a partir de março de 2023, a um ritmo médio de 15 mil milhões de euros mensais até ao fim do segundo trimestre de 2023, e com os ritmos subsequentes a ficarem dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

A trajetória de subida das taxas de juro de curto prazo, para os níveis mais elevados desde 2008, caracterizou-se por uma dinâmica consistente, relativamente imune aos vários dados económicos menos positivos que foram divulgados, antes refletindo a consistência da mensagem transmitida pelos bancos centrais.

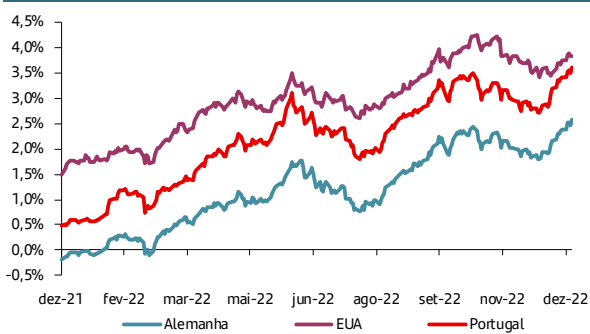
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Já a evolução das **taxas de juro de longo prazo** seguiu uma dinâmica diferenciada, com maior volatilidade intra-anual, associada à perceção de riscos para a atividade económica e possibilidade de os bancos centrais poderem inverter a política monetária, no final de 2023 ou durante o ano de 2024, situação aliás patente na forte inclinação negativa da curva de rendimentos. Por este motivo, embora a tendência fosse de subida, registaram-se vários momentos de correção ao longo do ano de 2022, posteriormente revertidos. Em 2022, a yield alemã a 10 anos subiu 2,7pp, tendo partido de níveis negativos no início do ano, enquanto a yield americana subiu 2,3pp.

Taxas de Juro 10 Anos

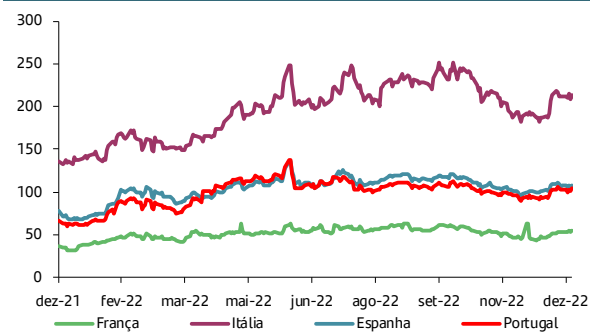


Fonte: Bloomberg

Os **diferenciais de taxas de juro soberanas** subiram no decurso do ano de 2022, acompanhando a subida das *yields*, mas também refletindo uma ligeira deterioração na avaliação da perceção de risco, associada à guerra na Ucrânia. Esta dinâmica, que foi transversal na zona euro, afetou mais a periferia e, em particular, a Itália, cujo spread face à Alemanha, para o prazo dos 10 anos, se agravou em mais de 1pp entre o final de 2021 e o final do primeiro semestre de 2022, ultrapassando os 250pb.

Considerando os riscos de emergência de um cenário de instabilidade nos mercados financeiros, em julho, o BCE anunciou a criação do “**Instrumento de Proteção da Transmissão (TPI)**”, ao abrigo do qual poderia intervir nos mercados de dívida pública, para combater “dinâmicas de mercado desordenadas e indesejadas” que resultassem numa deterioração das condições de financiamento de um país não justificadas pelos seus fundamentos económicos e que, por esse motivo, prejudicasse a transmissão da política monetária. O programa depende de condições muito específicas, mas permitiu travar o agravamento de spreads que estava em curso.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Em **Portugal**, a taxa de rendibilidade a 10 anos registou uma trajetória ascendente ao longo do ano, em linha com a tendência anteriormente descrita. Ao longo do ano, a yield subiu 3,1pp, para 3,6%, no final de 2022, resultando num agravamento do spread face à yield alemã para o prazo dos 10 anos em 37pb, para 104pb. O nível mais elevado do spread, em 2022, foi observado em meados de junho, num movimento generalizado a nível europeu, tendo ultrapassado os 136pb (igualmente o

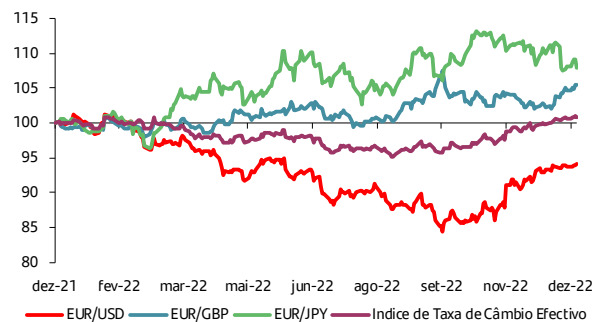
nível mais elevado desde o início da pandemia, em 2020). A posterior “intervenção” do BCE, com o anúncio da criação do TPI, permitiu uma correção, com o estreitamento dos spreads até final do ano.

No **mercado cambial**, a dinâmica mais marcante durante o ano de 2022 foi a evolução do euro face ao dólar, que se caracterizou por uma depreciação continuada, tendo mesmo conduzido o seu valor abaixo da paridade em agosto (o que não ocorria desde 2002), situação que prevaleceu nos mercados até novembro, e apesar de o BCE estar a subir as taxas de juro de referência de forma mais agressiva. Após novembro, o euro apreciou, até 1,1 dólares, consolidando posteriormente acima dos 1,05 dólares.

A libra esterlina e o iene japonês, por seu lado, registaram uma depreciação ainda mais pronunciada face ao dólar, pelo que o euro se apreciou face a estas divisas. Apesar da significativa depreciação do euro face ao dólar (13% em 2022), a taxa de câmbio efetiva do euro registou uma apreciação de 0,9%, fruto do comportamento positivo em 5,6% face à libra e em 7,9% face ao iene.

Principais Taxas de Câmbio

(Dez-2021 = 100)



Fonte: BCE

Em termos de taxa de câmbio face ao dólar norte-americano, a **libra esterlina** retomou os mínimos desde meados dos anos 1980, já próximo da paridade, embora corrigindo no final do ano, para 0,83p por dólar. O **iene japonês**, por seu lado, retomou mínimos de 1990, ao cotar acima de 150 ienes por dólar em outubro, posteriormente corrigindo também para fechar 2022 nos 130 ienes.

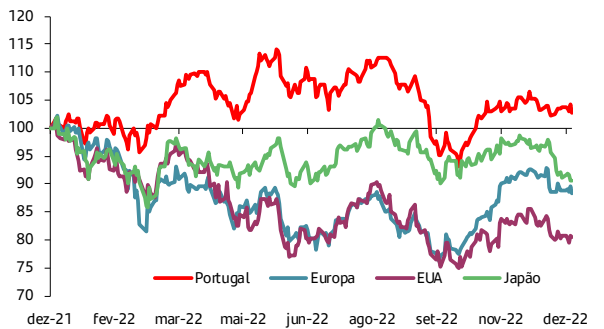
Os **mercados acionistas** foram penalizados pelo contexto inflacionista e consequente subida das taxas de juro de referência, ao longo do ano de 2022. A tendência de desvalorização estava já em curso quando a Rússia invadiu a Ucrânia, o que conduziu a uma maior correção, por aversão ao risco, num quadro de elevada incerteza.

Ao longo do ano, a volatilidade foi elevada, fundamentalmente devido à evolução das expectativas quanto à atuação futura dos bancos centrais sobre as taxas de juro de referência. A sinalização, pelos principais bancos centrais, de que os riscos de inflação permanecem elevados e, por conseguinte, se materializem em taxas de juro mais elevadas durante mais tempo dominou os mercados acionistas, tendo estes registado

uma desvalorização pronunciada dos principais índices (Eurostoxx: -11,7%; S&P500: -19,4%).

Mercados Acionistas

(Dez-21 = 100)



Fonte: Bloomberg

Portugal foi uma exceção, com o índice PSI a valorizar 2,8%, beneficiando do peso das empresas do setor energético. A maior valorização foi da Galp energia (+55,4%), seguida da Greenvolt (+25,6%), que beneficiou também de maior abertura do capital em bolsa. A EDP Renováveis, por seu lado, registou uma depreciação de 5,7%.

O **ouro** também se caracterizou por alguma volatilidade, não desempenhando plenamente o seu papel de ativo de refúgio num contexto de inflação elevada, embora fechando o ano acima dos 1 840 dólares por onça. Contudo, durante o verão, registou uma depreciação significativa, cotando abaixo dos 1 700 dólares, tendência revertia já mais perto do final do ano, quando as pressões inflacionistas voltaram a dominar as atenções.

Economia Portuguesa

Em 2022 a atividade económica cresceu 6,7%, num claro contexto de recuperação pós-pandémica, beneficiando de efeitos de base relacionados com os confinamentos em 2021 (o efeito de *carry over*¹ para 2022 foi de 3,9%), de que o forte crescimento em cadeia observado no 1.º trimestre foi exemplo (+2,4%)

A progressiva melhoria da situação sanitária associada à pandemia de Covid19 permitiu às autoridades levantarem a maioria das restrições à atividade durante o verão, o que também contribuiu para a reanimação da atividade.

Contudo, o ritmo de crescimento em cadeia foi relativamente moderado, em média de 0,3%, nos segundo, terceiro e quarto trimestre do ano, à medida que os efeitos da guerra na Ucrânia, da elevada inflação e da subida das taxas de juro de referência pelo BCE se foram transmitindo à economia.

De realçar que no 4.º trimestre de 2022 a economia cresceu 0,3% em cadeia (3,2% em termos homólogos), beneficiando do ritmo do consumo privado e do crescimento do investimento, parcialmente anulado pelo contributo das exportações líquidas. Apesar da desaceleração face ao trimestre anterior, a economia evidenciou uma apreciável resiliência, aliás em linha com as principais economias europeias, evitando uma contração no final do ano.

Todas as componentes da despesa contribuíram positivamente para o crescimento, tanto a procura interna, como a procura externa, numa dinâmica onde a recuperação pós-pandémica teve um contributo de relevo.

Dados Macroeconómicos

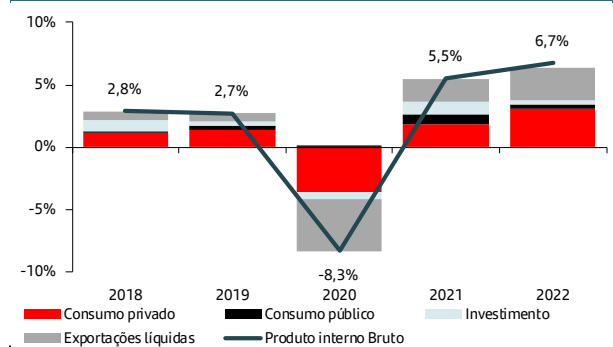
| | 2021 | 2022E | 2023P |
|------------------------------------|------------|------------|------------|
| PIB | 5,5 | 6,7 | 0,4 |
| Consumo Privado | 4,7 | 5,7 | 1,1 |
| Consumo Público | 4,6 | 2,4 | 0,5 |
| Investimento | 10,1 | 2,7 | 1,2 |
| Exportações | 13,4 | 16,7 | 0,9 |
| Importações | 13,2 | 11,0 | 2,2 |
| Inflação média | 1,3 | 7,8 | 5,1 |
| Desemprego | 6,6 | 6,0 | 7,0 |
| Saldo Orçamental (% do PIB) | -2,9 | -0,6 | -0,9 |
| Dívida pública (% do PIB) | 125,5 | 113,8 | 110,7 |
| Bal. Corrente e Capital (% do PIB) | 0,5 | -0,3 | 0,0 |

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

Ao nível da **procura interna**, o levantamento das restrições associadas à pandemia permitiu uma aceleração do consumo privado, enquanto o contributo do **consumo público**, por seu lado, foi menor, devido à redução de gastos associados à pandemia, pois nos dois anos anteriores tinha ocorrido um elevado volume de despesa em materiais sanitários.

Contributos para o Crescimento do PIB

(tvh)



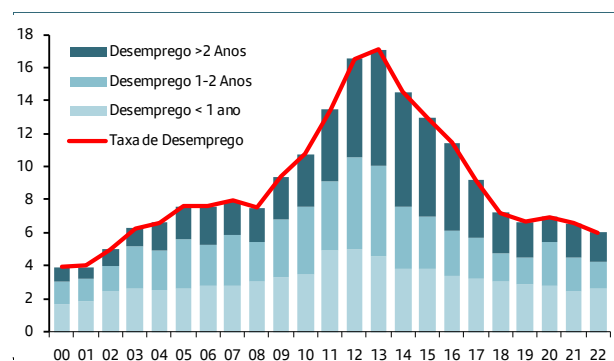
Fonte: INE

O **consumo privado** cresceu 5,7% em 2022, apoiado pela reabertura da economia, prolongando a recuperação iniciada logo em 2021, em especial ao nível da realização de despesa discricionária em bens e serviços não essenciais. Neste âmbito, destaque para a recuperação do turismo por residentes, que ultrapassou os anteriores máximos de 2019.

A composição da despesa das famílias sofreu uma alteração muito significativa, pois os gastos em alimentação reduziram-se face ao pico observado durante o confinamento, devido ao regresso ao trabalho presencial, por contrapartida do aumento da despesa em bens duradouros, por um lado, e em bens e serviços não alimentares, por outro.

O mercado de trabalho revelou-se bastante dinâmico, caracterizando-se pelos baixos níveis de desemprego, refletindo uma economia a operar no pleno emprego. Com efeito, a taxa de desemprego manteve-se abaixo de 7%, mas sem gerar aumentos salariais muito significativos.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

Os preços no consumidor aceleraram rapidamente, com a inflação a alcançar 7,8% em média anual (o nível mais elevado desde o início dos anos 1990), gerando um maior crescimento da despesa, a preços correntes, face ao crescimento do rendimento, com conseqüente redução da taxa de poupança das

¹ Crescimento acumulado anual do PIB em 2022, assumindo que se manteria constante, durante todo o ano, no nível do 4T2021

famílias para 5,7% no 3.º trimestre (em média móvel de quatro trimestres), retomando os níveis pré-pandemia.

O **investimento** recuperou igualmente, com um crescimento anual de 2,7%, mas com algumas dinâmicas diferenciadas, entre as diferentes componentes, ao longo do ano. O investimento em equipamento de transporte, partindo de níveis elevados em 2019, não recuperou ainda integralmente, ao contrário do que ocorreu nos demais tipos de despesa de capital. Ao nível da construção, assistiu-se já a uma moderação no segundo semestre de 2022, o que contrasta com o comportamento observado durante o período de pandemia, em que a construção tinha sido uma das poucas atividades que não tinham parado.

De referir ainda que este comportamento, ao nível da construção, está alinhado, por um lado, com o fraco ritmo de construção de novos fogos para habitação, que permanecem em níveis historicamente baixos e, por outro lado, com o atraso na execução do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos pagamentos (a meados de fevereiro de 2023) não chegavam a 9% do envelope financeiro total.

As **exportações** de bens e serviços cresceram 16,7% em 2022, com uma recuperação sustentada dos serviços, beneficiando da recuperação do turismo. Embora o número de hóspedes não residentes não tivesse ainda recuperado o anterior pico registado em 2019, o setor conseguiu ajustar os preços em alta, reposicionando a atividade, tendo registado, como tal, um máximo ao nível dos proveitos. O contexto de guerra na Europa também favoreceu a atratividade da oferta nacional, com o setor a beneficiar ainda do crescimento dos visitantes dos EUA (potenciado pela apreciação do dólar face ao euro).

As exportações de bens cresceram igualmente de forma sustentada, atingindo um novo máximo histórico. A normalização nas cadeias de valor globais permitiu a recuperação da atividade no setor automóvel, mas todos os setores, de um modo geral, registaram um aumento do volume de vendas ao exterior. O quadro de guerra em curso na Ucrânia permitiu também que empresas portuguesas, em determinados setores, não estando dependentes de cadeias logísticas afetadas pelo conflito, substituíssem a oferta de outros concorrentes.

As **importações** de bens cresceram, embora de forma mais moderada do que em 2021 (11,0% vs 13,4%, respetivamente), com o efeito preço a traduzir-se numa moderação das compras, em volume.

Os efeitos preço, decorrentes da subida dos preços da energia e das matérias-primas, tiveram um importante impacto sobre a **balança de bens**, o que, conjugado com um crescimento em volume das compras ao exterior, contribuiu para uma deterioração do défice para 11% do PIB. Este efeito foi compensado pela forte recuperação da **balança de serviços**, associada à reanimação do turismo.

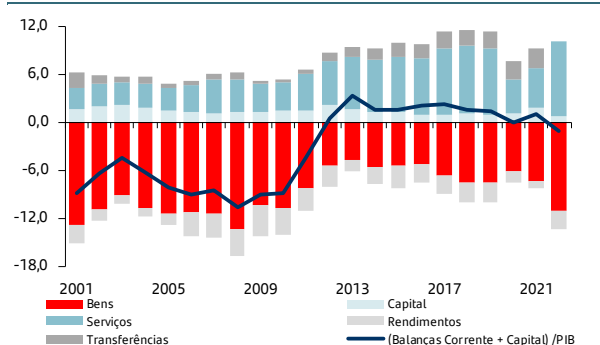
A **balança de capital**, que reflete sobretudo os fundos europeus, permaneceu excedentária, embora abaixo do observado em

2021, quando tinha ocorrido a 1.ª grande transferência de fundos associados ao PRR. Por seu lado, o saldo da **balança de rendimentos** agravou o défice, refletindo o impacto da subida das taxas de juro, ocorrido ao longo do ano, sobre o pagamento de juros da dívida, pública, mas também privada, ao exterior, partindo de níveis mínimos de taxas de juro no ano anterior.

Em resultado, o **saldo da balança corrente e de capital** registou um défice de cerca de 0,3% do PIB.

Balança Corrente e de Capital

(% PIB)



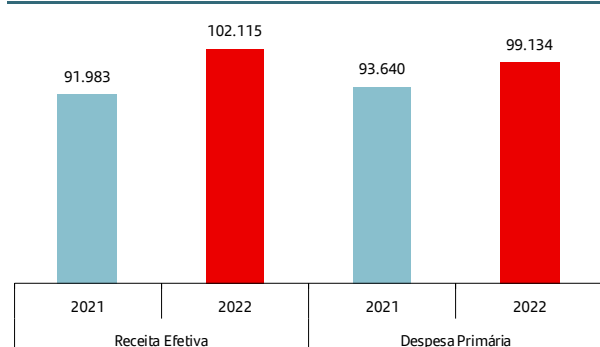
Fonte: Banco de Portugal, INE

As **finanças públicas** beneficiaram do **forte crescimento nominal da atividade**, em 2022 (o PIB nominal cresceu 10,9%). O saldo orçamental registou um défice menor do que o estimado (de 0,6% do PIB face à meta orçamental de um défice de 1,9%), beneficiando de um maior crescimento da receita fiscal. Ao nível dos impostos diretos, destaca-se a receita de IRC (+43,9% em termos homólogos), pela recuperação da margem das empresas. Ao nível dos impostos indiretos, destaque para o IVA (+18,8% face a 2021).

A despesa cresceu, abaixo da receita, fruto do controlo relativo da despesa com pessoal (a massa salarial cresceu apenas 3,0%, com aumentos salariais de 0,9% e o restante a resultar do descongelamento de carreiras). Os encargos com o serviço da dívida diminuíram, apesar da subida das taxas de juro de mercado, porque o impacto desta alteração esteve concentrado na segunda metade do ano, e porque as Obrigações do Tesouro que venceram tinham uma taxa de cupão superior às *yields* de mercado observadas em 2022.

Receita Efetiva e Despesa Primária

(€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

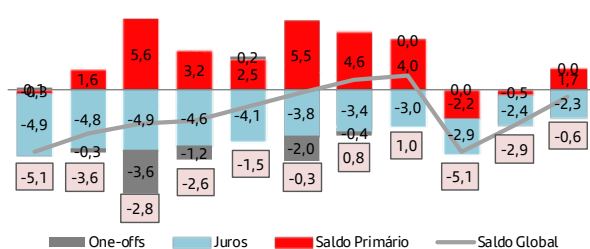
No quadro do plano de financiamento do Tesouro, em 2022, destaque para o forte afluxo de poupança dos particulares para os Certificados de Aforro, que registaram subscrições líquidas de mais de 7 mil milhões de euros, beneficiando de uma maior remuneração, que está associada à taxa de juro Euribor 3 meses.

Não obstante, parte desses fundos foram provenientes do vencimento de outros produtos de aforro de retalho do Tesouro, como os Certificados de Poupança e as OTRV, gerando assim um financiamento líquido de mil milhões de euros. O restante financiamento ocorreu com instrumentos de mercado, com destaque para as OTs. Estas emissões continuaram a contribuir para manter a maturidade média da dívida pública e, simultaneamente, reduzir o seu custo médio (em 0,1pp face a 2021, para 1,8%).

Em termos relativos, a dívida pública voltou a reduzir-se, beneficiando do maior crescimento do PIB nominal. No final de 2022, a dívida pública atingiu os 113,8% do PIB, traduzindo-se numa redução de quase 12pp face a 2021, e no menor rácio da dívida pública desde 2010. Esta redução é importante, em especial quando o BCE já comunicou a intenção de reduzir progressivamente a sua carteira de dívida pública, adquirida ao abrigo dos vários programas de *quantitative easing* executados na última década.

O **rácio global de endividamento** da economia portuguesa situou-se próximo dos 300% do PIB (-26pp face a 2021), com o setor privado empresarial a situar-se nos 122% (-9pp) e as famílias nos 64% do PIB (-4pp), claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

Saldo Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

O **setor bancário português** registou um mais lento crescimento do crédito, numa dinâmica mais perceptível no segundo semestre do ano, enquanto os depósitos continuaram a crescer, embora também progressivamente de forma mais lenta no segundo semestre do ano.

Com efeito, o crédito ao setor privado cresceu apenas 1,6% em 2022, suportado por um crescimento do crédito hipotecário em 2,8%. O crédito a empresas começou a reduzir-se, no último trimestre do ano, no contexto da subida das taxas de juro, tendo no final do ano registado uma contração de 0,2% face ao *stock* disponível no final de 2021.

Ao nível dos recursos de clientes, os depósitos cresceram 6,2% em 2022, de forma relativamente generalizada entre setores. Ao nível dos particulares, o contexto mais volátil nos mercados financeiros traduziu-se numa redução das aplicações em fundos de investimento e em seguros financeiros.

Apesar deste contexto de elevada incerteza e de riscos adversos, a qualidade creditícia não se deteriorou, com o rácio de NPL a situar-se em 3,2% no final do terceiro trimestre (-0,5pp face ao final de 2021), com uma cobertura por imparidades de 53,6%.

Em termos de rendibilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2021 (+0,2pp, para 0,7%), enquanto a rendibilidade dos capitais próprios aumentou para 8,3% (+2,9pp face ao final de 2021).

A resiliência da economia e a boa execução orçamental permitiram uma melhoria na notação de risco da República atribuída pelas agências, em um *notch*, para BBB+ pela S&P e Fitch, e A (low) pela DBRS. A Moodys já tinha revisto a notação em 2021, para Baa2.

Nota: texto escrito com a informação disponível até 28 de fevereiro de 2023.

Principais Riscos e Incertezas para 2023

O ano de 2022 ficou marcado indelevelmente pela invasão da Ucrânia pela Rússia e guerra subsequente, ainda em curso. As suas ondas de choque, materializadas num segundo choque de oferta sobre a economia mundial, tiveram efeitos ao nível da energia e demais matérias-primas. A pronunciada subida dos preços destes bens, no primeiro semestre de 2022, veio ampliar os efeitos inflacionistas que já estavam em curso, como referido na avaliação dos principais riscos e incertezas para 2022, contribuído para uma subida das taxas de juro de referência, mais pronunciada e mais rápida, por parte dos principais bancos centrais.

Portanto, os principais riscos e incertezas para o ano de 2023 para a atividade do Santander em Portugal continuam, em grande medida, associados aos fatores identificados no ano passado: (i) a guerra em curso na Ucrânia; (ii) a inflação mais elevada; e (iii) a prossecução de políticas monetárias restritivas pelos bancos centrais.

A guerra decorre à corrente data (28 de fevereiro de 2023), sem sinais de moderação, e não se podendo desconsiderar riscos de uma escalada. Apesar da significativa redução da dependência energética, mas não só, face à Rússia, materializada numa descida dos preços da energia, as perturbações nas cadeias logísticas globais prosseguem, incluindo ao nível de bens alimentares. Inclusive, algumas dos efeitos poderão sentir-se mais no futuro, devido à impossibilidade de realizar plenamente as culturas agrícolas na Ucrânia. Portanto, daqui resultam riscos, caso ocorra um agravamento do conflito, com a deterioração da confiança dos agentes económicos, ou por nova pressão sobre os preços de matérias-primas alimentares.

A inflação, nas economias desenvolvidas, atingiu máximos de três décadas em 2022, e a desaceleração tem-se revelado mais gradual do que o inicialmente esperado, mesmo com o mais forte endurecimento da política monetária. Com efeito, os efeitos sobre a inflação da descida dos preços da energia foram parcialmente anulados pela subida dos preços dos bens e serviços excluindo alimentação e energia (a designada "inflação subjacente"). Parte desta resistência à descida decorreu de aumentos salariais mais elevados, potenciados pela situação de pleno-emprego vivenciado na maioria das economias, os quais, por sua vez, podem ser transmitidos, parcial ou totalmente, ao consumidor final, através da subida dos preços de venda.

Esta descida mais lenta da inflação resultou na manutenção, pelos principais bancos centrais, de um grande foco no controlo da inflação. Nas reuniões realizadas já em 2023, e em intervenções posteriores pelos seus responsáveis, os bancos centrais, incluindo o BCE, sinalizaram que, fruto dos riscos latentes, as taxas poderão ainda subir mais e permanecer elevadas durante um período mais prolongado.

O pleno efeito da subida das taxas de juro sobre o crédito, em especial sobre o hipotecário, deverá ser sentido durante o primeiro semestre do ano, atendendo à periodicidade da refixação do indexante, e considerando que o ciclo mais pronunciado de subida ocorreu a partir de julho de 2021. Portanto, as famílias e empresas ainda irão enfrentar um agravamento adicional dos seus custos de financiamento, num contexto ainda de elevados preços da energia, matérias-primas e alimentação, colocando riscos negativos para a atividade económica, seja ao nível do consumo privado, seja ao nível do investimento e do emprego.

Se as empresas transmitirem os custos mais elevados aos preços no consumidor, haverá uma pressão adicional sobre o poder de compra das famílias, além da aceleração da inflação, que será foco do BCE, contribuindo para uma moderação do consumo. Se não o conseguirem efetuar, as margens de lucro empresariais serão afetadas negativamente, podendo conduzir a uma moderação do investimento e uma reavaliação do emprego.

Em Portugal, verificou-se que os aumentos salariais compensaram apenas parcialmente a mais elevada inflação, assim resultado numa deterioração do poder de compra das famílias, a qual já teve efeitos sobre a atividade, em termos reais. Em Portugal, o consumo privado já contraiu, em termos reais, e em cadeia, no 4.º trimestre de 2022, e, em janeiro de 2023, as vendas a retalho deflacionadas contraíram 1,8% em termos homólogos. No mercado de trabalho, ainda não foi visível uma deterioração do emprego, embora o desemprego tenha aumentado por crescimento da população ativa. O emprego será a variável chave em termos de dinâmica da qualidade creditícia pois é, em última instância, a determinante da capacidade das famílias em manterem o cumprimento do serviço da dívida no quadro de taxas de juro mais elevadas.

No global, a atual conjugação de fatores de risco traduz-se na manutenção de um cenário de elevada incerteza, com riscos negativos para a atividade económica global, mas cujos plenos impactos são de difícil aferição, no atual momento.

Portanto, o Santander em Portugal irá executar a sua atividade num contexto complexo, com riscos de menor crescimento dos volumes, tanto de crédito como de depósitos, com taxas de juro elevadas, requerendo a continuação da constante monitorização da qualidade creditícia e uma adequada política de alocação de capital nas operações ativas.

Perspetivas para 2023

Conforme referido no capítulo de “Principais riscos e incertezas para 2023”, a evolução da atividade do Santander em Portugal estará dependente do impacto, ao nível da economia portuguesa, dos fatores ali referidos.

Além da **incerteza relacionada com o quadro de guerra em curso na Ucrânia**, os agentes económicos, em especial as famílias e as empresas, irão continuar sob os efeitos dos elevados preços e da subida das taxas de juro, contribuindo para um cenário de crescimento económico moderado, em especial nos primeiros meses do ano.

Neste contexto de incerteza, o Santander em Portugal mantém o seu foco na execução das suas linhas estratégicas já definidas, incluindo, obviamente, o apoio às famílias e empresas, com a adoção de medidas adequadas, pela sua parte, para minorar os efeitos sobre os rendimentos e a capacidade de cumprir com o serviço da dívida.

Os riscos para atividade económica estão, como referido, enviesados em baixa, com perspetivas de um crescimento mais moderado no primeiro semestre do ano, em linha com a desaceleração já observada no final de 2022. Portanto, os volumes de negócio, tanto crédito, como depósitos, poderão caracterizar-se, também, por um crescimento mais moderado face ao que foi observado no decurso dos dois últimos anos. Os menores ritmos de atividade económica poderão refletir-se numa menor procura de crédito, enquanto a subida das taxas de juro pode potenciar a utilização dos depósitos para amortizar antecipadamente dívida ou, ao nível das famílias, para cobrir os custos mais elevados com a alimentação, energia e encargos da habitação.

Este contexto poderá ter implicações sobre a rentabilidade do Banco. Menores volumes de crédito terão reflexos sobre a margem financeira, assim como sobre as comissões, conjugados com a progressiva transmissão da subida das taxas de juro de referência à remuneração do passivo. Do lado dos custos, o quadro de **inflação elevada** pressiona os gastos gerais, enquanto, ao nível dos custos com pessoal o Banco já executou um conjunto de medidas destinado a mitigar os efeitos adversos da inflação. Adicionalmente, o contexto global continua a requerer uma monitorização da qualidade creditícia dos clientes, com potencial impacto sobre as imparidades, atendendo ao cenário de mercado para a evolução das taxas de juro.

Não obstante, o Banco continua focado na sua estratégia, mantendo um **forte ímpeto transformacional**, orientado para a melhoria da experiência e satisfação do cliente, destacando-se i) a contínua otimização e simplificação de processos, com melhorias no modelo comercial e na transacionalidade na rede de balcões, em plena conjugação com os canais digitais; ii) a simplificação e contínua adequação da oferta comercial às necessidades dos clientes; iii) o crescimento orgânico, em particular nos segmentos onde se obtenha a adequada remuneração do capital alocado; iv) no controlo rigoroso da qualidade creditícia; e v) na manutenção de uma sólida posição de capital e liquidez, em linha com os requisitos regulamentares.

O Santander em Portugal continuará, também, focado em ser um **Banco Responsável impulsionando o crescimento sustentável e inclusivo da Sociedade**, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e apoiando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das Comunidades onde está presente, com especial foco no financiamento da transição climática. Neste apartado, o Banco já dispõe de uma posição de relevo no mercado nacional, através do financiamento de energias renováveis, e com a disponibilização de produtos e serviços financeiros sustentáveis.

Áreas de Negócio

Particulares

No segmento de **Particulares** destaca-se o novo processo de abertura de conta com uma versão totalmente *online* e em autosserviço e, também, uma nova versão mais simples e rápida em balcão.

Os resultados da atividade comercial, neste segmento, estiveram em linha com os objetivos do ano, com exceção dos produtos de investimento, devido à instabilidade dos mercados financeiros.

Merece especial destaque neste segmento o Crédito Habitação, em que a produção cresceu 15%, com quotas de mercado acima de 23%. O Crédito ao Consumo e outros fins cresceu também em 2022, com um crescimento de mais de 50% da nova produção face a 2021, com um contributo importante da transformação digital dos processos de contratação existentes.

Destaque ainda para o NPS (*Net Promoter Score*), índice que mede o nível de satisfação dos clientes, e onde o Santander em Portugal teve em média o 2.º lugar da banca nacional ao longo do ano.

Em 2022, a atividade de Seguros Proteção esteve focada em aumentar o nível de proteção dos clientes em todas as dimensões do seu dia-a-dia (Proteção Global).

No que respeita a Seguros Autónomos, foi lançado o Seguro Saúde Viva Mais na *App* e foram otimizadas as jornadas *online* com a inclusão de características diferenciadoras (por exemplo, pré-cotação e contratação em um único clique), o que contribuiu para o aumento, em mais de 40%, das vendas em autosserviço. Em paralelo, lançou-se iniciativa de *engagement* de Saúde, com o reforço da associação da marca Santander a soluções de Seguros de Saúde. Também no segmento de Empresas foram realizados importantes avanços com a disponibilização de novas ofertas (Seguro Auto e Seguro Acidentes de Trabalho), incluindo uma campanha de ativação de Seguros Empresas com condições preferenciais.

No que respeita a seguros associados ao crédito, destaca-se a melhoria das jornadas de crédito com os seguros em contexto e a melhoria do seguimento das novas operações de crédito com seguro. Adicionalmente, foi disponibilizada a visão de carteira para consulta pelos clientes em autosserviço, no NetBanco e na *App*.

Por último, merece destaque o foco na melhoria da Experiência de cliente, que se manteve como uma prioridade de atuação, tanto nas interações de cliente (NPS transacional) como na gestão de carteira (NPS relacional).

Negócios, Empresas e Institucionais

Um dos principais objetivos do Santander, no contexto económico mais complexo, foi gerir o impacto da crise provocada pela pandemia, pelas pressões inflacionistas e pelo aumento dos custos de energia, potenciada pela guerra na Ucrânia, nos seus clientes, pretendendo ser o parceiro de confiança das empresas no seu processo de recuperação e de transformação.

Ao longo de 2022, o Banco procurou dar resposta aos desafios sociais de sustentabilidade com enfoque nos riscos das alterações climáticas, contribuindo para a sua mitigação, apostando na oferta de soluções fotovoltaicas, que permitem às empresas reduzir os custos energéticos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, e apoiando projetos urbanos com componentes inovadoras focadas na otimização dos recursos energéticos.

Apoiar os projetos de investimento público e privado no âmbito dos Fundos Europeus continuou a ser uma prioridade do Banco. Foram celebradas parcerias com consultoras especializadas em consultoria financeira, fiscal e de eficiência técnica nos diversos setores, com o objetivo de apoiar os clientes em todos os passos dos projetos de investimento, desde a análise, a avaliação e o estudo do potencial de negócio, à otimização funcional dos projetos e acompanhamento da sua implementação. No *site* público, na página dedicada aos Fundos Europeus, o Santander continua a disponibilizar toda a informação relevante e atualizada que permite ao cliente ter acesso aos diversos programas, agendas de investimento e avisos de candidatura ativos de forma organizada e onde as linhas FEI assumiram especial relevância.

Em 2022, o Turismo, a Agricultura, a Economia Social e a Saúde assumiram um papel de destaque na economia nacional, sendo igualmente estratégicos para o Santander. No Turismo, o Banco esteve fortemente empenhado na disponibilização de soluções orientadas para o apoio à inovação e transformação digital, bem como para a sustentabilidade climática. Na Agricultura, foram disponibilizadas linhas específicas, assim como com o desenvolvimento e concretização de ações alinhadas com a sustentabilidade ambiental. No Sector Social, o esforço de investimento na requalificação e aumento de capacidade das diversas repostas sociais está em marcha, num esforço partilhado entre Administrações Públicas, Entidades do Sector Social e Banca, corporizados no Programa Pares ou de avisos específicos integrados no PRR.

No *cluster* de Banca Institucional, o Santander mantém o seu forte compromisso no apoio aos clientes deste segmento, tanto ao nível das entidades públicas, mantendo uma forte presença junto das Regiões Autónomas, dos Municípios e Empresas

Municipais, como na vertente das entidades participadas pelo Estado.

Reconhecendo os enormes desafios que as empresas portuguesas atravessam, o Santander em Portugal disponibiliza aos seus clientes mecanismos de apoio para o desenvolvimento dos seus negócios e melhoria da competitividade, sendo um passo importante para gerar mais riqueza, emprego e contribuir para a recuperação e crescimento da economia portuguesa. Prova disso é a recente assinatura do protocolo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) que vai permitir apoiar as PME e as empresas de média capitalização (*Mid-Caps*) em Portugal com uma linha de 820 milhões de euros.

Acresce um conjunto de Linhas, já em vigor, com o Fundo Europeu de Investimento (FEI) e com o Banco Português de Fomento/Sistema Nacional de Garantia Mútua, cujos benefícios das garantias são transferidos para os clientes, através de condições de mercado vantajosas, permitindo que o financiamento chegue a um maior número de empresas, nas condições mais favoráveis possíveis.

O Santander Portugal, na área de **Negócio Internacional**, mantém uma sólida quota de mercado na maioria das operações de *Trade Finance*, sinal inequívoco da confiança dos clientes na estrutura profissional do Banco e na sua solidez e credibilidade nos mercados internacionais. Apoiaram-se os clientes, no atual enquadramento de aumento generalizado dos preços da energia e matérias-primas e do custo de transporte, através da originação de negócio e da estruturação de operações mais complexas junto de importadores e exportadores nacionais.

O *International Desk* continuou a apoiar a internacionalização das empresas portuguesas, assim como a privilegiar a abertura de contas de empresas estrangeiras em Portugal, tendo organizado e participado em diversos eventos.

O Santander disponibiliza uma plataforma *online*, o *Trade Club Alliance*, que disponibiliza informação sobre clientes, fornecedores ou distribuidores no estrangeiro, além de dados macroeconómicos, cambiais ou ainda simulação do cálculo dos custos totais associados a operações de exportação.

Wealth Management and Insurance

O ano de 2022 foi um ano extremamente complexo para as áreas de *Wealth Management*, condicionado pelo eclodir de uma guerra na Europa, pela pronunciada aceleração da inflação e correspondente alteração da política monetária pelos principais bancos centrais. Efetivamente, a guerra na Ucrânia teve um enorme impacto nos preços da energia, o que, adicionado à incerteza do próprio contexto de guerra, e ainda a problemas de produção e logísticos, elevou a inflação a máximos de três décadas, acima dos 6% nos EUA e dos 8% na Europa.

Este contexto afetou negativamente todas as classes de ativos, com performances muito negativas no ano. A maioria dos índices acionistas europeus fechou o ano de 2022 com perdas superiores a 12% e, no mercado norte-americano, o índice S&P registou perdas próximas de 20%. Em paralelo com a acentuada subida das taxas de juro, tanto do euro como do dólar, os mercados obrigacionistas globais tiveram performances bastante negativas. Todos estes fatores resultaram em perdas na generalidade das carteiras de ativos sob gestão.

Apesar do enquadramento adverso para a generalidade dos indicadores de negócio do *Private Banking* do Santander em Portugal, verificou-se um crescimento de 2% no volume de negócio e de 6% nos recursos de balanço, assim como de 2% em fundos e seguros e em mandatos discricionários (sem efeito de mercado).

Pela positiva, manteve-se uma forte dinâmica de crescimento da base de clientes do *Private Banking*, assente numa continuada atividade de prospeção externa, e numa grande colaboração e apoio das redes de balcões e de centros empresas do Banco.

Como reconhecimento da excelência de serviço e atenção ao cliente, o *Private Banking* do Santander Portugal foi, já no final do ano de 2022, distinguido como o melhor *Private Banking* a operar em Portugal, pelo 8.º ano consecutivo, de acordo com a revista *Global Finance*. Estas distinções reconhecem e reforçam a qualidade das equipas e das soluções de investimento disponibilizadas pelo *Private Banking* do Santander, contribuindo para manter o foco no desenvolvimento contínuo de melhoria de serviço ao cliente e da proposta de valor.

Ao nível dos fundos de investimento, a maior instabilidade dos mercados teve impacto na atividade comercial, tendo os fundos comercializados pelo banco registado resgates líquidos de 116 milhões de euros e a carteira convergido para 3 623 milhões de euros de ativos sob gestão.

As soluções de Reforma constituíram um foco muito relevante da atividade comercial, orientado para a promoção de planos programados de entregas ajustados à realidade individual de cada cliente. O Santander mantém uma posição relevante neste segmento, com uma quota de cerca de 20% em produtos de reforma risco tomador.

Na área de Seguros Financeiros, verificou-se um maior dinamismo no segmento de banca privada, através de produtos *Unit Linked* específicos para o segmento. A carteira de seguros encerrou com cerca de 3 647 milhões de euros de ativos sob gestão, e com resgates líquidos de 171 milhões de euros, dos quais 106 milhões corresponderam a vencimentos.

Ao longo do ano, o Banco desenvolveu uma série de iniciativas destinadas a robustecer a proposta de valor ao cliente. Com efeito, adotou-se um modelo comercial que incorpora as preferências de Sustentabilidade do cliente, tendo sido convertida mais de metade da oferta nesse sentido. Paralelamente, foram lançados um novo produto de Reforma, o Santander Aforro PPR, e um novo fundo de ações, o Santander

Prosperity, que visa melhorar o bem-estar da sociedade, tendo também sido alterada a marca de um *Unit Linked* âncora do *Private*.

Finalmente, destaque para a realização, na generalidade das regiões, de sessões de proximidade, envolvendo os principais clientes e os respetivos gestores. Estas ações visaram esclarecer os clientes em relação ao desempenho dos produtos financeiros de forma extremamente interativa.

Corporate and Investment Banking

O ano de 2022 revelou-se particularmente desafiante, com alterações macroeconómicas muito relevantes, com a guerra decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia a resultar em constantes flutuações dos preços da energia e das matérias-primas, na aceleração da inflação, nas subidas das taxas de juro e na volatilidade da taxa de câmbio do euro face ao dólar.

Nos últimos anos, a relação com o cliente mudou, e o Banco acelerou a transição para o digital e melhorou as plataformas, permitindo uma comunicação mais útil e eficaz. O Banco apresentou soluções novas e inovadoras, com destaque para projetos ESG e de *Export Finance*, e renovou o compromisso com os clientes, apoiando as suas principais operações.

No âmbito ESG, destaque para o primeiro *confirming* verde realizado em Portugal, para a Sonae, mantendo-se o foco na conversão de carteira em financiamentos sustentáveis. Em *Export Finance*, destaque para o mandato de *Lead arranger and lender*, com a Mota-Engil, para 3 operações com ECAs (*Export Credit Agency*).

A carteira de crédito de CIB registou, uma redução de 5,5% face ao período homólogo, justificada pela redução programada de algumas operações.

Na área de **Global Debt Financing**, o ano de 2022 ficou marcado pela liderança do Banco nas principais operações de financiamento de energias renováveis em Portugal, com destaque para o asseguramento, pelo Santander, da totalidade de um financiamento de 362 milhões de euros para aquisição de um portefólio de parques eólicos pela Onex Holdings à EDP. Adicionalmente, o Banco apoiou também a Geneng, do grupo Total Eren, refinanciando a totalidade da dívida do seu principal portefólio de energias renováveis. Já no final do ano, o Santander assessorou e financiou a Finerge numa operação de mais de 2,3 mil milhões de Euros, de refinanciamento da totalidade da sua dívida e financiamento do seu plano de crescimento futuro. Esta operação destaca-se ainda por ter apresentado uma estrutura de amortização inovadora, mais adaptável aos desafios atualmente apresentados ao sector energético e ganhou o prémio de "Renewables Deal of the Year" Europeu pela revista PFI. Parte da dívida associada a estas operações, que somaram em conjunto cerca de 3 mil milhões de euros, foi posteriormente colocada junto de outras instituições de crédito.

Com estas operações de crédito, o Santander demonstrou a sua capacidade para assegurar o financiamento dos projetos estratégicos dos seus clientes, bem como a credibilidade do Banco junto de outras instituições de crédito nacionais e internacionais.

Adicionalmente, a área de *Global Debt Financing* teve um papel determinante na apresentação de soluções inovadoras e dinamizadoras dos objetivos de descarbonização da economia portuguesa, destacando-se a assessoria financeira aos primeiros projetos industriais que incluem o Hidrogénio verde na sua cadeia produtiva.

Durante este período foram também concluídas diversas operações relevantes de financiamento num conjunto alargado de setores, destacando-se várias operações nos setores imobiliário, industrial e de infraestruturas.

A nível de **Debt Capital Markets**, a área de *Global Debt Financing* manteve a sua posição de liderança no mercado português com a participação numa colocação de 3 mil milhões de euros de dívida 10 anos para a República Portuguesa, e na colocação de dois *Green Bonds*, de 500 milhões de euros e de 500 milhões de dólares, a 5 anos, para a EDP, e na execução de um *liability management* para a Brisa Concessões Rodoviárias, SA.

A área de **Corporate Finance** desenvolveu, em 2022, uma intensa atividade em operações de Fusões & Aquisições e *Equity Capital Markets*, destacando-se a conclusão com sucesso das seguintes operações de assessoria financeira:

- Assessoria à Atlantia, na operação de venda da participação de 17,2% detida na Lusoponte à MM Capital Partners, subsidiária da Marubeni Corporation;
- Assessoria à Penta Flex, na operação de cisão entre a Cordex e a Flex 2000;
- Assessoria financeira à Altri e Greenvolt, no processo de *spin-off* da Greenvolt;
- Atuação como *Joint Global Coordinator* no aumento de capital/Oferta Pública de Subscrição da Greenvolt, no valor de 100 milhões de euros.

Na área de **Mercados**, particularmente na área de *Corporate and Commercial Banking*, registou-se um crescimento acentuado da atividade, alicerçado no esforço de proximidade aos clientes e pela adequabilidade das soluções apresentadas ao contexto de volatilidade extrema na generalidade dos mercados financeiros, materializada na quebra temporária da paridade do euro face ao dólar (o que não ocorria há duas décadas), pela desvalorização em mais de 16% do principal índice obrigacionista global e na subida acentuada das taxas de juro de referência.

No segmento **Cambial**, registou-se um aumento significativo do número de operações, do volume negociado e do número de clientes que operam com o Banco. Neste particular, é de salientar o sucesso da estratégia de digitalização seguida pelo Banco consubstanciada na plataforma de câmbios

disponibilizada no NetBanco, mantendo-se em 2022 a tendência de crescimento bastante expressivo dos últimos anos.

No segmento de **Taxa de Juro**, a versatilidade das soluções apresentadas pelo Banco foram chave para os resultados do período, destacando-se o número de operações de taxa fixa realizadas, em especial no primeiro semestre do ano, e que assumem atualmente relevância na gestão da Tesouraria de muitas Empresas.

Destaque também para o envolvimento em operações diferenciadas, no papel de *hedging coordinator*, em financiamentos originados com o objetivo de posterior colocação parcial junto de outras instituições financeiras.

Desenvolvimento Digital

No negócio de *Acquiring* de Terminais de Pagamento Automático, o Santander focou-se ao longo do ano na rentabilização do parque, ativando terminais que se encontravam inativos e cancelando outros que não estavam ao serviço dos comerciantes.

No segundo semestre um dos focos foi a venda do negócio de POS à Getnet – empresa do Grupo Santander. Desta forma o Grupo Santander fica habilitado em Portugal a disponibilizar a aceitação dos principais meios de pagamento de cartão a todos os seus clientes, assim como, serviços inovadores no âmbito da atividade de *acquiring*.

A *Getnet Europe, Entidad de Pago, S.L.U* é uma empresa do Grupo Santander que disponibiliza uma plataforma de pagamentos inovadora para melhorar a gestão do dia-a-dia dos negócios, garante ainda com soluções para todos os tipos de negócios disponibilizando também o acesso a pagamentos multicanal, físicos e digitais, em vários países, sempre com a mais avançada tecnologia de segurança e antifraude.

No segmento de **Produtos Estruturados** para retalho foram colocados 5 produtos, num montante superior a 70 milhões de euros, com o contexto de mercado a permitir o desenvolvimento de estruturas mais conservadoras, em especial de capital garantido, além da oferta de produtos de investimento para o *Private Banking*.

Na área de **Cash Trading**, o facto de 2022 ter sido um ano historicamente negativo, com o *MSCI World Index* a desvalorizar mais de 19% e o *Bloomberg Global Aggregate Index* (referência global do mercado obrigacionista) mais de 16%, pesou no sentimento dos investidores e nos volumes negociados, sendo que há mais de quatro décadas que o mercado obrigacionista não registava uma desvalorização de mais de dois dígitos em sintonia com o mercado acionista.

Durante ao ano foi desenvolvido um novo *software* para a gestão de Cofres de Aluguer, foi feita uma reformulação total, promovendo assim uma mais fácil e eficaz gestão do negócio e transformando as tarefas associadas às aberturas, fechos, migrações ou arrobamentos mais simples para toda a rede de balcões. Adicionalmente, o preçário foi simplificado e procedeu-se à remediação de todo o parque de cofres de aluguer.

O serviço de caixas automáticas do Santander é um serviço crítico que visa servir a maioria da população, não só do Banco, mas também da comunidade bancária, assegurando o acesso aos principais serviços em qualquer ponto do país. Neste sentido, procurou manter-se a capilaridade em todo o território nacional, reforçando as zonas de maior afluência, no mesmo âmbito racionalizou-se o investimento retirando máquinas que não tinham grande utilização e substituindo-se outras que se encontravam obsoletas de forma a garantir um bom funcionamento de todo o parque.

Áreas de Suporte ao Negócio

Experiência do cliente

O mundo continua num ritmo acelerado de mudança. A indústria bancária continua a ser transformada pela tecnologia, resultando em novas soluções e no aumento das expectativas dos clientes, que exigem mais rapidez, personalização e disponibilidade. A somar, o papel dos bancos na sociedade está a mudar com impactos em diversas áreas, tais como a diversidade ou a sustentabilidade.

As mudanças que se enfrentam são grandes, mas as ambições, do Santander, também o são. Um dos novos pilares da cultura do Banco é o "Pensar cliente" ("Think Customer"). Este pilar é essencial para impulsionar o Banco para um futuro cada vez mais focado nos clientes. Cuidar da relação com os clientes é uma das prioridades do Santander, para assim, ganhar a sua confiança e lealdade.

Em 2022, foi renovado o Programa de *Customer Experience*, assente em 6 frentes de atuação para impactar positivamente a experiência dos clientes: Cultura, *Customer Care*, Canais Digitais, Rede & *Contact Center*, *Everyday Banking* e Produtos.

Entre as várias iniciativas, destacam-se:

- Implementação de uma plataforma única de *workflow & ticketing* para pedidos de cliente ("Resolve"), potenciando a melhoria nos tempos de resposta ao cliente;
- Lançamento da "Superlinha Sénior", com um atendimento personalizado para os clientes com mais de 70 anos, sem mensagens pré-gravadas, sem limite de tempo, com o objetivo de esclarecer todas as dúvidas e apoiar nas operações bancárias do dia-a-dia;
- Criação de momentos diferenciadores na utilização da conta e do cartão, como o lançamento de campanhas que premeiam a utilização ou a disponibilização de novas vantagens e descontos
- Continua aposta na digitalização e simplificação das jornadas de produto, como a melhoria na jornada de simulação de crédito habitação ou o lançamento de uma nova jornada digital *omnichannel* de contratação do seguro lar.
- Disponibilização da nova *App* a todos os clientes Santander e introdução de melhorias na usabilidade (ex. introdução de novos atalhos, nova interface de menu, etc.)
- Criação de um canal de resolução especializado no contacto para resolução de temas pendentes com clientes detratores, em resultado de resposta aos questionários de satisfação enviados pelo banco.

Voz do cliente

Ao nível da Voz do cliente, 2022 foi um ano de consolidação do modelo definido e apuramento da sistemática de *insights* que em 2022 alimentou as frentes de atuação já referidas.

Ao nível de posicionamento face à concorrência no indicador de satisfação NPS – *Net Promoter Score*, o Santander acabou 2022 em 2.º lugar no estudo de *benchmark* corporativo. Este estudo é realizado em todas as geografias do grupo, e é efetuado por uma entidade externa e independente. No estudo, o Banco lidera em 13 atributos, com destaque para os seguintes:

- "Forte e Sólido"
- "Inovador e Moderno"
- "Responsabilidade Social"
- "Satisfação com o Gestor"
- "Satisfação com a Banca Telefónica"

O resultado alcançado este ano cumpre o objetivo definido para 2022 (de estar no *Top 3*) e abre caminho para um ano de 2023 ainda mais ambicioso.

Um dos principais exemplos da aplicação dos *insights* de Voz do cliente esteve relacionado com a definição das prioridades de novos desenvolvimentos para a *App* Santander. Desta forma, verificou-se uma evolução muito positiva nos indicadores de satisfação, tendo ultrapassado os valores registados na *App* anterior, e alcançado a 2.ª posição neste atributo no estudo de *benchmark* corporativo.

No que diz respeito ao programa de cliente mistério, em 2022 foi expandido o âmbito de avaliação. Em complemento à avaliação da experiência de "não clientes" (*prospects*), o programa deste ano cobriu também a experiência a partir da perspetiva de um cliente do banco, permitindo a recolha de *insights* importantes sobre a qualidade de serviço, e identificar oportunidades de melhoria da experiência de cliente na interação com a rede de balcões.

Service Design & Research

Em 2022, foi dada continuidade à realização de atividades de *research* e *design thinking* com clientes e *stakeholders* internos, de entre as quais se destacam:

- Testes de usabilidade relacionados com a navegabilidade em canais, *homebanking* (empresas e particulares) e *app*, percorrendo várias funcionalidades desde a consulta ou atualização de dados, passando pela contratação de crédito habitação e acabando em testes de novos serviços desenhados em anos anteriores, como é o caso do *debit installments*, nova funcionalidade de fracionamento do pagamento em cartões de débito;
- Criação de um novo modelo de serviço para o segmento de menores, investigando e explorando as necessidades, os canais de comunicação e relação com o banco, como também, avaliando as expectativas e conceitos de gestão financeira, de forma a desenvolver uma solução de captação e manutenção deste universo;
- Realização de *research* interno, aos vários perfis comerciais para alinhamento e ajuste do modelo de comunicação comercial e, desta forma, otimizar e agilizar o acesso à informação por parte dos colaboradores, garantindo uma relação com o cliente mais clara e transparente.
- Definição de *personas* do segmento de residentes no exterior para construção de um modelo de serviço para este perfil de cliente;

Provedor do cliente

No âmbito do compromisso de o cliente ser o centro e de acordo com as mais exigentes práticas de proteção dos clientes, o Banco criou em janeiro deste ano o cargo do **Provedor do cliente**, no modelo da figura do *ombudsman*, que é a inspiração de referência deste cargo nas instituições que o adotam.

Neste contexto, a função principal do **Provedor do cliente no Banco é defender e promover os direitos, interesses e expectativas dos clientes**, assegurando, através de meios informais, a satisfação e regularidade plena das suas relações com o Banco e a dignificação deste perante o público em geral, contribuindo ainda como “Voz do cliente” para a atividade do Banco.

A existência do Provedor do cliente e os seus estatutos estão devidamente firmados e divulgados, incluindo publicamente no sítio do banco da internet, merecendo nota positiva o processo de aculturação da organização e dos clientes desenvolvido ao longo do ano para compreensão e potencialização desta inovadora figura.

De acordo com a insatisfação dos clientes e oportunidades de

- Co-criação de um novo conceito de serviço para clientes com produtos de poupança e investimento, incluindo a definição das *personas* relevantes e o desenho das jornadas de cliente e do modelo de serviço associado;
- Análise do perfil, necessidades e experiência de abertura de conta por clientes estrangeiros, identificando um conjunto de iniciativas de melhoria que vão desde a melhoria no produto, definição de procedimentos e comunicação interna à criação de conteúdos e materiais de comunicação externa.

User Experience

Em linha com a estratégia de digitalização e simplificação dos processos, o Banco tem vindo a evoluir na definição e construção do seu *Design System*. Alinhado com as boas práticas de usabilidade e acessibilidade, o *Design System* é composto por linhas orientadoras visuais e tecnológicas. Disponibiliza documentação e componentes que permitem assegurar a construção de experiências consistentes entre plataformas, mantendo a identidade da marca e reduzindo a carga cognitiva dos utilizadores, permitindo uma experiência mais fluída.

aperfeiçoamento, originaram-se 65 recomendações específicas de melhorias de prestação, oferta e exercício da atividade que foram tidas em conta pelas áreas competentes do Banco.

Pelo seu carácter de singularidade, destaca-se ainda o início da execução do Programa “Levar, Estar e Trazer”, em que o Provedor e a sua assessoria se propõem visitar todas as unidades de negócio do banco para: (i) transmitirem os valores, iniciativas e propostas do Banco relativos à sua identidade e compromisso de ser um “Banco de serviço e ao serviço” dos clientes; (ii) conhecerem as especificidades e realidade concreta de cada praça, unidade de negocio, seus colaboradores e clientes; (iii) serem portadores das mensagens partilhadas no quadro da logica *speak up*.

No ano de 2022 foram visitados, ao abrigo deste programa, 109 balcões.

O Provedor do cliente, designado pela Comissão Executiva para este primeiro mandato, foi António Terra da Motta, Diretor Executivo, advogado, e quadro sénior do Banco desde 1996, que anteriormente desempenhou o cargo de responsável pela área de Assessoria Jurídica e depois da área de Experiência do cliente

Tecnologia e Operações

As Direções de **Tecnologia**, em alinhamento com as áreas de negócio e de transformação digital, continuaram a implementar soluções digitais orientadas aos seus colaboradores e aos seus clientes, promovendo a adoção de novas tecnologias, arquiteturas modernas e abordagens de desenvolvimento ágeis. No contexto regulamentar, assegurou a implementação de iniciativas para garantir o cumprimento das exigências de carácter legal ou regulamentar, assim como a implementação de recomendações decorrentes de auditorias internas e externas, pilares fundamentais na atuação do Banco Santander em Portugal.

Durante 2022, potenciado por *enablers* implementados no ano de 2021 continuou-se o programa estratégico de TI, nomeadamente, em jornadas para *Cloud* e na transformação dos sistemas de informação.

Os clientes têm novas funcionalidades nos canais digitais e no serviço de *Call Center*, com fluxos e experiência de utilização otimizadas e adaptadas às necessidades individuais. No serviço de atendimento a clientes pela rede comercial também estão disponíveis capacidades em plataformas como as de *onboarding* de clientes e seguros.

Ao nível da Infraestrutura (*Service Management*), manteve-se o foco na componente de monitorização dos sistemas do Banco, por forma a antecipar ações corretivas e assim evitar impacto no serviço. Ao nível da modernização tecnológica, está em curso o projeto SD, com vista a melhorar a resiliência e o nível de serviço na componente de comunicações ao nível dos Balcões e Edifícios. Foi também reforçado o suporte ao parque de ATMs do Banco, de forma a minimizar o impacto no serviço ao cliente.

A saída de um contexto de pandemia e entrada num cenário de conflito no território da Ucrânia, de duração incerta, trouxe novos desafios à **Área de Cibersegurança** no acompanhamento e gestão dos ciberriscos associados a um contexto bélico com forte impacto nas economias da Europa. No desenvolvimento do negócio, refletiu-se com particular incidência no reforço da segurança da informação na cadeia de fornecedores com controlos mais robustos, incluindo a prevenção de eventos

Gestão de Pessoas

O ano de 2022 foi marcado pelo regresso ao escritório (período pós-pandemia) com implementação de novas formas de trabalhar e pela adoção de novas ferramentas de gestão de pessoas – o **Workday** – e de aprendizagem contínua – o **Dojo**.

A processo de transformação do Banco numa plataforma aberta de serviços financeiros acelerou, valorizando *skills* nos colaboradores que refletem as necessidades do futuro – mais digital, mais criativo, em constante mudança e com maior capacidade de adaptabilidade.

associados ao *ramsonware*. No apoio aos clientes e à sociedade civil, em geral, com a promoção de um ambiente de navegação na internet mais segura com o estender das componentes formativas no site público do Banco onde se destaca um curso de Cibersegurança disponível para o público em geral. Com foco no grau de satisfação e reforço da experiência de cliente, na área de fraude externa foram implementados processos de proximidade e acompanhamento mais céleres na gestão de alertas para operações de risco.

A área de **Operações** continuou o processo de evolução das suas operativas, com um conjunto de iniciativas de automação e reengenharia de processos permitindo a integração de transações, a facilidade de execução e a simplificação operativa quer em Operações quer na Rede Comercial. Os critérios de sustentabilidade e digitalização são um foco crítico, sendo que a estratégia digital direcionada para Operações aumentou o seu ritmo de implementação com o objetivo de simplificar processos e reduzir o consumo de documentos físicos no fluxo das tarefas (alavancando a adoção de ferramentas digitais), permitindo acelerar a execução dos processos e reduzir custos com a redução do consumo de papel e do espaço utilizado para arquivo físico.

Nesta sequência, o segundo semestre do ano foi norteado pela evolução das operativas e qualidade do serviço prestado ao cliente e pela melhoria dos tempos de execução (SLA – *Service Level Agreements*) com o compromisso de melhorar o NPS dos clientes Santander e melhorar a experiência de utilizador.

Algumas destas medidas estão, também, alinhadas com o espírito “*One Europe*” que preconiza, entre outros pontos, a constituição de uma equipa com objetivos e iniciativas comuns a todos os Colaboradores das várias geografias onde o Grupo se insere, através da partilha e troca de conhecimento mútuo.

A área de Operações continua focada em fazer evoluir os processos, com uma visão alargada destes e interação com cliente, numa perspetiva de melhoria contínua, tendo em conta o *feedback* recebido da área comercial, através do plano de visitas que têm sido feitas aos Balcões e da avaliação do NPS.

O Banco está em constante transformação para continuar a conquistar e manter a confiança dos seus clientes e a ser uma instituição na qual os colaboradores se orgulham de trabalhar.

Continua também a progredir e a desenvolver o seu trabalho de forma mais responsável e sustentável, com foco num propósito – contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas. Sempre de forma simples, próxima e justa.

O ano de 2022 representou também a oportunidade de fazer parte da simplificação e transformação do Banco numa

plataforma digital, de trabalhar com profissionais inspiradores que se preocupam com o crescimento profissional e pessoal das pessoas e de participar na construção de uma instituição melhor para trabalhar.

No âmbito do processo de transformação do Banco ouviram-se os colaboradores e clientes e atualizaram-se os comportamentos corporativos para responder à evolução do mercado e da sociedade, acelerou-se a transformação e atraíram-se mais clientes. Os outros pilares do *Santander Way* – lançado há 6 anos – a missão, visão, a cultura de riscos (*Risk Pro*) do Banco e a forma de fazer as coisas "Simples, Próxima e Justa" – não se alteraram.

Em março 2022, foi lançado no mundo Santander o T.E.A.M.S. – o conjunto dos novos comportamentos corporativos – mantendo-se inalterados o propósito do Banco: ajudar as pessoas e as empresas a prosperar; a visão Santander: ser a maior plataforma aberta de serviços financeiros; e os seus valores – Simples | Próximo | Justo.

Cada uma das letras que compõem a palavra T.E.A.M.S. representa um comportamento, para ser fácil de memorizar, reforçando a estratégia de pensar no cliente, a importância do trabalho em equipa, a necessidade de abraçar a mudança, de atuar com rapidez e de falar abertamente.



→ **Think Customer – Penso no cliente**

Cuido da relação com os nossos clientes e dou o meu melhor para ganhar a sua confiança e lealdade.

→ **Embrace Change – Impulsiono a mudança**

Enfrento novos desafios e procuro novas formas de fazer as coisas como uma oportunidade para crescer.

→ **Act Now – Atuo com rapidez**

Tomo iniciativa com responsabilidade e faço as coisas de forma simples.

→ **Move Together – Trabalho em equipa**

Promovo a colaboração e trabalho junto dos meus/minhas colegas para alcançar objetivos comuns.

→ **Speak Up – Falo abertamente**

Expresso as minhas ideias com respeito e sem medo. Sinto-me confortável a dar e a receber *feedback*.

O lançamento e a comunicação do T.E.A.M.S. contribuíram também para um melhor conhecimento do *Santander Way*, identificando a cultura do grupo e do Banco, sendo sempre salientado e incorporado em toda a comunicação da área de Gestão de Pessoas.

Acredita-se que, desta "maneira", os resultados do Banco e dos Colaboradores, a qualidade de serviço ao cliente, a entrega de valor ao acionista e o apoio à sociedade se fará de forma responsável e sustentável.

→ **O melhor Banco para os colaboradores** – atrair, reter e comprometer os melhores profissionais capazes de prestar o melhor serviço aos clientes e garantir o sucesso e a sustentabilidade do negócio.

→ **O melhor Banco para a sociedade** – desempenhar a atividade bancária, contribuindo para o progresso económico e social das comunidades em que está presente, de maneira responsável e sustentável, com compromisso especial com o ensino superior.

→ **O melhor Banco para os clientes** – construir relações de confiança a longo prazo com os clientes, oferecendo soluções simples, personalizadas, um tratamento justo e equitativo e um serviço de excelência, quer nos canais digitais quer no atendimento presencial, visando aumentar a sua satisfação e vinculação ao Banco.

→ **O melhor Banco para os acionistas** – obter uma rentabilidade e um retorno atrativo e sustentável para os acionistas, com base num modelo de negócio com alta recorrência de receitas, prudente em riscos, eficiente e com disciplina de capital e solidez financeira.

Há já alguns anos que o Santander tem como objetivo corporativo ser a melhor instituição para trabalhar, nas várias geografias onde marca presença e, por essa razão, tem-se vindo a consolidar o trabalho realizado em anos anteriores, nomeadamente melhorando processos que facilitem a experiência do colaborador, agilizando e ampliando o pacote de medidas que se colocam à disposição.

Em 2022, o Banco foi certificado como *Great Place to Work*, mantendo também o estatuto "EFR" – Excelência como Empresa Familiarmente Responsável, atribuído pela associação Mais Família em 2020.

Consolidando um dos comportamentos T.E.A.M.S., o *SpeakUp*, de forma a promover um ambiente aberto e de confiança, proporcionando ações de melhoria, foi lançado o *Your Voice* que é a evolução do Inquérito Global de Compromisso, com algumas novidades:

→ Mais rápido e mais fácil, o questionário é feito numa plataforma (*Peakon*) agregada ao *Workday*;

→ Escuta mais continua, (em vários momentos e não apenas uma vez por ano), permitindo estar mais próximos das equipas e agir com rapidez num ambiente em constante mudança. Este ano existirão três momentos de inquérito: março – abril, junho – julho e setembro – outubro;

→ Melhoria da experiência do *manager* e do Colaborador, pela visualização rápida e prática de resultados e melhores *insights*.

Este novo modelo permite identificar e acompanhar temas como o compromisso, a flexibilidade, a colaboração, a diversidade e inclusão, os comportamentos T.E.A.M.S. e outros temas relevantes.

Os resultados foram os seguintes:

| | Participação agregada | Engagement | NPS |
|----------|-----------------------|------------|-----|
| Portugal | 89% | 7.8/10 | 36 |

Para estes resultados contribuem as mais de 80 medidas que estão ao dispor dos Colaboradores e que vão ao encontro do objetivo de ser uma boa instituição para trabalhar e familiarmente responsável.

Em complemento às medidas que já existentes, no âmbito da estratégia de ser um Banco digital e das novas formas de trabalhar, **foram disponibilizados computadores portáteis e telemóveis (incluindo pacotes de dados) a todos os colaboradores do Banco.**

No âmbito do objetivo de uma instituição familiarmente responsável, o Banco concretizou as seguintes ações:

- Divulgação nas Redes Sociais do grupo de partilha #ThePlaceToBeYourself – salientando que, no Santander, Diversidade e Inclusão são uma prioridade estratégica para atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais.
- Lançou as “Dicas úteis para si”: informações úteis para os colaboradores, bem como as facilidades disponíveis nos edifícios Serviços Centrais de Lisboa e Porto.
- Realizou o questionário “Queremos saber de si | EFR - empresa familiarmente responsável” – para recolher informações estruturadas e segmentadas dos colaboradores sobre as suas necessidades e expectativas em matéria de conciliação, bem como para conhecer as suas opiniões e avaliações em relação às medidas de conciliação existentes.
- Alterou o Dress Code para fato sem gravata, contribuindo para o reforço de uma cultura mais moderna e adaptada à sociedade e também mais próxima, criando um ambiente trabalho mais confortável, mantendo a ética e o rigor a que estamos habituados.
- Promoveu ações de solidariedade com a Ucrânia (donativos e “Família Santander junta Famílias Ucrânicas”) – fomentando a cultura de solidariedade, entreatajuda, trabalho de equipa e o voluntariado.
- Numa iniciativa inédita, o Santander em Portugal juntou-se à Paróquia do Campo Grande e mobilizou-se para ir buscar à Polónia perto de 180 refugiados ucranianos que tinham alguns laços com Portugal, seja através de familiares ou amigos.

→ Nesta ação estiveram envolvidos voluntários do Banco que não só foram buscar os refugiados ao aeroporto como, por todo o país, aguardaram os autocarros que os levaram e os entregaram às famílias de acolhimento.

- Recolha de 1 352 donativos de colaboradores, no total de 34 mil euros.
- 30 anos de Banco – realizaram-se 3 cerimónias (duas em Lisboa e outra no Porto) para entrega dos mais de 500 Relógios aos colaboradores que completaram 30 anos de Banco em 2021. E cerca de 300 de Colaboradores que completaram 30 anos de Banco em 2022.
- Proporcionou estágios aos familiares e amigos dos colaboradores – “Uma experiência para quem quer experiência”:

 - Abertura de 100 estágios de verão na área comercial/balcões.
 - Candidaturas feitas através dos *colaboradores* do banco via forms.

- Participou em diversos fóruns de partilha de práticas de gestão no âmbito de Empresa Familiarmente Responsável e apoio à conciliação. Divulgou outras medidas EFR e enriquecimento de *network* e promoção desta certificação.
- O Santander partilhou ainda o testemunho da importância de ser empresa EFR no 70.º congresso da ACEGE, em maio de 2022.

No 1.º semestre do ano o Banco promoveu a realização de testes antigénios à COVID19 nas instalações do Centro Santander e alargou a linha de apoio psicológico a qualquer caso e não apenas no âmbito COVID19.

Em outubro, o Banco acompanhando a evolução da situação económica no mundo e no país, com natural preocupação, e consciente do impacto que o aumento da inflação e do custo da energia teria no orçamento familiar de muitos dos colaboradores, aprovou algumas medidas de apoio financeiro para ajudar a minimizar esse impacto.

Escolheu focar a ajuda nos colaboradores com salário mais baixo, através do pagamento de um valor único em detrimento de uma percentagem, para que este apoio seja mais relevante.

Assim, lançou as seguintes medidas:

- Pagamento extraordinário e suplementar de 750 euros aos colaboradores com rendimentos até 30 000€/ano (VME – vencimento mensal efetivo x 14 meses);
- Possibilidade de, em 2023, de todos os Colaboradores anteciparem até 50% do subsídio de Natal;
- Aumento do limite do crédito ACT para 200.000 euros (novos créditos);

- Alargamento do acesso às medidas EFR (Empresa Familiarmente Responsável) aos Colaboradores com VME <= 2.500 euros. Das quais destacamos a comparticipação do passe social em 50% e apoio a propinas no valor de 310€/ano por filho ou enteado.

Programa BeHealthy

O Santander dispõe de um programa corporativo que tem como objetivo posicionar o Banco como a instituição mais saudável do mundo. Esse programa denomina-se *BeHealthy* e tem por objetivo promover e criar hábitos de vida saudável para os Colaboradores, com base em 4 pilares de desenvolvimento:

- *Know Your Numbers*: oferece ferramentas que permitem tomar contacto com indicadores da saúde, marcar metas de melhoria e prevenir riscos de saúde;
- *Eat*: consciencializar sobre os benefícios de comer de forma saudável e combater o excesso de peso;
- *Be Balanced*: ajudar a gerir o equilíbrio no trabalho, promovendo formas de melhoria do rendimento, nomeadamente através do *Mindfulness*;
- *Move*: promover o exercício físico e *fitness* no trabalho. Monitorizar o progresso e inspirar a um *lifestyle* saudável.



Em abril 2022 dedicou-se uma semana a ativar o Bem-estar dos Colaboradores – “Semana Be Healthy” - com várias atividades que fomentam os hábitos de vida saudável:

- Ginástica laboral
- *Coaching* parental
- Ser vegetariano
- Receitas saudáveis
- Rastreamento de glicémia e colesterol
- Ansiedade e stress
- Programa para deixar de fumar – protocolo com a EasyWay
- Melhorar o seu sono

Desenvolvimento Profissional

A nossa estratégia para o talento centra-se na atração e retenção de talentos.

Os exercícios de *Strategy Workforce Planning* ajudam-nos a compreender a nossa base de competências atuais e necessidades futuras (alinhadas com a estratégia de negócio) para formar linhas de ação.

A transformação do Santander é impulsionada pela nossa

abordagem de aprendizagem contínua. Os nossos programas ajudam os Colaboradores a adquirir novas competências, aumentar o desempenho e a produtividade e a tornarem-se melhores profissionais.

Existe também a preocupação de melhorar a capacidade de liderança dos responsáveis de equipas na medida em que o seu papel é determinante para o desempenho de toda a organização. Destaque para alguns programas de desenvolvimento de talento

- **Avaliação de talento** para avaliar o potencial e apoiar o crescimento profissional de Colaboradores de maior potencial.
- **Young Leaders**: concluiu-se a edição de 2021/2022 do programa YL tendo envolvido 185 líderes emergentes com um notável conhecimento nas áreas do digital e inovação e defensores da nossa cultura de Simples, Próximo e Justo (SPJ). Portugal contou com 10 participantes, dos quais 2 se classificaram no top 15 do melhor potencial.
- **Elevate** – é o novo ecossistema de aprendizagem global para a alta direção. É uma experiência híbrida em *Executive Education* que inclui atividades lideradas por peritos internacionais para reforçar a liderança do Santander através da aprendizagem contínua e a colaboração para uma cultura comum.
- **Programa Global BeTech!** – Programa para talento STEM criando uma marca com uma proposta líder de mercado, trabalho flexível, DE&I, *agile work*, etc. Este programa tem também uma vertente de desenvolvimento com sessões em vários países do Grupo. O Santander Portugal teve dois participantes neste programa.

Mobilidade corporativa

A *Global Careers Strategy* do Santander engloba estratégias simples e transparentes de mobilidade que se alinhem com o negócio e necessidades dos colaboradores:

- **Global Job Posting** oferece aos colaboradores a hipótese de se candidatarem para trabalhar no próprio país ou em outros países, áreas e empresas do Grupo Santander.
- **Mundo Santander** um dos programas de talento emblemáticos do Grupo Santander desde 2008. Tem vindo a apoiar o desenvolvimento de mais de 2 000 Colaboradores que participaram em projetos estratégicos noutros países num período de 3 a 6 meses.

Devido às restrições nas viagens pelo efeito da pandemia, o programa Mundo Santander foi redesenhado para que os participantes possam trabalhar virtualmente em projetos internacionais, de modo a promover o desenvolvimento das suas carreiras nestas novas circunstâncias.

→ **Programa Swap** foi criado e implementado um programa específico de mobilidade denominado *Swap*, com a troca cruzada de participantes de áreas similares entre países.

Ao longo do ano decorreu uma nova edição do Mundo Santander/*Swap* na qual participaram 4 portugueses em projetos em Espanha e no México em temáticas como: Modelo Comercial Banca Privada; Diversidade e Inclusão; Digital.

O Santander Portugal recebeu também 3 participantes do Chile e de Espanha em projetos disponibilizados pelas nossas locais.

→ **Expatriações e Movimentos permanentes**

Diversidade e Inclusão

Dispor de um local de trabalho diverso e inclusivo, que promova o bem-estar dos colaboradores continua a ser uma prioridade estratégica para o Santander. Uma equipa diversa e inclusiva é essencial para a transformação cultural e para cumprir a estratégia do Banco.

Nesse sentido o Santander tem algumas áreas de ação:

- Promoção da diversidade de género.
- Programa de empregabilidade de pessoas com deficiência.
- Atenção especial à neurodiversidade.
- Apoio à criação da comunidade *Embrace*.

Na diversidade de género foram definidas pelo Grupo Santander diversas métricas como Mulheres no Conselho de Administração ou em cargos de chefia, bem como a igualdade salarial para a mesma função entre homens e mulheres. Medimos estes indicadores incluindo o *equal pay gap* e *gender pay gap*.

O programa de emprego de pessoas com necessidades específicas foi reconhecido este ano com Prémio Ouro na categoria Iniciativas dos prémios *D&I Awards* do Santander.

No âmbito deste programa trabalhamos com diversas ONGs na identificação de candidatos para as vagas existentes (Associação Salvador, Valor T, Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger e empresas de recrutamento) bem como para formarem e apoiarem os managers e as equipas na preparação da inclusão de colaboradores com necessidades específicas. Neste âmbito realçamos a especial colaboração com o *Inclusive Community Forum* da Nova SBE.

No âmbito deste programa o Santander em Portugal conta já nos seus quadros com 13 colaboradores com necessidades específicas, na sua maioria contratados nos últimos 5 anos. Este ano iniciámos também alguns programas de curta duração de apoio à integração no mercado de trabalho.

Foi lançada a Plataforma Santander *Women Network* | Portugal para dar maior visibilidade às mulheres e conseguir, entre homens e mulheres, igualdade de oportunidades.



Prémio DE&I 2022

Os colaboradores do Banco participam ativamente nas iniciativas internas, partilhando o seu testemunho, por exemplo, no dia do orgulho ou no Dia Internacional das Pessoas com deficiência. Complementarmente, o Santander encoraja o envolvimento dos líderes no sentido de serem mais inclusivos, promovendo a consolidação de uma cultura diversa e inclusiva no Santander.

Formação e desenvolvimento

O Santander tem como objetivo, em matéria de formação e desenvolvimento, ser uma instituição de aprendizagem contínua e isso materializa-se na disponibilização de ferramentas que permitam aos Colaboradores manter-se atuais para que isso contribua para relevância da empresa como um todo.

No ano de 2022 foram ministradas 193 673 horas de formação a 4 653 Colaboradores o que perfaz uma média de 41,6h per capita.

Liderança

A aposta no desenvolvimento da liderança é, há muitos anos, um eixo estratégico de atuação, uma vez que a gestão, desenvolvimento e acompanhamento das equipas tem impactos na performance individual e na organização como um todo.

Assim, está a decorrer um programa corporativo – *Elevate* – que pretende preparar os *managers* para o futuro da liderança e da gestão da empresa. Através deste programa não só se fomenta o *networking* entre líderes de diferentes países, mas também se coloca estes responsáveis em contacto com temas diversos que ampliem os horizontes e contribuam para uma liderança mais preparada.

Os temas abordados vão desde temas, técnico, tecnológicos a temas relacionados com *soft skills*.

Webinars

Os *webinars* ganharam atração no contexto da pandemia, passando a ser utilizados como ferramenta de trabalho e até de formação interna. Têm assim vindo a ser usados para formação de produtos, de novas ferramentas tecnológicas e para partilha de boas práticas.

Em 2022 foram disponibilizados aos colaboradores:

- **Webinars sobre temas técnicos e de negócio**, como produtos de seguros, *leasing*, produtos específicos para empresas, produtos agrícolas, novas operativas de caixa, apenas para exemplificar.
- **E, para desenvolvimento pessoal:** *webinars* sobre temáticas tão diversas como o Metaverso, escrita criativa, inovação e transformação, comunicação eficaz e liderança inspiradora.

DOJO

O Santander e a área de Gestão de Pessoas investem no talento, o ativo mais importante para o futuro do Banco. Assim, alinhado com a estratégia do Grupo, a aposta na renovação da forma como se aprende, está a ser feita, adaptando as suas

metodologias às melhores práticas do mercado.

Em 2022 alargou-se a nova plataforma de formação e aprendizagem contínua – o Dojo – a 100% dos colaboradores.

Só com o desenvolvimento da capacidade de os colaboradores aprenderem e de se reinventarem será possível responder à evolução das necessidades dos clientes e também da modernização e digitalização do setor e do mercado.

O Dojo acompanha novas tendências e tem mais de 90 mil conteúdos de formação, para que todos possam desenvolver as competências necessárias para tornar o Santander na melhor plataforma aberta de serviços financeiros.

Esta plataforma digital reúne as melhores práticas do mercado de autoconsumo e formação individualizada e está disponível 24 horas, 7 dias por semana, com formatos que se adaptam às diferentes formas de aprender – *podcasts*, vídeos, *e-learning*s interativos, resumos de livros, *papers*.

O Dojo é também uma plataforma conectada com conteúdos dos países onde o Santander tem presença, e com fornecedores de referência mundial e conta com IA para devolver resultados personalizados e de acordo com as preferências de cada colaborador, tudo isto só possível graças aos recursos tecnológicos investidos.

Programa *Onboarding*

Para se transformar o Santander num Banco mais próximo e digital existe uma oferta de valor com vantagens para candidatos e com uma comunicação atrativa, utilizada internamente para os Colaboradores e também para candidatos externos.

Em Portugal criou-se uma nova experiência de *onboarding* – com uma nova imagem e mais impacto, para que os novos Colaboradores recordem o momento de entrada no Santander como um momento diferente: de aprendizagem, desafiante, mas também divertido.

Criou-se um slogan **Hi RED** - *Recent Employee Day* com um conceito divertido e de comunicação. Foi, também, enviado um e-mail a todos os *managers* explicando o novo conceito, para que reconhecessem e acolhessem **os RED**.

Hi!

Olá!
Exclamação de saudação
e boas-vindas com entusiasmo

RED

Recent Employee Day/Days
Sigla para novos colaboradores
nos dias de *onboarding*

Hi! RED

Logotipo: Expressão de saudação **Hi RED!** com leitura Hired! (Contratado!)

Tem também uma leitura alternativa:
Saudação a alguém que agora é Santander (*Red é a nossa cor*).

"Hoje é dia RED"
Dia de *onboarding* para novos colaboradores

"A Inês é RED"
É novo colaborador em dia de *onboarding*

Informação Económica e Financeira

Atividade Consolidada

No final de 2022, a Santander Totta SGPS alcançou um resultado líquido de 606,7 milhões de euros, mais 103,2% em relação aos 298,6 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior, que incorporou um custo extraordinário de 164,5 milhões de euros (líquido de imposto), referente ao plano de transformação, com a otimização da rede de agências e investimentos em processos e tecnologia.

Esta evolução conduziu a um aumento em 6,8 p.p. da rentabilidade de capitais próprios (ROE), de 6,3% em dezembro 2021 para 13,1% em dezembro de 2022. O rácio de eficiência atingiu 36,1%, 4,0 p.p. abaixo dos 40,1% verificados no final do ano anterior.

O crédito a clientes (bruto) totalizou 43,3 mil milhões de euros, decrescendo em termos homólogos 0,3%. O crédito a particulares aumentou 5,2%, com a carteira de crédito hipotecário a crescer 5,5%, refletindo o dinamismo na produção de novos créditos habitação, onde o Banco possui uma quota de mercado de 23,1%, e o crédito a empresas desceu 4,6%.

O rácio de *Non-Performing Exposure* situou-se em 2,0%, descendo 0,3 p.p., em comparação com 2,3% de dezembro de 2021, com uma cobertura por provisões de 87,0% (mais 6,0 p.p. do que no período homólogo).

Os recursos de clientes ascenderam a 45,8 mil milhões de euros, descendo 2,4%, face ao mesmo período do ano anterior, com a estabilização dos depósitos (mais 0,2% em termos homólogos) e a redução de 14,3% dos recursos fora de balanço, em consequência do contexto adverso nos mercados financeiros.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV, situou-se em 132,49%, cumprindo a exigência regulamentar vigente em base *fully implemented*.

O rácio *Common Equity Tier 1 (fully implemented)* atingiu 16,3%, apresentando uma descida de 8,8 p.p. em relação ao período homólogo, relacionada com a decisão do Conselho de Administração do Santander em Portugal de distribuir dividendos no ano de 2022, uma vez levantada a recomendação do Banco Central Europeu (ECB/2020/19), de 27 de março de 2020, relativa à remuneração dos acionistas.

O rácio de MREL cifrou-se em 27,3%, acima do requisito (*fully implemented*) de 20,4% (incluindo o requisito combinado de

fundos próprios CBR, de 3% do TREA), exigido desde 1 de janeiro de 2022.

A reserva de liquidez situou-se em 15,9 mil milhões de euros, no final do ano de 2022.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu, no montante de 4,2 mil milhões de euros refere-se totalmente à terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas TLTRO III.

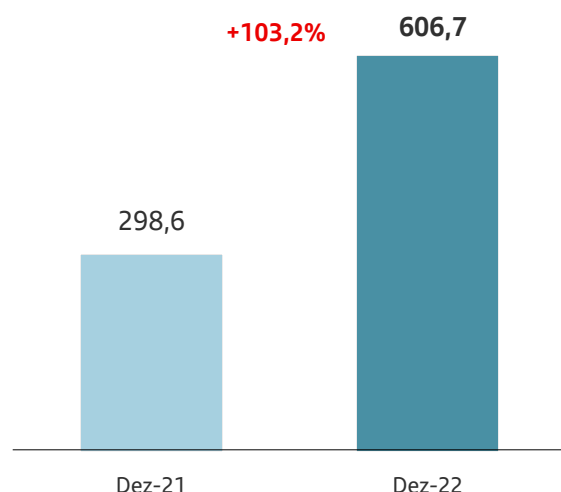
No financiamento de longo prazo, inclui-se também 2,0 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias, 1,1 mil milhões de euros de emissões *Senior HoldCo*, 1,1 mil milhões de euros de titularizações, 0,2 mil milhões de euros de *Credit Linked Notes* e 0,2 mil milhões de euros de emissões subordinadas.

O financiamento de curto prazo, através de acordos de recompra, totalizou 2,1 mil milhões de euros, no final do exercício de 2022.

O Santander em Portugal possui as melhores notações financeiras do setor. A atual notação de rating da dívida de longo prazo da Santander Totta SGPS, em comparação com a da República Portuguesa é a seguinte: Fitch – BBB+ (Portugal – BBB+).

RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA ST, SGPS

milhões de euros



| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhões de euros) | Dez-22 | Dez-21 | Var. |
|---|----------------|----------------|----------------|
| Margem financeira | 782,9 | 729,6 | +7,3% |
| Rendimento de instrumentos de capital | 3,8 | 1,5 | +148,9% |
| Resultados de associadas | 20,6 | 16,1 | +27,8% |
| Comissões líquidas | 470,3 | 426,6 | +10,2% |
| Outros resultados de exploração | 10,5 | 10,8 | -3,0% |
| Atividade de seguros | 12,2 | 16,2 | -24,6% |
| Margem comercial | 1 300,2 | 1 200,9 | +8,3% |
| Resultados em operações financeiras | 88,3 | 155,3 | -43,1% |
| Produto bancário | 1 388,5 | 1 356,2 | +2,4% |
| Despesas administrativas | (440,3) | (479,0) | -8,1% |
| Despesas com pessoal | (263,4) | (282,1) | -6,6% |
| Outras despesas administrativas | (176,9) | (196,9) | -10,2% |
| Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos | (41,7) | (37,7) | +10,6% |
| Depreciação | (45,7) | (49,7) | -8,1% |
| Resultado de exploração | 860,9 | 789,7 | +9,0% |
| Imparidade, provisões líquidas e outros resultados | 12,6 | (354,8) | -103,6% |
| Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam | 873,5 | 435,0 | +100,8% |
| Impostos | (266,6) | (136,3) | +95,6% |
| Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam | 607,0 | 298,7 | +103,2% |
| Interesses que não controlam | (0,2) | (0,1) | +101,3% |
| Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS | 606,7 | 298,6 | +103,2% |

No final do ano de 2022, a margem financeira situou-se em 782,9 milhões de euros, mais 7,3%, em comparação com 729,6 milhões de euros gerados no período homólogo de 2021, em resultado da subida das taxas de juro, pela política monetária executada pelo Banco Central Europeu, apesar da manutenção do enquadramento concorrencial competitivo, que pressionou em baixa os spreads de crédito.

O resultado das empresas associadas atingiu 20,6 milhões de euros, crescendo 27,8%, em relação a 16,1 milhões de euros observados no período homólogo, com evolução favorável de todas as sociedades.

As comissões líquidas alcançaram 470,3 milhões de euros, subindo 10,2%, face a 426,6 milhões de euros registados um ano antes, principalmente suportados pelas comissões de meios de pagamento, pelo volume superior de transações, de seguros, pelo foco estratégico na distribuição de seguros autónomos de risco, com destaque para a oferta de seguros auto para particulares e empresas, de crédito, pela dinâmica comercial da nova concessão de crédito hipotecário, e de contas, pela oferta de contas pacote com um conjunto de serviços associados.

Os outros resultados de exploração de 10,5 milhões de euros,

diminuíram 3,0% em relação aos 10,8 milhões de euros do período homólogo.

A atividade de seguros situou-se em 12,2 milhões de euros, reduzindo 24,6% face aos 16,2 milhões de euros do período homólogo, refletindo a maior volatilidade nos mercados, que afetou a evolução dos seguros financeiros.

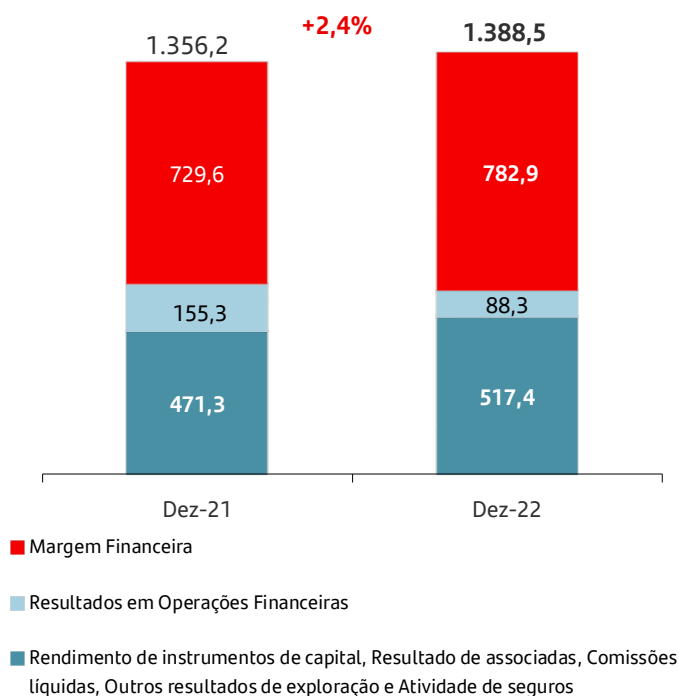
A margem comercial atingiu 1 300,2 milhões de euros, subindo 8,3% em relação aos 1 200,9 milhões de euros registados no ano de 2021, impulsionada pela evolução favorável da margem financeira e das comissões líquidas.

Os resultados em operações financeiras de 88,3 milhões de euros, decresceram 43,1% em comparação com 155,3 milhões de euros alcançados um ano antes, os quais foram influenciados pelo resultado gerado na gestão da carteira de títulos de dívida pública.

O produto bancário totalizou 1 388,5 milhões de euros, representando um crescimento homólogo de 2,4%, face aos 1 356,2 milhões de euros do final de 2021, pela evolução favorável da margem comercial, que compensou a diminuição dos resultados em operações financeiras.

PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



Os custos operacionais fixaram-se, no final do ano de 2022, em 486,0 milhões de euros, reduzindo 8,1%, em comparação com os 528,7 milhões de euros registados no período homólogo.

No ano de 2021, o Banco realizou um plano de transformação operacional e comercial, de forma a ter uma base de custos controlada, num contexto mais competitivo e digital, mediante um investimento na simplificação organizacional, no desenvolvimento de novas plataformas informáticas e na automação de processos, tendo como orientação a melhoria da qualidade do serviço prestado.

As despesas com pessoal atingiram 263,4 milhões de euros,

diminuindo 6,6%, em relação aos 282,1 milhões de euros do ano anterior.

As outras despesas administrativas situaram-se em 176,9 milhões de euros, menos 10,2%, comparando com 196,9 milhões de euros do mesmo período do ano passado.

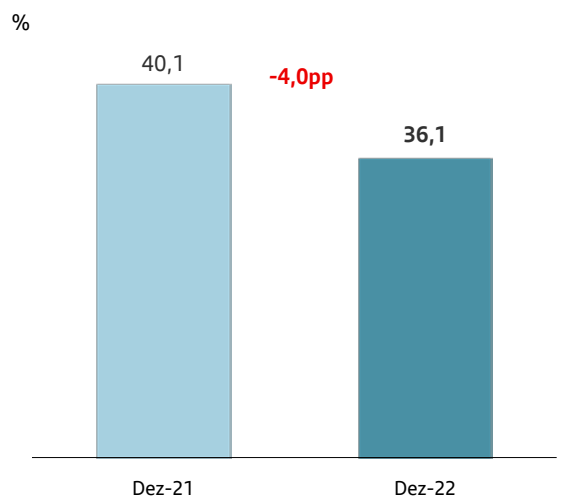
A depreciação de 45,7 milhões de euros, reduziu 8,1%, face a 49,7 milhões de euros do final de 2021.

Na estrutura dos custos operacionais, as despesas com pessoal são responsáveis por 54% do total, seguidos das outras despesas administrativas com 36% e da depreciação com 10%.

| CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros) | Dez-22 | Dez-21 | Var. |
|---|----------------|----------------|------------------|
| Despesas com pessoal | (263,4) | (282,1) | -6,6% |
| Outras despesas administrativas | (176,9) | (196,9) | -10,2% |
| Depreciação | (45,7) | (49,7) | -8,1% |
| Custos operacionais | (486,0) | (528,7) | -8,1% |
| Rácio de eficiência | 36,1% | 40,1% | -4,0 p.p. |

No final de 2022, o rácio de eficiência situou-se em 36,1%, descendo 4,0 p.p., em relação a 40,1% verificados no período

homólogo do ano anterior, refletindo o incremento de 2,4% do produto bancário e a redução de 8,1% dos custos operacionais.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA

O custo com as contribuições em numerário para o fundo de resolução e sistemas de garantia de depósitos atingiu 41,7 milhões de euros, mais 10,6% do custo de 37,7 milhões de euros registados no período homólogo.

O resultado de exploração alcançou 860,9 milhões de euros, subindo 9,0%, em comparação com os 789,7 milhões de euros gerados no ano anterior.

A imparidade, provisões líquidas e outros resultados registaram um ganho de 12,6 milhões de euros, comparando com um gasto de 354,8 milhões de euros do período homólogo.

As provisões líquidas ascendem a um ganho de 3,8 milhões de euros comparam com um gasto de 243,4 milhões de euros do ano de 2021, o qual incluiu a constituição de uma provisão extraordinária de 235,0 milhões de euros, para o plano de transformação do Banco, com a otimização da rede de agências e investimento em processos, digitalização e tecnologia.

A imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado totalizou um ganho de 12,0 milhões de euros no final de 2022, uma melhoria face ao gasto 73,5 milhões de euros, observado um ano antes, traduzindo a dinâmica económica, com uma taxa de desemprego estável, que atenuou o efeito da subida das taxas de juro e o conseqüente aumento do custo do crédito, não se verificando um impacto relevante sobre a qualidade da carteira de crédito, e permitindo a reversão parcial de

imparidades constituídas.

A imparidade líquida de ativos não financeiros ascendeu a um ganho de 12,9 milhões de euros, comparando com um gasto de 16,8 milhões de euros do período homólogo.

O custo regulatório com a Contribuição do Setor Bancário e a Contribuição de Solidariedade de 35,9 milhões de euros, subiu 2,3%, face a 35,1 milhões de euros liquidados no ano anterior.

O resultado de ativos não correntes detidos para venda ascendeu a 19,9 milhões de euros, mais 41,5% do que os 14,0 milhões de euros gerados um ano antes, influenciados pelo efeito não recorrente da venda de imóveis.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam cifrou-se em 873,5 milhões de euros, apresentando um crescimento de 100,8%, em comparação com 435,0 milhões de euros observados no ano de 2021.

Os impostos atingiram 266,6 milhões de euros, no final do exercício de 2022, comparando com 136,3 milhões de euros registados um ano antes.

No final do ano de 2022, o resultado consolidado líquido do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS ascende a 606,7 milhões de euros, mais 103,2% em relação aos 298,6 milhões de euros gerados no ano de 2021.

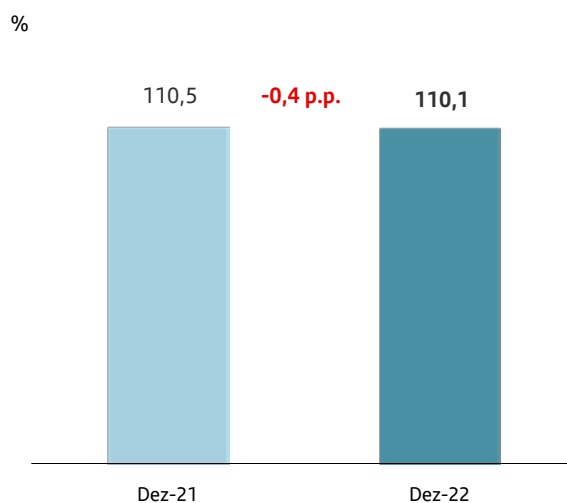
Balanco e Atividade

No final de 2022, o volume de negócio ascendeu a 89,1 mil milhões de euros, menos 1,4% em comparação com os 90,3 mil milhões de euros observados no período homólogo de 2021, pela descida de 0,3% do crédito e de 2,4% dos recursos de clientes.

| VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros) | Dez-22 | Dez-21 | Var. |
|---|---------------|---------------|--------------|
| Volume de Negócio | 89 080 | 90 307 | -1,4% |
| Crédito a Clientes (bruto) | 43 303 | 43 416 | -0,3% |
| Recursos de Clientes | 45 777 | 46 892 | -2,4% |

O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, situou-se em 110,1% no final de 2022, menos 0,4 p.p. do que no período homólogo.

RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS (rácio de transformação)



No final do ano de 2022, a carteira de crédito a clientes (bruto) atingiu 43,3 mil milhões de euros, menos 0,3%, do que no período homólogo do ano anterior, refletindo a evolução

favorável da produção de crédito hipotecário, materializada numa quota de mercado de 23,1%, atenuada pelo decréscimo do crédito a empresas.

| CRÉDITO (milhões de euros) | Dez-22 | Dez-21 | Var. |
|-----------------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Crédito a clientes (bruto) | 43 303 | 43 416 | -0,3% |
| <i>do qual</i> | | | |
| Crédito a particulares | 25 290 | 24 035 | +5,2% |
| <i>do qual</i> | | | |
| Habituação | 23 117 | 21 921 | +5,5% |
| Consumo | 1 820 | 1 716 | +6,0% |
| Crédito a empresas | 15 421 | 16 159 | -4,6% |

O crédito a particulares totalizou 25,3 mil milhões de euros, crescendo 5,2%, em comparação com 24,0 mil milhões de euros do período homólogo.

O crédito à habitação de 23,1 mil milhões de euros subiu 5,5%, em termos homólogos. Não obstante, a subida progressiva das taxas de juro Euribor, principal indexante deste tipo de crédito,

em consequência da alteração da política monetária do Banco Central Europeu, o crédito à habitação teve uma produção forte, com uma quota de mercado de 23,1%.

O crédito ao consumo de 1,8 mil milhões de euros, mais 6,0%, em relação ao ano transato, refletiu o aumento da despesa, no contexto da retoma da atividade económica e o contributo da transformação digital dos processos de contratação existentes.

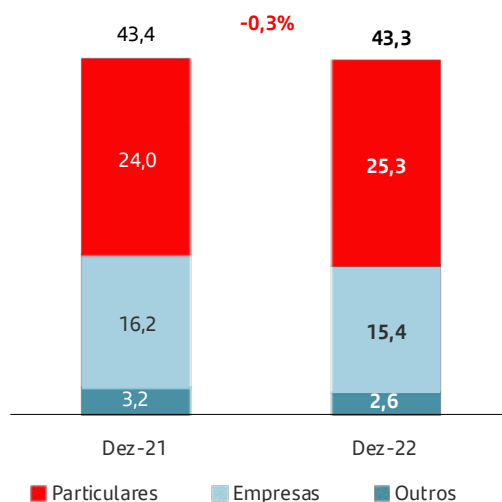
O crédito a empresas cifrou-se em 15,4 mil milhões de euros, descendo 4,6% em relação ao período homólogo, decorrente de um conjunto de vencimentos programados de empresas de maior dimensão, e do adiamento das decisões de investimento, pelo contexto económico incerto, e subida da inflação que levou o Banco Central Europeu a executar uma política monetária progressivamente mais restritiva, através da subida das taxas de juro de referência e da redução da liquidez excedentária.

Refere-se o apoio do Santander em Portugal às empresas, com

destaque para o protocolo estabelecido com o Banco Europeu de Investimento de uma nova linha de 820 milhões de euros, destinada a pequenas e médias empresas e empresas de média capitalização; e o apoio aos projetos de investimento público e privado no âmbito dos Fundos Europeus, com um conjunto de linhas em vigor, com o Fundo Europeu de Investimento e com o Banco Português de Fomento/Sistema Nacional de Garantia Mútua, cujos benefícios das garantias são transferidos para os clientes, através de condições de mercado vantajosas.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

mil milhões de euros



O rácio de *Non-Performing Exposure* (NPE), calculado de acordo com a definição da EBA (em relação a exposições de balanço), situou-se em 2,0% em dezembro de 2022, menos 0,3 p.p., em relação aos 2,3% verificados no final do ano transato. A subida das taxas de juro que levaram ao aumento do custo de financiamento para as famílias e para as empresas, que pode afetar a capacidade do cumprimento do serviço da dívida, não

teve um impacto relevante sobre a qualidade da carteira de crédito. A cobertura por imparidades atingiu 87,0% em 2022 (81,0% em 2021).

O custo do crédito situou-se em -0,03%, menos 0,20 p.p., comparando com 0,17% registados no período homólogo.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

| | Dez-22 | Dez-21 | Var. |
|---|---------|--------|------------|
| Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i> | 2,0% | 2,3% | -0,3 p.p. |
| Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i> | 87,0% | 81,0% | +6,0 p.p. |
| Custo do crédito | (0,03%) | 0,17% | -0,20 p.p. |

No final do exercício de 2022, os recursos de clientes totalizaram 45,8 mil milhões de euros, descendo 2,4%, em comparação com o período homólogo de 2021, mediante a estabilização dos depósitos (mais 0,2%) e a redução dos recursos fora de balanço

(menos 14,3%), penalizados pela elevada inflação verificada no segundo semestre de 2022, subida das taxas de juro e evolução dos mercados financeiros.

| RECURSOS (milhões de euros) | Dez-22 | Dez-21 | Var. |
|--|---------------|---------------|--------------|
| Recursos de clientes | 45 777 | 46 892 | -2,4% |
| Recursos de balanço | 38 506 | 38 412 | +0,2% |
| Depósitos | 38 506 | 38 412 | +0,2% |
| Recursos fora de balanço | 7 270 | 8 479 | -14,3% |
| Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco | 3 623 | 4 340 | -16,5% |
| Seguros e outros recursos | 3 647 | 4 139 | -11,9% |

Os depósitos cifraram-se em 38,5 mil milhões de euros, estabilizando em relação aos 38,4 mil milhões de euros do período homólogo (mais 0,2%).

Os recursos de clientes fora de balanço situaram-se em 7,3 mil milhões de euros, decrescendo 14,3%, em comparação com 8,5 mil milhões de euros alcançados no final do ano transato.

Os fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco de 3,6 mil milhões de euros desceram 16,5%, face a 4,3 mil milhões de euros do ano anterior. Os seguros e outros recursos de 3,6 mil milhões de euros reduziram 11,9%, quando

comparados com 4,1 mil milhões de euros do período homólogo.

Esta evolução ocorreu num contexto de pressão inflacionista, da alteração da política monetária dos bancos centrais com a subida das taxas de juro de referência, da perda da maioria dos índices acionistas, da desvalorização dos índices obrigacionistas, da volatilidade da taxa de câmbio do euro face ao dólar, que afetaram a confiança dos investidores e o desempenho negativo da generalidade das carteiras dos ativos sob gestão, com a redução da atividade de comercialização de produtos financeiros.

Rácios de Solvabilidade

No final do ano de 2022, o rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as normas da CRR/CDR IV, situou-se em 16,3% (*fully implemented*), apresentando uma redução de 8,8 p.p., em relação aos 25,1% registados no ano anterior, relacionada com a decisão do Conselho de Administração do Santander em Portugal de distribuir dividendos no ano de 2022, dado o levantamento da recomendação do Banco Central Europeu (ECB/2020/19), de 27 de março de 2020, relativa à remuneração dos acionistas.

A solvabilidade do Banco reflete a capacidade de geração orgânica de capital e a gestão dos ativos ponderados por risco.

O Banco tem uma capitalização bastante elevada, acima dos requisitos mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu no âmbito do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (*SREP – Supervisory Review and Evaluation Process*), sendo em 2022, CET 1 de 8,3%, *Tier 1* de 10,1% e Total de 12,5% (*fully implemented*).

O rácio MREL (*Minimum Requirement for Own Funds and Eligible Liabilities*) de 28,0%, no final de 2022, situou-se acima do requisito *fully implemented* de 23,8% (incluindo o requisito combinado de fundos próprios CBR, de 3% do TREA), exigido desde 1 de janeiro de 2022.

| CAPITAL (milhões de euros) | Dez-22 | Dez-21 | Var. |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Common Equity Tier I | 2 655 | 3 740 | -29,0% |
| Tier I | 3 055 | 4 140 | -26,2% |
| Capital (total) | 3 330 | 4 204 | -20,8% |
| Risk Weighted Assets (RWA) | 16 248 | 14 879 | +9,2% |
| Rácio CET I | 16,3% | 25,1% | -8,8 p.p. |
| Rácio Tier I | 18,8% | 27,8% | -9,0 p.p. |
| Rácio capital (total) | 20,5% | 28,3% | -7,8 p.p. |

Factos Relevantes Após o Término do Exercício

Não ocorreram factos relevantes após o término do exercício.

Gestão de Riscos

Modelo de Gestão e Controlo de Riscos

O modelo de gestão e controlo de riscos do Banco baseia-se num conjunto de princípios comuns e numa cultura de risco integrada em todo o Grupo Santander, numa correta identificação e gestão dos riscos, numa forte estrutura de governo, e em processos e ferramentas avançadas de gestão de risco.

A. Princípios e cultura de riscos

Os princípios de gestão e controlo dos riscos, de cumprimento obrigatório e aplicáveis a todo o momento, têm em conta os requisitos e normas regulatórias e as melhores práticas de mercado. Estes princípios são os seguintes:

1. **Uma sólida cultura de riscos (*Risk Pro*):** que faz parte do "Santander Way" e que é seguida por todos os colaboradores, cobre todos os riscos e promove uma gestão socialmente responsável contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo do Banco.
2. **Todos os empregados são responsáveis pela gestão do risco** e devem conhecer e compreender os riscos gerados pelas suas atividades diárias evitando assumir riscos cujo impacto seja desconhecido ou exceda os limites de apetite de risco do Banco.
3. **Implicação da Alta Direção** assegurando uma gestão e controlo consistentes dos riscos através da sua conduta, ações e comunicações. Além disso, promoverão a cultura de risco, avaliando o seu grau de implementação e controlando que o perfil de risco se mantém dentro dos níveis definidos no apetite de risco.
4. **Independência das funções de gestão e controlo de riscos**, de acordo com o modelo de três linhas de defesa do Banco que se define com mais detalhe no apartado Governo de Riscos.
5. **Abordagem prévia e abrangente da gestão e controlo de riscos** em todos os negócios e tipos de riscos.
6. **Gestão adequada e completa da informação** que permite identificar, avaliar, gerir e comunicar os riscos de uma forma adequada aos níveis correspondentes

Estes princípios, juntamente com uma série de ferramentas e processos inter-relacionados no planeamento da estratégia do Banco, tais como a declaração de apetência pelo risco, avaliação do perfil de risco, análise de cenários e a estrutura de relatórios de risco, e processos orçamentais anuais, formam uma estrutura de controlo holística para todo o Banco.

B. Identificação e Gestão dos Riscos

Encontram-se estabelecidos os seguintes riscos-chave no Marco Corporativo de Riscos:

- **Risco de crédito:** é o risco de perda financeira resultante do incumprimento ou da deterioração da qualidade creditícia de um cliente ou de uma contraparte, a quem o Banco tenha concedido crédito diretamente ou pelo qual tenha assumido uma obrigação contratual;
- **Risco de mercado:** é o risco incorrido como resultado do efeito que as alterações nos fatores de mercado, taxas de juro, taxas de câmbio, rendas variáveis e *commodities*, entre outros, podem ter nos rendimentos ou no capital;
- **Risco de liquidez:** é o risco de que o Banco não disponha de recursos financeiros líquidos para cumprir as suas obrigações na devida data de vencimento, ou apenas os consiga obter a um elevado custo;
- **Risco estrutural:** é o risco de haver alterações no valor ou criação de margem dos ativos ou passivos de *banking book* como resultado de alterações nos fatores de mercado e no comportamento do balanço. Inclui também os riscos associados aos seguros e pensões e o risco de o Banco não dispor de capital suficiente, em termos de quantidade ou qualidade, para satisfazer os seus objetivos internos de negócio, requisitos regulatórios ou expectativas de mercado;
- **Risco operacional:** é definido como se como o risco de perda resultante da inadequação ou falhas de processos, pessoas e sistemas internos, ou resultantes de eventos externos, incluindo o risco legal e os riscos de cumprimento regulatório e de conduta definidos no Marco Corporativo de Cumprimento e Conduta;
- **Risco de crime financeiro:** é o risco resultante de ações ou da utilização dos meios, produtos e serviços do grupo em atividades de natureza criminosa ou ilegal. Estas atividades incluem, entre outras: branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, violação de programas de sanções internacionais, corrupção, suborno e evasão fiscal;
- **Risco de modelo:** é o risco de perda resultante de previsões incorretas, que levem o Banco à adoção de medidas que não sejam as mais apropriadas, ou da utilização inadequada de um modelo;
- **Risco de reputação:** risco de impacto económico negativo imediato ou potencial para o Banco devido a danos sobre

a percepção da imagem do Banco por parte de empregados, clientes, acionistas/investidores e da sociedade em geral;

- ➔ **Risco estratégico:** risco de perdas ou danos resultantes de decisões estratégicas ou da sua implementação de forma deficiente, e que têm impacto na posição a médio e a longo prazo das principais partes interessadas, ou resultantes de uma incapacidade de adaptação a desenvolvimentos externos.

Adicionalmente, os elementos de riscos relacionados com o meio-ambiente e as alterações climáticas – físicos e de transição – são considerados fatores que poderão influenciar os riscos existentes a médio e a longo prazo.

Estes elementos incluem, por um lado, os derivados dos efeitos físicos das alterações climáticas, gerados por eventos pontuais bem como por alterações crónicas no ambiente e, por outro, os derivados do processo de transição para um modelo de desenvolvimento com menores emissões, incluindo as alterações legislativas, tecnológicas ou comportamentais dos agentes económicos.

A classificação dos riscos é essencial para a sua gestão e controlo efetivo dos mesmos. Todos os riscos identificados devem, portanto, ser associados às categorias de risco acima referidas, a fim de organizar a sua gestão, controlo e informação relacionada.

C. Governo de Riscos

O Banco tem uma estrutura robusta de gestão do risco que procura controlar eficazmente o perfil de risco, de acordo com o apetite definido pelo Conselho de Administração

Esta estrutura de governo baseia-se na distribuição de papéis entre as três linhas de defesa, numa forte estrutura de comités e numa relação estreita com a corporação. Tudo isto é apoiado por uma cultura de risco implementada em todo o Banco – *Risk Pro*.

Linhas de defesa

No Banco, seguimos um modelo em três vertentes para assegurar uma gestão e controlo eficaz dos riscos:

- ➔ **1ª Linha: Gestão de riscos** - funções de negócio e de suporte que originam riscos e são as primeiras responsáveis pela sua gestão;
- ➔ **2ª Linha: Controlo e supervisão de riscos** - funções de controlo de risco que controlam as exposições de riscos, assegurando a sua supervisão e questionamento, e permitindo uma visão holística dos riscos de todas as atividades;
- ➔ **3ª Linha: Risk Assurance** - Auditoria Interna, que assegura uma comprovação independente.

Embora cada uma das três linhas de defesa tenha uma estrutura organizativa separada e um grau de independência, devem colaborar sempre que necessário para garantir o cumprimento dos objetivos de negócio. As áreas de Risco, de Cumprimento e Conduta e Auditoria Interna têm acesso direto ao Conselho de Administração e aos seus comités.

Primeira linha de defesa: Gestão de riscos

As linhas de negócio e todas as funções de suporte que geram exposições de risco constituem a primeira linha de defesa. A primeira linha de defesa identifica, mede, controla, segue e relata os riscos que originam e aplica as políticas, modelos e procedimentos que regulam a gestão do risco. A geração de risco deve ser de acordo com a apetência de risco aprovada e os limites associados. O responsável de qualquer unidade que origine um risco é o primeiro responsável pela gestão desse risco.

A primeira linha de defesa é responsável pelo seguinte:

- ➔ Estabelecer um ambiente apropriado para a gestão de todos os riscos associados ao negócio;
- ➔ Propor, em colaboração com as áreas de segunda linha de defesa:
 - A apetência de risco ao Conselho de Administração, para aprovação por este;
 - Limites de nível inferior proporcionais à apetência de risco, para aprovação pelo órgão relevante.
- ➔ Implementar os mecanismos para gerir o perfil de risco dentro da apetência de risco e dos limites de nível inferior;
- ➔ Assegurar que os modelos operativos de gestão são eficazes para as necessidades do negócio.

A primeira linha de defesa deve apoiar e promover a cultura de gestão de riscos do Banco.

Segunda linha de defesa: Controlo e supervisão de riscos

As áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, como segunda linha de defesa, irão supervisionar e questionar de forma independente as atividades de gestão de risco levadas a cabo pela primeira linha de defesa. Esta segunda linha de defesa deve garantir, dentro dos seus respetivos âmbitos de responsabilidade, que os riscos são geridos de acordo com a apetência de risco definida pela direção de topo e promover uma forte cultura de gestão de riscos em toda a organização.

A segunda linha de defesa é responsável por:

- ➔ Supervisionar a gestão de risco levada a cabo pela primeira linha de defesa;

- Verificar o cumprimento das políticas e dos limites estabelecidos, e avaliar se os negócios se mantêm dentro da apetência de risco;
- Questionar as propostas de negócio e emitir parecer sobre as mesmas. Deve proporcionar à direção de topo e às unidades de negócio os elementos necessários para a compreensão dos riscos dos diversos negócios e atividades;
- Fornecer uma visão consolidada das exposições de risco; incluindo o perfil de risco;
- Disponibilizar avaliações detalhadas dos riscos materiais e acompanhar de perto os riscos emergentes;
- Definir as métricas que devem ser utilizadas na medição de riscos e rever e questionar as propostas de apetência de risco e de limites de nível inferior da primeira linha de defesa;
- Verificar que existem políticas e procedimentos adequados para gerir o negócio dentro da apetência de risco.

Na estrutura do Banco, a segunda linha de defesa é composta pelas áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, embora as estruturas organizativas no âmbito da segunda linha de defesa possam variar por tipo de risco.

A responsabilidade da segunda linha de defesa inclui a obrigação de reportar, como seja necessário, sobre o risco, a apetência de risco e incumprimentos da mesma aos órgãos de governo apropriados.

A segunda linha de defesa deve adotar e promover uma cultura de gestão de riscos comum. Deverá igualmente fornecer orientação, aconselhamento e juízo especializado em todas as matérias relevantes relacionadas com riscos.

Terceira linha de defesa: *Risk Assurance*

A Auditoria Interna é uma função permanente, independente de qualquer outra função ou unidade, cuja missão é fornecer ao Conselho de Administração e à Alta Direção uma garantia independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, gestão do risco (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. Para este fim, a Auditoria Interna avalia:

- A eficácia e eficiência dos processos e sistemas acima referidos;
- O cumprimento da normativa e requisitos de supervisão aplicáveis;
- A fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional;

- E a integridade patrimonial.

Estrutura de comités de riscos

O Conselho de Administração é responsável pela gestão e controlo do risco e, em particular, pela aprovação e revisão periódica do apetite e enquadramento do risco e pela promoção de uma forte cultura de risco em toda a organização. Para desempenhar estas funções, o conselho depende de vários comités com responsabilidades específicas relacionadas com o risco.

O **Chief Risk Officer (CRO)** é responsável pela monitorização de todos os riscos e pelo questionamento e aconselhamento das linhas de negócio sobre gestão de riscos. Tem acesso direto ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva.

Outros organismos que formam o nível mais elevado de governo dos riscos, com poderes delegados pela Comissão Executiva são o Comité Executivo de Riscos e o Comité de Controlo de Riscos, que são detalhados abaixo:

→ *Comité Executivo de Riscos (CER)*

Este comité é o órgão máximo de decisão de riscos. O comité toma decisões de assunção de riscos ao mais alto nível, assegurando que se encontram dentro dos limites estabelecidos pelo apetite de risco do Banco.

Presidente: Presidente da Comissão Executiva (CEO).

→ *Comité de Controlo de Riscos (CCR)*

Este Comité é responsável pelo controlo dos riscos, determinando se os riscos provenientes das linhas de negócio são geridos de acordo com os limites de apetência ao risco, tendo em conta uma visão holística de todos os riscos. Isto envolve a identificação e monitorização dos riscos atuais e emergentes, e a avaliação do seu impacto no perfil de risco do Banco.

Presidente: Responsável de Riscos (CRO).

Além disso, cada fator de risco tem os seus próprios fóruns e/ou Comités regulares para gerir e controlar os riscos pertinentes.

D. Processos e Ferramentas de Gestão

Tendo como objetivo controlar e gerir eficazmente os riscos, o Banco dispõe de uma série de processos e ferramentas-chave descritos abaixo:

Apetite de Riscos e Estrutura de Limites

No Banco, o apetite de risco (RAS, sigla em inglês) é definido como o montante e o tipo de riscos que é considerado prudente assumir na execução da estratégia de negócio para que o Banco possa manter a sua atividade normal em caso de eventos inesperados. Ao estabelecer este apetite, são tidos em conta cenários adversos que podem ter um impacto negativo nos

níveis de capital, liquidez, rentabilidade e/ou preço das ações.

O Conselho de Administração estabelece anualmente o apetite de risco sendo o mesmo transferido para limites e políticas de gestão por tipo de risco, carteira e segmento de negócio, dentro das normas definidas.

Modelo de negócio e fundamentos do apetite de risco

O apetite pelo risco é consistente com a cultura de risco e modelo de negócio do Grupo Santander. Os principais elementos que definem este modelo de negócio e apoiam a apetência pelo risco do Banco são:

- Um perfil de risco médio-baixo e previsível baseado num modelo de negócio centrado na banca comercial, com uma presença internacionalmente diversificada e quotas de mercado significativas, com um modelo de negócio de banca maiorista que dá prioridade às relações com os clientes nos principais mercados do Grupo.
- Produção de ganhos estáveis e recorrentes e remuneração dos acionistas, sobre uma forte base de capital e liquidez com uma diversificação eficaz das fontes de financiamento.
- Uma estrutura de filiais independentes e autónomas em termos de capital e liquidez, assegurando que nenhuma filial apresente um perfil de risco que possa pôr em risco a solvência do Grupo.
- Uma função de risco independente com envolvimento da Alta Direção que reforça a forte cultura de risco do Santander e retorno sustentável do capital.
- Uma visão global e holística de todos os riscos com um ambiente robusto de controlo e monitorização: todos os riscos, todas as empresas e todos os países.
- Um modelo de negócio centrado nos produtos em que o Grupo se considera suficientemente conhecedor e capaz de gestão (sistemas, processos e recursos).
- Um modelo de conduta que cuida dos interesses dos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade em geral.
- Uma política de remuneração que alinha os interesses individuais dos empregados e gestores com o apetite pelo risco e é consistente com o desempenho do Grupo a longo prazo.

Princípios Gerais do Apetite de Riscos

O apetite pelo risco em todas as entidades pertencentes ao Grupo Santander, incluindo o Santander em Portugal, é regido pelos seguintes princípios:

- **Responsabilidade do conselho e da Alta Direção.** O conselho de administração é o último responsável pela definição do apetite de risco, bem como pelo controlo do seu cumprimento.
- **Visão integral do risco (*enterprise wide risk*), comparação e questionamento do perfil de risco.** O apetite pelo risco deve considerar todos os riscos significativos, facilitando uma visão agregada do perfil de risco através da utilização de métricas quantitativas e indicadores qualitativos.
- **Visão prospetiva dos riscos (*forward-looking view*).** O apetite de risco deve considerar o perfil de risco desejável a curto e médio prazo, tendo em conta tanto as circunstâncias mais prováveis como os cenários adversos ou de stress.
- **Vinculação a planos estratégicos e de negócio.** O apetite de risco é uma componente fundamental do planeamento estratégico e de negócio, e está integrado na gestão através da sua tradução em políticas e limites de gestão, bem como através da participação de todas as linhas de defesa em processos chave de apetite.
- **Princípios e uma linguagem de risco comum a toda a organização.** O apetite de risco das diferentes unidades incluindo a do Banco está alinhado com o do Grupo.
- **Revisão periódica, comparação e adaptação às melhores práticas e requisitos regulatórios.** Mecanismos de seguimento e controlo para manter o perfil de risco, e assim adotar as medidas corretivas e atenuantes necessárias em caso de incumprimento.

Estrutura de limites, seguimento e controlo

O apetite de risco é expresso em termos qualitativos e por limites, estruturado em torno de 5 eixos principais:

1. *Volatilidade de Resultados:*
 - Perda Máxima que o Banco está disposto a assumir face a um cenário de stress crónico
2. *Solvência:*
 - Posição de capital mínimo que o Banco está preparado para assumir num cenário de *stress* crónico
 - Nível máximo de alavancagem que o Banco está disposto a assumir num cenário de tensão crónica
3. *Liquidez:*
 - Posição mínima de liquidez estrutural.
 - Horizontes de liquidez mínima que o Banco está disposto a assumir face a vários cenários de stress crónico.

- Posição mínima de cobertura de liquidez
4. **Concentração:**
- Concentração por cliente individual.
 - Concentração em contrapartes de non investment grade.
 - Concentração em grandes exposições.
5. **Riscos Não Financeiros**
- Indicadores qualitativos sobre riscos não financeiros:
 - Fraude
 - Tecnologia
 - Segurança e ciber risco
 - Contencioso
 - Outros
 - Perdas máximas de risco operacional.
 - Perfil de risco máximo.

O cumprimento dos limites de apetite de risco é controlado regularmente. As áreas de controlo especializadas informam mensalmente o conselho e os seus comités sobre o perfil de risco.

A vinculação dos limites de apetite de risco aos limites utilizados na gestão de unidades de negócio e carteiras é um elemento-chave para garantir eficácia do apetite de risco como instrumento de gestão. Assim, as políticas e os limites utilizados na gestão, para as diferentes tipologias e categorias de risco, estão diretamente relacionados com os princípios e limites definidos no apetite pelo risco.

Risk Profile Assessment (RPA)

O Banco realiza exercícios para identificar e avaliar os diferentes tipos de riscos a que está exposto, envolvendo todas as linhas de defesa, estabelecendo normas de gestão que cumprem os requisitos regulamentares e refletem as melhores práticas de mercado e reforçam a cultura de risco.

Os resultados dos exercícios de identificação e avaliação do risco (RIA) são integrados na avaliação do perfil de risco do Banco, conhecido como RPA. Este exercício analisa a evolução dos riscos e identifica áreas a melhorar em cada um dos blocos:

- ➔ **Desempenho do risco**, que permite conhecer o risco residual para cada tipo de risco através de um conjunto de métricas e indicadores calibrados de acordo com standards internacionais.
- ➔ **Avaliação do ambiente de controlo**, que avalia o grau de implementação do modelo operacional alvo como parte da gestão avançada do risco.

- ➔ **Análise prospetiva**, baseada em métricas de stress ou identificação e avaliação das principais ameaças ao plano estratégico (Top Risks), permitindo o estabelecimento de planos de ação específicos para mitigar os seus impactos potenciais.

Análise de cenários

Outro instrumento fundamental utilizado pelo Banco para assegurar uma robusta gestão e controlo de riscos é a análise dos possíveis impactos decorrentes de diferentes cenários relacionados com o ambiente em que o Banco opera. Estes cenários são expressos tanto em termos de variáveis macroeconómicas como de outras variáveis que afetam o perfil de risco do Banco.

Esta "análise de cenários" é um instrumento muito útil para a gestão de riscos a todos os níveis.

Permite avaliar a resistência do Banco a cenários de stress, bem como identificar as possíveis ações de mitigação a serem implementadas caso os cenários projetados comecem a concretizar-se. O objetivo é reforçar a estabilidade dos resultados, bem como dos níveis de capital e liquidez.

Gestão de Riscos em 2022

Introdução

Para o Santander em Portugal, a qualidade da gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, em linha com a política corporativa do Grupo em que se insere.

A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão foi um fator decisivo, no ano de 2022, para fazer face aos efeitos decorrentes da Guerra da Ucrânia-Rússia, da subida da Euribor em todos os prazos e da inflação, que atingiu níveis elevados, e pela continuidade da exigência dos mercados financeiros.

A forte Cultura de Riscos do Grupo e que está incorporada transversalmente em toda atividade e estrutura do Banco, influencia decisivamente a forma como se executam todos os processos no Banco, tendo em conta não só o meio envolvente, mas também as atitudes, os comportamentos, os valores e os princípios que cada colaborador demonstra face aos diferentes tipos de riscos que enfrentamos. Esta forte cultura de riscos é especialmente importante em anos muito desafiantes, como foram estes dois últimos anos, possibilitando quer ao Banco, quer às diferentes equipas, uma rápida adaptação às diferentes conjunturas.

Risco de Crédito - Principais Vetores da Atividade

O ano de 2022 fica marcado pelo surgimento da guerra da Ucrânia-Rússia, pela subida da Euribor em todos os prazos e por uma inflação que atingiu níveis elevados.

Manteve-se a intensidade de monitorização e acompanhamento dos clientes, efetuado numa primeira instância pela primeira linha de defesa (Área Comercial) e complementado pela segunda linha de defesa (Área de Riscos).

Igualmente continuaram a efetuar-se análises periódicas aos setores de atividade que mais foco de atenção exigem, em especial aos com maior impacto das consequências da guerra Ucrânia-Rússia e pela subida dos custos energéticos e dos processos produtivos por força da inflação, assentes em:

1. **Enquadramento setorial:** breve enquadramento setorial baseado na recolha de informação disponível em fontes de informação oficial;
2. **Análise do universo clientes encarteirados (clientes com gestor de risco):** análise das principais métricas de risco e análise individual (conjunta entre área comercial e riscos) dos principais grupos económicos, estabelecendo um outlook/grau de vigilância dos mesmos;
3. **Análise do universo de clientes não encarteirados (clientes sem gestor de risco):** foram analisadas as principais métricas de risco deste tipo de clientes (nível de classificação de operações, nível de cobertura por garantias, tipo de produtos contratados, etc).
4. **Conclusões / Políticas de Crédito a assumir:** em função de toda a análise efetuada nos capítulos anteriores, foram definidas linhas orientadoras para a área comercial e de riscos na gestão futura do risco de crédito neste setor e com os clientes.

Todos estes estudos foram apresentados em fóruns específicos, onde participaram elementos da Área Comercial e da Área de Riscos. Foram também apresentados e discutidos no último escalão de decisão de crédito do Banco.

Nos clientes (particulares e empresas de pequena dimensão), cuja decisão de crédito é efetuada maioritariamente através de modelos de decisão considerados "automáticos", estão a ser monitorizados os efeitos da inflação e da subida das taxas de juros e a serem implementadas medidas de mitigação do incremento do risco de crédito de forma a assegurar a qualidade creditícia das carteiras e a sustentabilidade do balanço do banco. Foram reforçadas as análises e a monitorização às métricas comportamentais nestes clientes, de forma a detetar antecipadamente possíveis deteriorações da real capacidade de pagamento dos mesmos.

Mantiveram-se inalterados os princípios básicos de atuação no que diz respeito à análise e concessão de risco de crédito:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento de risco de crédito, diferenciando a

abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos.

- Manutenção do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos Riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito.
- Ao nível dos Riscos Encarteirados reforçou-se a política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso.
- A atuação atempada e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiram continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco controlados e em níveis aceitáveis.
- Desenvolvimento contínuo de melhorias nos processos de admissão, com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida.
- Manteve-se a recorrência das reuniões de acompanhamento e revisão de clientes, prática habitual do Banco e que consta das políticas internas, para a deteção antecipada de alertas na carteira de crédito.
- Nos Riscos Standardizados (ou Não Encarteirados), o Banco, visando a melhoria continua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objetivo da qualidade da carteira, procedeu à atualização dos modelos de decisão automática, nomeadamente a implementação de novos modelos de *scoring* de admissão nos segmentos de Particulares e de Negócios, e de um novo motor de decisão e ao ajuste no *scoring* comportamental, no segmento de Negócios.
- Ainda ao nível dos Riscos Standardizados, manteve-se o foco na garantia da qualidade da carteira, atuando sobre os *Non Performing Exposure* e Crédito Vencido, procurando antecipar o deterioro da qualidade creditícia da carteira de crédito.
- Neste sentido manteve-se o recurso às já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do Banco, bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos seus clientes.
- Ao nível da Gestão Corporativa de Riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas com vista a uma gestão correta dos Riscos do Banco.

- Manteve-se igualmente a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB), para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

O Risco de Crédito

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco, por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander em Portugal está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes não encarteirados (standardizados ou de tratamento massivo).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as Instituições Financeiras e parte das empresas da Banca de Retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista de risco, complementado com ferramentas de apoio à decisão, baseadas em modelos internos de valoração do risco.

São clientes standardizados os que não têm um analista de risco especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os clientes Particulares, Empresários em Nome Individual e as empresas da Banca de Retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados quando necessário com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

1. Ferramentas de classificação (*rating / scoring*)

O Banco Santander utiliza modelos próprios de atribuição de classificação de solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* ou *scoring* uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efetuada pelo analista de risco que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de Banca Minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que, entretanto, tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto clientes Particulares como de Empresas não encarteiradas, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão podem ser complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior capacidade preditiva dos riscos assumidos e que são utilizados para ações comerciais.

2. Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD).

Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*Exposure At Default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*Loss Given Default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada.

A sua combinação permite o cálculo da perda esperada (ou perda provável), a qual é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

Permite também o cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

A PD define-se como a probabilidade de que uma contraparte possa não conseguir cumprir com as suas obrigações no prazo de um ano, através da observação estatística.

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

1. Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de apetite de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está disposto a assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da Área de Riscos, através da definição dos Planos Estratégicos Comerciais (PEC).

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, a gestão é feita ao nível do Grupo Económico em que é definido o apetite de risco para o mesmo, estabelecendo limites de crédito.

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

2. Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rendibilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rendibilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de Seguimento. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

3. Gestão de Irregulares e Recuperações

A gestão de recuperações no Santander em Portugal é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial.
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares & Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

A gestão preventiva e a gestão de irregulares dos clientes Particulares & Negócios, visa dotar o Banco de uma capacidade de gestão massiva e antecipativa de clientes não encarteirados, feito através de estratégias e processos em ambiente *omnichannel* (canais de comunicação diferenciados em função da tipologia de cliente), constituindo uma abordagem sofisticada, que permite antecipar e melhorar a rapidez de resposta às dificuldades de tesouraria dos clientes que a demonstram.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “*repos*”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a conjugação do Valor Presente de cada contrato (ou Custo atual de Substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2022 a exposição atual das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou um ligeiro aumento, refletindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, as operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro aumentaram, tendo a LCH Clearnet como câmara de compensação. O valor da exposição dos derivados com os Grupos Financeiros subiu de forma ligeira devido ao aumento do coeficiente de risco das operações de taxa de juro a longo prazo com o acerto da metodologia de cálculo e à contratação de novas operações de *Spread Lock* e de cobertura ao crédito hipotecário.

Risco de mercado de negociação, estrutural e liquidez

Este capítulo foca-se nas atividades de gestão e controlo de riscos relacionadas com o risco de mercado, distinguindo atividade negociação, riscos estruturais e riscos de liquidez. São também brevemente descritas as principais metodologias e métricas utilizadas no Santander Totta para este efeito.

O âmbito das atividades sujeitas a risco de mercado inclui as operações nas quais se assume risco patrimonial em consequência de possíveis variações de fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, renda variável e spread de crédito, entre outros), bem como o risco de liquidez dos diferentes produtos e mercados em que o Grupo opera e o risco de liquidez do balanço.

Inclui os riscos da atividade de negociação e os riscos estruturais, ambos afetados pelos movimentos dos mercados.

A medição e o controlo destes riscos são assegurados por um órgão independente da gestão.

Controlo de Risco de Mercado de Negociação

Atividades sujeitas a risco de mercado

Os riscos das atividades de negociação decorrem de atividades de serviço financeiro a clientes com instrumentos não complexos, concentrando-se na cobertura dos riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros.

As operações realizadas com clientes são cobertas com o mercado, de modo a garantir uma exposição residual a este tipo de risco.

Metodologias

A metodologia aplicada no exercício de 2022, no âmbito do Santander em Portugal, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de

mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente é efetuado um acompanhamento diário das posições e da conta de resultados, os quais incluem o ajuste de avaliação de crédito (CVA) e o ajuste de avaliação de débito (DVA).

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise de *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* – resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Santander em Portugal cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;

Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

O VaR manteve-se em níveis muito reduzidos, registando o valor de EUR 12.7 mil a 31/12/2022.

Controlo do Risco Estrutural de Balanço

O controlo do risco estrutural de balanço incide sobre o risco de taxa de juro e o risco de liquidez.

O risco de taxa de juro decorre dos desfasamentos nos vencimentos e na reapreciação dos ativos e passivos e do impacto que movimentos adversos nas taxas de juro podem ter no valor económico ou na margem financeira do banco.

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco não dispor dos recursos financeiros líquidos necessários para cumprir as obrigações no momento devido ou de incorrer num custo excessivo para as cumprir.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelização das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de reapreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas.

Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo, bem como indicadores de liquidez intradiária em situações normais e de stress e indicadores de alerta precoce.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas do BCE situou-se em 132,49% a 31/12/2022.

Limites

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: Sensibilidade da margem financeira e do valor económico, stress test da carteira ALCO, VaR;
- Liquidez: Buffer de liquidez, cenários de stress, rácios de liquidez de curto prazo e estrutural, rácios de oeração de ativos e de concentração.

Risco Operacional

Definição e objetivos

O Santander em Portugal define o risco operacional como o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas internos, ou resultantes de eventos externos.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócio e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco operacional inerente às atividades, processos e sistemas próprios das suas funções habituais.

O principal objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional consiste na identificação, avaliação, medição, controlo, mitigação e reporte deste mesmo risco, sendo que a identificação e mitigação das fontes de risco constituem uma prioridade para o Banco, independentemente de as mesmas terem ou não originado perdas efetivas.

Para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios e em matéria de cobertura do risco operacional, o Grupo optou pelo Método Standard previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo do Santander em Portugal em termos de controlo e gestão do Risco Operacional, resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

A supervisão e controlo do risco operacional são realizados através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica na sua gestão o tratamento de aspetos relevantes em matéria de controlo e mitigação do Risco Operacional.

Com o objetivo de cumprir os requisitos regulatórios e de acordo com as melhores práticas do setor bancário, o Grupo definiu um modelo organizacional estruturado em três linhas de defesa.

A primeira linha de defesa, é constituída por todas as unidades de negócio e funções de suporte, sendo responsável pelo risco operacional originado nas suas áreas e tem como principal função a identificação, avaliação, monitorização, mitigação e reporte deste risco.

A segunda linha de defesa é constituída pela área com função de controlo de Risco Operacional, e é responsável, por um lado por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes vertentes, e por outro lado por avaliar se a sua gestão está em linha com o definido e se respeita os níveis de tolerância estabelecidos para o efeito. A segunda linha de defesa é uma função independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A terceira linha de defesa é constituída pela Auditoria Interna, um órgão independente que assume funções de controlo e avalia periodicamente se as políticas, metodologias e procedimentos são adequadamente implementados.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco.
- Definir o perfil de risco operacional, através da medição de métricas e indicadores por área e horizonte temporal, e estabelecer limites de tolerância e apetência de risco.
- Realizar e seguir o orçamento de risco operacional.
- Promover o envolvimento e integração de todos os colaboradores na cultura do risco operacional através da realização de formação em matéria de risco operacional e através da realização de reuniões periódicas.
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente tendo por base as exigências regulatórias (Basileia, Banco de Portugal, entre outros).
- Efetuar um seguimento contínuo e sistemático das fontes de exposição ao risco e implementar os respetivos mecanismos de controlo de modo a minimizar eventuais perdas.
- Estabelecer medidas e ações de mitigação que reduzam e mitiguem o risco operacional.
- Elaborar apresentações e relatórios periódicos de risco operacional, e realizar a sua divulgação junto dos diversos órgãos de gestão e supervisão (internos e externos).

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional robusta.
- Permitir uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo / mitigação, e reporte).
- Melhorar o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e estabelecer a sua relação com as linhas de negócio e de suporte.
- Incrementar a melhoria dos processos e controles e mitigar/reduzir eventuais perdas.
- Facilitar o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

No que respeita à identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidos diversos instrumentos quantitativos e qualitativos, que de forma conjunta permitem realizar um diagnóstico em matéria de risco operacional e

classificar/avaliar as diversas áreas relativamente à gestão do seu próprio risco.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados de eventos internos, cujo objetivo consiste no registo de eventos de risco operacional, com ou sem eventuais impactos contabilísticos. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados.
- Base de dados de eventos externos, que disponibiliza informação quantitativa e qualitativa e facilita uma análise mais detalhada e estruturada dos eventos relevantes que possam ocorrer no setor.
- Análise de cenários, em que participam diversas áreas de negócio, segunda linha e coordenadores de risco operacional, tendo como objetivo a identificação de potenciais eventos com baixa probabilidade de ocorrência e elevada severidade para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identificam-se se necessário, controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que minimizem o seu impacto.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos relacionados com o perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de Risco Operacional (*RCSA – Risk Control Self-Assessment*), cujo objetivo principal consiste em identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar eventuais medidas de mitigação.
- Indicadores (*ORIs – operational risk indicators*), são parâmetros de natureza diversa (métricas, índices e medidas) que disponibilizam informação útil acerca da exposição ao risco. Estes indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente para alertar sobre alterações que possam antecipar a materialização dos principais riscos.
- Recomendações da auditoria interna, externa e reguladores, que proporcionam informação relevante sobre o risco, e permitem a identificação de eventuais debilidades e aspetos de melhoria.

O Banco desenvolve ainda modelos de supervisão e de controlo específicos em matéria de gestão de riscos tecnológico e ciber de modo a garantir o adequado seguimento dos sistemas de informação e o reforço da proteção cibernética do Banco. Não obstante, impera o princípio da homogeneização pelo que os modelos se encontram perfeitamente alinhados com as ferramentas e com os instrumentos de gestão do risco operacional já anteriormente mencionados.

Adicionalmente, existe ainda um conjunto de diversos instrumentos que complementam e asseguram um sólido ambiente de controlo, nomeadamente:

- Políticas e procedimentos;
- Planos de ação e/ou ações corretivas /mitigadoras;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

O Banco implementou um programa de gestão avançada de risco operacional, tendo como principais objetivos o envolvimento de todos os colaboradores e dos órgãos de gestão no controlo e mitigação do risco operacional. A implementação e divulgação da cultura de riscos do Banco Santander Totta permitem uma avaliação e monitorização mais eficiente do risco operacional e facilitam a tomada de decisão por parte das áreas de negócio e da Administração.

À semelhança dos anos anteriores, o Banco continua a desenvolver ações no sentido de melhorar a eficiência das ferramentas de gestão do risco operacional, incluindo uma aplicação específica que é utilizada pelas primeiras linhas de defesa e pelas diversas áreas de controlo. Trata-se de uma ferramenta integrada que permite o desenvolvimento de sinergias entre as diversas áreas e fomenta a utilização de metodologias comuns de avaliação e controlo do risco. Esta aplicação incorpora ainda a base de dados de eventos, o sistema de controlo, as métricas/indicadores e os planos de ação/mitigação dos riscos da instituição.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de Cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por Risco Reputacional a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

As políticas de Cumprimento e as políticas de Risco Reputacional têm por finalidade a gestão dos riscos, tal como definidos nos parágrafos anteriores, determinando mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretizem; ii) identificar, reportar à Administração, gerir, e superar as situações que, eventualmente, se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, se necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção antecipada, mitigação e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, o quadro normativo interno relativo aos Riscos de Cumprimento e ao Risco Reputacional, abrangem, designadamente, os instrumentos identificados na lista abaixo, que são referidos pelo seu particular impacto na prevenção e gestão dos riscos em apreço.

Políticas e instrumentos de risco de cumprimento

- Valores Corporativos que se traduzem em “comportamentos” concretos, os quais pautam a conduta de todos os colaboradores;
- Política de Cumprimento;
- Políticas em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo;
- Códigos de conduta (com três dimensões: geral; na relação com os clientes e relativo ao mercado de valores);
- Política e Procedimentos de Comercialização e de Seguimento de Produtos;

- Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses;
- Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais;
- Política de formação de colaboradores, que inclui formação regulamentar obrigatória, bem como adicional;
- Políticas de Prevenção de Corrupção e de Defesa Corporativa (o Santander possui uma Política Corporativa de Prevenção da Corrupção, incluindo, entre outros: i) Um canal de denúncias (Canal Aberto) onde qualquer colaborador pode comunicar, de forma confidencial e anónima, quaisquer eventuais violações dos Códigos de Conduta e/ou da Política de Prevenção da Corrupção e ii) outras eventuais irregularidades);
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas.

Políticas de Risco Reputacional

- Política de Risco Reputacional;
- Política de Setores Sensíveis (regula o financiamento a determinados setores considerados sensíveis, devido à sua possível repercussão social, política ou cultural, estabelecendo as pautas para avaliar e decidir sobre o envolvimento com esses mesmos setores, de forma a conseguir identificar, gerir e prevenir o risco reputacional associado);
- Política e Procedimento para o Setor da Defesa (definindo os critérios a seguir na atividade financeira relacionada com este setor e prevendo um procedimento de análise de todas as operações e clientes abrangidos no setor).
- Política de Contribuições para Fins Sociais (definindo os critérios a seguir na atribuição de donativos com finalidades sociais).

Para além do risco de Cumprimento e do Risco Reputacional, o Banco tem ainda uma área autónoma de Banca Responsável e Universidades, que tem sob sua responsabilidade o acompanhamento de outras políticas, tais como a Política Geral de Sustentabilidade e a Política de Direitos Humanos.

Neste contexto, deve ser ainda destacada a Política de gestão de Riscos Ambientais, Sociais e de Alterações Climáticas, acompanhada na área de Riscos, que agregou as anteriores políticas setoriais socioambientais (energia, minas e setor mineiro e *soft commodities*), definindo os princípios e critérios do Grupo Santander para a identificação, avaliação, monitorização e gestão dos riscos ambientais e sociais e outras atividades relacionadas com as alterações climáticas.

Os dois fundamentos e objetivos essenciais da função de Conformidade (corporizada na área de Cumprimento e Conduta do Banco) são, por um lado, a prevenção, o acompanhamento e o controlo dos riscos de conformidade enquanto objeto autónomo, ainda que inserido no contexto mais amplo da atividade do Banco e por outro lado, a deteção e a mitigação e superação de eventuais desconformidades.

Sem prejuízo da existência de um quadro institucional e de governo estabilizado e de um conjunto significativo de atividades de gestão de risco realizadas de forma recorrente, a atividade da área de Cumprimento e Conduta é ajustada ao ambiente regulatório, às expectativas dos supervisores e à evolução do perfil de risco do Banco, de acordo com a atividade efetivamente desenvolvida em cada momento, o que é tanto mais relevante quanto é certo que se regista permanentemente um elevado dinamismo nestas matérias que, naturalmente, acaba por ter impacto também no exercício da função.

Para o efeito, é elaborado e aprovado anualmente um Plano de Atividades que incorpora tarefas definidas em resultado de um conjunto de fontes, que incluem os processos de autoavaliação de riscos por parte da área de cumprimento e conduta (com destaque para o exercício corporativo anual de auto avaliação denominado *Compliance Capabilities Methodology*), os exercícios anuais de autoavaliação de riscos por parte das

diversas áreas de 1.ª linha de defesa (*Risk Control Self Assessment*), as atividades decorrentes da função especializada na identificação e análise de nova regulamentação com impacto na atividade do Banco (“radar regulatório”), os aspetos decorrentes de determinações e recomendações emitidas por entidades de supervisão e/ou auditores internos e externos, os eventuais alertas associados a métricas definidas em matéria de apetite de risco, as atividades de gestão de risco com base em informação relevante obtida de quaisquer outras fontes internas e externas e as atividades que decorrem do aperfeiçoamento/melhoria de processos e sistemas existentes (melhoria contínua).

Neste contexto, existem atividades que podem consubstanciar-se em ações de comunicação ou sensibilização, criação de grupos de trabalho para implementação de regulamentação, desenvolvimento de medidas em matéria de governo interno (incluindo a aprovação e revisão de normativos), implementação de melhorias em matéria de gestão de dados e produção de reportes, melhoria de processos, implementação de controlos e/ou desenvolvimento de outros procedimentos de gestão de risco.

Em linhas gerais, a estratégia da função esteve focada na melhoria da gestão dos riscos relevantes e no reforço da Cultura de Riscos.

Informação Complementar

Prevenção de branqueamento de capitais

Financial Crime Compliance (FCC)

A função de cumprimento em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PBCFT) do Santander em Portugal está corporizada na área de *Financial Crime Compliance (FCC)*, integrada na área de Cumprimento e Conduta, que materializa a função de “*compliance*” e que funciona de forma independente e permanente, e no Comité de Análise e Resolução que é um órgão de controlo interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

A área de FCC dispõe de autonomia funcional e reporta ao responsável da área de Cumprimento e Conduta (*Chief Compliance Officer*).

Tem como objetivo principal a gestão dos riscos de cumprimento relativos ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e sanções, zelando para que a atividade se desenvolva em conformidade com todo o normativo aplicável, na prevenção e minimização de danos, nomeadamente decorrentes de eventuais sanções, bem como de carácter reputacional.

Para este efeito, além de contar com um “Responsável pelo Cumprimento Normativo” e de uma estrutura orgânica especializada e exclusivamente dedicada, existem normativos internos e estão implementados procedimentos e controlos específicos, corporizando o sistema de controlo interno em matéria de FCC, que é objeto de auditoria anual.

Ao responsável pelo cumprimento normativo nesta matéria, compete:

- Participar na definição e emitir parecer prévio sobre as políticas e os procedimentos e controlos destinados a PBCFT;
- Acompanhar, em permanência, a adequação, a suficiência e a atualidade das políticas e dos procedimentos e controlos em matéria de PBCFT, propondo as necessárias atualizações;
- Participar na definição, acompanhamento e avaliação da política de formação interna;
- Assegurar a centralização de toda a informação relevante que provenha das diversas áreas de negócio da entidade obrigada;
- Desempenhar o papel de interlocutor das autoridades judiciais, policiais e de supervisão e fiscalização,

designadamente dando cumprimento ao dever de comunicação e assegurando o exercício das demais obrigações de comunicação e colaboração.

Ao *Chief Compliance Officer* compete, nomeadamente, a coordenação da área de FCC e a avaliação de situações que lhe sejam submetidas pelo Responsável de Cumprimento Normativo.

Ao Comité de Análise e Resolução compete, nomeadamente:

- Aprovação de políticas e objetivos gerais do sistema de prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo e do normativo aplicável às diferentes áreas e órgãos;
- Seguimento de atividades da área de FCC;
- Determinação de quaisquer procedimentos específicos que devam ser adotados na matéria por qualquer área;
- Aprovação das linhas gerais dos programas de formação e seguimento da respetiva execução;
- Avaliação de operativas que lhe sejam submetidas e determinação de medidas que considere adequadas, incluindo a comunicação às autoridades judiciais de operações que o não tenham sido pelo RCN;
- No domínio da respetiva competência, o seguimento das recomendações de auditoria interna e externa bem como, sendo o caso, de determinações específicas e recomendações de autoridades de supervisão;
- Apreciação de qualquer outro assunto que lhe seja submetido pela área de FCC;

Em 2022, foram efetuados os seguintes reportes aos Supervisores:

- i. Relatório de PBCFT conforme determina a Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2019;
- ii. Reporte previsto no n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2020 relativo a PBCFT.”

Estrutura acionista

| Acionista | Nº ações | % |
|---------------------|-----------------|--------|
| Banco Santander, SA | 196 996 017 344 | 99,85% |

Movimento de ações próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 4 de maio de 2022, a Santander Totta SGPS, S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Santander Totta SGPS detinha 117.049.943 ações próprias correspondentes a 0,059% do seu

capital social. Durante o ano 2022, a Santander Totta SGPS, S.A. comprou 3.883.629 ações próprias, correspondente a 0,002% do seu capital social, fechando o ano com um total de 120.933.572 ações próprias.

A aquisição está inserida na política geral da Santander Totta SGPS, no sentido de adquirir ações de acionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O ANO DE 2022

| Santander Totta SGPS, S.A. | Número de ações | Preço médio unitário (€) | Valor Contabilístico (€) | % no Capital Social |
|----------------------------|-----------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|
| Saldo em 31/12/2021 | 117 049 943 | 0,02 | 2 528 626 | 0,059% |
| Aquisição de ações | 3 883 629 | 0,02 | 81 659 | 0,002% |
| Alienação de ações | - | - | - | - |
| Saldo em 31/12/2022 | 120 933 572 | 0,02 | 2 610 285 | 0,061% |

Movimento de ações e obrigações dos membros dos órgãos sociais da Santander Totta, SGPS, SA

Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização - artigo 447º Código das Sociedades Comerciais

| | Entidade | Posição a 31/dez/2021 | Movimentos em 2022 | Posição a 31/dez/2022 |
|---------------------------|---------------------|-----------------------|---|---|
| | Banco Santander, SA | 155 231 | 25.02.2022 - Atribuição Corporativa: 2.194 - 3,31€ | 157 425 |
| | Banco Santander, SA | 156 176 | 25.02.2022 - Atribuição Corporativa: 64.719 - 3,31€ | 220 895 |
| Conselho de Administração | Banco Santander, SA | | 03.02.2022 - Venda: 5.000 - 3,25€ | |
| | Banco Santander, SA | | 03.02.2022 - Venda: 5.000 - 3,30€ | |
| | Banco Santander, SA | | 03.02.2022 - Venda: 5.000 - 3,20€ | |
| | Banco Santander, SA | | 04.02.2022 - Venda: 7.500 - 3,30€ | |
| | Banco Santander, SA | | 04.02.2022 - Venda: 5.000 - 3,30€ | |
| | Banco Santander, SA | 233 963 | 07.02.2022 - Venda: 7.500 - 3,29€ | 211 956 |
| | Banco Santander, SA | | 07.02.2022 - Venda: 10.000 - 3,27€ | |
| | Banco Santander, SA | | 07.02.2022 - Venda: 10.000 - 3,26€ | |
| | Banco Santander, SA | | 09.02.2022 - Venda: 10.000 - 3,41€ | |
| | Banco Santander, SA | | 10.02.2022 - Venda: 10.000 - 3,46€ | |
| | Banco Santander, SA | | 25.02.2022 - Atribuição Corporativa: 52.993 - 3,31€ | |
| | | Banco Santander, SA | 47 547 | 25.02.2022 - Atribuição Corporativa: 41.359 - 3,31€ |
| Conselho Fiscal | - | 0 | - | 0 |
| | Banco Santander, SA | 14 078 | 17.03.2022 - Atribuição Corporativa: 1.530 - 3,17€ | 15 608 |
| | - | 0 | - | 0 |
| | - | 0 | - | 0 |

Funções exercidas pelos membros dos órgãos sociais da Santander Totta, SGPS, SA

| Cargos em Acumulação | | |
|---|---|--|
| | No perímetro da consolidação | Fora do perímetro da consolidação |
| José Carlos Brito Sítima | Banco Santander Totta, SA (Presidente do Conselho de Administração) | Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola (Membro da Junta Diretiva NE, em representação do Banco Santander Totta, SA) |
| Pedro Aires Coruche Castro e Almeida | Banco Santander Totta, SA (Vice - Presidente do Conselho de Administração; Presidente da Comissão Executiva CEO) | ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores (Membro do Conselho Estratégico, em representação do Banco Santander Totta, SA) Centro Paroquial São Francisco de Paula (NE Diretor) ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (Membro do Conselho de Escola) Fundação Alfredo de Sousa (Membro do Conselho de Curadores) Fundação Santander Portugal (Presidente do Conselho de Curadores, em representação do Banco Santander Totta, SA) Associação Portuguesa de Bancos (Vogal da Direção, em representação do Banco Santander Totta, SA) The Trilateral Commission (Membro do Grupo Europeu) |
| Manuel António Amaral Franco Preto | Banco Santander Totta, SA (Membro do Conselho de Administração Vice-Presidente da Comissão Executiva) Taxagest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente do Conselho de Administração) Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, SA (Presidente da Comissão de Vencimentos) | - |
| Miguel Belo de Carvalho | Banco Santander Totta, SA (Membro Executivo do Conselho de Administração) | Fundação Económicas - Fundação Para o Desenvolvimento das Ciências Económicas, Financeiras e Empresariais (Vogal do Conselho de Administração NE, em representação do Banco Santander Totta, SA) Universidade Lusíada - Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa (Membro do Conselho Consultivo) Fundação Santander Portugal (Membro do Conselho de Administração NE) |
| José Duarte Assunção Dias | Santander Totta Seguros (Suplente do Conselho Fiscal) Gamma (Presidente do Conselho Fiscal) Aegon Santander Portugal Vida (Presidente do Conselho Fiscal) Aegon Santander Portugal Não Vida (Presidente do Conselho Fiscal) | Alves da Cunha, A. Dias & Associados SROC (Sócio) Fundação Santander Portugal (Presidente do Conselho Fiscal) |
| Henrique Salema de Carvalho e Silva | Gamma (Membro do Conselho Fiscal) | Consultor Independente Sociedade Agrícola do Setil, SA (Vogal do Conselho de Administração NE) Casais Firminos - Sociedade de Desenvolvimento Turístico e Cinagético, SA (Vogal do Conselho de Administração NE) Fundação Santander Portugal (Vogal do Conselho Fiscal) |
| Marta Sobreira Reis Alarcão Troni | Gamma (Membro do Conselho Fiscal) | Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Vogal do Conselho Fiscal) Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Vogal do Conselho Fiscal) Associação - Fundo de Assistência do Crédito Agrícola Mútuo - FACAM (Presidente da Comissão de Fiscalização) Sociedade Agrícola Macieira Reis, S.A (Membro do Conselho de Administração NE) José Alarcão Troni & Associados, Consultoria Global, Lda (Consultora) Gerson Lerhman Group GLG (Member Council & Project Member) BRAINFORCE Switzerland - Interim Management & Consulting (Consultora) |

Indicadores Alternativos de Desempenho

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Banco utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência do Banco.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

Margem financeira

“Receitas de juros” deduzidas das “Despesas com juros”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Rendimento de instrumentos de capital

“Receitas de dividendos”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado de associadas

“Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência patrimonial”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Comissões líquidas

“Receitas de taxas e comissões” deduzidas das “Despesas com taxas e comissões”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Outros resultados de exploração

“Outras receitas operacionais” deduzidas de “Outras despesas operacionais”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Atividade de seguros

Soma de “Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro” com “Margem bruta da atividade de seguros”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Margem comercial

Soma da “Margem financeira”, “Rendimento de instrumentos de capital”, “Resultado de associadas”, “Comissões líquidas”, “Outros resultados de exploração” e “Atividade de seguros”.

Resultados em operações financeiras

Soma de “Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados, valor líquido”, “Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros, detidos para negociação, valor líquido”, “Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido”, “Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido”, “Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido”, “Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Produto bancário

“Margem comercial” adicionada de “Resultados em operações financeiras”.

Custos operacionais

Soma de “Despesas com pessoal”, de “Outras despesas administrativas” e de “Depreciação”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

+Resultado de exploração

“Produto bancário” subtraído de “Custos operacionais” e de “Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Imparidade, provisões líquidas e outros resultados

Soma de “Provisões ou reversão de provisões”, de “Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados”, de “Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros”, de “Ganhos ou perdas outros, valor líquido”, e de “Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam

“Resultado de exploração” subtraído de “Imparidade, provisões líquidas e outros resultados”.

Impostos

“Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam

“Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam” deduzido de “Impostos”.

Interesses que não controlam

“Lucros ou prejuízos do período – atribuíveis a participações minoritárias sem controlo”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS

“Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam” deduzido de “Interesses que não controlam”.

Rácio de eficiência

Rácio entre os “Custos operacionais” e o “Produto bancário”.

Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)

Calculado de acordo com a Instrução 6/2018 do Banco de Portugal.

Volume de Negócio

Soma do “Crédito a clientes (bruto)” com os “Recursos de clientes”.

Crédito a clientes (bruto)

Corresponde à soma das rubricas de balanço: “Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral – empréstimos e adiantamentos”, “Ativos financeiros pelo custo amortizado – títulos de dívida” e “Ativos financeiros pelo custo amortizado - empréstimos e adiantamentos”, expurgado de “Outros saldos a receber” e de “Empréstimos e adiantamentos – instituições de crédito”, conforme consta na nota 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas”. Valores antes de imparidades.

Crédito a clientes (líquido)

Crédito a clientes (bruto), líquido de imparidades. As imparidades correspondem à soma de “Imparidade para títulos de dívida” e “Imparidade para empréstimos e adiantamentos – clientes” conforme consta na nota 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas” e da nota 8 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras individuais”, deduzidas da imparidade relativa a “Outros saldos a receber”.

Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS).

Rácio de non-performing exposure

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento “Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito” do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extrapatrimoniais.

Custo do crédito

Rácio entre a “Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados - Ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado” (da Demonstração dos Resultados) e a média do “Crédito a clientes (bruto)” (do balanço).

Cobertura de non-performing exposure

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE).

Depósitos

Corresponde à rubrica “Depósitos – Clientes” – ver nota 17 (no capítulo das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas).

Recursos fora de balanço

Soma dos “Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco” e dos “Seguros e outros recursos”, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS).

Recursos de balanço

Corresponde a “Depósitos”, conforme definição incluída nesta secção.

Recursos de clientes

Soma de “Recursos de balanço” com os “Recursos fora de balanço”.

Liquidity Coverage Ratio (LCR)

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)

Rácio entre o “Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS” e o “Total dos capitais próprios” no início do período.

Rendibilidade do ativo (ROA)

Rácio entre o “Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS” e o “Total do ativo”.

Tabela de indicadores não financeiros

Informamos que foi preparado um Relatório de Banca Responsável separado do Relatório de Gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, sendo o mesmo publicado no sítio da internet do Grupo Santander Totta no prazo legal.

Relatório de Governo Societário

I – Introdução

Com o presente Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício de 2022, a Santander Totta, SGPS, SA dá cumprimento ao dever de prestar informação anual sobre a estrutura e as práticas de governo societário em conformidade com o artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e o artigo 29º-H do Código de Valores Mobiliários.

Para elaboração do presente relatório, foram igualmente tidos em consideração a diversa regulamentação e orientações das entidades de regulação e supervisão competentes.

Sublinha-se que, durante o exercício de 2022 e relativamente ao seu modelo de governo societário e controlo interno, a Santander Totta, SGPS, SA, observou e cumpriu com os procedimentos impostos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020 e as orientações revistas (EBA/GL/2021/05) da Autoridade Bancária Europeia (EBA – *European Banking Authority*) respeitantes à aplicação dos mesmos.

II – Estrutura acionista

A Santander Totta, SGPS, SA tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sediada em Portugal

Na data de elaboração do presente relatório, o capital social é de 1 972 962 079,58 euros, detido em 99,848% pelo Banco Santander, S.A..

As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

Sem embargo do exposto supra, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem ações.

Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das ações em intermediários financeiros até ao terceiro dia útil anterior à data de realização da mesma.

A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre acionistas.

Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Sociedade resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

III – Órgãos Sociais

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no artigo 278º, nº 1. al. a) do CSC.

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um Revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 al. b do CSC.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, bem como o Revisor Oficial de Contas, são designados pela Assembleia Geral e os seus mandatos têm a duração de três anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes

Existe ainda uma Comissão de Vencimentos designada pela Assembleia Geral.

Das reuniões dos Órgãos Sociais são elaboradas atas que permitem uma adequada identificação dos seus participantes, incluindo do seu secretário, bem como uma adequada compreensão das matérias nelas tratadas, das deliberações tomadas, de eventuais recomendações formuladas ou dos assuntos que carecem de acompanhamento em reuniões futuras.

Os membros do órgão de administração e fiscalização submetem-se em permanência aos requisitos de adequação, idoneidade, aptidão, experiência, disponibilidade, independência e qualificações profissionais para o exercício do cargo que forem definidos pelas normas aplicáveis, submetendo-se às regras de avaliação periódicas, individuais e coletivas que vierem a ser definidas pela Sociedade.

Em 21 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral da Sociedade aprovou a eleição dos Órgãos Sociais, incluindo os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas para o triênio 2022/2024.

A 28 de março de 2023 as entidades de supervisão competentes emitiram a sua não oposição à reeleição e eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Assembleia Geral

Nos termos do artigo 8º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário.

Todos os seus membros foram eleitos pela Assembleia Geral que se realizou a 21 de dezembro de 2021, para o mandato 2022/2024, tendo cumprido o primeiro ano do mandato.

A 28 de fevereiro de 2022, decorreu uma Assembleia Geral Extraordinária para discussão e aprovação da distribuição de resultados transitados

A 4 de maio de 2022, a Sociedade realizou a Assembleia Geral Anual da Sociedade na qual foi aprovado o relatório de gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, respeitantes ao exercício de 2021, incluindo o relatório do governo societário.

A 18 de outubro de 2022, a Assembleia Geral voltou a reunir-se para aprovação da eleição de vogal do Conselho Fiscal para o triênio em curso 2022 / 2024.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da sociedade cabendo-lhe, nos mais amplos termos da lei, deliberar sobre quaisquer assuntos e praticar todos os atos relativos à mesma.

Nos termos dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de 15 vogais, consoante o que a Assembleia Geral fixar para cada mandato.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade. Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

Durante o ano de 2022, o Conselho de Administração foi composto por um Presidente, um Vice-Presidente (CEO) e dois vogais executivos.

Cumpriu o seu primeiro ano do novo mandato e, durante o ano de 2022, reuniu 11 vezes e as suas reuniões foram secretariadas pelo Secretário da Sociedade, tendo sido elaboradas, aprovadas e assinadas todas as atas das reuniões.

Conselho Fiscal

A fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e, conforme deliberado em Assembleia Geral a um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas que não sejam membros daquele órgão.

O Conselho Fiscal é composto por três membros, sendo um de entre eles o respetivo Presidente.

Cumpriu o seu primeiro ano do novo mandato e, durante o ano de 2022, reuniu 15 vezes e as suas reuniões foram secretariadas pelo Governo Interno da Sociedade, tendo sido elaboradas, aprovadas e assinadas todas as atas das reuniões.

O ano de 2022, foi o primeiro ano do novo mandato (2022-2024) e a composição dos órgãos sociais da Santander Totta, SGPS, SA foi a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

| | |
|------------------|---------------------------|
| Presidente: | António Maria Pinto Leite |
| Vice-Presidente: | Ricardo Andrade Amaro |
| Secretário: | Secretário da Sociedade |

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| | |
|------------------|---|
| Presidente: | José Carlos Brito Sitima |
| Vice-Presidente: | Pedro Aires Coruche Castro e Almeida |
| Vogais: | Manuel António Amaral Franco Preto Miguel Belo de Carvalho |

CONSELHO FISCAL

| | |
|-----------------------|---|
| Presidente: | José Duarte Assunção Dias |
| Vogais ¹ : | Henrique Salema de Carvalho e Silva Marta Sobreira Reis Alarcão Troni ² |
| Suplente: | José Luís Areal Alves da Cunha |

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, LDA., representada
por José Manuel Henriques Bernardo

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

| | |
|-------------|---|
| Presidente: | Jaime Pérez Renovales |
| Vogal: | Maria Alexandra Teixeira Peres Brandão Palma Cavaco |

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

| | |
|----------------------|--|
| Secretário Efetivo: | Bruno Miguel dos Santos de Jesus |
| Secretário Suplente: | Marta Maria Appleton de Serpa Pimentel Marques |

¹ Luis Picardo Glória Picardo de Sousa eleito em Assembleia Geral de 21 de dezembro de 2021 apresentou renúncia ao cargo em 26 de agosto de 2022.

² Eleita em Assembleia Geral de 18 de outubro de 2022. O início do exercício de funções ficou sujeito à autorização ou não oposição por parte das entidades de supervisão competentes, a qual foi obtida a 18 de janeiro de 2023.

Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

(A «Declaração»)

A seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de Administração e Fiscalização da Santander Totta SGPS, S.A. (a «Sociedade»), a vigorar no ano de 2022, é proposta à Assembleia Geral de acionistas de aprovação das contas do exercício de 2021.

1. Enquadramento

O Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander deverão sempre ser alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas condutas. O Grupo Santander assegura, através das suas práticas, que as políticas de retribuição promovam e sejam coerentes com uma sólida e eficaz gestão de riscos e com a manutenção de uma base sólida de capital.

2. A remuneração dos órgãos sociais da Sociedade

2.1. Os órgãos sociais da Sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal:

- a) Assembleia Geral. Os seus membros não são remunerados pelo exercício das funções na Sociedade.
- b) Conselho Fiscal. Os seus membros recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, pago 12 vezes ano.
- c) Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração não auferem quaisquer remunerações, pensões de reforma ou quaisquer outros benefícios pelo exercício das suas funções, sendo remunerados apenas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, nomeadamente pela sua principal filial, o Banco Santander Totta.

Os montantes pagos a título de remuneração fixa e variável aos administradores e aos membros do órgão de fiscalização, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, totalizaram, no ano de 2021, o valor global de 2,7 milhões de euros.

3. aspetos complementares

Todas as filiais da sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento do Grupo Santander.

Lisboa, 29 de março de 2022

Demonstrações Financeiras Consolidadas

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

| | Notas | (Montantes expressos em milhares de Euros) | |
|--|-------|--|-------------------|
| | | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| ATIVO | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | 5 | 8.415.436 | 8.718.528 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 6 | 498.737 | 579.220 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 7 | 2.647.169 | 3.194.784 |
| Instrumentos de capital próprio | | 868.500 | 1.182.568 |
| Títulos de dívida | | 1.778.669 | 2.012.216 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 8 | 5.109.459 | 6.102.774 |
| Instrumentos de capital próprio | | 149.230 | 72.653 |
| Títulos de dívida | | 2.691.674 | 3.050.819 |
| Empréstimos e adiantamentos | | 2.268.555 | 2.979.302 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 9 | 40.814.573 | 40.383.981 |
| Títulos de dívida | | 3.471.400 | 3.458.792 |
| Empréstimos e adiantamentos | | 37.343.173 | 36.925.189 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 10 | 601.827 | 7.447 |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | 11 | 111.558 | 108.235 |
| Ativos tangíveis | 12 | 447.308 | 497.563 |
| Propriedades de investimento | | 179.211 | 213.731 |
| Ativos tangíveis | | 268.097 | 283.832 |
| Ativos intangíveis | 12 | 37.441 | 35.760 |
| Ativos por impostos | 13 | 247.176 | 312.852 |
| Outros ativos | 14 | 173.755 | 169.559 |
| Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda | 15 | 43.749 | 74.911 |
| TOTAL DO ATIVO | | 59.148.188 | 60.185.614 |
| PASSIVO | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 6 | 465.786 | 571.183 |
| Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados | 16 | 2.792.796 | 3.343.853 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | 17 | 50.437.165 | 49.618.366 |
| Depósitos | | 45.434.491 | 46.216.138 |
| Títulos de dívida emitidos | | 4.635.881 | 3.180.165 |
| Outros passivos financeiros | | 366.793 | 222.063 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 10 | 183.771 | 294.108 |
| Provisões | 18 | 786.094 | 886.091 |
| Compromissos e garantias concedidos | | 49.705 | 51.179 |
| Outras provisões | | 736.389 | 834.912 |
| Passivos por impostos | 13 | 260.293 | 357.472 |
| Capital social reembolsável à vista | 19 | 46.938 | 54.805 |
| Outros passivos | 20 | 350.276 | 435.576 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 55.323.119 | 55.561.454 |
| CAPITAIS PRÓPRIOS | | | |
| Capital social | 21 | 1.972.962 | 1.972.962 |
| Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social | 21 | 400.000 | 400.000 |
| Outro rendimento integral acumulado | 21 | (329.747) | (132.147) |
| Rubricas que não serão reclassificadas em resultados | | (420.546) | (608.747) |
| Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados | | 90.799 | 476.600 |
| Resultados retidos | 21 | 322 | 482.914 |
| Outras reservas | 21 | 1.853.595 | 1.602.514 |
| Ações próprias | 21 | (2.610) | (2.529) |
| Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe | 21 | 606.727 | 298.614 |
| Dividendos antecipados | 21 | (677.515) | - |
| Participações minoritárias sem controlo | 23 | 1.335 | 1.832 |
| TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | | 3.825.069 | 4.624.160 |
| TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | | 59.148.188 | 60.185.614 |

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2022.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

| | | (Montantes expressos em milhares de Euros) | |
|---|--------|--|------------------|
| | Notas | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| Receitas de juros | 25 | 1.175.173 | 1.010.045 |
| Despesas com juros | 25 | (392.318) | (280.403) |
| MARGEM FINANCEIRA | | 782.855 | 729.642 |
| Receitas de dividendos | 26 | 3.825 | 1.537 |
| Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência patrimonial | 27 | 20.552 | 16.085 |
| Receitas de taxas e comissões | 28 | 574.272 | 531.538 |
| Despesas com taxas e comissões | 28 | (104.012) | (104.957) |
| Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido | 29 | 758 | 129.561 |
| Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido | 29 | 9.732 | (4.409) |
| Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido | 29 | 2.540 | 3.550 |
| Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido | 29 | - | - |
| Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido | 29 | 19.956 | 13.505 |
| Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido | 30 | 55.312 | 13.044 |
| Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro | 31 | 7.593 | 81.930 |
| Margem bruta da atividade de seguros | 31 | 4.653 | (65.690) |
| Outras receitas operacionais | 32 | 18.778 | 20.848 |
| Outras despesas operacionais | 32 | (8.268) | (10.012) |
| PRODUTO BANCÁRIO | | 1.388.546 | 1.356.172 |
| Despesas administrativas | 33 | (440.265) | (479.012) |
| Despesas com pessoal | | (263.382) | (282.080) |
| Outras despesas administrativas | | (176.883) | (196.932) |
| Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos | 34 | (41.658) | (37.679) |
| Depreciação | 12 | (45.715) | (49.732) |
| Provisões ou reversão de provisões | 18 | 3.750 | (243.411) |
| Compromissos e garantias concedidos | | 1.474 | 6.288 |
| Outras provisões | | 2.276 | (249.699) |
| Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados | 18 | 11.975 | (73.525) |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | | 29 | (38) |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | | 11.946 | (73.487) |
| Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros | 18 | 12.939 | (16.777) |
| Ganhos ou perdas outros, valor líquido | 1.3.1) | (35.884) | (35.075) |
| Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas | 35 | 19.860 | 14.033 |
| LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM OPERAÇÃO, ANTES DE IMPOSTOS | | 873.548 | 434.994 |
| Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação | 13 | (266.593) | (136.266) |
| LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM OPERAÇÃO, APÓS DEDUÇÃO DE IMPOSTOS | | 606.955 | 298.728 |
| LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO | | 606.955 | 298.728 |
| Atribuíveis a participações minoritárias sem controlo | 23 | 228 | 114 |
| Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe | | 606.727 | 298.614 |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

| | Notas | (Montantes expressos em milhares de Euros) | | | |
|---|-------|--|---|--|---|
| | | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
| | | Atribuível aos acionistas da Sociedade | Atribuível a interesses que não controlam | Atribuível aos acionistas da Sociedade | Atribuível a interesses que não controlam |
| Lucros ou prejuízos do exercício | | 606.727 | 228 | 298.614 | 114 |
| Outro rendimento integral | 21 | (196.539) | (51) | (135.055) | (56) |
| Rubricas que não serão reclassificadas em resultados | | | | | |
| Ganhos ou perdas atuariais com planos de pensões de benefício definido | | | | | |
| . Valor bruto | 21 | 112.643 | 72 | 49.892 | 26 |
| . Impacto fiscal | | 7 | (7) | - | (1) |
| Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio pelo justo valor através de outro rendimento integral | | | | | |
| . Valor bruto | | 76.308 | 29 | (812) | - |
| . Impacto fiscal | | (1.338) | - | - | - |
| Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em associadas | | | | | |
| . Valor bruto | 7 | 2.089 | 1 | 492 | (1) |
| . Impacto fiscal | | (88) | - | 22 | - |
| Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados | | | | | |
| Coberturas de fluxos de caixa | | | | | |
| Transferências para resultados do período | | | | | |
| . Valor bruto | | 31.813 | 12 | - | - |
| . Impacto fiscal | | (9.862) | (4) | - | - |
| Variação no justo valor | | | | | |
| . Valor bruto | | (183.629) | (71) | 43.603 | 19 |
| . Impacto fiscal | | 56.925 | 22 | (13.517) | (6) |
| Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral | | | | | |
| Transferências para resultados do período | | | | | |
| . Valor bruto | | (12) | - | - | - |
| . Impacto fiscal | | 4 | - | - | - |
| Variação no justo valor | | | | | |
| . Valor bruto | 8 | (205.159) | (51) | (258.217) | (72) |
| . Impacto fiscal | | 56.281 | 16 | 78.489 | 22 |
| Empréstimos e adiantamentos pelo justo valor através de outro rendimento integral | | | | | |
| Variação no justo valor | | | | | |
| . Valor bruto | 8 | (220.852) | (101) | (68.716) | (63) |
| . Impacto fiscal | | 68.464 | 31 | 21.302 | 20 |
| Variações na "shadow reserve" | | | | | |
| . Valor bruto | 20 | 31.310 | - | 14.536 | - |
| . Impacto fiscal | | (7.358) | - | (3.416) | - |
| Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em associadas | | | | | |
| . Valor bruto | | (5.579) | - | 1.068 | - |
| . Impacto fiscal | | 1.494 | - | 219 | - |
| Rendimento integral consolidado do exercício | | 410.188 | 177 | 163.559 | 58 |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| | Instrumentos de | | De justo | Por | Resultados | Outras | Ações | Lucros ou prejuízos | Dividendos | Interesses minoritários | | Total do | |
|---|---------------------------|-----------------------|------------------|-----------------|----------------|------------------|----------------|---------------------|------------------|-------------------------|--------------|------------------|---------|
| | capital próprio emitidos, | exceto capital social | | | | | | | | valor | impostos | | retidos |
| Capital social | | | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 1.972.962 | 600.000 | 94.991 | (90.819) | 197.228 | 1.651.171 | (2.447) | 295.559 | - | 106 | 1.689 | 4.720.440 | |
| Aplicação dos resultados | | | | | | | | | | | | | |
| . Transferência para reservas (Nota 21) | - | - | - | - | 285.686 | 9.873 | - | (295.559) | - | (109) | 109 | - | |
| Reembolso de "Additional Tier 1 Instruments" (Nota 21) | - | (600.000) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (600.000) | |
| Emissão de "Additional Tier 1 Instruments" (Nota 21) | - | 400.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 400.000 | |
| Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments" | - | - | - | - | - | (59.775) | - | - | - | - | - | (59.775) | |
| Aquisição de ações próprias (Nota 21) | - | - | - | - | - | - | (82) | - | - | - | - | (82) | |
| Transações com detentores de participações minoritárias | - | - | - | - | - | (19) | - | - | - | - | (21) | (40) | |
| Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor | | | | | | | | | | | | | |
| através de outro rendimento integral (Nota 8) | - | - | (1.498) | 234 | - | 1.264 | - | - | - | - | - | - | |
| Rendimento integral do exercício de 2021 | - | - | (218.154) | 83.099 | - | - | - | 298.614 | - | 58 | - | 163.617 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 1.972.962 | 400.000 | (124.661) | (7.486) | 482.914 | 1.602.514 | (2.529) | 298.614 | - | 55 | 1.777 | 4.624.160 | |
| Aplicação dos resultados | | | | | | | | | | | | | |
| . Transferência para reservas (Nota 21) | - | - | - | - | (49.048) | 249.623 | - | (200.575) | - | (113) | 113 | - | |
| . Distribuição de dividendos | - | - | - | - | (433.544) | 25 | - | (98.039) | - | - | (640) | (532.198) | |
| Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments" | - | - | - | - | - | (19.600) | - | - | - | - | - | (19.600) | |
| Aquisição de ações próprias (Nota 21) | - | - | - | - | - | - | (81) | - | - | - | - | (81) | |
| Transações com detentores de participações minoritárias | - | - | - | - | - | 39 | - | - | - | - | (39) | - | |
| Distribuição de dividendos provisórios sobre resultados do ano | - | - | - | - | - | - | - | - | (677.515) | - | - | (677.515) | |
| Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor | | | | | | | | | | | | | |
| através de outro rendimento integral (Nota 8) | - | - | (1.411) | 350 | - | 1.061 | - | - | - | - | - | - | |
| Outros | - | - | - | - | - | 19.933 | - | - | - | - | 6 | 19.939 | |
| Rendimento integral do exercício de 2022 | - | - | (361.068) | 164.529 | - | - | - | 606.727 | - | 176 | - | 410.364 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 1.972.962 | 400.000 | (487.140) | 157.393 | 322 | 1.853.595 | (2.610) | 606.727 | (677.515) | 118 | 1.217 | 3.825.069 | |

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| | Notas | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|-------|------------------|------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: | | | |
| Receitas de juros e comissões | | 1.639.412 | 1.503.223 |
| Despesas com juros e comissões | | (414.914) | (426.651) |
| Despesas administrativas | | (456.953) | (580.181) |
| Contribuições para os fundos de pensões | 36 | (27.650) | (23.860) |
| Resultados cambiais e outras receitas/despesas operacionais | | 1.054 | 2.903 |
| Recuperação de créditos incobráveis | 18 | 10.569 | 3.734 |
| Recebimentos/(Pagamentos) de prémios de seguros | | 25.912 | 28.956 |
| Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais | | 777.430 | 508.124 |
| (Aumentos) diminuições de ativos operacionais: | | | |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado - Instituições de crédito | | 7.495 | (10.293) |
| Ativos financeiros detidos para negociação | | 81.237 | 321.790 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | | (594.492) | (607.073) |
| Ativos e passivos ao justo valor através de resultados | | 108.861 | 39.436 |
| Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda | | 77.851 | 70.393 |
| Propriedades de investimento | | 34.519 | 36.801 |
| Outros ativos | | 33.575 | (103.607) |
| | | (250.954) | (252.553) |
| Aumentos (diminuições) de passivos operacionais: | | | |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Instituições de crédito | | (888.116) | (464.564) |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Clientes | | 93.284 | 2.447.224 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | (105.398) | (349.419) |
| Outros passivos | | 45.250 | (62.896) |
| | | (854.980) | 1.570.345 |
| Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento | | (328.504) | 1.825.916 |
| Impostos pagos | | (161.206) | (51.662) |
| Caixa líquida das atividades operacionais | | (489.710) | 1.774.254 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | |
| Dividendos recebidos | 26 | 3.825 | 1.537 |
| Aquisição ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | | (317) | (874) |
| Alienação/reembolso de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | | (16.573) | 2.011.935 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | | (3.443) | 958 |
| Rendimentos adquiridos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | | 60.831 | 74.467 |
| Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis | | (39.798) | (43.885) |
| Vendas de ativos tangíveis | | 4.542 | 4.476 |
| Alienação de empresas subsidiárias e associadas | 4 | 17.227 | 26.235 |
| Caixa líquida das atividades de investimento | | 26.294 | 2.074.849 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| (Emissão)/Reembolso de dívida titulada e subordinada | 17 | 1.437.492 | 615.639 |
| Remuneração paga de dívida emitida | | (48.470) | (30.091) |
| Outros instrumentos de capital | 21 | - | (200.000) |
| Dividendos pagos | 21 | (1.209.098) | - |
| Distribuição rendimento - "Additional Tier 1 Instruments" | | (19.600) | (59.775) |
| Caixa líquida das atividades de financiamento | | 160.324 | 325.773 |
| Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes | | (303.092) | 4.174.876 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 8.718.528 | 4.543.652 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 8.415.436 | 8.718.528 |

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta, SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”, “Santander Totta”, “ST SGPS” ou “Grupo”) foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros” ou “Companhia”) foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes ativos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. (“Banco”). A Santander Totta tem por objeto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Grupo adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP). Neste sentido, em 27 de dezembro de 2017, o Banco comprou a totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP procedendo nessa data à fusão por incorporação.

A Santander Totta está integrada na consolidação do Banco Santander, S.A. (ultimate parent). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2022 e 2021 encontram-se detalhados na Nota 38.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 339 balcões (348 balcões em 31 de dezembro de 2021). Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 28 de março de 2023. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2021.

A partir do exercício de 2020 o Banco passou a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as orientações do Regulamento (EU 2017/1443 de 29 de junho de 2017), revogado pelo Regulamento (EU 2021/451 de 17 de dezembro de 2020).

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, exceto quando expressamente indicado.

Na preparação das demonstrações financeiras o Grupo segue a convenção de custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de: - Ativos financeiros detidos para negociação; - Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados; - Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral; - Derivados - contabilidade de cobertura; - Propriedades de investimento; - Passivos financeiros detidos para negociação e - Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados.

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que o Grupo dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, o Banco adotou com referência a 1 de janeiro de 2022 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos da locação variáveis e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior.
- **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
- **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
- **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.

- Melhorias às normas 2018 – 2020. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: **IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41**.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2*, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.
- **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.
- **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emittentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emittentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emittentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mesure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.
- **IFRS 17** (alteração) 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

- **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"'. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Na sequência das normas e interpretações não foram identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.2. Consolidação de empresas filiais e entidades sob controlo conjunto e registo de empresas associadas (IFRS10, IFRS11, IAS 28 e IFRS3)

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, despesas, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando detém o poder de dirigir as atividades relevantes da entidade, e quando está exposto, ou tenha direito, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Participações minoritárias sem controlo" (Nota 23). Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica "Capital social reembolsável à vista". Os resultados do Fundo Novimovest, não controlados pelo Grupo, são reconhecidos como uma dedução às rubricas "Outras receitas/despesas operacionais" atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo.

Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de *cash flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

Na data da primeira adoção das IFRS, o Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Grupo reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equivaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Grupo aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Grupo tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Grupo reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (moeda funcional), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio oficial de divisas (*fixing* do Banco de Portugal).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o câmbio das principais moedas distintas da moeda funcional era:

| Moedas | Câmbios | |
|--------|------------|------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| USD | 1,0666 | 1,1326 |
| GBP | 0,8869 | 0,8402 |

c) Instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados (“FVTPL”).

O Grupo avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio "Hold to Collect", por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pelo Grupo.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com a IFRS 9, caso a entidade altere o seu modelo de negócio, deverá proceder à reclassificação dos respetivos ativos de acordo com o seu novo modelo de negócio. De acordo com a referida norma, estas alterações devem ser pouco frequentes devendo cumprir com os seguintes requisitos, nomeadamente:

- A alteração do respetivo modelo de negócio deverá ser tomada pela Administração;
- A referida alteração deverá impactar significativamente nas operações da entidade; e
- A alteração deverá ser demonstrável a entidades externas.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado". Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Grupo não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- Mantém o controlo sobre as operações;
- Continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- Mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica "Ativos financeiros pelo custo amortizado-empréstimos e adiantamentos" e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Grupo (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros rendimentos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Ativos financeiros pelo custo amortizado após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

Reconhecimento de receitas e despesas de taxas e comissões

Os rendimentos de taxas e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de taxas e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de taxas e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento de despesas de taxas e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor acrescidos dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Outro rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Receitas de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Receitas de dividendos" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor, com os gastos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas “Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido” e “Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido”, respetivamente.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu “bid-price” mais representativo, dentro do intervalo “bid-ask” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”. Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados

Os contratos de investimento comercializados pela Santander Totta Seguros e sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IFRS 9.

Estes contratos incluem a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante designados unit-linked) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

Os passivos financeiros designados como passivos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados dizem exclusivamente respeito a estes produtos unit-linked. A Santander Totta Seguros não garante aos tomadores de seguros nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

Os ativos investidos pela seguradora como cobertura dos produtos unit-linked estão contabilizados como ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados, e mensurados em conformidade. O impacto da mensuração ao justo valor desses ativos é igualmente refletida na valorização dos passivos unit-linked. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização tanto dos ativos como dos passivos são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro”.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e títulos de dívida emitidos.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta específica do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

Transações em mercado secundário

O Grupo efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o respetivo valor contabilístico, são reconhecidas de imediato em resultados.

Contabilidade de cobertura

O modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A IFRS 9 ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB. Neste enquadramento, o Grupo decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro e risco de spread de crédito, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo.

Nos termos previstos na norma, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco;
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz;
- A efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período do relato financeiro;
- Em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar os resultados.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidas como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Grupo realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Grupo.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

O Grupo aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados pelo justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo sob o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Grupo mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Grupo adotou em 2021 a nova definição de *default* como critério para identificação de créditos em Stage 3, seguindo a recomendação da EBA GL 2017/06. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontram em situação de “impaired”. Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

Aumento significativo do risco de crédito

O Grupo monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (*life time*)) e não em 12 meses.

O Grupo utiliza sistemas de *scorings* e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja, as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Grupo usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Banco presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando existem pagamentos contratuais vencidos há mais de 30 dias, assim como outros indicadores que indiciem a deterioração da qualidade creditícia dos clientes (e.g. créditos identificados como reestruturados por dificuldades financeiras, clientes com exposições em atraso na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal).

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD); e
- exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (rating e scoring) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (rating e scoring) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta gastos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e gastos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Grupo para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Grupo avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Grupo de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Grupo a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Grupo mede a perda esperada para risco de crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de *ratings* ou *scoring*, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospectiva.

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

Relativamente ao cálculo da perda esperada através da análise coletiva, o mesmo resulta do produto da PD do ativo financeiro, da LGD e da EAD descontado à taxa de juros efetiva original do ativo.

Análise individual

O processo de quantificação da perda por imparidade através de uma análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em *default*) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de euros).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurado considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários, de fluxos de caixa.

Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Grupo modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Grupo, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macro- económicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas.

Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista (25,35%), o cenário base (55,28%) e um cenário otimista (19,37%). O Grupo aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Grupo para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

d) Locações

Método de mensuração do direito de uso e passivo de locação

A IFRS 16 define um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação na ótica do locatário. Enquanto locatário, o Grupo procede ao registo de um ativo de direito de uso que se encontra reconhecido nas rubricas "Ativos tangíveis" e "Ativos intangíveis" (Nota 12) e um passivo de locação que se encontra reconhecido na rubrica "Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado – outros passivos financeiros – compromissos com rendas futuras" (Nota 17), na data de entrada em vigor da respetiva operação:

- i. O passivo de locação é mensurado através do valor presente das rendas futuras a incorrer durante a vigência do contrato, utilizando uma taxa de desconto diferenciada por maturidade. São considerados na estimação do passivo os pagamentos fixos, variáveis que dependem de uma taxa ou índice, valores respeitantes ao exercício da opção de compra, quando o grupo está razoavelmente certo que irá exercer o seu direito.

O passivo locação é remensurado sempre que ocorra uma alteração contratual, sendo que no momento em que o passivo de locação é reavaliado, os efeitos da reavaliação são reconhecidos por contrapartida do direito de uso (ativo). Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração quanto à avaliação do exercício da opção deverá ser estimada uma nova taxa de desconto, e consequentemente remensurado o passivo.

- ii. O direito de uso é inicialmente mensurado ao custo pelo valor do passivo de locação, ajustado por alterações contratuais subsequentes, sendo depreciado pelo método linear até ao termo do contrato, e alvo de testes de imparidade.

e) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo gastos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

| | <u>Anos de vida útil</u> |
|----------------------------|--------------------------|
| Imóveis de serviço próprio | 50 |
| Equipamento | 4 a 10 |

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos de manutenção e de reparação são reconhecidos na rubrica de "Outras despesas administrativas".

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciável não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontravam com contratos de promessa de compra e venda são contabilizados na rubrica de "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" e os que se encontravam em processo de venda são contabilizados na rubrica de "Outros ativos". Estes ativos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e posteriormente sujeitos a avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos e perdas obtidos na alienação destes ativos são reconhecidos na rubrica "Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas".

f) Ativos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

Os programas informáticos desenvolvidos internamente são reconhecidos como ativos intangíveis quando, entre outros requisitos se verifica que são utilizáveis e passíveis de serem vendidos e para além disso são identificáveis e é possível demonstrar a sua capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

g) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

h) Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica "Outros ativos" (Nota 14).

Relativamente aos ativos recebidos em dação, o seu reconhecimento inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação, sendo testados por imparidade à data da reclassificação para esta rubrica. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos gastos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

Tal como descrito na Nota 15 a metodologia utilizada com mais frequência pelo Grupo para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizado na zona onde aquele se encontra localizado.

Se, numa data subsequente, os factos que levaram ao registo de perdas por imparidade deixarem de se verificar por aumento do justo valor menos custos de vendas, serão revertidas as perdas por imparidade até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para esta rubrica.

O Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

i) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com, informação dos consultores legais e fiscais do Grupo.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões” inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós-emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação aprovados pela Comissão Executiva, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

j) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Banco Santander Totta S.A.

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT.

Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos de reforma.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011. Desta forma, o gasto do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto-lei estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no ACT. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das instituições.

Adicionalmente, os ex-colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco (atual escritório de representação) estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual o Banco dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do Banif.

Em junho de 2022, o Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões deliberou autorizar a extinção da quota-parte do Banco e em outubro de 2022 a Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. passou a gerir o Fundo de Pensões do Banif que contempla o plano de benefício definido e de contribuição definida.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (90,72 euros por beneficiário e 39,26 euros no caso dos pensionistas); e
- ii) Introdução de um novo benefício denominado - prémio fim de carreira (prémio na reforma). Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação de compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

De acordo com a IAS 19 – "Benefícios aos empregados" as remensurações são registadas diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral) e na rubrica de "Despesas com pessoal" da demonstração dos resultados são reconhecidas as seguintes componentes:

- Gasto dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Gastos com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o gasto dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de "Outros ativos" ou "Outros passivos", dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Santander Totta Seguros ("Companhia")

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. No entanto, nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

k) Impostos sobre os lucros

O Grupo está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável do Grupo, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2022 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho), a tributação dos lucros das empresas para o exercício findo em 2022 e 2021, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - . Até 1.500 milhares de euros 0%
 - . entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
 - . entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
 - . superior a 35.000 milhares de euros 9%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Grupo no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31%.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2017, são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores.

A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Contudo, esse limite pode ser elevado para 80% nos casos em que os prejuízos fiscais sejam apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

Tal como os prejuízos fiscais apurados em período de tributação anterior a 1 de janeiro de 2017, os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos doze períodos de tributação posteriores.

É de salientar que, a contagem do prazo de reporte de prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020 fica suspensa durante esse mesmo período de tributação e o seguinte.

Recentemente, de acordo com o Orçamento de Estado para 2023 (Lei n.º 24-D/2022), no que concerne à dedução de prejuízos fiscais, deixa de estar previsto um período temporal para o reporte destes. Porém, o limite anual da dedução ao lucro tributável é reduzido para 65%, mantendo-se o incremento do limite para os 80% para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

Esta alteração aplica-se à dedução de prejuízos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a essa data, cujo período de dedução ainda se encontre em curso na data de entrada em vigor da presente lei.

A Lei nº 98/2019, de 4 de setembro, aprovou um novo regime em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, estabelecendo também o regime aplicável às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação anteriores e ainda não aceites fiscalmente.

Sendo este regime de natureza optativa durante um período de adaptação de cinco anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, a adesão antecipada ao regime fiscal, aplicável em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, encontrava-se dependente de comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao final do décimo mês do período de tributação em curso (cfr. Nº 1 do artigo 4 desta lei). Neste sentido, o Grupo aderiu ao regime definitivo consagrado nos artigos nº 2 e 3 deste diploma em 2019.

O Grupo decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, Totta Urbe e Gamma - sociedades dominadas. O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

O Grupo não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar, para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

A Administração revê periodicamente a posição assumida na preparação das declarações fiscais relativamente a situações em que a aplicação do regime fiscal está sujeita a interpretação, e avalia se é provável que a Administração Fiscal aceite o tratamento fiscal adotado. O Grupo mensura os ativos / passivos decorrentes de posições incertas de impostos sobre o rendimento, considerando o valor mais provável ou o valor esperado, consoante o que seja mais adequado em cada circunstância.

l) Contribuição sobre o setor bancário e adicional de solidariedade sobre o setor bancário

O Banco está abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário definido na Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro.

Com a publicação da Lei nº 27-A/2020 de 27 de julho, o Banco passou também a estar abrangido pelo adicional de solidariedade sobre o setor bancário, esta contribuição tem por objetivo reforçar os mecanismos de financiamento do sistema de segurança social.

Estas contribuições têm a mesma base de cálculo variando unicamente as taxas aplicadas às bases:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

Para a contribuição sobre o sector bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 165 - A/2016, de 14 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

Para o adicional de solidariedade sobre o sector bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,02% e de 0,00005% respetivamente.

m) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., comercializa seguros de vida, e até dezembro de 2014, comercializou seguros não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta nos termos previstos na IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondem às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

Provisão para prémios não adquiridos e gastos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos produtos de risco do ramo vida e do ramo não vida. A Santander Totta Seguros difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- iii) Pela estimativa dos gastos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos ativos financeiros são classificados na rubrica de "Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral", e as respetivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, são registadas na rubrica de "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio consolidado. Adicionalmente, é reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica "Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – "shadow reserve")" por contrapartida de "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados ("shadow accounting" previsto na IFRS 4).

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

Provisões técnicas de resseguro cedido

A Santander Totta Seguros mantém de resseguro cedido assegurando a transferência para companhias resseguradoras de parte do risco incorrido nos produtos de seguros contratados com os seus clientes.

As provisões técnicas de resseguro cedido, correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

n) Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

o) Reconhecimento de rendimentos e despesas – seguros

Os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando emitidos, na rubrica de “Margem bruta da atividade de seguros – Prémios brutos emitidos, líquidos de resseguro”, da demonstração dos resultados.

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas, como “Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado”.

Os títulos afetos à atividade seguradora são todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de “Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral”, com exceção dos títulos afetos aos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (contratos *unit linked*), que se encontram registados na rubrica de “Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados”.

p) Ações próprias

As ações próprias são registadas a débito em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação, a parcela de dividendos a distribuir por estas ações ficam retidos nos capitais próprios. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

q) Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação. As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

r) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e detidas como ações próprias.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o saldo da rubrica “Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem”, uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores (Nota 36)

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e demográficos, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os crescimentos de salários e pensões estimados foram determinados tendo presente o rácio histórico entre a inflação e o crescimento da tabela ACT. A tábua de mortalidade utilizada teve por base a recomendação do atuário.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Grupo quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Nota 39)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”. Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação. _____

Determinação de perdas por imparidade (Notas 9, 18 e 39)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Outros ativos e ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (Notas 14 e 15)

Os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, o seu registo inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes, os quais incorporam diversos pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e quando aplicável, expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários. Os pressupostos utilizados nas avaliações destes imóveis têm impacto na sua valorização e consequentemente na determinação da imparidade. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

Tal como descrito na Nota 15 a metodologia utilizada com maior frequência pelo Banco para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transações de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

Impostos (Nota 13)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) o Grupo apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Grupo.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso e provisões de reestruturação (Notas 18 e 42)

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferida de acordo com a opinião dos advogados/consultores legais do Grupo e as decisões até à data dos tribunais, os quais no entanto poderão vir a não se concretizar. Relativamente aos planos de reestruturação foram considerados os encargos decorrentes da obrigação construtiva de reorganizar, com a definição das ações a desenvolver suportadas num plano formal detalhado com elementos mínimos de abordagem e quantificação e identificação dos fatores impactados.

Determinação dos passivos por contratos de seguro (Nota 18)

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 1.3. m) acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2022 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida, de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Grupo (Comissão Executiva):

Corporate Investment Banking:

Inclui essencialmente a atividade do Grupo nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos e financiamento de projetos: - de comércio; - às exportações e - ao imobiliário.

Gestão de Seguros:

Esta área inclui os seguros de vida que, na estratégia de *cross selling*, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados por segmento operacional para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresenta o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | | | |
|--|------------------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|------------------|
| | Corporate Investment Banking | Banca de Retalho | Banca de Empresas | Gestão de Seguros | Atividades Corporativas | Total |
| Margem financeira | 54.962 | 598.678 | 78.547 | 736 | 49.932 | 782.855 |
| Receitas de dividendos | - | - | - | - | 3.825 | 3.825 |
| Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência patrimonial | - | - | - | 15.412 | 5.140 | 20.552 |
| Receitas/despesas de taxas e comissões | 47.483 | 407.759 | 27.147 | (5.329) | (6.800) | 470.260 |
| Resultado em operações financeiras a) | 14.951 | 8.973 | 872 | 11 | 63.491 | 88.298 |
| Outras receitas/despesas operacionais | - | 2.091 | - | 1.128 | 7.291 | 10.510 |
| Atividades seguradora | - | - | - | 12.246 | - | 12.246 |
| Produto bancário | 117.396 | 1.017.501 | 106.566 | 24.204 | 122.879 | 1.388.546 |
| Despesas administrativas | (25.456) | (386.922) | (16.953) | (8.457) | (2.477) | (440.265) |
| Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos | - | - | - | - | (41.658) | (41.658) |
| Depreciações | (1.205) | (43.057) | (933) | (520) | - | (45.715) |
| 90.735 | 587.522 | 88.680 | 15.227 | 78.744 | 860.908 | |
| Imparidade e provisões, líquidas de anulações b) | (195) | 50.636 | 12.837 | (10) | (34.604) | 28.664 |
| Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas | - | - | - | 29 | 19.831 | 19.860 |
| Ganhos ou perdas outros, valor líquido | - | - | - | - | (35.884) | (35.884) |
| Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em operação, antes de impostos | 90.540 | 638.158 | 101.517 | 15.246 | 28.087 | 873.548 |
| Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação | (28.067) | (197.829) | (31.470) | 804 | (10.031) | (266.593) |
| Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis a participações minoritárias sem controlo | - | - | - | - | (228) | (228) |
| Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe | 62.473 | 440.329 | 70.047 | 16.050 | 17.828 | 606.727 |

| | 31-12-2021 | | | | | |
|--|------------------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|------------------|
| | Corporate Investment Banking | Banca de Retalho | Banca de Empresas | Gestão de Seguros | Atividades Corporativas | Total |
| Margem financeira | 51.390 | 435.792 | 84.905 | 488 | 157.067 | 729.642 |
| Receitas de dividendos | - | - | - | - | 1.537 | 1.537 |
| Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência patrimonial | - | - | - | 11.854 | 4.231 | 16.085 |
| Receitas/despesas de taxas e comissões | 48.271 | 372.289 | 24.896 | (5.563) | (13.312) | 426.581 |
| Resultado em operações financeiras a) | 9.175 | 6.528 | 634 | 13.964 | 124.950 | 155.251 |
| Outras receitas/despesas operacionais | - | 2.685 | - | 1.213 | 6.938 | 10.836 |
| Atividades seguradora | - | - | - | 16.240 | - | 16.240 |
| Produto bancário | 108.836 | 817.294 | 110.435 | 38.196 | 281.411 | 1.356.172 |
| Despesas administrativas | (25.195) | (415.317) | (26.305) | (8.393) | (3.803) | (479.012) |
| Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos | - | - | - | - | (37.679) | (37.679) |
| Depreciações | (3.353) | (45.485) | (404) | (489) | - | (49.732) |
| 80.288 | 356.492 | 83.726 | 29.314 | 239.929 | 789.749 | |
| Imparidade e provisões, líquidas de anulações b) | (380) | (153.235) | (16.311) | (2) | (163.786) | (333.713) |
| Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas | - | - | - | 27 | 14.005 | 14.033 |
| Ganhos ou perdas outros, valor líquido | - | - | - | - | (35.075) | (35.075) |
| Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em operação, antes de impostos | 79.908 | 203.257 | 67.415 | 29.340 | 55.073 | 434.994 |
| Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação | (24.771) | (63.010) | (20.899) | (4.510) | (23.075) | (136.266) |
| Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis a participações minoritárias sem controlo | - | - | - | - | (114) | (114) |
| Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe | 55.137 | 140.247 | 46.517 | 24.829 | 31.884 | 298.614 |

a) Inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados consolidados:

- Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
- Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido;
- Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
- Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido;
- Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido;
- Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido.

b) Este agregado inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados consolidados:

- Provisões ou reversão de provisões;
- Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados;
- Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos e passivos afetos a cada segmento operacional, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | | | Total |
|--|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|
| | Corporate Investment Banking | Banca de Retalho | Banca de Empresas | Gestão de Seguros | Atividades Corporativas | |
| Ativo | | | | | | |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | - | - | - | - | 2.268.555 | 2.268.555 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | | | | | | |
| Crédito hipotecário | - | 23.116.530 | - | - | - | 23.116.530 |
| Crédito ao consumo | - | 1.819.873 | - | - | - | 1.819.873 |
| Outros créditos | 2.880.998 | 6.389.436 | 5.889.488 | - | 22.987 | 15.182.908 |
| Outros saldos a receber | - | 68.283 | - | - | 626.979 | 695.262 |
| Total dos ativos afetos | 2.880.998 | 31.394.122 | 5.889.488 | - | 2.918.521 | 43.083.128 |
| Ativos não afetos | | | | | | 16.065.060 |
| Total do Ativo | | | | | | 59.148.188 |
| Passivo | | | | | | |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | | |
| Depósitos - Bancos Centrais | - | - | - | - | 4.113.714 | 4.113.714 |
| Depósitos - Instituições de crédito | - | - | - | - | 2.814.412 | 2.814.412 |
| Depósitos - Clientes | 743.804 | 31.787.554 | 5.934.827 | 40.180 | - | 38.506.365 |
| Títulos de dívida emitidos | - | - | - | - | 4.635.881 | 4.635.881 |
| Total de passivos afetos | 743.804 | 31.787.554 | 5.934.827 | 40.180 | 11.564.007 | 50.070.372 |
| Passivos não afetos | | | | | | 5.252.747 |
| Total do Passivo | | | | | | 55.323.119 |
| Garantias e Avals | 141.567 | 563.158 | 1.121.290 | - | - | 1.826.015 |

| | 31-12-2021 | | | | | |
|---|------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------------|-------------------|
| | Corporate Investment Banking | Banca de Retailho | Banca de Empresas | Gestão de Seguros | Atividades Corporativas | Total |
| Ativo | | | | | | |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | - | - | - | - | 2.979.302 | 2.979.302 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | | | | | | |
| Crédito hipotecário | - | 21.920.887 | - | - | - | 21.920.887 |
| Crédito ao consumo | - | 1.716.486 | - | - | - | 1.716.486 |
| Outros créditos | 3.205.129 | 6.305.890 | 6.276.394 | - | 30.470 | 15.817.882 |
| Outros saldos a receber | - | 38.927 | - | - | 889.799 | 928.726 |
| Total dos ativos afetos | 3.205.129 | 29.982.190 | 6.276.394 | - | 3.899.571 | 43.363.283 |
| Ativos não afetos | | | | | | 16.822.331 |
| Total do Ativo | | | | | | 60.185.614 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | | |
| Depósitos - Bancos Centrais | - | - | - | - | 7.410.242 | 7.410.242 |
| Depósitos - Instituições de crédito | - | - | - | - | 393.405 | 393.405 |
| Depósitos - Clientes | 1.408.917 | 30.635.839 | 6.323.756 | 43.979 | - | 38.412.491 |
| Títulos de dívida emitidos | - | - | - | - | 3.180.165 | 3.180.165 |
| Total de passivos afetos | 1.408.917 | 30.635.839 | 6.323.756 | 43.979 | 10.983.812 | 49.396.303 |
| Passivos não afetos | | | | | | 6.165.151 |
| Total do Passivo | | | | | | 55.561.454 |
| Garantias e Avals | 157.386 | 535.587 | 984.137 | - | - | 1.677.110 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não manteve atividade relevante em qualquer geografia distinta da atividade doméstica.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste anexo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

| Empresa | Participação (%) direta | | Participação (%) efetiva | | Ativo líquido | | Capitais próprios | | Lucro ou prejuízo do exercício | |
|--|----------------------------|------------|-----------------------------|------------|------------------|------------|----------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. | Matriz | Matriz | 100,00 | 100,00 | 5.286.319 | 4.188.453 | 3.838.414 | 3.604.976 | 1.508.288 | 54.499 |
| BANCO SANTANDER TOTTA, S.A. | 99,96 | 99,96 | 99,96 | 99,96 | 57.756.670 | 58.900.196 | 3.532.974 | 4.160.679 | 603.685 | 303.343 |
| TOTTA (IRELAND), PLC (2) | - | - | 99,96 | 99,96 | 798.140 | 568.046 | 455.780 | 460.490 | 254 | 1.088 |
| TOTTA URBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (1) | - | - | 99,96 | 99,96 | 89.422 | 99.856 | 87.571 | 96.928 | (10.105) | (4.748) |
| TAXAGEST, SGPS, SA | 1,00 | 1,00 | 99,96 | 99,96 | 55.731 | 55.737 | 55.725 | 55.732 | (8) | (12) |
| NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto | - | - | 78,71 | 78,71 | 225.464 | 263.711 | 220.784 | 257.792 | 3.395 | 3.960 |
| GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A. | - | - | 99,96 | 99,96 | 7.403 | 7.304 | 7.330 | 7.134 | 196 | 323 |
| HIPOTOTTA NO. 4 PLC | - | - | - | - | 451.903 | 511.024 | (2.023) | (4.286) | 2.194 | (806) |
| HIPOTOTTA NO. 5 PLC | - | - | - | - | 477.417 | 521.706 | (10.861) | (12.849) | 1.804 | (2.307) |
| HIPOTOTTA NO. 4 FTC | - | - | - | - | 388.719 | 450.577 | 384.172 | 447.251 | (555) | 1.928 |
| HIPOTOTTA NO. 5 FTC | - | - | - | - | 410.711 | 457.596 | 406.159 | 455.913 | (208) | 2.490 |
| Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC | - | - | - | - | 2.397.130 | 2.467.826 | - | - | - | - |
| UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. | - | - | 21,86 | 21,86 | 488.200 | 409.384 | 133.973 | 118.845 | 23.512 | 19.510 |
| SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A. | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 3.671.896 | 4.255.736 | 106.465 | 141.511 | 14.611 | 24.647 |
| AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. | - | - | 49,00 | 49,00 | 139.160 | 128.745 | 39.333 | 40.286 | 20.279 | 17.716 |
| AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. | - | - | 49,00 | 49,00 | 63.832 | 55.591 | 23.450 | 23.311 | 11.654 | 9.404 |
| MAPFRE SANTANDER PORTUGAL Co. SEGUROS | - | - | 49,99 | 49,99 | 16.546 | 13.297 | 6.176 | 5.346 | (470) | (2.870) |

(1) A situação líquida desta entidade inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760

As demonstrações financeiras de algumas empresas subsidiárias, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respetivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que não haverá alterações com impacto significativo nos capitais próprios e no lucro consolidado do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

| Empresa | Atividade | Sede | Método de Consolidação |
|--|--|----------|--------------------------|
| Santander Totta, SGPS, S.A. | Gestão de participações sociais | Portugal | Matriz |
| Banco Santander Totta, S.A. | Bancária | Portugal | Integral |
| TOTTA (IRELAND), PLC ⁽²⁾ | Gestão de investimentos | Irlanda | Integral |
| TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽¹⁾ | Gestão de propriedades | Portugal | Integral |
| TAXAGEST, SGPS, S.A. | Gestão de participações sociais | Portugal | Integral |
| UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. | Emissão e gestão de cartões de crédito | Portugal | Equivalência patrimonial |
| HIPOTOTTA nº 4 PLC | Gestão de Investimentos | Irlanda | Integral |
| HIPOTOTTA nº 5 PLC | Gestão de Investimentos | Irlanda | Integral |
| HIPOTOTTA nº 4 FTC | Fundos de titularização de créditos | Portugal | Integral |
| HIPOTOTTA nº 5 FTC | Fundos de titularização de créditos | Portugal | Integral |
| Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC | Fundos de titularização de créditos | Portugal | Integral |
| NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto | Fundo Imobiliário | Portugal | Integral |
| GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A. | Gestão de titularizações | Portugal | Integral |
| SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A. | Seguradora | Portugal | Integral |
| AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. | Seguradora | Portugal | Equivalência patrimonial |
| AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. | Seguradora | Portugal | Equivalência patrimonial |
| MAPFRE SANTANDER PORTUGAL Co. SEGUROS | Seguradora | Portugal | Equivalência patrimonial |

- (1) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros.
- (2) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do “Lucro ou prejuízo do exercício” correspondem ao resultado líquido apurado entre 1 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (1 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021).

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o balanço das sociedades Aegon Santander Portugal Vida e não Vida apresentava a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | |
|--|--|--|----------------|--|--|----------------|
| | Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. | Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A. | Total | Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. | Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A. | Total |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 2.441 | 6.222 | 8.663 | 8.154 | 5.229 | 13.383 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 91.933 | 50.188 | 142.121 | 81.486 | 44.596 | 126.082 |
| Ativos tangíveis | 1.706 | 469 | 2.175 | 297 | - | 297 |
| Ativos intangíveis | 6.490 | 4.034 | 10.524 | 7.860 | 4.481 | 12.341 |
| Provisões Técnicas de resseguro cedido | 30.666 | 1.409 | 32.075 | 27.362 | 771 | 28.133 |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 3.953 | 450 | 4.403 | 3.504 | 498 | 4.002 |
| Ativos por impostos e taxas | 1.775 | 1.058 | 2.833 | - | - | - |
| Acréscimos e diferimentos | 154 | 2 | 156 | 49 | 16 | 65 |
| Outros elementos do ativo | 42 | - | 42 | 33 | - | 33 |
| | 139.160 | 63.832 | 202.992 | 128.745 | 55.591 | 184.336 |
| Provisões Técnicas | 77.725 | 27.123 | 104.848 | 68.937 | 19.102 | 88.039 |
| Outros passivos financeiros | 4.066 | 483 | 4.549 | 3.128 | 18 | 3.146 |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | 12.625 | 8.449 | 21.074 | 11.181 | 8.706 | 19.887 |
| Passivos por impostos e taxas | 2.187 | 2.302 | 4.489 | 2.386 | 3.173 | 5.559 |
| Acréscimos e diferimentos | 3.224 | 2.025 | 5.249 | 2.827 | 1.281 | 4.108 |
| Capital | 7.500 | 7.500 | 15.000 | 7.500 | 7.500 | 15.000 |
| Reservas de reavaliação | (6.604) | (3.935) | (10.539) | 616 | 232 | 848 |
| Reservas por impostos diferidos | 1.770 | 1.054 | 2.824 | (163) | (61) | (224) |
| Outras Reservas | 16.388 | 7.177 | 23.565 | 14.617 | 6.236 | 20.853 |
| Resultado do exercício | 20.279 | 11.654 | 31.933 | 17.716 | 9.404 | 27.120 |
| | 139.160 | 63.832 | 202.992 | 128.745 | 55.591 | 184.336 |

5. CAIXA, SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|------------------|------------------|
| Caixa | 307.313 | 341.298 |
| Depósitos à ordem em bancos centrais | | |
| Banco Central Europeu (BCE) | 7.850.256 | 8.141.015 |
| Outros depósitos à ordem em instituições de crédito | | |
| Depósitos à ordem | 257.867 | 236.215 |
| | 8.415.436 | 8.718.528 |

De acordo com a regulamentação em vigor, as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um

coeficiente de 1%.

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui fundos para satisfazer as exigências do Regime de Reservas Mínimas do Eurosistema e depósitos constituídos overnight através da facilidade permanente de depósito do Eurosistema. A componente das disponibilidades para cumprir a reserva mínima é atualmente remunerada a 2%, tal como as aplicações ao abrigo do mecanismo de absorção de liquidez com prazo overnight.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais incluía fundos para satisfazer as exigências do Regime de Reservas Mínimas do Eurosistema e as reservas excedentárias. As reservas mínimas exigidas eram remuneradas à RFI (nesta data esta taxa era zero). Para o excesso, o Conselho do BCE em 12 de setembro de 2019, decidiu introduzir um sistema de dois níveis para a remuneração de reservas excedentárias, que isentaria uma parte da liquidez excedentária das instituições, ou seja, a parte das reservas que excederia as reservas obrigatórias, da remuneração negativa à taxa de juro aplicável à facilidade permanente de depósito. O Conselho do BCE decidiu, nomeadamente, isentar um múltiplo das reservas obrigatórias das instituições e decidiu fixar em seis o multiplicador inicial «m» das reservas obrigatórias das instituições que era utilizado para calcular a parte isenta das reservas excedentárias das instituições em relação a todas as instituições elegíveis, e em zero por cento a taxa de juro inicial aplicável às reservas excedentárias isentas. O referido multiplicador «m» e a taxa de juro aplicável às reservas excedentárias isentas podiam ser ajustados ao longo do tempo pelo Conselho do BCE.

6. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de ativos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|------------|------------|
| Ativos financeiros detidos para negociação | | |
| Derivados com justo valor positivo | 498.737 | 579.220 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | |
| Derivados com justo valor negativo | 465.786 | 571.183 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão registados os seguintes derivados:

| | 31-12-2022 | | | | 31-12-2021 | | | |
|--|----------------|---------|---------|---------|----------------|---------|---------|----------|
| | Valor nocional | Ativo | Passivo | Líquido | Valor nocional | Ativo | Passivo | Líquido |
| Forwards | | | | | | | | |
| Compras | 175.819 | 4.043 | 3.491 | 552 | 308.284 | 4.737 | 4.390 | 347 |
| Vendas | 175.229 | | | | 307.801 | | | |
| Contratos de taxa de câmbio (<i>Currency Swaps</i>) | | | | | | | | |
| Compras | 949.426 | 191 | 2.136 | (1.945) | 974.114 | 704 | 1.141 | (437) |
| Vendas | 950.689 | | | | 974.444 | | | |
| Contratos de taxa de juro (<i>Interest Rate Swaps</i>) | 25.358.606 | 458.804 | 452.049 | 6.755 | 25.471.827 | 518.835 | 541.911 | (23.076) |
| Contratos sobre cotações (<i>Equity Swaps</i>) | 284.665 | 26.902 | - | 26.902 | 343.258 | 34.746 | 3.150 | 31.596 |
| Contratos de taxa de câmbio (opções) | | | | - | | | | - |
| Compras | 138.315 | 1.978 | 1.975 | 3 | 120.523 | 1.559 | 1.571 | (12) |
| Vendas | 138.315 | | | | 120.523 | | | |
| Contratos sobre cotações (opções) | | | | | | | | |
| Compras | 7.942 | 1.275 | 641 | 634 | 16.262 | 772 | 1.180 | (408) |
| Vendas | - | | | | 8.151 | | | |
| Contratos de garantia de taxa de juro (<i>Caps and Floors</i>) | 435.471 | 5.544 | 5.494 | 50 | 913.972 | 17.867 | 17.840 | 27 |
| | 28.614.477 | 498.737 | 465.786 | 32.951 | 29.559.159 | 579.220 | 571.183 | 8.037 |

Em 31 de dezembro de 2022, as rubricas de ativo e passivo financeiros detidos para negociação encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 3.263 milhares de euros e 5.438 milhares de euros de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”, respetivamente (3.977 milhares euros e 715 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 39.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos através de uma estratégia de “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

7. ATIVOS FINANCEIROS QUE NÃO SÃO ATIVOS DE NEGOCIAÇÃO OBRIGATORIAMENTE PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Instrumentos de capital próprio | 868.500 | 1.182.568 |
| Títulos de dívida | | |
| De emissores públicos | 1.209.091 | 1.240.362 |
| De outros emissores | 569.578 | 771.854 |
| | <u>2.647.169</u> | <u>3.194.784</u> |

Os juros e os resultados da valorização destes ativos financeiros pelo seu justo valor foram refletidos na rubrica da demonstração dos resultados “Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados” (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe desta rubrica é o seguinte:

| Descrição | 31-12-2022 | | | | | 31-12-2021 | | | | |
|-------------------------|----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Produtos "Unit link" | | Outros produtos | | | Produtos "Unit link" | | Outros produtos | | |
| | Capital | Juros a receber | Capital | Juros a receber | Justo Valor | Capital | Juros a receber | Capital | Juros a receber | Justo Valor |
| Instrumentos de dívida | | | | | | | | | | |
| Obrigações do Tesouro | 1.196.657 | 12.187 | 245 | 2 | 1.209.091 | 1.227.051 | 12.992 | 317 | 2 | 1.240.362 |
| Dívida não subordinada | 564.303 | 5.255 | 20 | - | 569.578 | 765.162 | 6.656 | 36 | - | 771.854 |
| Instrumentos de capital | 836.375 | - | 32.125 | - | 868.500 | 1.082.296 | - | 100.272 | - | 1.182.568 |
| | <u>2.597.241</u> | <u>17.442</u> | <u>32.484</u> | <u>2</u> | <u>2.647.169</u> | <u>3.074.509</u> | <u>19.648</u> | <u>100.625</u> | <u>2</u> | <u>3.194.784</u> |

O movimento ocorrido nos “Outros produtos-Instrumentos de capital” durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

| | 31-12-2021 | Compras | Reembolsos/Amortiz/ Liquidação/Vendas | Valias não realizadas | Valias/rendimentos realizadas | 31-12-2022 |
|---------------------------------|------------|---------|--|-----------------------|-------------------------------|------------|
| | | | | | (Nota 29) | |
| Instrumentos de capital próprio | 100.272 | 463 | (70.920) | 41.099 | (38.789) | 32.125 |
| | | | | | | |
| | 31-12-2020 | Compras | Reembolsos/Amortiz/ Liquidação/Vendas | Valias não realizadas | Valias/rendimentos realizadas | 31-12-2021 |
| | | | | | (Nota 29) | |
| Instrumentos de capital próprio | 133.850 | 880 | (36.009) | 1.134 | 417 | 100.272 |

Os reembolsos/Amortizações/Liquidações/Vendas no exercício de 2022 incorpora 33.838 milhares de euros relacionados com Projeto Crow. No âmbito deste projeto o Banco realizou as seguintes ações:

- Compra de ações, prestações acessórias e suprimentos da Solago – Investimentos Turísticos, S.A. à Investgave III que se encontra contabilizado por 2.908 milhares de euros na rubrica “Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda” (Nota 14);
- Subscrição de 19.962 unidades de participação do Fundo Turismo Algarve, FCR contabilizado por 9.363 milhares de euros na rubrica “Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda” (Nota 14);
- Redução de capital do Fundo Recuperação Turismo, FCR por 47.405 milhares de euros e alienação das unidades participação detidas por 7.848 milhares de euros;
- Redução de capital do Fundo Recuperação (FCR) por 3.049 milhares de euros.

8. ATIVOS FINANCEIROS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | | | | | | | | |
|---------------------------------|--------------------|-----------------|--------------------------|------------------------|------------------|---------|---------|------------|------------------|
| | Custo de aquisição | Juros a receber | Ajust. Por op. cobertura | Reserva de justo valor | | Total | Outros | Imparidade | Valor de balanço |
| | | | | Reserva Positiva | Reserva Negativa | | | | |
| | (Nota 18) | | | | | | | | |
| Instrumentos de dívida | | | | | | | | | |
| De emissores públicos | 2.580.939 | 58.360 | (142.648) | 162.349 | (63.703) | 98.646 | (1.846) | - | 2.593.451 |
| Outros emissores | 105.236 | 1.201 | - | 120 | (8.310) | (8.190) | - | (24) | 98.223 |
| | 2.686.175 | 59.561 | (142.648) | 162.469 | (72.013) | 90.456 | (1.846) | (24) | 2.691.674 |
| Instrumentos de Capital próprio | 73.222 | - | - | 76.341 | (333) | 76.008 | - | - | 149.230 |
| Empréstimos e adiantamentos | 2.300.000 | 31.153 | (267.304) | 204.706 | - | 204.706 | - | - | 2.268.555 |
| | 5.059.397 | 90.714 | (409.952) | 443.516 | (72.346) | 371.170 | (1.846) | (24) | 5.109.459 |

| | 31-12-2021 | | | | | | | | |
|---------------------------------|--------------------|-----------------|--------------------------|------------------------|------------------|---------|---------|------------|------------------|
| | Custo de aquisição | Juros a receber | Ajust. Por op. cobertura | Reserva de justo valor | | Total | Outros | Imparidade | Valor de balanço |
| | | | | Reserva Positiva | Reserva Negativa | | | | |
| | (Nota 18) | | | | | | | | |
| Instrumentos de dívida | | | | | | | | | |
| De emissores públicos | 2.577.876 | 57.434 | 29.255 | 296.668 | (1.260) | 295.408 | (2.184) | - | 2.957.789 |
| Outros emissores | 91.723 | 994 | - | 565 | (200) | 365 | - | (52) | 93.030 |
| | 2.669.599 | 58.428 | 29.255 | 297.233 | (1.460) | 295.773 | (2.184) | (52) | 3.050.819 |
| Instrumentos de Capital próprio | 72.986 | - | - | - | (333) | (333) | - | - | 72.653 |
| Empréstimos e adiantamentos | 2.300.000 | 31.153 | 222.491 | 425.658 | - | 425.658 | - | - | 2.979.302 |
| | 5.042.585 | 89.581 | 251.746 | 722.891 | (1.793) | 721.098 | (2.184) | (52) | 6.102.774 |

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o exercício de 2022 e 2021 foi o seguinte:

| | 31-12-2021 | Compras | Reembolsos/Amortiz/ Liquidação/Vendas | Valias não realizadas | Varição carteira da seguradora | Juros/ coberturas/outros | Imparidade | 31-12-2022 |
|---------------------------------|------------|---------|--|-----------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------|------------|
| Instrumentos de capital próprio | 72.653 | 2.103 | (1.871) | 76.341 | - | 4 | - | 149.230 |
| Titulos de dívida | 3.050.819 | - | (803) | (108.996) | (76.799) | (172.576) | 29 | 2.691.674 |
| | 3.123.472 | 2.103 | (2.674) | (32.655) | (76.799) | (172.572) | 29 | 2.840.904 |

| | 31-12-2020 | Compras | Reembolsos/Amortiz/ Liquidação/Vendas | Valias | | Variação carteira da seguradora | Juros/ coberturas /outros | Imparidade | 31-12-2021 | |
|---------------------------------|------------|---------|--|-------------------|---------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------|------------|------------|-----------|
| | | | | não realizadas | realizadas por resultados | | | | | |
| Instrumentos de capital próprio | 72.768 | 2.103 | (1.408) | (811) | - | (2) | (1) | 4 | - | 72.653 |
| Títulos de dívida | 5.244.837 | - | (1.884.562) | (49.454) | (189.507) | - | 9.376 | (79.833) | (38) | 3.050.819 |
| | 5.317.605 | 2.103 | (1.885.970) | (50.265) | (189.507) | (2) | 9.375 | (79.829) | (38) | 3.123.472 |

Durante o primeiro semestre de 2022, o Banco procedeu à reavaliação da sua participação na SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A., a qual foi realizada por peritos externos.

As rubricas de emissores públicos apresentavam as seguintes características:

| Descrição | 31-12-2022 | | | | 31-12-2021 | | | |
|--|-----------------------|--------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| | Custo de aquisição | Juros a receber | Valias e outros | Valor de balanço | Custo de aquisição | Juros a receber | Valias e outros | Valor de balanço |
| Emissores públicos nacionais | | | | | | | | |
| . Com vencimento a um ano | 18.401 | 166 | (84) | 18.483 | 13.364 | 50 | 172 | 13.586 |
| . Com vencimento entre um e três anos | 96.838 | 1.137 | (2.413) | 95.562 | 36.510 | 852 | 1.733 | 39.095 |
| . Com vencimento entre três e cinco anos | 1.914.022 | 50.655 | 5.262 | 1.969.939 | 1.872.555 | 50.275 | 275.518 | 2.198.348 |
| . Com vencimento entre cinco e dez anos | 132.981 | 2.218 | (13.941) | 121.258 | 252.286 | 3.082 | 21.735 | 277.103 |
| . Com vencimento a mais de dez anos | 8.640 | 145 | (1.426) | 7.359 | 6.927 | 121 | 1.022 | 8.070 |
| | 2.170.882 | 54.321 | (12.602) | 2.212.601 | 2.181.642 | 54.380 | 300.180 | 2.536.202 |
| Emissores públicos estrangeiros | | | | | | | | |
| . Com vencimento a um ano | 37.701 | 299 | (223) | 37.777 | 52.520 | 922 | 311 | 53.753 |
| . Com vencimento entre um e três anos | 139.007 | 2.537 | (4.202) | 137.342 | 97.722 | 822 | 4.086 | 102.630 |
| . Com vencimento entre três e cinco anos | 71.162 | 448 | (3.365) | 68.245 | 87.185 | 482 | 6.730 | 94.397 |
| . Com vencimento entre cinco e dez anos | 158.977 | 740 | (25.570) | 134.147 | 142.339 | 696 | 7.790 | 150.825 |
| . Com vencimento a mais de dez anos | 3.210 | 15 | 114 | 3.339 | 16.468 | 132 | 3.382 | 19.982 |
| | 410.057 | 4.039 | (33.246) | 380.850 | 396.234 | 3.054 | 22.299 | 421.587 |
| | 2.580.939 | 58.360 | (45.848) | 2.593.451 | 2.577.876 | 57.434 | 322.479 | 2.957.789 |

9. ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica Títulos de dívida tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|------------|------------|
| Crédito titulado | | |
| . Papel comercial | 2.689.539 | 2.738.472 |
| . Obrigações | 900.922 | 712.548 |
| Juros a receber | 16.099 | 11.122 |
| Correções de valor de ativos objeto de cobertura | (129.138) | 3.202 |
| Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas) | (1.172) | (930) |
| | 3.476.250 | 3.464.414 |
| Imparidade para títulos de dívida (Nota 18) | (4.850) | (5.622) |
| | 3.471.400 | 3.458.792 |

A sub-rubrica Empréstimos e adiantamentos tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|-------------------|--------------------|
| Empréstimos e adiantamentos - clientes | | |
| A empresas | | |
| Descobertos e contas correntes | 946.003 | 906.938 |
| Créditos tomados - factoring | 1.738.983 | 1.689.031 |
| Carteira comercial - outros | 172.505 | 270.524 |
| Locação financeira | 992.105 | 1.122.300 |
| Empréstimos | 8.106.310 | 8.625.450 |
| Outros créditos | 37.987 | 33.745 |
| A particulares | | |
| Descobertos e contas correntes | 110.344 | 107.707 |
| Locação financeira | 142.683 | 163.927 |
| Empréstimos | 24.852.624 | 23.575.888 |
| Outros créditos | 454.998 | 452.549 |
| | <u>37.554.542</u> | <u>36.948.058</u> |
| Juros a receber | 79.320 | 37.602 |
| Correções de valor de ativos objeto de cobertura | (69.367) | 2.605 |
| Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas) | (5.814) | (16.272) |
| | <u>4.139</u> | <u>23.935</u> |
| | <u>37.558.681</u> | <u>36.971.993</u> |
| Outros saldos a receber | | |
| Contas margem | 375.898 | 587.535 |
| Cheques a cobrar | 68.283 | 38.927 |
| Devedores diversos e outras disponibilidades | 259.277 | 310.703 |
| | <u>703.458</u> | <u>937.165</u> |
| Empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito | | |
| Depósitos | - | 13.174 |
| Empréstimos | 23.158 | 17.242 |
| Outras aplicações | - | 14 |
| Operações de compra com acordo de revenda | - | 26 |
| Juros receber | 3 | 1 |
| Encargos com custo diferido / Receitas com rendimento diferido | (59) | 130 |
| | <u>23.102</u> | <u>30.587</u> |
| Empréstimos e adiantamentos | <u>38.285.241</u> | <u>37.939.745</u> |
| Imparidade para empréstimos e adiantamentos - clientes | (941.953) | (1.014.439) |
| Imparidade para empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito | (115) | (117) |
| Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 18) | <u>(942.068)</u> | <u>(1.014.556)</u> |
| | <u>37.343.173</u> | <u>36.925.189</u> |

* apresentação do exercício de 2021 sofreu ligeiras alterações face ao anexo do ano anterior

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 103.870 milhares de euros e 96.698 milhares de euros. Como resultado destas operações foram registados nos exercícios de 2022 e de 2021 valias no montante líquido de 7.276 (Nota 18) milhares de euros e 6.376 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a sub-rubrica “Empréstimos e adiantamento – clientes – A particulares” incluía créditos com a finalidade de habitação, afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de 10.237.229 milhares de euros e 9.965.945 milhares de euros, respetivamente (Nota 17).

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante os exercícios de 2022 e 2021 é apresentado na Nota 18.

A divisão por *stage* da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | |
|---------|-------------------|-------------------|-----------|-------------------|--------------------|-----------|
| | Valor bruto | Perdas imparidade | Cobertura | Valor bruto | Perdas imparidade | Cobertura |
| Stage 1 | 35.700.203 | (64.992) | 0,18% | 33.744.691 | (65.977) | 0,20% |
| Stage 2 | 4.973.001 | (274.751) | 5,52% | 6.400.773 | (280.518) | 4,38% |
| Stage 3 | 1.088.287 | (607.175) | 55,79% | 1.258.695 | (673.683) | 53,52% |
| | <u>41.761.491</u> | <u>(946.918)</u> | | <u>41.404.159</u> | <u>(1.020.178)</u> | |

Os ativos não produtivos líquidos de imparidade apresentam o seguinte detalhe por contraparte e data de incumprimento:

| Contrapartes | 31-12-2022 | | | | |
|---|-------------------------------------|---|--------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| | Exposições não produtivas, líquidas | Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias | Vencidas > 90 dias <= 180 dias | Vencidas > 180 dias <= 5 anos | Vencidas > 5 anos |
| Títulos de dívida | 15 | 15 | - | - | - |
| Empresas não financeiras | 15 | 15 | - | - | - |
| Empréstimos e adiantamentos | 481.097 | 302.338 | 26.944 | 123.102 | 28.713 |
| Administrações públicas | 97 | 97 | - | - | - |
| Instituições de crédito | 124 | 124 | - | - | - |
| Outras empresas financeiras | 136 | 23 | - | 106 | 7 |
| Empresas não financeiras | 314.993 | 223.986 | 7.335 | 66.655 | 17.017 |
| Particulares | 165.747 | 78.108 | 19.609 | 56.341 | 11.689 |
| Total ativos financeiros pelo custo amortizado | 481.112 | 302.353 | 26.944 | 123.102 | 28.713 |

31-12-2021

Contrapartes

| Titulos de dívida | 462 | 462 | - | - | - |
|---|----------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Empresas não financeiras | 462 | 462 | - | - | - |
| Empréstimos e adiantamentos | 584.550 | 406.946 | 16.074 | 103.648 | 57.882 |
| Administrações públicas | 98 | 97 | - | - | 1 |
| Instituições de crédito | 154 | 154 | - | - | - |
| Outras empresas financeiras | 494 | 450 | - | 39 | 5 |
| Empresas não financeiras | 398.614 | 294.821 | 3.979 | 54.609 | 45.205 |
| Particulares | 185.190 | 111.424 | 12.095 | 49.000 | 12.671 |
| Total ativos financeiros pelo custo amortizado | 585.012 | 407.408 | 16.074 | 103.648 | 57.882 |

A evolução ocorrida na exposição e na imparidade para o crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado no exercício de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| | Ativos financeiros pelo custo amortizado | | | | Imparidade | | | |
|------------------------------------|--|------------------|------------------|-------------------|---------------|----------------|----------------|------------------|
| | Stage 1 | Stage 2 | Stage 3 | Total | Stage 1 | Stage 2 | Stage 3 | Total |
| Saldo em 31-12-2020 | 35.195.266 | 4.252.383 | 1.390.969 | 40.838.618 | 93.158 | 163.132 | 749.307 | 1.005.597 |
| Transferências: | | | | | | | | |
| Stage 1 para 2 | (3.391.468) | 3.391.468 | - | - | (5.538) | 128.291 | - | 122.753 |
| Stage 1 para 3 | (83.436) | - | 83.436 | - | (377) | - | 21.856 | 21.479 |
| Stage 2 para 3 | - | (75.291) | 75.291 | - | - | (4.850) | 29.986 | 25.136 |
| Stage 2 para 1 | 847.539 | (847.539) | - | - | 2.311 | (18.159) | - | (15.848) |
| Stage 3 para 2 | - | 46.146 | (46.146) | - | - | 6.436 | (17.651) | (11.215) |
| Stage 3 para 1 | 3.003 | - | (3.003) | - | 129 | - | (466) | (337) |
| Overlay Re-rating | (300.000) | 300.000 | - | - | - | 15.000 | - | 15.000 |
| Overlay idiosincrático | 378.700 | (378.700) | - | - | - | 11.900 | - | 11.900 |
| Overlay macroeconómico | - | - | - | - | (39.400) | (46.700) | (47.300) | (133.400) |
| Outros | - | - | - | - | - | 8.000 | 3.000 | 11.000 |
| Write offs e vendas | - | - | (98.662) | (98.662) | - | - | (72.295) | (72.295) |
| Originação líquida de amortizações | 1.095.087 | (287.694) | (143.190) | 664.203 | 15.694 | 17.468 | 7.246 | 40.408 |
| Saldo em 31-12-2021 | 33.744.691 | 6.400.773 | 1.258.695 | 41.404.159 | 65.977 | 280.518 | 673.683 | 1.020.178 |
| Transferências: | | | | | | | | |
| Stage 1 para 2 | (1.283.116) | 1.283.116 | - | - | (3.822) | 54.736 | - | 50.914 |
| Stage 1 para 3 | (80.353) | - | 80.353 | - | (635) | - | 21.265 | 20.630 |
| Stage 2 para 3 | - | (118.663) | 118.663 | - | - | (13.754) | 53.827 | 40.073 |
| Stage 2 para 1 | 1.717.920 | (1.717.920) | - | - | 3.105 | (57.011) | - | (53.906) |
| Stage 3 para 2 | - | 78.614 | (78.614) | - | - | 9.476 | (36.085) | (26.609) |
| Stage 3 para 1 | 9.960 | - | (9.960) | - | 206 | - | (1.515) | (1.309) |
| Overlay re-rating | 300.000 | (300.000) | - | - | - | (15.000) | - | (15.000) |
| Overlay idiosincrático | 366.300 | (366.300) | - | - | - | 32.100 | - | 32.100 |
| Overlay hipotecas | (450.000) | 450.000 | - | - | - | 17.000 | - | 17.000 |
| Outros | - | - | - | - | - | (8.000) | (3.000) | (11.000) |
| Write offs e vendas | - | - | (78.532) | (78.532) | - | - | (76.789) | (76.789) |
| Originação líquida de amortizações | 1.374.801 | (736.619) | (202.318) | 435.864 | 161 | (25.314) | (24.211) | (49.364) |
| Saldo em 31-12-2022 | 35.700.203 | 4.973.001 | 1.088.287 | 41.761.491 | 64.992 | 274.751 | 607.175 | 946.918 |

Tendo presente a elevada incerteza nos impactos futuros da pandemia, bem como a inexistência de informação histórica comparável que poderá não ser capturada devidamente pelos modelos nos parâmetros de risco calculados, o Grupo aprovou no exercício de 2020, um procedimento de overlays à imparidade, que regulamenta a análise de imparidade em situações excecionais que não são devidamente capturados pelos modelos utilizados no cálculo efetuado pelo Grupo, pela própria natureza e/ou particularidades da mesma. Ao abrigo desse procedimento em 31 de dezembro de 2020 o Grupo aplicou dois overlays ao modelo de imparidade, com objetivo de refletir os impactos, de uma forma abrangente e prudente:

- *Overlay* Macroeconómico – como uma aproximação do impacto na imparidade da incorporação de novas expectativas de evolução da economia, com base nas orientações de supervisão e nas projeções macroeconómicas, no montante de 133,4 milhões de euros;
- *Overlay* Idiossincrático – como uma aproximação do impacto na imparidade do aumento significativo de risco (passagem a stage 2) dos sectores mais afetados pelo impacto económico da pandemia, com base no decreto-lei nº 78-A/2020, no montante de 57 milhões de euros.

No exercício de 2021 o tratamento dado pelo Grupo aos *Overlays* foi:

- Tendo presente uma expectável deterioração nas contas do exercício de 2020 das empresas, foi contabilizado um novo overlay re-rating. Este overlay conduziu a uma reclassificação de 300 milhões de euros de exposição de stage 1 para stage 2 e uma dotação de imparidade de 15 milhões de euros;
- O overlay idiossincrático foi atualizado tendo sido dotado um novo reforço de imparidade por 11,9 milhões de euros, essencialmente na carteira de encarteiradas por uma deterioração do rating interno, com um retorno a stage 1 de 378,7 milhões de euros de exposição compensado em parte pelo overlay re-rating;
- No final do exercício o Grupo procedeu à recalibração do modelo IFRS 9 (PD, LGD e EAD) e inclusão dos novos cenários macroeconómicos em todos os modelos de PD e LGD. Com esta atualização o modelo passou a incorporar as expectativas de evolução da economia e com isso o *overlay* macroeconómico deixou de se aplicar, tendo os correspondentes valores de imparidade sido alocadas às respetivas exposições.

No exercício de 2022 o tratamento dado pelo Banco aos *Overlays* foi:

- O exercício de 2022 veio demonstrar que não se tem vindo a registar uma deterioração significativa desde a saída das moratórias nos sectores mais afetados pela pandemia. Neste sentido o Banco anulou o *Overlay* idiossincrático para estes sectores no montante de 68,9 milhões de euros;

- O ano de 2022 ficou marcado indelevelmente pela invasão da Ucrânia pela Rússia e guerra subsequente, ainda em curso. As suas ondas de choque, materializadas num segundo choque de oferta sobre a economia mundial, tiveram efeitos ao nível da energia e demais matérias-primas. A pronunciada subida dos preços destes bens, no primeiro semestre de 2022, veio ampliar os efeitos inflacionistas que já estavam em curso, contribuindo para uma subida das taxas de juro de referência, mais pronunciada e mais rápida, por parte dos principais bancos centrais. A inflação, nas economias desenvolvidas, atingiu máximos de três décadas em 2022, e a desaceleração tem-se revelado mais gradual do que o inicialmente esperado, mesmo com o mais forte endurecimento da política monetária. Os efeitos sobre a inflação da descida dos preços da energia foram parcialmente anulados pela subida dos preços dos bens e serviços excluindo alimentação e energia (a designada “inflação subjacente”). Esta descida mais lenta da inflação resultou na manutenção, pelos principais bancos centrais, de um grande foco no controlo da inflação, tendo sinalizado que, fruto dos riscos latentes, as taxas poderão ainda subir mais e permanecer elevadas durante um período mais longo. O pleno efeito da subida das taxas de juro sobre o crédito, em especial sobre o hipotecário, deverá ser sentido durante o ano de 2023, atendendo à periodicidade da refixação do indexante. Neste contexto o Banco constituiu dois *Overlays*:
 - *Overlay* idiossincrático por 101,0 milhões de euros para os sectores mais afetados pelos aumentos dos custos energéticos e de matérias-primas; e
 - *Overlay* hipotecas por 17 milhões de euros para operações de crédito à habitação originadas ao abrigo do macroprudencial, cujo rendimento seja inferior a 1.200 euros e taxa de esforço ultrapasse os 50% num contexto de Euribor a 3,5%.

10. DERIVADOS – CONTABILIDADE DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| Tipo de instrumento financeiro | 31-12-2022 | | | | | |
|---|------------------|----------------|------------------|-----------------------|------------------|-------------------|
| | Valor de balanço | | Valor nominal | | | |
| | Ativo | Passivo | Até 3 meses | Entre 3 meses a 1 ano | Mais de 1 ano | Total |
| Instrumentos derivados de cobertura | | | | | | |
| Cobertura de Justo valor | | | | | | |
| Swaps de taxa de juro | | | | | | |
| Passivos e crédito | 183.817 | 96 | 311 | 253.823 | 2.964.280 | 3.218.414 |
| Ativos financeiros pelo justo valor por outro rendimento integral | 418.010 | 9.294 | 1.500.000 | - | 5.946.000 | 7.446.000 |
| Swaps sobre cotações | - | 234 | - | - | 7.942 | 7.942 |
| Cobertura de Fluxos de Caixa | | | | | | |
| Swaps de taxa de juro | - | 174.147 | - | 10.000.000 | - | 10.000.000 |
| | 601.827 | 183.771 | 1.500.311 | 10.253.823 | 8.918.222 | 20.672.356 |

| Tipo de instrumento financeiro | 31-12-2021 | | | | | |
|---|------------------|----------------|---------------|-----------------------|-------------------|-------------------|
| | Valor de balanço | | Valor nominal | | | |
| | Ativo | Passivo | Até 3 meses | Entre 3 meses a 1 ano | Mais de 1 ano | Total |
| Instrumentos derivados de cobertura | | | | | | |
| Cobertura de Justo valor | | | | | | |
| Swaps de taxa de juro | | | | | | |
| Passivos e crédito | 5.592 | 40.848 | 16.077 | 28.345 | 2.988.767 | 3.033.189 |
| Ativos financeiros pelo justo valor por outro rendimento integral | - | 253.238 | - | - | 3.380.000 | 3.380.000 |
| Swaps sobre cotações | 312 | - | - | - | 8.151 | 8.151 |
| Cobertura de Fluxos de Caixa | | | | | | |
| Swaps de taxa de juro | 1.543 | 22 | - | - | 10.000.000 | 10.000.000 |
| | 7.447 | 294.108 | 16.077 | 28.345 | 16.376.918 | 16.421.340 |

O Grupo realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de

evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações hipotecárias é igualmente gerido pelo Grupo através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

O Grupo transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a norma, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal). O valor nominal é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência.

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|---|--------------------------|------------------|--------------------------|------------------|
| | Participação efetiva (%) | Valor de balanço | Participação efetiva (%) | Valor de balanço |
| Empreendimentos conjuntos | | | | |
| Mapfre Santander Portugal Co. Seguros | 49,99 | 37.655 | 49,99 | 12.386 |
| AEGON Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A. | 49,00 | 19.634 | 49,00 | 19.566 |
| AEGON Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A. | 49,00 | 12.801 | 49,00 | 38.122 |
| | | 70.090 | | 70.074 |
| Associadas | | | | |
| Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A. | 21,86 | 41.468 | 21,86 | 38.161 |
| | | 41.468 | | 38.161 |
| | | 111.558 | | 108.235 |

Os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

À data não existem responsabilidades por cumprir perante as associadas nem passivos contingentes a reconhecer no Banco decorrentes das participações nas mesmas.

12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Propriedades de investimento:

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Grupo passou a consolidar pelo método integral o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Terrenos | | |
| Urbanizados | 20.293 | 21.044 |
| Não urbanizados | 1.002 | 1.015 |
| Construções acabadas | | |
| Arrendadas | 131.036 | 142.239 |
| Não arrendadas | <u>26.880</u> | <u>49.433</u> |
| | <u><u>179.211</u></u> | <u><u>213.731</u></u> |

Por outro lado, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|-------------------------|---------------------|---------------------|
| Rendas (Nota 32) | 8.753 | 10.287 |
| Impostos | (644) | (798) |
| Condomínio | (252) | (992) |
| Conservação e reparação | (200) | (584) |
| Seguros | <u>(112)</u> | <u>(137)</u> |
| | <u><u>7.545</u></u> | <u><u>7.776</u></u> |

O movimento ocorrido na sub-rubrica de "Propriedades de investimento" no exercício de 2022 e 2021 foi como segue:

| | 2022 | | | | Saldo em 31-12-2022 |
|---|------------------------|----------|------------------------------|------------|------------------------|
| | Saldo em 31-12-2021 | Entradas | Valorização a justo valor | Alienações | |
| Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest | 213.731 | 70 | (1.206) | (33.384) | <u><u>179.211</u></u> |

| | 2021 | | | | Saldo em 31-12-2021 |
|---|------------------------|----------|------------------------------|------------|------------------------|
| | Saldo em 31-12-2020 | Entradas | Valorização a justo valor | Alienações | |
| Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest | 250.531 | 346 | (654) | (36.492) | 213.731 |

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outras receitas/despesas operacionais – propriedades de investimento” (Nota 32).

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 15.

A forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

| | Nível 3 | |
|------------------------------|------------|------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| Propriedades de investimento | 179.211 | 213.731 |

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

| Descrição do imóvel | Ocupação | Valor em | | Técnica de valorização | Inputs relevantes |
|---|---------------------|----------------|----------------|--|---|
| | | 31-12-2022 | 31-12-2021 | | |
| Stª Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Retail park Matosinhos | Arrendado | 48.979 | 48.656 | Método do rendimento/ Método comparativo de mercado | Valor de renda por m2 Taxa de capitalização |
| Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos | Arrendado | 16.045 | 15.967 | Método do rendimento / Método comparativo de mercado | Valor de renda por m2 Taxa de capitalização |
| Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada | Arrendado | 11.306 | 11.397 | Método do rendimento / Método comparativo de mercado | Valor de renda por m2 Taxa de capitalização |
| Estrada da Outurela, 119, Carnaxide Escritórios em Oeiras | Arrendado | 11.069 | 11.141 | Método de rendimento / Método comparativo de mercado | Valor de renda por m2 Taxa de capitalização |
| Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé | Arrendado | 12.203 | 12.147 | Método de rendimento / Método do custo | Valor de renda por m2 Taxa de capitalização |
| Terrenos em Valongo | Construção em curso | 10.238 | 10.185 | Método comparativo de mercado/ Método do custo Método do Valor Residual | Valor do terreno e do custo de Construção e comercialização por m2 |
| | | 109.840 | 109.493 | | |

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por metro quadrado ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS:

O movimento ocorrido nestas rubricas durante o exercício de 2022 e 2021 pode ser apresentado da seguinte forma:

| | 31-12-2021 | | | | Transferências | | | | | 31-12-2022 | | | |
|------------------------------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | Valor Bruto | Depreciação Acumulada | Imparidade | Aquisições | Abates e vendas | | De/para outros ativos | | Depreciação | Valor Bruto | Depreciação Acumulada | Imparidade | Valor líquido |
| | | | | | Valor Bruto | Depreciação Acumulada | Valor Bruto | Depreciação Acumulada | | | | | |
| | | | (Nota 18) | | | | (Nota 14) | | | | (Nota 18) | | |
| Ativos tangíveis | | | | | | | | | | | | | |
| Imóveis | | | | | | | | | | | | | |
| . Imóveis de serviço próprio | 335.573 | (126.979) | (6.147) | 2.117 | - | - | (9.948) | 6.412 | (6.501) | 327.742 | (127.068) | (6.147) | 194.527 |
| . Despesas em edifícios arrendados | 9.162 | (7.049) | - | 521 | (242) | 232 | - | - | (455) | 9.441 | (7.272) | - | 2.169 |
| . Outros imóveis | 166 | (81) | - | - | - | - | - | - | (1) | 166 | (82) | - | 84 |
| . Direitos de uso (Nota 17) | 41.399 | (16.854) | - | 3.697 | (1.406) | - | - | - | (4.250) | 43.690 | (21.104) | - | 22.586 |
| | <u>386.300</u> | <u>(150.963)</u> | <u>(6.147)</u> | <u>6.335</u> | <u>(1.648)</u> | <u>232</u> | <u>(9.948)</u> | <u>6.412</u> | <u>(11.207)</u> | <u>381.039</u> | <u>(155.526)</u> | <u>(6.147)</u> | <u>219.366</u> |
| Equipamento | 161.614 | (109.076) | - | 8.271 | (23.632) | 20.483 | (94) | 57 | (10.996) | 146.159 | (99.532) | - | 46.627 |
| Outros ativos tangíveis | 2.180 | (76) | - | - | - | - | - | - | - | 2.180 | (76) | - | 2.104 |
| | <u>163.794</u> | <u>(109.152)</u> | <u>-</u> | <u>8.271</u> | <u>(23.632)</u> | <u>20.483</u> | <u>(94)</u> | <u>57</u> | <u>(10.996)</u> | <u>148.339</u> | <u>(99.608)</u> | <u>-</u> | <u>48.731</u> |
| | <u>550.094</u> | <u>(260.115)</u> | <u>(6.147)</u> | <u>14.606</u> | <u>(25.280)</u> | <u>20.715</u> | <u>(10.042)</u> | <u>6.469</u> | <u>(22.203)</u> | <u>529.378</u> | <u>(255.134)</u> | <u>(6.147)</u> | <u>268.097</u> |
| Ativos intangíveis | | | | | | | | | | | | | |
| Software | 142.483 | (109.374) | - | - | - | - | - | - | (23.512) | 142.483 | (132.886) | - | 9.597 |
| Outros ativos intangíveis | 2.008 | (2.008) | - | 25.193 | - | - | - | - | - | 27.201 | (2.008) | - | 25.193 |
| Goodwill | 2.651 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.651 | - | - | 2.651 |
| | <u>147.142</u> | <u>(111.382)</u> | <u>-</u> | <u>25.193</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(23.512)</u> | <u>172.335</u> | <u>(134.894)</u> | <u>-</u> | <u>37.441</u> |

| | 31-12-2020 | | | Transferências | | | | | | | 31-12-2021 | | | Valor líquido | |
|------------------------------------|-------------|-----------------------|------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------|------------|-------------|-------------|-----------------------|------------|---------------|---------|
| | Valor Bruto | Depreciação Acumulada | Imparidade | Abates e vendas | | De/para outros ativos | | Outras | | | Valor Bruto | Depreciação Acumulada | Imparidade | | |
| | | | | Valor Bruto | Depreciação Acumulada | Valor Bruto | Depreciação Acumulada | Valor Bruto | Imparidade | Depreciação | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | (Nota 18) | | | | (Nota 14) | | | (Nota 18) | | | (Nota 18) | | |
| Ativos tangíveis | | | | | | | | | | | | | | | |
| Imóveis | | | | | | | | | | | | | | | |
| . Imóveis de serviço próprio | 402.826 | (141.579) | (23.624) | 818 | (3.910) | 1.647 | (64.161) | 20.863 | - | 17.477 | (7.910) | 335.573 | (126.979) | (6.147) | 202.447 |
| . Despesas em edifícios arrendados | 26.770 | (21.871) | - | 206 | (14.377) | 14.193 | (3.437) | 1.215 | - | - | (586) | 9.162 | (7.049) | - | 2.113 |
| . Outros imóveis | 166 | (80) | - | - | - | - | - | - | - | - | (1) | 166 | (81) | - | 85 |
| . Direitos de uso (Nota 17) | 37.155 | (12.335) | - | 5.345 | (1.101) | - | - | - | - | - | (4.519) | 41.399 | (16.854) | - | 24.545 |
| | 466.917 | (175.865) | (23.624) | 6.369 | (19.388) | 15.840 | (67.598) | 22.078 | - | 17.477 | (13.016) | 386.300 | (150.963) | (6.147) | 229.190 |
| Equipamento | 173.304 | (108.865) | - | 12.073 | (20.077) | 12.235 | (3.654) | 1.240 | (32) | - | (13.686) | 161.614 | (109.076) | - | 52.538 |
| Outros ativos tangíveis | 2.188 | (75) | - | - | (8) | - | - | - | - | - | (1) | 2.180 | (76) | - | 2.104 |
| | 175.492 | (108.940) | - | 12.073 | (20.085) | 12.235 | (3.654) | 1.240 | (32) | - | (13.687) | 163.794 | (109.152) | - | 54.642 |
| | 642.409 | (284.805) | (23.624) | 18.442 | (39.473) | 28.075 | (71.252) | 23.318 | (32) | 17.477 | (26.703) | 550.094 | (260.115) | (6.147) | 283.832 |
| Ativos intangíveis | | | | | | | | | | | | | | | |
| Software | 122.297 | (86.345) | - | 17.868 | - | - | - | - | 2.318 | - | (23.029) | 142.483 | (109.374) | - | 33.109 |
| Outros ativos intangíveis | 5.013 | (4.385) | - | 2.293 | (3.012) | 2.377 | - | - | (2.286) | - | - | 2.008 | (2.008) | - | - |
| Goodwill | 2.651 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.651 | - | - | 2.651 |
| | 129.961 | (90.730) | - | 20.161 | (3.012) | 2.377 | - | - | 32 | - | (23.029) | 147.142 | (111.382) | - | 35.760 |

13. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---------------------------------|----------------|-----------------|
| Ativos por impostos correntes | 3.045 | 51.013 |
| Ativos por Impostos diferidos | 244.131 | 261.839 |
| | <u>247.176</u> | <u>312.852</u> |
| Passivos por impostos correntes | 129.741 | 82.391 |
| Passivos por Impostos diferidos | 130.552 | 275.081 |
| | <u>260.293</u> | <u>357.472</u> |
| Impostos diferidos | <u>113.579</u> | <u>(13.242)</u> |

Os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--------------------|------------------|------------------|
| Impostos correntes | (210.293) | (89.740) |
| Impostos diferidos | (56.300) | (46.526) |
| | <u>(266.593)</u> | <u>(136.266)</u> |

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos durante o exercício de 2022 e 2021 pode ser apresentado da seguinte forma:

| | Saldo em 31-12-2021 | Outro rendimento integral | Resultados | Saldo em 31-12-2022 |
|--|------------------------|---------------------------------|-----------------|------------------------|
| Provisões/imparidade temporariamente não aceites como gasto fiscal: | | | | |
| . Impostos diferidos ativos | 126.618 | - | (40.407) | 86.211 |
| . Impostos diferidos passivos | (5.221) | - | - | (5.221) |
| Reavaliação de ativos intangíveis | 1.481 | - | (558) | 923 |
| Reavaliação de ativos tangíveis | | | | |
| . Impostos diferidos ativos | 1.144 | - | (286) | 858 |
| . Impostos diferidos passivos | (1.712) | - | 136 | (1.576) |
| Pensões: | | | | |
| . Desvios atuariais | 4.110 | - | (597) | 3.513 |
| . Reformas antecipadas | 65.104 | - | (8.603) | 56.501 |
| . Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social | 3.232 | - | (323) | 2.909 |
| Atividade seguradora: | | | | |
| . Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve" | 7.378 | (7.358) | - | 20 |
| . Justo valor de passivos por seguros - Outros | (75) | - | 15 | (60) |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | (238.953) | 143.398 | - | (95.555) |
| Derivados de cobertura de fluxos de caixa | 313 | 47.081 | - | 47.394 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 44.589 | - | (5.856) | 38.733 |
| Operações de titularização | (23.268) | - | 489 | (22.779) |
| Outros | 2.018 | - | (310) | 1.708 |
| | <u>(13.242)</u> | <u>183.121</u> | <u>(56.300)</u> | <u>113.579</u> |

| | Saldo em 31-12-2020 | Outro rendimento integral | Resultados | Saldo em 31-12-2021 |
|---|------------------------|---------------------------------|------------|------------------------|
| Provisões/imparidade temporariamente não aceites como gasto fiscal: | | | | |
| . Impostos diferidos ativos | 161.562 | - | (34.944) | 126.618 |
| . Impostos diferidos passivos | (5.221) | - | - | (5.221) |
| Reavaliação de ativos intangíveis | - | - | 1.481 | 1.481 |
| Reavaliação de ativos tangíveis | | | | |
| . Impostos diferidos ativos | 1.430 | - | (286) | 1.144 |
| . Impostos diferidos passivos | (1.978) | - | 266 | (1.712) |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 12.809 | - | (12.809) | - |
| Pensões: | | | | |
| . Desvios atuariais | 21.643 | - | (17.533) | 4.110 |
| . Reformas antecipadas | 40.749 | - | 24.355 | 65.104 |
| . Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social | 3.555 | - | (323) | 3.232 |
| Atividade seguradora: | | | | |
| . Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve" | 10.794 | (3.416) | - | 7.378 |
| . Justo valor de passivos por seguros - Outros | (90) | - | 15 | (75) |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | (338.786) | 99.833 | - | (238.953) |
| Derivados de cobertura de fluxos de caixa | 13.836 | (13.523) | - | 313 |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 45.787 | - | (1.198) | 44.589 |
| Operações de titularização | (23.996) | - | 728 | (23.268) |
| Gastos de incorporação | 6.560 | - | (6.562) | (2) |
| Outros | 1.736 | - | 284 | 2.020 |
| | (49.610) | 82.894 | (46.526) | (13.242) |

De modo a utilizar os impostos diferidos que transitaram do BANIF, o Banco apresentou, em 29 de maio de 2018, uma declaração Modelo 22 (IRC) de substituição, referente ao exercício de 2015. A apresentação daquela declaração foi motivada pelo apuramento do resultado do exercício de 2015 do BANIF e pelo deferimento, por parte do Ministro das Finanças, do pedido de transmissão ao Banco dos impostos diferidos do BANIF (cfr. Despacho n.º 138/2018/MF, de 9 de março de 2018). Sucede que, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes de 26 de novembro de 2019 ("Despacho da AT"), apenas foi reconhecido ao Banco o direito de utilizar impostos diferidos do BANIF, relativos aos exercícios de 2009 a 2014. Por discordar do Despacho da AT, o Banco apresentou, em 13 de janeiro de 2020, recurso hierárquico para o Ministro das Finanças. No dia 30 de junho de 2020, o Subdiretor-Geral da área de Gestão Tributária – Impostos sobre o Rendimento decidiu indeferir o recurso hierárquico apresentado. Não obstante o Despacho da AT e o Despacho do Subdiretor-Geral apenas reconhecerem ao Banco o direito de usufruir de impostos diferidos do BANIF num montante total de 92.301 milhares de euros, o Banco tem o direito no âmbito do acordo com as autoridades portuguesas envolvidas no processo de resolução do Banif, a uma compensação no montante de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou títulos do tesouro. Para dar cumprimento a esta decisão o Banco transferiu, no exercício de 2020, o montante em causa, desta rubrica para a rubrica outros saldos a receber (Nota 9).

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas subsidiárias e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2019, inclusive. Como resultado da inspeção ao exercício de 2017, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC. Para fazer face a esta liquidação o Banco dotou uma provisão no montante de 17.705 milhares de euros, tendo a mesma sido utilizada no exercício de 2022 no momento do pagamento (Nota 18). As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias e a maior parte são correções meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Grupo Santander decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduz-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta - sociedade dominante e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas.

14. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica têm a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|-----------------|------------------|
| Provisões técnicas de resseguro cedido (Nota 18) | | |
| Para prémios não adquiridos | 2.539 | 2.672 |
| Matemática do ramo vida | 10 | 61 |
| Para participação nos resultados | 143 | - |
| Para sinistros | 18.652 | 17.037 |
| | 21.344 | 19.770 |
| Devedores e outras aplicações | | |
| Devedores por seguro directo e resseguro | 10.718 | 11.488 |
| Outros rendimentos a receber | 15.050 | 14.151 |
| Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento | 89.404 | 181.282 |
| Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística | 3.145 | 3.145 |
| Despesas com encargo diferido | 6.625 | 3.117 |
| Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 36) | | |
| Responsabilidades do Santander | (935.876) | - |
| Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Santander | 1.008.553 | - |
| Responsabilidades da sucursal de Londres | (31.143) | - |
| Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres | 32.231 | - |
| Responsabilidades do Banif | (131.550) | - |
| Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banif | 91.671 | - |
| Responsabilidades do BAPOP | (140.719) | - |
| Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BAPOP | 173.365 | - |
| Outros valores em trânsito e transações a regularizar | 18.269 | 38.725 |
| | 209.743 | 251.908 |
| Perdas por imparidade (Nota 18) | | |
| Devedores e outras aplicações | (31) | (31) |
| Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento | (57.301) | (102.088) |
| | (57.332) | (102.119) |
| | 173.755 | 169.559 |

* apresentação do exercício de 2021 sofreu ligeiras alterações face ao anexo do ano anterior

O movimento ocorrido na sub-rubrica Promessas em dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação durante o exercício de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | | Transferências/ ANCDV | | | | | 31 de dezembro de 2022 | | | | |
|---|------------------------|------------|------------------|----------|------------|-------------------------------------|-----------|------------|-----------|------------|------------------------|------------|------------------|--|--|
| | Valor Bruto | Imparidade | Valor líquido | Entradas | Alienações | Transferências/ ativos tangíveis | | Imparidade | | | Valor Bruto | Imparidade | Valor líquido | | |
| | | | | | | Capital | Capital | Dotações | Reposição | Utilização | | | | | |
| | | | | | | (Nota 15) | (Nota 12) | | | | | | | | |
| Ativos recebidos por dação em pagamento | | | | | | | | | | | | | | | |
| Imóveis | 37.331 | (24.191) | 13.140 | - | - | (25.615) | - | (1.429) | 20.336 | - | 11.716 | (5.284) | 6.432 | | |
| Promessas de Dação | 337 | (337) | - | - | - | (151) | - | - | 151 | - | 186 | (186) | - | | |
| Arrematações | 6.813 | (2.924) | 3.889 | 2.427 | (14) | (5.309) | - | (47) | 1.254 | 10 | 3.917 | (1.707) | 2.210 | | |
| Outros | 27.848 | (24.018) | 3.830 | 9.147 | (3.456) | (11.987) | - | (785) | 3.203 | 1.191 | 21.552 | (20.409) | 1.143 | | |
| Imóveis de serviço próprio para venda | 39.840 | (25.771) | 14.069 | 41 | (23.945) | - | 3.573 | (229) | 6.790 | 8.228 | 19.509 | (10.982) | 8.527 | | |
| Outros imóveis em venda | 69.113 | (24.847) | 44.266 | 220 | (36.809) | - | - | (7.395) | 4.439 | 9.070 | 32.524 | (18.733) | 13.791 | | |
| | 181.282 | (102.088) | 79.194 | 11.835 | (64.224) | (43.062) | 3.573 | (9.885) | 36.173 | 18.499 | 89.404 | (57.301) | 32.103 | | |

| | 31 de dezembro de 2020 | | | | | Transferências/ ANCDV | | | | | 31 de dezembro de 2021 | | | | |
|---|------------------------|------------|------------------|----------|------------|-------------------------------------|------------|---------|------------|----------|------------------------|----------------|------------|------------------|------------|
| | Valor Bruto | Imparidade | Valor líquido | Entradas | Alienações | Transferências/ ativos tangíveis | | Outros | Imparidade | | | Valor Bruto | Imparidade | Valor líquido | |
| | | | | | | Capital | Imparidade | Capital | Imparidade | Dotações | Reposição | | | | Utilização |
| | | | | | | (Nota 15) | (Nota 12) | | | | | | | | |
| Ativos recebidos por dação em pagamento | | | | | | | | | | | | | | | |
| Imóveis | 51.356 | (29.490) | 21.866 | - | - | (14.025) | 5.299 | - | - | - | - | 37.331 | (24.191) | 13.140 | |
| Promessas de Dação | 1.856 | (64) | 1.792 | 147 | (860) | (806) | - | - | - | (1.317) | 183 | 861 | 337 | (337) | |
| Arrematações | 15.783 | (6.316) | 9.467 | 5.283 | (2.287) | (11.966) | - | - | - | (1.681) | 3.534 | 1.539 | 6.813 | (2.924) | |
| Outros | 32.545 | (25.941) | 6.604 | 5.308 | (8.979) | (1.026) | - | - | - | (2.819) | 3.371 | 1.371 | 27.848 | (24.018) | |
| Imóveis de serviço próprio para venda | 47.073 | (29.980) | 17.093 | 376 | (18.086) | (37.457) | - | 47.934 | (5.728) | (1.183) | 4.178 | 6.942 | 39.840 | (25.771) | |
| Outros imóveis em venda | 84.867 | (11.494) | 73.373 | - | (15.754) | - | - | - | - | (14.740) | - | 1.387 | 69.113 | (24.847) | |
| | 233.480 | (103.285) | 130.195 | 11.114 | (45.966) | (65.280) | 5.299 | 47.934 | (5.728) | (21.740) | 11.266 | 12.100 | 181.282 | (102.088) | |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a tipologia de imóveis da carteira de ativos recebidos por dação em pagamento – imóveis, é a seguinte:

| Tipologia | 2022 | | | | 2021 | | | |
|--------------------------------|------------|-------------|------------|---------------|------------|-------------|------------|---------------|
| | Nº imóveis | Valor Bruto | Imparidade | Valor líquido | Nº imóveis | Valor Bruto | Imparidade | Valor líquido |
| Imóveis | | | | | | | | |
| Terrenos urbanos | 5 | 864 | (233) | 631 | 5 | 1.094 | (440) | 654 |
| Terrenos rústicos | 6 | 310 | (296) | 14 | 20 | 1.513 | (810) | 703 |
| Edifícios construídos | | | | | | | | |
| . Residenciais | 35 | 3.598 | (1.661) | 1.937 | 304 | 22.478 | (14.845) | 7.633 |
| . Comerciais | 25 | 6.944 | (3.094) | 3.850 | 67 | 12.246 | (8.096) | 4.150 |
| | 71 | 11.716 | (5.284) | 6.432 | 396 | 37.331 | (24.191) | 13.140 |
| Outros imóveis em venda | | | | | | | | |
| Terrenos urbanos | 158 | 9.437 | (3.470) | 5.967 | 591 | 34.127 | (11.389) | 22.738 |
| Terrenos rústicos | 61 | 18.912 | (13.698) | 5.214 | 94 | 22.844 | (12.348) | 10.496 |
| Edifícios construídos | | | | | | | | |
| . Residenciais | 13 | 842 | (220) | 622 | 122 | 3.534 | (76) | 3.458 |
| . Comerciais | 26 | 3.333 | (1.345) | 1.988 | 47 | 8.608 | (1.034) | 7.574 |
| | 258 | 32.524 | (18.733) | 13.791 | 854 | 69.113 | (24.847) | 44.266 |
| | 329 | 44.240 | (24.017) | 20.223 | 1.250 | 106.444 | (49.038) | 57.406 |

O apuramento das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a metodologia descrita na Nota 15.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a forma de apuramento do justo valor das “Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

15. ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido na rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

| | 31-12-2021 | | Transferências /ANCDV | | | | | | 31-12-2022 | | | |
|--|-------------|----------------------|-----------------------|------------|---------|----------|-----------|-------------|-------------|----------------------|---------------|--------|
| | Valor bruto | Imparidade acumulada | Entradas | Alienações | Capital | Dotações | Reversões | Utilizações | Valor bruto | Imparidade acumulada | Valor líquido | |
| | (Nota 18) | | (Nota 14) | | | | | | (Nota 18) | | | |
| Ativos recebidos por dação em pagamento | | | | | | | | | | | | |
| Imóveis | 79.020 | (41.873) | 488 | (54.080) | 43.062 | (33.892) | 20.855 | 12.425 | 68.490 | (42.485) | 26.005 | |
| Equipamento | 2.407 | (2.100) | 1.083 | (1.585) | - | (1.313) | 1.002 | 709 | 1.905 | (1.702) | 203 | |
| Outros ativos | - | - | 17.541 | - | - | - | - | - | 17.541 | - | 17.541 | |
| Imóveis de serviço próprio para venda | 37.457 | - | - | (37.457) | - | - | - | - | - | - | - | |
| | 118.884 | (43.973) | 19.112 | (93.122) | 43.062 | (35.205) | 21.857 | 13.134 | 87.936 | (44.187) | 43.749 | |
| Ativos recebidos por dação em pagamento | | | | | | | | | | | | |
| Imóveis | 92.345 | (41.291) | 5.477 | (46.625) | 27.823 | (5.299) | (9.505) | 3.903 | 10.319 | 79.020 | (41.873) | 37.147 |
| Equipamento | 2.006 | (1.599) | 1.770 | (1.369) | - | - | (878) | 177 | 200 | 2.407 | (2.100) | 307 |
| Imóveis de serviço próprio para venda | - | - | - | - | 37.457 | - | - | - | - | 37.457 | - | 37.457 |
| | 94.351 | (42.890) | 7.247 | (47.994) | 65.280 | (5.299) | (10.383) | 4.080 | 10.519 | 118.884 | (43.973) | 74.911 |

No primeiro semestre de 2022, o Banco alienou o edifício central (Ramalho Ortigão), o qual se encontrava no balanço por 35 milhões de euros, a concretização desta transação originou uma valia que se encontra registada na rubrica “lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas” (Nota 35).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a tipologia de imóveis da carteira de Ativos recebidos por dação em pagamento – imóveis, é a seguinte:

| Tipologia | 2022 | | | | 2021 | | | |
|-----------------------|------------|--------|------------|---------|------------|--------|------------|---------|
| | Nº imóveis | Valor | | Valor | Nº imóveis | Valor | | Valor |
| | | Bruto | Imparidade | líquido | | Bruto | Imparidade | líquido |
| Terrenos urbanos | 87 | 9.423 | (5.621) | 3.802 | 146 | 16.131 | (9.094) | 7.037 |
| Terrenos rústicos | 70 | 10.525 | (9.002) | 1.523 | 84 | 19.214 | (12.743) | 6.471 |
| Edifícios construídos | | | | | | | | |
| . Residenciais | 355 | 32.448 | (17.177) | 15.271 | 233 | 27.352 | (10.313) | 17.039 |
| . Comerciais | 73 | 16.094 | (10.685) | 5.409 | 72 | 16.323 | (9.723) | 6.600 |
| | 585 | 68.490 | (42.485) | 26.005 | 535 | 79.020 | (41.873) | 37.147 |

No âmbito do projeto Guadiana, o Banco celebrou no segundo semestre de 2022 um contrato de promessa de compra e venda de uma carteira de 563 imóveis por um valor de venda de 23 milhões de euros. A saída dos imóveis de balanço irá ocorrer à medida da realização das escrituras. Em 31 de dezembro de 2022 foram escriturados 140 imóveis por um valor de venda de 4 milhões de euros, as valias realizadas por esta venda são registadas na rubrica “Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas” (Nota 35).

Estes ativos são registados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação, sendo testados por imparidade à data da reclassificação para esta rubrica. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Banco a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Banco irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a forma de apuramento do justo valor dos ativos não correntes detidos para venda de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

16. PASSIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nesta rubrica registam-se os passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro.

A rubrica de “Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro” corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos “Unit link” da Seguradora do Grupo e às subsequentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro | <u>2.792.796</u> | <u>3.343.853</u> |

17. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica Depósitos, tem a seguinte composição

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Depósitos - Bancos centrais | | |
| Recursos do Banco Central Europeu - Depósitos | 4.113.627 | 7.401.255 |
| Depósitos de Outros Bancos Centrais | 87 | 8.987 |
| | <u>4.113.714</u> | <u>7.410.242</u> |
| Depósitos - Instituições de crédito | | |
| Recursos a muito curto prazo | - | 130.673 |
| Depósitos | 742.157 | 245.971 |
| Operações de venda com acordo de recompra | 2.071.901 | 33 |
| Outros recursos | - | 16.598 |
| Juros a pagar/despesas diferidas | 354 | 130 |
| | <u>2.814.412</u> | <u>393.405</u> |
| Depósitos - Clientes | | |
| Depósitos à ordem | 24.209.880 | 23.745.606 |
| Depósitos a prazo | 13.755.746 | 14.037.231 |
| Depósitos de pré-aviso | 2.000 | - |
| Depósitos estruturados | 137 | 8.231 |
| Depósitos de poupança | 493.301 | 573.104 |
| Juros a pagar/despesas diferidas | 5.120 | 4.289 |
| Produtos de seguros financeiros sem participação nos resultados | 40.180 | 43.979 |
| Correções de valor por operações de cobertura | 1 | 51 |
| | <u>38.506.365</u> | <u>38.412.491</u> |
| Depósitos | <u>45.434.491</u> | <u>46.216.138</u> |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a sub-rubrica de “Depósitos - Instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de reporte:

| Tipo de subjacente | <u>31-12-2022</u> | | | |
|---|-------------------|----------|-----------------------------|------------------|
| | Capital | Juros | Despesas com gasto diferido | Total |
| Instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros | (99.926) | - | (20) | (99.946) |
| Instrumentos de dívida de outros emissores não residentes | 2.188.074 | - | (16.227) | 2.171.847 |
| | <u>2.088.148</u> | <u>-</u> | <u>(16.247)</u> | <u>2.071.901</u> |

| Tipo de subjacente | 31-12-2021 | | | |
|---|------------|-------|-----------------------------|----------|
| | Capital | Juros | Despesas com gasto diferido | Total |
| Instrumentos de dívida de emissores públicos nacionais | (99.868) | - | (105) | (99.973) |
| Instrumentos de dívida de outros emissores não residentes | 99.945 | - | 61 | 100.006 |
| | 77 | - | (44) | 33 |

A sub-rubrica Títulos de dívida emitidos tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | |
|--|------------|-------------|-----------|------------|-------------|-----------|
| | Emissões | Recompras | Saldo | Emissões | Recompras | Saldo |
| Obrigações hipotecárias | | | | | | |
| Saldo inicial | 8.600.000 | (6.600.000) | 2.000.000 | 8.800.000 | (6.800.000) | 2.000.000 |
| Emitidas | 750.000 | (750.000) | - | - | - | - |
| Readquiridas | - | (23.800) | (23.800) | - | - | - |
| Reembolsadas | (750.000) | 750.000 | - | (200.000) | 200.000 | - |
| Saldo final | 8.600.000 | (6.623.800) | 1.976.200 | 8.600.000 | (6.600.000) | 2.000.000 |
| Juros a pagar | - | - | 9.250 | - | - | 9.339 |
| Comissões associadas ao custo | - | - | (14.472) | - | - | (18.674) |
| | 8.600.000 | (6.623.800) | 1.970.978 | 8.600.000 | (6.600.000) | 1.990.665 |
| Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização | | | | | | |
| Saldo inicial | 3.374.158 | (2.837.840) | 536.318 | 3.806.917 | (3.192.235) | 614.682 |
| Emitidas | 665.930 | - | 665.930 | - | - | - |
| Readquiridas | - | (9.430) | (9.430) | - | - | - |
| Reembolsadas | (857.829) | 789.709 | (68.120) | (432.759) | 354.395 | (78.364) |
| Saldo final | 3.182.259 | (2.057.561) | 1.124.698 | 3.374.158 | (2.837.840) | 536.318 |
| Juros a pagar | - | - | 809 | - | - | - |
| Comissões associadas ao custo | - | - | (36.336) | - | - | (41.992) |
| | 3.182.259 | (2.057.561) | 1.089.171 | 3.374.158 | (2.837.840) | 494.326 |
| Obrigações estruturadas | | | | | | |
| Saldo inicial | 191.227 | (8.227) | 183.000 | 8.227 | (8.227) | - |
| Emitidas | 100.800 | - | 100.800 | 183.000 | - | 183.000 |
| Reembolsadas | (37.745) | - | (37.745) | - | - | - |
| Saldo final | 254.282 | (8.227) | 246.055 | 191.227 | (8.227) | 183.000 |
| Juros a pagar | - | - | 4.064 | - | - | 2.608 |
| | 254.282 | (8.227) | 250.119 | 191.227 | (8.227) | 185.608 |
| Outras obrigações | | | | | | |
| Saldo inicial | 500.000 | - | 500.000 | - | - | - |
| Emitidas | 600.000 | - | 600.000 | 500.000 | - | 500.000 |
| Saldo final | 1.100.000 | - | 1.100.000 | 500.000 | - | 500.000 |
| Juros a pagar | - | - | 12.557 | - | - | 1.831 |
| | 1.100.000 | - | 1.112.557 | 500.000 | - | 501.831 |
| Passivos subordinados | | | | | | |
| Saldo inicial | 327.599 | (320.000) | 7.599 | 345.692 | (338.093) | 7.599 |
| Emitidos | 200.000 | - | 200.000 | (18.093) | 18.093 | - |
| Saldo final | 527.599 | (320.000) | 207.599 | 327.599 | (320.000) | 7.599 |
| Juros a pagar | - | - | 5.457 | - | - | 136 |
| | 527.599 | (320.000) | 213.056 | 327.599 | (320.000) | 7.735 |
| | 13.664.140 | (9.009.588) | 4.635.881 | 12.992.984 | (9.766.067) | 3.180.165 |

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições dos Títulos de dívida emitidos encontram-se detalhadas no Anexo I.

Entre maio de 2008 e dezembro de 2022, o Banco procedeu a vinte e sete emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|-----------------------------|-------------------|------------------|
| Crédito a clientes (Nota 9) | 10.237.229 | 9.965.945 |
| Juros de crédito | 17.683 | 5.082 |
| Derivados | (166.020) | (54.776) |
| | <u>10.088.892</u> | <u>9.916.251</u> |

A sub-rubrica Outros passivos financeiros tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|----------------|----------------|
| Cheques e ordens a pagar | 198.533 | 49.322 |
| Credores e outros recursos | | |
| Credores por operações sobre futuros | 11.879 | 16.814 |
| Sector público administrativo | 30.560 | 35.419 |
| Credores por contratos de factoring | 55.053 | 62.137 |
| Credores por fornecimentos de bens | 2.629 | 2.146 |
| Outros credores | 17.578 | 31.395 |
| Compromissos com rendas futuras (aplicação IFRS 16) | 22.790 | 24.830 |
| Outros | 27.770 | - |
| | <u>366.793</u> | <u>222.063</u> |

Os compromissos com rendas futuras correspondem à adoção da IFRS 16, e apresenta o seguinte movimento:

| | Passivo de arrendamento | Direito de uso (Nota 12) |
|-------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | 25.232 | 24.820 |
| Amortização 2021 | (4.575) | (4.519) |
| Saídas | (1.172) | (1.101) |
| Entradas | 2.345 | 2.345 |
| Extensões e alterações de renda | 3.000 | 3.000 |
| Saldo em 31 de dezembro 2021 | 24.830 | 24.545 |
| Amortização 2022 | (4.798) | (4.250) |
| Saídas | (1.406) | (1.406) |
| Entradas | 2.831 | 2.831 |
| Extensões e alterações de renda | 1.333 | 866 |
| Saldo em 31 de dezembro 2022 | 22.790 | 22.586 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os cash flows contratuais são os seguintes:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|-----------------|---------------|---------------|
| . Até 1 ano | 4.454 | 4.663 |
| . Até 2 ano | 4.067 | 4.402 |
| . Até 3 ano | 3.086 | 4.160 |
| . Até 4 ano | 2.989 | 3.116 |
| . Até 5 ano | 2.879 | 3.005 |
| . Mais de 5 ano | 5.315 | 5.484 |
| | <u>22.790</u> | <u>24.830</u> |

18. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|----------------|----------------|
| Imparidade para garantias e compromissos assumidos | 49.705 | 51.179 |
| Reestruturação | 65.653 | 87.204 |
| Outras provisões | | |
| Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego | 10.260 | 14.268 |
| Questões fiscais | 6.918 | 24.624 |
| Questões jurídicas e litígios fiscais pendentes | 2.599 | 2.065 |
| Outras provisões | 26.079 | 29.835 |
| | 45.856 | 70.792 |
| Provisões técnicas | 624.880 | 676.916 |
| Provisões | 786.094 | 886.091 |

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade referentes à atividade bancária durante o exercício de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| | 2022 | | | | | 31-12-2022 |
|--|----------------|----------------|-----------------|------------------|-----------------------|----------------|
| | 31-12-2021 | Dotações | Reversões | Utilizações | Transferências/outros | |
| Imparidade para garantias e compromissos | | | | | | |
| concedidos (Nota 24) | 51.179 | 4.853 | (6.327) | - | - | 49.705 |
| Reestruturação | 87.204 | - | - | (21.551) | - | 65.653 |
| Outras provisões | 70.792 | 9.180 | (11.456) | (20.660) | (2.000) | 45.856 |
| | 209.175 | 14.033 | (17.783) | (42.211) | (2.000) | 161.214 |
| | | | | | | |
| | 2021 | | | | | 31-12-2021 |
| | 31-12-2020 | Dotações | Reversões | Utilizações | Transferências/outros | |
| Imparidade para garantias e compromissos | | | | | | |
| concedidos (Nota 24) | 57.466 | 4.645 | (10.933) | - | 1 | 51.179 |
| Reestruturação | 54.369 | 220.000 | - | (187.165) | - | 87.204 |
| Outras provisões | 128.138 | 70.015 | (40.316) | (58.195) | (28.850) | 70.792 |
| | 239.973 | 294.660 | (51.249) | (245.360) | (28.849) | 209.175 |

O montante constante do conceito reestruturação é para fazer face aos compromissos já assumidos e divulgados aos colaboradores.

Em 2021, o Banco executou um profundo plano de transformação, operacional e comercial, adequando-se ao novo contexto competitivo, mais digital, com significativo investimento na simplificação de processos e em tecnologia, orientado para a melhoria da qualidade de serviço, e que permitiu a otimização da rede de agências (-79), e consequente redução do quadro de colaboradores (-1.175). Para concretizar este plano de transformação foi registado no primeiro trimestre uma provisão por 235 milhões de euros (220 milhões de euros no conceito reestruturação e 15 milhões de euros no conceito de outras provisões), que foi adicionada à já constituída no final de 2020 por 66 milhões de euros (20 milhões de euros no conceito reestruturação e 46 milhões de euros no conceito de outras provisões). Os montantes em causa foram utilizados durante o exercício de 2021, para a redução do quadro de colaboradores por 187 milhões de euros, para otimização da rede de agências 23 milhões e para a transformação operacional e comercial por 36 milhões de euros. O montante utilizado em 2022 foi para fazer face aos compromissos já assumidos e divulgados aos colaboradores.

Adicionalmente, em 2021 o Banco procedeu à transferência de 22,5 milhões de euros como dotação inicial para a Fundação Santander Portugal.

O movimento ocorrido na imparidade nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

| | 2022 | | | | | | |
|---|---------------------|----------|-----------------------------------|----------------------|---------------------|--------------------------------------|----------------------------------|
| | Saldo em 31-12-2021 | Dotações | Reversões de perdas de imparidade | Utilizações e outros | Saldo em 31-12-2022 | Recuperações de incobráveis e outros | Mais/menos valias vendas crédito |
| Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados: | | | | | | | |
| Imparidade para títulos de dívida (Nota 9) | 5.622 | 1.481 | (2.253) | - | 4.850 | - | - |
| Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 9) | 1.014.556 | 88.682 | (83.710) | (77.460) | 942.068 | (8.870) | (7.276) |
| Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8) | 52 | - | (29) | 1 | 24 | - | - |
| | 1.020.230 | 90.163 | (85.992) | (77.459) | 946.942 | (8.870) | (7.276) |
| Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros | | | | | | | |
| Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15) | 43.973 | 35.205 | (21.857) | (13.134) | 44.187 | - | - |
| Ativos tangíveis (Nota 12) | 6.147 | - | - | - | 6.147 | - | - |
| Outros ativos (Nota 14) | 102.119 | 9.885 | (36.173) | (18.499) | 57.332 | - | - |
| | 152.239 | 45.090 | (58.030) | (31.633) | 107.666 | - | - |
| | 2021 | | | | | | |
| | Saldo em 31-12-2020 | Dotações | Reversões de perdas de imparidade | Utilizações e outros | Saldo em 31-12-2021 | Recuperações de incobráveis e outros | Mais/menos valias vendas crédito |
| Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados: | | | | | | | |
| Imparidade para títulos de dívida (Nota 9) | 11.145 | 8.576 | (14.099) | - | 5.622 | - | - |
| Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 9) | 994.452 | 435.182 | (346.062) | (69.016) | 1.014.556 | (3.734) | (6.376) |
| Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8) | 14 | 73 | (35) | - | 52 | - | - |
| Imparidade por investimentos em associadas (Nota 12) | - | - | - | - | - | - | - |
| | 1.005.611 | 443.831 | (360.196) | (69.016) | 1.020.230 | (3.734) | (6.376) |
| Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros | | | | | | | |
| Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15) | 42.890 | 10.383 | (4.080) | (5.220) | 43.973 | - | - |
| Ativos tangíveis (Nota 12) | 23.624 | - | - | (17.477) | 6.147 | - | - |
| Outros ativos (Nota 14) | 103.315 | 21.741 | (11.266) | (11.671) | 102.119 | - | - |
| | 169.829 | 32.124 | (15.346) | (34.368) | 152.239 | - | - |

O movimento ocorrido nas provisões técnicas referentes à atividade de seguros durante o exercício de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| | Valores em resultados do exercício | | | | Liquidações | Transferências por distribuição da participação nos resultados | Saldo em 31-12-2022 |
|--|------------------------------------|------------------------|------------------------------------|----------------------------|--------------|--|---------------------|
| | Saldo em 31-12-2021 | Variação das provisões | Variação das provisões p/sinistros | Variação da Shadow reserve | | | |
| Ativo por provisões técnicas de resseguro cedido (Nota 14) | | | | | | | |
| Ramo Vida | | | | | | | |
| . Provisão para prémios não adquiridos | 2.672 | (133) | - | - | - | - | 2.539 |
| . Provisão matemática | 62 | (51) | - | - | - | - | 11 |
| . Custos de aquisição diferidos da provisão matemática | (1) | - | - | - | - | - | (1) |
| . Provisão para sinistros | 17.037 | - | 1.615 | - | - | - | 18.652 |
| . Provisão para participação nos resultados | - | 618 | - | - | (475) | - | 143 |
| Total de ativo por provisões técnicas de resseguro cedido | 19.770 | 434 | 1.615 | - | (475) | - | 21.344 |

Passivo por provisões técnicas de seguro directo

| Valores em resultados do exercício | | | | | | | | | |
|--|---------------------|------------------------|-------------------------------|------------------------------------|----------------------------|-------------|--|----------|---------------------|
| | Saldo em 31-12-2021 | Variação das provisões | Custos de aquisição diferidos | Variação das provisões p/sinistros | Variação da Shadow reserve | Liquidações | Transferências por distribuição da participação nos resultados | Outros | Saldo em 31-12-2021 |
| | | | | | | | | | |
| Ramo Vida | | | | | | | | | |
| . Provisão para prémios não adquiridos | (2.743) | 182 | - | - | - | - | - | - | (2.561) |
| . Provisão matemática | (611.840) | 22.287 | - | - | - | - | (22) | - | (589.575) |
| . Custos de aquisição diferidos da provisão matemática | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| . Provisão para sinistros | (23.848) | - | (1.629) | - | - | - | - | - | (25.477) |
| . Provisão para participação nos resultados | (31.699) | (193) | - | 31.310 | 210 | 210 | 22 | - | (350) |
| . Outras provisões técnicas | (6.787) | (131) | - | - | - | - | - | - | (6.918) |
| Total de passivo por provisões técnicas de seguro directo | (676.916) | 22.145 | (1.629) | 31.310 | 210 | 210 | - | - | (624.880) |

| | Valores em resultados do exercício | | | | | | | Outros | Saldo em 31-12-2021 |
|--|------------------------------------|------------------------|-------------------------------|------------------------------------|----------------------------|--------------|--|------------|---------------------|
| | Saldo em 31-12-2020 | Variação das provisões | Custos de aquisição diferidos | Variação das provisões p/sinistros | Variação da Shadow reserve | Liquidações | Transferências por distribuição da participação nos resultados | | |
| Ativo por provisões técnicas de resseguro cedido (Nota 14) | | | | | | | | | |
| Ramo Vida | | | | | | | | | |
| . Provisão para prémios não adquiridos | 2.811 | (139) | - | - | - | - | - | - | 2.672 |
| . Provisão matemática | 2 | 60 | - | - | - | - | - | - | 62 |
| . Custos de aquisição diferidos da provisão matemática | (1) | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| . Provisão para sinistros | 14.626 | - | - | 2.411 | - | - | - | - | 17.037 |
| . Provisão para participação nos resultados | 72 | 553 | - | - | - | (625) | - | - | - |
| Total de ativo por provisões técnicas de resseguro cedido | 17.510 | 474 | - | 2.411 | - | (625) | - | - | 19.770 |
| Passivo por provisões técnicas de seguro directo | | | | | | | | | |
| Ramo Vida | | | | | | | | | |
| . Provisão para prémios não adquiridos | (2.838) | 95 | - | - | - | - | - | - | (2.743) |
| . Provisão matemática | (632.593) | 21.080 | - | - | - | - | (326) | (1) | (611.840) |
| . Custos de aquisição diferidos da provisão matemática | 2 | - | (1) | - | - | - | - | - | 1 |
| . Provisão para sinistros | (21.948) | - | - | (1.900) | - | - | - | - | (23.848) |
| . Provisão para participação nos resultados | (47.002) | (256) | - | - | 14.536 | 704 | 326 | (7) | (31.699) |
| . Outras provisões técnicas | (6.580) | (207) | - | - | - | - | - | - | (6.787) |
| Total de passivo por provisões técnicas de seguro directo | (710.959) | 20.712 | (1) | (1.900) | 14.536 | 704 | - | (8) | (676.916) |

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados respeitam a temporários anuais renováveis.

19. CAPITAL SOCIAL REEMBOLSÁVEL À VISTA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.

20. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|----------------|----------------|
| Encargos com pessoal | 71.720 | 69.025 |
| Gastos gerais administrativos | 63.417 | 70.540 |
| Outros encargos a pagar | 8.454 | - |
| Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 36) | | |
| Responsabilidades do Santander | - | 1.155.946 |
| Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Santander | - | (1.164.211) |
| Responsabilidades da sucursal de Londres | - | 52.915 |
| Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres | - | (49.938) |
| Responsabilidades do Banif | - | 167.108 |
| Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banif | - | (92.220) |
| Responsabilidades do BAPOP | - | 185.616 |
| Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BAPOP | - | (194.073) |
| Outros passivos por seguro direto e resseguro | 7.196 | 9.428 |
| Outras receitas com rendimento diferido | 9.150 | 12.767 |
| Outros | | |
| Transferências no âmbito do SEPA | 99.070 | 126.642 |
| Outros valores em trânsito e transações a regularizar | 91.269 | 86.031 |
| | <u>350.276</u> | <u>435.576</u> |

21. CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 ações, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | |
|-----------------|------------------------|-------------------|------------------|------------------------|-------------------|------------------|
| | Número de ações | % de participação | Montante | Número de ações | % de participação | Montante |
| Grupo Santander | 196.996.017.344 | 99,85% | 1.969.960 | 196.996.017.344 | 99,85% | 1.969.960 |
| Outros | 179.257.042 | 0,09% | 1.209 | 183.140.671 | 0,09% | 1.831 |
| Ações próprias | 120.933.572 | 0,06% | 1.793 | 117.049.943 | 0,06% | 1.171 |
| | <u>197.296.207.958</u> | <u>100,00%</u> | <u>1.972.962</u> | <u>197.296.207.958</u> | <u>100,00%</u> | <u>1.972.962</u> |

Conforme descrito na Nota Introdutória, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos acionistas da Sociedade, através da entrega das ações das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 ações, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Em 21 de abril de 2005 foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma ficou representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada uma reserva de fusão de 640.575 milhares de euros.

Ações próprias

No exercício de 2022 a Sociedade procedeu à aquisição de 3.883.629 ações próprias, pelo montante de 81 milhares de euros.

Durante o exercício de 2021, a Sociedade procedeu à aquisição de 3.454.487 ações próprias, pelo montante de 82 milhares de euros.

Nos termos da alínea d), do n.º 5, art.º 66º do código das sociedades comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2022, a sociedade detém 120.933.572 ações próprias, com o valor nominal de um cêntimo cada.

Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social

Em 30 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na após aprovação do Banco Central Europeu. Em 17 de janeiro de 2021 a Sociedade procedeu ao reembolso deste instrumento.

Em 20 de Junho de 2016, a Sociedade fez uma segunda emissão de “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 10,5% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada após aprovação do Banco Central Europeu. Em 22 de junho de 2021 a Sociedade procedeu ao reembolso deste instrumento.

Em 14 de janeiro de 2021, a Sociedade fez uma terceira emissão de “€ 400.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 4,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada após aprovação do Banco Central Europeu.

Outro rendimento integral acumulado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as reservas por rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|------------------|------------------|
| Efeito Bruto de Valorizações | | |
| Elementos que não serão reclassificados em resultados | | |
| Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido | (700.140) | (812.783) |
| Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio pelo justo valor através de outro rendimento integral | 75.978 | (332) |
| Parte de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas | (112) | (428) |
| Total de Elementos que não serão reclassificados em resultados | (624.274) | (813.543) |
| Elementos que podem ser reclassificados em resultados | | |
| Reserva para coberturas de fluxos de caixa | (152.824) | (1.009) |
| Variação do justo valor dos instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral | 295.196 | 721.218 |
| Variação do justo valor dos passivos por seguros (shadow reserve) | (74) | (31.384) |
| Parte de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas | (5.164) | 58 |
| Total de Elementos que podem ser reclassificados em resultados | 137.134 | 688.883 |
| Efeito Fiscal | | |
| Elementos que não serão reclassificados em resultados - impacto fiscal | | |
| Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido | 204.206 | 204.199 |
| Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio pelo justo valor através de outro rendimento integral | (1.339) | - |
| Parte de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas | 861 | 597 |
| Total de Elementos que não serão reclassificados em resultados - impacto fiscal | 203.728 | 204.796 |
| Elementos que podem ser reclassificados em resultados - impacto fiscal | | |
| Reserva para coberturas de fluxos de caixa | 47.376 | 313 |
| Variação do justo valor dos instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral | (95.112) | (219.861) |
| Variação do justo valor de títulos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral | (31.678) | (87.963) |
| Variação do justo valor de créditos pelo justo valor através de outro rendimento integral | (63.434) | (131.898) |
| Variação do justo valor dos passivos por seguros (shadow reserve) | 17 | 7.375 |
| Parte de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas | 1.384 | (110) |
| Total de Elementos que podem ser reclassificados em resultados - impacto fiscal | (46.335) | (212.283) |
| Outro rendimento integral acumulado | (329.747) | (132.147) |

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas por rendimento integral.

As rubricas de “Resultados retidos” e “Outras reservas” tinha a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|------------|------------|
| Resultados retidos | 322 | 482.914 |
| Outras reservas | | |
| Reserva legal | 369.799 | 364.349 |
| Reservas de fusão | 640.575 | 640.575 |
| Reservas Consolidadas | | |
| Empresas consolidadas pelo método integral | 815.228 | 572.040 |
| Empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial | 27.993 | 25.550 |
| | 1.853.595 | 1.602.514 |

No dia 28 de fevereiro de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos a resultados transitados no montante de 482.855 milhares de euros.

No dia 04 de maio de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de 49.049 milhares de euros.

No dia 27 de julho de 2022, o Conselho Fiscal deu o consentimento para o Conselho de Administração proceder a um adiantamento sobre os lucros de 2022 no montante de 677.925 milhares de euros.

Resultados retidos

Esta rubrica reconhece os lucros ou prejuízos de exercícios anteriores não distribuídos.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade vinha constituindo um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, era anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício até perfazer o referido montante.

Conforme parecer emitido pelos seus consultores legais, a Sociedade, por força do Decreto-Lei nº 109-H/2021, de 10 de dezembro, que deu nova redação ao Artigo 2º A do RGICSF, deixou de ser considerada uma sociedade financeira e de aplicar o Artigo 97º do Decreto-lei nº 201/2002, de 26 de setembro e passou a ser considerada uma instituição financeira passando a aplicar o Artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, que estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

Outras reservas

Esta rubrica incorpora os impactos das alterações de políticas contabilísticas e os impactos com origem na alienação de instrumentos de capital, bem como, a distribuição de rendimentos – “Additional Tier 1 Instruments”.

22. RESULTADOS ATRIBUÍVEIS AOS PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA-MÃE

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

| | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|--|--------------------------------|---|--------------------------------|---|
| | Lucro ou prejuízo do exercício | Contribuição para o resultado consolidado | Lucro ou prejuízo do exercício | Contribuição para o resultado consolidado |
| Lucro ou prejuízo do exercício da ST SGPS (atividade individual) | 1.508.288 | 1.508.288 | 54.499 | 54.499 |
| Lucro ou prejuízo do exercício das restantes empresas do Grupo: | | | | |
| Banco Santander Totta, S.A. | 603.685 | 603.449 | 303.343 | 303.214 |
| Totta (Ireland), Plc. | 4.028 | 4.026 | 8.278 | 8.274 |
| Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A. | 23.512 | 5.138 | 19.510 | 4.263 |
| Santander Totta Seguros, S.A. | 14.611 | 14.611 | 24.647 | 24.647 |
| Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A. | (10.105) | (10.101) | (4.748) | (4.746) |
| Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A. | 20.279 | 9.937 | 17.716 | 8.681 |
| Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A. | 11.654 | 5.710 | 9.404 | 4.608 |
| Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto | 3.395 | 2.672 | 3.960 | 3.117 |
| Taxagest, S.A. | (8) | (8) | (12) | (12) |
| Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A. | 196 | 196 | 323 | 323 |
| Mapfre Santander Portugal Co. Seguros | (470) | (235) | (2.870) | (1.435) |
| | | <u>635.395</u> | | <u>350.934</u> |
| Anulação de dividendos recebidos: | | | | |
| Banco Santander Totta, S.A. | | (1.505.904) | | - |
| Santander Totta Seguros, S.A. | | - | | (50.000) |
| Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A. | | - | | (26.258) |
| Totta (Ireland), PLC | | (8.734) | | (9.120) |
| Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A. | | (3.833) | | (4.702) |
| Aegon Santander Portugal Vida e Não Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A. | | (11.960) | | (9.814) |
| | | <u>(1.530.431)</u> | | <u>(99.894)</u> |
| Ajustamentos relacionados com operações de titularização | | (4.433) | | 62 |
| Outros | | (2.092) | | (6.987) |
| | | <u>(6.525)</u> | | <u>(6.925)</u> |
| | | <u>606.727</u> | | <u>298.614</u> |

Os resultados básicos por ação são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa mãe | 606.727 | 298.614 |
| Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas | 197.296.207.958 | 197.296.207.958 |
| Número médio ponderado de ações próprias em carteira | 120.933.572 | 117.049.943 |
| Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação | 197.176.826.021 | 197.181.828.336 |
| Resultado por ação básico atribuível aos proprietários da empresa mãe (em euros) | 0,0031 | 0,0015 |

Os resultados básicos por ação são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

23. PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS SEM CONTROLO

No exercício de 2022 e 2021, o valor dos interesses que não controlam em balanço e em resultados corresponde à proporção das participações de terceiros no capital da Sociedade.

24. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Garantias prestadas e outros passivos eventuais | | |
| Garantias e avales financeiros | 340.183 | 330.997 |
| Compromissos por crédito concedido | | |
| Revogáveis | 7.222.184 | 6.368.873 |
| Irrevogáveis | 812.140 | 565.988 |
| | <u>8.034.324</u> | <u>6.934.861</u> |
| Outros compromissos concedidos | | |
| Garantias e avales não financeiros | 1.485.832 | 1.346.113 |
| Créditos documentários abertos | 242.819 | 315.004 |
| Fundo de Garantia de Depósitos | 68.969 | 68.969 |
| Sistema de Indemnização aos Investidores | 6.539 | 6.736 |
| Outros compromissos concedidos | 84 | - |
| | <u>1.804.243</u> | <u>1.736.822</u> |
| | <u>10.178.750</u> | <u>9.002.680</u> |
| Ativos dados em garantia | | |
| Banco de Portugal | 146.457 | 152.926 |
| Fundo de Garantia de Depósitos | 81.046 | 78.205 |
| Sistema de Indemnização aos Investidores | 7.204 | 8.342 |
| Ativos dados em garantia por operações de política monetária | 12.087.705 | 16.496.874 |
| | <u>12.322.412</u> | <u>16.736.347</u> |
| Responsabilidades por prestação de serviços | | |
| Depósito e guarda de valores | 34.268.965 | 36.330.916 |
| Valores recebidos para cobrança | 631.286 | 617.382 |
| Outros valores | - | 151.679 |
| | <u>34.900.251</u> | <u>37.099.977</u> |

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à pool de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

As garantias prestadas e os compromissos por crédito concedido e os outros compromissos concedidos apresentam a seguinte exposição por stage:

| | 31-12-2022 | | | | | | | |
|------------------------------------|------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------------|--------------|---------------|---------------|
| | Exposição | | | | Imparidade (Nota 18) | | | |
| | Stage 1 | Stage 2 | Stage 3 | Total | Stage 1 | Stage 2 | Stage 3 | Total |
| Compromissos por crédito concedido | 7.497.591 | 528.207 | 8.526 | 8.034.324 | 6.710 | 4.960 | 28 | 11.698 |
| Garantias financeiras | 309.108 | 8.004 | 23.071 | 340.183 | 700 | 533 | 13.083 | 14.316 |
| Outros compromissos concedidos | 1.630.374 | 45.879 | 127.990 | 1.804.243 | 695 | 679 | 22.317 | 23.691 |
| | <u>9.437.073</u> | <u>582.090</u> | <u>159.587</u> | <u>10.178.750</u> | <u>8.105</u> | <u>6.172</u> | <u>35.428</u> | <u>49.705</u> |

| | 31-12-2021 | | | | | | | |
|------------------------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|----------------------|--------------|---------------|---------------|
| | Exposição | | | | Imparidade (Nota 18) | | | |
| | Stage 1 | Stage 2 | Stage 3 | Total | Stage 1 | Stage 2 | Stage 3 | Total |
| Compromissos por crédito concedido | 6.212.790 | 712.175 | 9.896 | 6.934.861 | 4.116 | 4.508 | 136 | 8.760 |
| Garantias financeiras | 291.621 | 12.285 | 27.091 | 330.997 | 595 | 602 | 15.258 | 16.455 |
| Outros compromissos concedidos | 1.542.903 | 44.599 | 149.320 | 1.736.822 | 666 | 580 | 24.718 | 25.964 |
| | <u>8.047.314</u> | <u>769.059</u> | <u>186.307</u> | <u>9.002.680</u> | <u>5.377</u> | <u>5.690</u> | <u>40.112</u> | <u>51.179</u> |

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como gasto no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 68.969 milhares de euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2022 e 2021, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 312 milhares de euros e 50 milhares de euros, respetivamente (Nota 34).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como gasto. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas responsabilidades ascendiam a 6.539 milhares de euros e 6.736 milhares de euros, respetivamente.

25. MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas de juros | | |
| Juros de disponibilidades em Bancos centrais e em instituições de crédito | 35.164 | 6 |
| Juros de ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 16 | 353 |
| Juros de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 135.684 | 135.362 |
| Juros de ativos financeiros pelo custo amortizado | | |
| Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito | 3.262 | 127 |
| Títulos de dívida | 52.863 | 53.243 |
| Empéstimos e adiantamentos- Clientes | 664.772 | 541.729 |
| Juros de recursos em Bancos Centrais e em instituições de crédito | 57.460 | 72.911 |
| Juros de derivados de cobertura | 225.951 | 205.090 |
| Outros | 1 | 1.224 |
| | <u>1.175.173</u> | <u>1.010.045</u> |
| Despesas com juros | | |
| Juros de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | |
| Depósitos - Instituições de crédito | (9.901) | (5.002) |
| Depósitos - Clientes | (10.476) | (6.360) |
| Títulos dívida emitidos | (80.258) | (40.503) |
| Juros sobre ativos de Bancos centrais e Instituições de crédito | (18.455) | (21.646) |
| Juros sobre ativos de Clientes | (25.938) | (2.428) |
| Juros de derivados de cobertura | (245.611) | (202.820) |
| Juros de passivos de locação | (468) | (398) |
| Outros | (1.211) | (1.246) |
| | <u>(392.318)</u> | <u>(280.403)</u> |
| | <u>782.855</u> | <u>729.642</u> |

26. RECEITAS DE DIVIDENDOS

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. | 3.643 | 1.533 |
| Outros | 182 | 4 |
| | <u>3.825</u> | <u>1.537</u> |

27. PARTE DOS LUCROS OU PREJUÍZOS DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS CONTABILIZADA PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Em empreendimentos conjuntos | | |
| AEGON Santander Portugal Vida | 9.937 | 4.608 |
| AEGON Santander Portugal Não Vida | 5.710 | 8.681 |
| Mapfre Santander Portugal Co. Seguros | <u>(235)</u> | <u>(1.435)</u> |
| | 15.412 | 11.854 |
| Em associadas | | |
| Lusimovest - Fundo de Investimento Imobiliário | - | 37 |
| Unicre - Instituição Financeira de Crédito | <u>5.140</u> | <u>4.194</u> |
| | <u>5.140</u> | <u>4.231</u> |
| | <u>20.552</u> | <u>16.085</u> |

28. RECEITAS E DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Receitas de taxas e comissões | 574.272 | 531.538 |
| Valores mobiliários | 16.778 | 15.250 |
| Serviços financeiros às empresas (corporate finance) | 881 | 4.359 |
| Gestão de ativos | 1.959 | 2.410 |
| Custódia | 4.770 | 5.271 |
| Serviços de pagamento | 292.092 | 271.494 |
| Recursos de clientes distribuídos mas não geridos | 159.602 | 147.055 |
| Instrumentos financeiros estruturados | 10.202 | 5.614 |
| Compromissos de empréstimo concedidos | 8.029 | 7.937 |
| Garantias financeiras concedidas | 4.021 | 5.354 |
| Empréstimos concedidos | 58.131 | 52.201 |
| Divisas | 111 | 77 |
| Outras receitas com taxas e comissões | 17.696 | 14.516 |
| Despesas com taxas e comissões | 104.012 | 104.957 |
| Valores mobiliários | 4.865 | 3.520 |
| Gestão de ativos | 3.767 | 3.833 |
| Serviços de pagamento | 71.954 | 70.964 |
| dos quais: cartões de crédito, de débito e outros cartões | 68.923 | 67.101 |
| Garantias financeiras recebidas | 4.042 | 4.193 |
| Outras despesas com taxas e comissões | 19.384 | 22.447 |

* apresentação do exercício de 2021 sofreu ligeiras alterações face ao anexo do ano anterior

29. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|---------------|----------------|
| Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido | 758 | 129.561 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | | |
| Instrumentos de dívida | 4 | 127.279 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado (Instrumentos de dívida) | | 2.243 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Instrumentos de dívida) | 754 | - |
| Outros | - | 39 |
| Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido | 9.732 | (4.409) |
| Instrumentos derivados | 9.732 | (4.409) |
| Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido | 2.540 | 3.550 |
| Títulos de dívida | - | 1.999 |
| Instrumentos de capital próprio (Nota 7) | 2.310 | 1.551 |
| Outros | 230 | - |
| Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido | - | - |
| Derivados de cobertura | 865.373 | (171.854) |
| Elemento coberto | (865.373) | 171.854 |
| Diferenças cambiais, valor líquido | 19.956 | 13.505 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os ganhos registados na rubrica "Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral" (Nota 8) foram justificados, essencialmente, pela alienação de obrigações de dívida pública.

30. GANHOS OU PERDAS COM O DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|---------------|---------------|
| Ganhos em propriedades de investimento | 1.098 | 665 |
| Ganhos em filiais excluídas da consolidação | - | 13.000 |
| Ganhos no desreconhecimento de linhas de negócio | 55.334 | - |
| Perdas em propriedades de investimento | (1.120) | (621) |
| | <u>55.312</u> | <u>13.044</u> |

No segundo semestre de 2022 o Banco transferiu a área de negócio de POS (*merchant acquiring*) para a Getnet Europe, Entidad de Pago, S.L.U. por 55.334 milhares de euros.

31. MARGEM BRUTA DA ATIVIDADE DE SEGUROS

A margem bruta de seguros apresenta a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro | 7.593 | 81.930 |
| Margem bruta da atividade de seguros | | |
| Prêmios brutos emitidos líquidos de resseguro | 2.958 | 4.514 |
| Comissões de resseguro cedido | 21.145 | 22.501 |
| Participação nos resultados de resseguro cedido | 618 | 553 |
| Gastos com sinistros líquidos de resseguro | (51.669) | (123.603) |
| <i>Variação das provisões p/ sinistros líquidas de resseguro</i> | (13) | 511 |
| <i>Outros Gastos com sinistros líquidos de resseguro</i> | (51.656) | (124.114) |
| Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro | 21.960 | 20.632 |
| Juros e rendimentos líquidos de ativos afetos a provisões técnicas | 9.858 | 9.942 |
| Ganhos líquidos de ativos afectos a provisões técnicas | 244 | (150) |
| Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas | (461) | (79) |
| | <u>4.653</u> | <u>(65.690)</u> |

As provisões técnicas compreendem os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos financeiros por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da atividade de seguros.

32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Outros receitas operacionais | | |
| Rendas auferidas | 8.699 | 10.290 |
| Rendimentos da prestação de serviços diversos | 1.860 | 2.323 |
| Variação de justo valor das propriedades de investimento | 1.912 | 2.455 |
| Outros | 6.253 | 5.780 |
| | <u>18.778</u> | <u>20.848</u> |
| Outras despesas operacionais | | |
| Variação de justo valor das propriedades de investimento | (3.118) | (3.109) |
| Encargos com clientes | (3.191) | (3.042) |
| Outros | (1.959) | (3.861) |
| | <u>(8.268)</u> | <u>(10.012)</u> |

No exercício de 2022 e 2021 a sub-rubrica "Rendas auferidas" inclui os montantes de 8.753 milhares de euros e 10.287 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest.

Na sub-rubrica "Encargos com clientes" são registados os gastos com fraude interna e externa.

33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Despesas com pessoal

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Salários e vencimentos | | |
| Órgãos de gestão e fiscalização | 7.627 | 6.563 |
| Empregados | 172.720 | 202.179 |
| Outras remunerações variáveis | 22.922 | 25.421 |
| | <u>203.269</u> | <u>234.163</u> |
| Encargos sociais obrigatórios | | |
| Encargos obrigatórios | 46.576 | 31.233 |
| Fundos de pensões (Nota 36) | 4.236 | 7.889 |
| Outros | 862 | 1.068 |
| | <u>51.674</u> | <u>40.190</u> |
| Outros gastos com pessoal | | |
| Transferências de pessoal | 1.127 | 1.162 |
| Plano complementar de reforma (Nota 36) | 459 | 370 |
| Outros | 6.853 | 6.195 |
| | <u>8.439</u> | <u>7.727</u> |
| | <u><u>263.382</u></u> | <u><u>282.080</u></u> |

Outras despesas administrativas

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Fornecimentos externos: | 6.551 | 7.502 |
| Serviços externos: | | |
| Serviços especializados | 44.583 | 73.050 |
| Manutenção de software e equipamento informático | 91.614 | 70.292 |
| Comunicações | 5.642 | 7.027 |
| Conservação e reparação | 2.677 | 3.771 |
| Publicidade e edição de publicações | 6.716 | 6.135 |
| Outras operações de locação (leasings de curto prazo e baixo valor) | 3.653 | 4.344 |
| Deslocações, estadas e representações | 3.022 | 2.183 |
| Transportes | 3.923 | 3.972 |
| Seguros | 2.254 | 1.891 |
| Outros serviços de terceiros | 4.098 | 5.892 |
| Quotizações e donativos | 379 | 6.845 |
| Outros impostos e taxas | 1.771 | 4.028 |
| | <u>176.883</u> | <u>196.932</u> |

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas e respetivas empresas da mesma rede nos exercícios de 2022 e 2021, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--|-----------|-------|-------|-----------|-------|-------|
| | Sociedade | Grupo | Total | Sociedade | Grupo | Total |
| Auditoria e revisão legal de contas | 211 | 2.516 | 2.727 | 131 | 1.830 | 1.961 |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 22 | 976 | 998 | 35 | 1.185 | 1.220 |
| Serviços de consultoria fiscal | - | - | - | - | - | - |
| Outros serviços | - | 462 | 462 | - | 389 | 389 |
| | 233 | 3.954 | 4.187 | 166 | 3.405 | 3.570 |

Os montantes acima correspondem aos contratados para o exercício, independentemente da sua data de faturação.

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- i) Avaliação da imparidade da carteira de crédito do Banco, de acordo com o requerido pela Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
- ii) Revisão limitada à informação financeira trimestral do Banco (1º e 3º trimestres de 2022 e de 2021) preparada para efeitos da consolidação do Banco Santander, S.A.;
- iii) Revisão dos procedimentos de salvaguarda de bens de clientes do Banco, de acordo com o requerido pelo Artigo 304.º – C do Código dos Valores Mobiliários;
- iv) Verificação da informação relativa às obrigações hipotecárias do Banco, de acordo com o requerido pelo Artigo 34º do Decreto-Lei nº 59/2006, de 20 de março;
- v) Verificação da informação relativa às obrigações cobertas do Banco, de acordo com o requerido na alínea b) do nº1 do Artigo 17º do Regime Jurídico das Obrigações Cobertas;
- vi) Verificação da informação relativa a operações de política monetária do Banco, de acordo com o requerido no artigo 101º A da Instrução n.º 3/2015 do Banco de Portugal;
- vii) Verificação da informação relativa a operações de política monetária do Banco, de acordo com o requerido nos artigos 100º e 100º A da Instrução n.º 3/2015 do Banco de Portugal;
- viii) Revisão do sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo do Banco, de acordo com o requerido no Aviso nº 1/2022 do Banco de Portugal;
- ix) Procedimentos de validação do relatório anual de fluxos financeiros para efeitos da certificação do IFRRU 2020 do Banco;
- x) Apoio à Comissão de Auditoria do Banco no âmbito do seu relatório de autoavaliação requerido pelo Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal nos termos previstos no n.º 3 do artigo 56.º do referido Aviso;
- xi) Verificação da informação relativa aos reportes sobre operações de refinanciamento de prazo alargado direccionadas (TLTRO III) do Banco;
- xii) Apoio ao Conselho Fiscal da Sociedade no âmbito do seu relatório de autoavaliação requerido pelo Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal nos termos previstos no n.º 3 do artigo 56.º do referido Aviso; e
- xiii) Serviço de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial na Santander Totta Seguros.

A rubrica de Outros serviços inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- i) Emissão de comfort letter para a atualização dos prospetos sobre o programa de obrigações hipotecárias e EMTN;
- ii) Revisão da informação apresentada no relato de sustentabilidade do Banco;
- iii) Acesso à base de dados Inforfisco contendo informação sobre legislação fiscal, doutrinas e decisões de tribunais;

- iv) Procedimentos acordados sobre a informação dos créditos incluídos em operações de titularização sintética do Banco; e
- v) Procedimentos acordados sobre o reporte ex-ante ao Fundo Único de Resolução do Banco.

34. CONTRIBUIÇÕES EM NUMERÁRIO PARA FUNDOS DE RESOLUÇÃO E SISTEMAS DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Contribuições para o Fundo de Resolução | | |
| Fundo de Resolução Nacional | 12.552 | 12.853 |
| Fundo Único de Resolução | 28.354 | 24.776 |
| Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos | 312 | 50 |
| Outros | 440 | - |
| | <u>41.658</u> | <u>37.679</u> |

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

No âmbito do mecanismo único de Resolução as contribuições anuais serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do seu perfil de risco. Nos exercícios de 2022 e 2021 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para estes exercícios, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição anual. A contribuição anual ascendeu a 33.358 milhares de euros e 29.149 milhares de euros, respetivamente.

35. LUCROS OU PREJUÍZOS COM ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA NÃO ELEGÍVEIS COMO UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | | | <u>31-12-2021</u> | | |
|----------------------------------|-------------------|-----------------|---------------|-------------------|-----------------|---------------|
| | Ganhos | Perdas | Líquido | Ganhos | Perdas | Líquido |
| Em ativos recebidos em dação | 8.535 | (19.826) | (11.291) | 7.777 | (556) | 7.221 |
| Em outros ativos não financeiros | 62.890 | (31.739) | 31.151 | 24.841 | (18.029) | 6.812 |
| | <u>71.425</u> | <u>(51.565)</u> | <u>19.860</u> | <u>32.618</u> | <u>(18.585)</u> | <u>14.033</u> |

36. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco (planos Santander, BAPOP e Banif) relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes gastos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

| | Santander | | BAPOP | | Banif | |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| Estimativa das responsabilidades por serviços passados: | | | | | | |
| - Pensões | | | | | | |
| . Empregados no ativo | 145.899 | 237.145 | 62.417 | 86.279 | 9.442 | 16.185 |
| . Pensionistas | 61.044 | 59.716 | 6.870 | 7.444 | 10.749 | 11.433 |
| . Reformados e reformados antecipadamente | 590.938 | 679.673 | 62.978 | 78.691 | 95.620 | 117.174 |
| | 797.881 | 976.534 | 132.265 | 172.414 | 115.811 | 144.792 |
| - Cuidados de saúde (SAMS) | 128.503 | 166.240 | 8.068 | 12.505 | 14.658 | 20.740 |
| - Subsídio por morte | 4.147 | 6.162 | 386 | 697 | 398 | 597 |
| - Prémio na reforma | 5.345 | 7.010 | - | - | 683 | 979 |
| | 935.876 | 1.155.946 | 140.719 | 185.616 | 131.550 | 167.108 |
| Cobertura das responsabilidades: | | | | | | |
| - Valor patrimonial do Fundo | 1.008.553 | 1.164.211 | 173.365 | 194.073 | 91.671 | 92.220 |
| Valor financiado em excesso / (não financiado) (Nota 14/Nota 20) | 72.677 | 8.265 | 32.646 | 8.457 | (39.879) | (74.888) |
| Desvios actuariais e financeiros gerados no ano | | | | | | |
| - Alteração de pressupostos | (211.728) | - | (43.691) | - | (29.606) | - |
| - Ajustamentos de experiência: | | | | | | |
| . Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais | 32.573 | 8.430 | 586 | 1.077 | (6.548) | (3.167) |
| . (Ganhos)/ Perdas financeiras | 108.228 | (45.334) | 18.611 | (7.038) | 22.962 | 1.149 |
| | 140.801 | (36.904) | 19.197 | (5.961) | 16.414 | (2.018) |
| | (70.927) | (36.904) | (24.494) | (5.961) | (13.192) | (2.018) |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma foram os seguintes:

| Tábua de mortalidade | 2022 | 2021 |
|---|--------------------------|--------------------------|
| . Feminina | TV 99/01 ⁽⁻²⁾ | TV 88/90 ⁽⁻¹⁾ |
| . Masculina | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões | 3,70% | 1,10% |
| Taxa técnica atuarial (taxa de desconto) | 3,70% | 1,10% |
| Taxa de crescimento salarial | | |
| . Ano 2023 | 3,00% | |
| . Ano 2024 | 2,50% | 0,75% |
| . Ano 2025 | 2,00% | |
| . Após 2025 | 0,75% | |
| Taxa de crescimento das pensões | | |
| . Ano 2023 | 2,75% | |
| . Ano 2024 | 2,25% | 0,50% |
| . Ano 2025 | 1,75% | |
| . Após 2025 | 0,50% | |
| Taxa de inflação | 0,45% | 0,45% |

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social, deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no exercício de 2022 e 2021, pode ser detalhado como se segue:

| | Santander | | BAPOP | | Banif | |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| Responsabilidades no início do exercício | 1.155.946 | 1.123.784 | 185.616 | 181.921 | 167.108 | 160.544 |
| Gasto dos serviços correntes | 2.507 | 5.462 | 714 | 1.363 | - | - |
| Gasto dos juros | 12.256 | 11.940 | 1.673 | 1.638 | - | - |
| (Ganhos)/perdas atuariais | (179.155) | 8.430 | (43.105) | 1.077 | (36.154) | (3.168) |
| Reformas antecipadas | 8.415 | 81.386 | 405 | 10.139 | 596 | 9.732 |
| Valores pagos | (66.324) | (60.193) | (5.077) | (4.182) | - | - |
| Outros | - | (17.352) | - | (6.953) | - | - |
| Contribuições dos empregados | 2.231 | 2.489 | 493 | 613 | - | - |
| Responsabilidades no fim do período | 935.876 | 1.155.946 | 140.719 | 185.616 | 131.550 | 167.108 |

O gasto do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o gasto dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. No exercício de 2022 e 2021, os gastos com pensões têm a seguinte composição (Nota 33):

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|------------|------------|
| Gasto dos serviços correntes | 3.221 | 6.825 |
| Gasto dos juros | 13.929 | 13.578 |
| Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto | (13.929) | (13.578) |
| Plano de benefício definido | 3.221 | 6.825 |
| Plano de contribuição definida | 988 | 938 |
| Plano da Sucursal de Londres | 27 | 126 |
| | 4.236 | 7.889 |

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição, com exceção do Banif que detém um Fundo de contribuição definida.

Em 2023 o Banco espera uma contribuição de 2.835 milhares de euros para o plano de benefício do Santander, BAPOP e Banif.

O crescimento de salários e pensões estimados foram determinados tendo presente o rácio histórico entre a inflação e o crescimento da tabela ACT.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do Santander, BAPOP e Banif é de 14 anos, incluindo ativos e reformados.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| | Santander | | BAPOP | | Banif | |
|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| Desvios no início do exercício | 758.860 | 795.764 | 1.503 | 7.464 | 41.238 | 43.256 |
| (Ganhos)/perdas atuariais | (179.155) | 8.430 | (43.105) | 1.077 | (36.154) | (3.167) |
| (Ganhos)/perdas financeiras | 108.228 | (45.334) | 18.611 | (7.038) | 22.962 | 1.149 |
| Desvios no final do período | 687.937 | 758.860 | (22.991) | 1.503 | 28.046 | 41.238 |

O Fundo de Pensões do Santander e do Banif (desde outubro de 2022) é gerido pela Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e o Fundo de Pensões do BAPOP é gerido pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A..

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o número de participantes dos Fundos era o seguinte:

| | Santander | | BAPOP | | Banif | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| Empregados no ativo | | | | | | |
| Plano de benefício definido | 3.137 | 3.272 | 636 | 674 | 156 | 159 |
| Plano de contribuição definida | 561 | 496 | 94 | 98 | 551 | 577 |
| Pensionistas | 1.365 | 1.333 | 31 | 31 | 122 | 100 |
| Reformados e reformados antecipadamente | 6.052 | 6.113 | 215 | 210 | 672 | 695 |
| | 11.115 | 11.214 | 976 | 1.013 | 1.501 | 1.531 |

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2022 e 2021, foram as seguintes:

| | Ativos | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------|-------|-------|-----------------------------|-------|-------|---|-------|-------|--------------|-------|-------|
| | Plano de contribuição definida | | | Plano de benefício definido | | | Reformados e reformados antecipadamente | | | Pensionistas | | |
| | Santander | Bapop | Banif | Santander | Bapop | Banif | Santander | Bapop | Banif | Santander | Bapop | Banif |
| | | | | | | | | | | | | |
| Número total em 31 de dezembro de 2020 | 460 | 119 | 710 | 3.885 | 723 | 194 | 5.773 | 157 | 648 | 1.282 | 34 | 99 |
| Saídas: | | | | | | | | | | | | |
| . De ativos | (51) | (21) | (110) | (146) | (3) | - | - | - | - | (12) | (3) | (3) |
| . Por mortalidade | - | - | (2) | (4) | - | - | (158) | - | (2) | (47) | - | (2) |
| . Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | (16) | - | - | - |
| Transferências | - | - | (21) | (463) | (46) | (35) | 463 | 46 | 56 | - | - | - |
| Entradas | 87 | - | - | - | - | - | 35 | 7 | 9 | 110 | - | 6 |
| Número total em 31 de dezembro de 2021 | 496 | 98 | 577 | 3.272 | 674 | 159 | 6.113 | 210 | 695 | 1.333 | 31 | 100 |
| Saídas: | | | | | | | | | | | | |
| . De ativos | (67) | (4) | (24) | (81) | (33) | (1) | - | - | - | (10) | (5) | (2) |
| . Por mortalidade | - | - | - | (5) | - | - | (139) | (2) | (18) | (49) | - | (5) |
| . Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | (14) | - | - | - |
| Transferências | (1) | - | (2) | (52) | (5) | (2) | 53 | 5 | 4 | - | - | - |
| Entradas | 133 | - | - | 3 | - | - | 25 | 2 | 5 | 91 | 5 | 29 |
| Número total em 31 de dezembro de 2022 | 561 | 94 | 551 | 3.137 | 636 | 156 | 6.052 | 215 | 672 | 1.365 | 31 | 122 |

O movimento ocorrido nos Fundos de Pensões do Banco durante os exercícios de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| | Santander | | BAPOP | | Banif | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| Valor do Fundo no início do período | 1.164.211 | 1.143.046 | 194.073 | 186.718 | 92.220 | 93.369 |
| Contribuições do Banco (monetárias) | 4.407 | 21.595 | 814 | 2.248 | 22.413 | - |
| Contribuições dos empregados | 2.231 | 2.489 | 493 | 613 | - | - |
| Rendimento líquido do Fundo | | | | | | |
| Rendimento dos ativos apurados com a taxa de desconto | 12.256 | 11.940 | 1.673 | 1.638 | - | - |
| Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto | (108.228) | 45.334 | (18.611) | 7.038 | (22.962) | (1.149) |
| Valores pagos | (66.324) | (60.193) | (5.077) | (4.182) | - | - |
| Valor do Fundo no final do período | 1.008.553 | 1.164.211 | 173.365 | 194.073 | 91.671 | 92.220 |

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões ascenderam em 2022 a -8,4% no Santander, -8,21% no BAPOP e -13,7% no Banif e em 2021 a 5,13% no Santander, 5,27% no BAPOP e 7,24% no Banif.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões em vigor prevê os seguintes limites:

| Classe de ativos | Intervalos previstos |
|------------------|----------------------|
| Obrigações | 40% a 95% |
| Imobiliário | 0% a 25% |
| Ações | 0% a 20% |
| Liquidez | 0% a 15% |
| Alternativos | 0% a 10% |
| Commodities | 0% a 5% |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição dos Fundos de Pensões era como segue:

| | Santander | | BAPOP | | Banif |
|--|------------------|------------------|----------------|----------------|---------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 | 31-12-2021 | 31-12-2022 |
| Instrumentos de dívida: | | | | | |
| . Rating A | 28.827 | 46.393 | 7.565 | 9.672 | 23.818 |
| . Rating AA | 22.644 | 5.233 | 5.367 | 843 | 2.216 |
| . Rating AAA | 24.691 | 783 | 6.055 | 91 | - |
| . Rating BBB | 300.806 | 426.870 | 74.400 | 85.689 | 2.074 |
| . Rating BB | 18.270 | 40.584 | 3.354 | 8.046 | 5.015 |
| . Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor | 11.427 | 17.311 | 1.024 | 1.127 | 457 |
| Fundos de Investimento Imobiliário | 93.840 | 118.103 | 691 | 926 | - |
| Fundos de Investimento Mobiliário | 453.468 | 427.943 | 67.849 | 76.366 | 40.947 |
| Depósitos | 16.926 | 37.521 | 6.595 | 7.101 | 3.886 |
| Imóveis | | | | | |
| . Espaços comerciais | 19.634 | 19.551 | - | - | 12.456 |
| . Terrenos | 1.297 | 1.297 | - | - | - |
| Instrumentos de capital: | | | | | |
| . Ações portuguesas – cotadas | - | - | - | - | 872 |
| . Ações estrangeiras – cotadas | - | 79 | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivados | | | | | |
| | 293 | 1.954 | - | 210 | - |
| Outros | | | | | |
| | 16.430 | 20.589 | 465 | 4.002 | (70) |
| | <u>1.008.553</u> | <u>1.164.211</u> | <u>173.365</u> | <u>194.073</u> | <u>91.671</u> |

A metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pelas Sociedades Gestoras, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 39), foi como segue:

| | 31-12-2022 | | | | 31-12-2021 | | | |
|------------------------------------|------------------|----------|----------------|------------------|------------------|----------|----------------|------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Instrumentos de dívida | 525.102 | - | 12.908 | 538.010 | 624.204 | - | 18.438 | 642.642 |
| Fundos de investimento | 562.264 | - | 94.531 | 656.795 | 504.309 | - | 119.029 | 623.338 |
| Instrumentos de capital | - | - | 872 | 872 | 79 | - | - | 79 |
| Instrumentos financeiros derivados | 293 | - | - | 293 | 2.164 | - | - | 2.164 |
| Imóveis | - | - | 33.387 | 33.387 | - | - | 20.848 | 20.848 |
| Outros | - | - | 44.232 | 44.232 | - | - | 69.213 | 69.213 |
| | <u>1.087.659</u> | <u>-</u> | <u>185.930</u> | <u>1.273.589</u> | <u>1.130.756</u> | <u>-</u> | <u>227.528</u> | <u>1.358.284</u> |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|----------------|----------------|
| Imóveis arrendados | 13.446 | 14.253 |
| Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos) | 200.151 | 189.719 |
| | <u>213.597</u> | <u>203.972</u> |

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. Nos exercícios de 2022 e 2021 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 459 milhares de euros e 370 milhares de euros respetivamente (Nota 33).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifiquem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Plano de pensões de benefício definido – ex-Sucursal de Londres

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco foram os seguintes:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|--|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | 100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light | 100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light |
| Tábua de mortalidade | | |
| Taxa técnica atuarial (taxa de desconto) | 4,8% | 1,8% |
| Taxa de crescimento salarial | 3,0% | 3,2% |
| Taxa de crescimento das pensões | 2,2% | 2,2% |
| Taxa de inflação | 3,0% | 3,2% |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Estimativa das responsabilidades por serviços passados | 31.143 | 52.915 |
| Cobertura das responsabilidades: | <u>32.231</u> | <u>49.938</u> |
| Valor financiado em excesso / (não financiado) (Nota 14)/(Nota 20) | <u>1.088</u> | <u>(2.977)</u> |

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no exercício de 2022 e 2021, pode ser detalhado como se segue:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Responsabilidades no início do exercício | 52.915 | 56.628 |
| Gasto dos serviços correntes | 27 | 25 |
| Gasto dos juros | 891 | 718 |
| (Ganhos)/perdas atuariais | (21.476) | (2.445) |
| Valores pagos | <u>(1.214)</u> | <u>(2.011)</u> |
| Responsabilidades no fim do período | <u>31.143</u> | <u>52.915</u> |

O movimento ocorrido no Fundo no exercício de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|---------------|---------------|
| Valor patrimonial no início do exercício | 49.938 | 48.718 |
| Rendimento líquido do fundo: | | |
| . Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto | 865 | 616 |
| . Rendimento do Fundo acima/(abaixo) da taxa de desconto | (17.374) | 2.598 |
| Contribuição do Banco | 16 | 17 |
| Valores pagos | (1.214) | (2.011) |
| Valor patrimonial no final do período | <u>32.231</u> | <u>49.938</u> |

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no exercício de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--------------------------------|--------------|---------------|
| Desvios no início do exercício | 11.530 | 16.573 |
| (Ganhos)/perdas atuariais | (21.476) | (2.445) |
| (Ganhos)/perdas financeiras | 17.374 | (2.598) |
| Desvios no final do período | <u>7.428</u> | <u>11.530</u> |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a carteira do Fundo de Pensões da ex-Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|-------------------------|---------------|---------------|
| Instrumentos de dívida | 11.784 | 20.243 |
| Instrumentos de capital | 12.503 | 21.800 |
| Outros | 7.944 | 7.895 |
| Valor do Fundo | <u>32.231</u> | <u>49.938</u> |

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- **Risco de investimento** – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- **Risco de taxa de juro** – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- **Risco de longevidade** – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- **Risco de salário** – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor das responsabilidades por serviços passados do Santander, BAPOP e Banif.

| | 2022 | | 2021 | |
|--|----------------------|----------|----------------------|-----------|
| | (Redução)/ Acréscimo | | (Redução)/ Acréscimo | |
| | em % | em valor | em % | em valor |
| Alteração da taxa de desconto: | | | | |
| . Acréscimo de 0,5% | (5,3%) | (63.722) | (6,6%) | (99.058) |
| . Redução de 0,5% | 5,8% | 70.438 | 7,4% | 111.395 |
| Alteração da taxa de crescimento salarial: | | | | |
| . Acréscimo de 0,5% | 2,5% | 30.593 | 3,8% | 57.122 |
| . Redução de 0,5% | (2,1%) | (25.467) | (3,2%) | (48.252) |
| Alteração da taxa de crescimento das pensões: | | | | |
| . Acréscimo de 0,5% | 6,9% | 83.810 | 8,1% | 122.373 |
| . Redução de 0,5% | (6,3%) | (76.451) | (7,3%) | (110.531) |
| Alteração da tábua de mortalidade: | | | | |
| . Mais dois anos | (5,1%) | (61.935) | (6,6%) | (100.126) |
| . Menos dois anos | 5,0% | 60.777 | 6,7% | 101.757 |

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

37. OPERACÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre julho de 2003 e janeiro de 2018, o Banco procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de treze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 25.450.000 milhares de euros. Nas operações mais antigas os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC. Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo Banco ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5. Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos (Gamma STC), tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O Banco continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) emitiram unidades de titularização, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) FTC entregam todos os montantes recebidos do Banco e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

| Hipototta nº 4 PLC | | | | | | | | |
|--------------------|------------------|----------------|--------|--|-------------------|------------------------------|---|-----------------------------|
| Divida emitida | Montante | | Rating | | Data de reembolso | Data de reembolso antecipado | Remuneração | |
| | Inicial | Atual | Fitch | | | | Até ao reembolso antecipado | Após o reembolso antecipado |
| Classe A | 2.616.040 | 336.378 | A+ | | setembro de 2048 | dezembro de 2014 | Euribor 3 meses + 0,12% | Euribor 3 meses + 0,24% |
| Classe B | 44.240 | 12.238 | A+ | | setembro de 2048 | dezembro de 2014 | Euribor 3 meses + 0,19% | Euribor 3 meses + 0,40% |
| Classe C | 139.720 | 38.649 | BB+ | | setembro de 2048 | dezembro de 2014 | Euribor 3 meses + 0,29% | Euribor 3 meses + 0,58% |
| | <u>2.800.000</u> | <u>387.265</u> | | | | | | |
| Classe D | 14.000 | 7.000 | NR | | setembro de 2048 | dezembro de 2014 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada | |
| | <u>2.814.000</u> | <u>394.265</u> | | | | | | |

| Hipototta nº 5 PLC | | | | | | | | |
|--------------------|------------------|----------------|--------|---------|-------------------|------------------------------|---|-----------------------------|
| Divida emitida | Montante | | Rating | | Data de reembolso | Data de reembolso antecipado | Remuneração | |
| | Inicial | Atual | S&P | Moody's | | | Até ao reembolso antecipado | Após o reembolso antecipado |
| Classe A1 | 200.000 | - | | | fevereiro de 2060 | fevereiro de 2014 | Euribor 3 meses + 0,05% | Euribor 3 meses + 0,10% |
| Classe A2 | 1.693.000 | 302.026 | A | Aa2 | fevereiro de 2060 | fevereiro de 2014 | Euribor 3 meses + 0,13% | Euribor 3 meses + 0,26% |
| Classe B | 26.000 | 26.000 | A | Aa2 | fevereiro de 2060 | fevereiro de 2014 | Euribor 3 meses + 0,17% | Euribor 3 meses + 0,34% |
| Classe C | 24.000 | 24.000 | A | Aa2 | fevereiro de 2060 | fevereiro de 2014 | Euribor 3 meses + 0,24% | Euribor 3 meses + 0,48% |
| Classe D | 26.000 | 26.000 | A | A3 | fevereiro de 2060 | fevereiro de 2014 | Euribor 3 meses + 0,50% | Euribor 3 meses + 1,00% |
| Classe E | 31.000 | 31.000 | A | Ba2 | fevereiro de 2060 | fevereiro de 2014 | Euribor 3 meses + 1,75% | Euribor 3 meses + 3,50% |
| | <u>2.000.000</u> | <u>409.026</u> | | | | | | |
| Classe F | 10.000 | 6.000 | CCC- | Ca | fevereiro de 2060 | fevereiro de 2014 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada | |
| | <u>2.010.000</u> | <u>415.026</u> | | | | | | |

As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O Banco tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o Banco tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D do Hipototta nº 4 e as obrigações da classe F do Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os gastos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo Banco, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o Banco e os Hipotottas, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados “*Swap Agreements*” entre o Grupo Santander e veículos de titularização, e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Operações de titularização geridas pela Gamma, STC

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif, o Banco adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos titularizados e obrigações emitidas.

Atlantes Mortgage nº 2

Operação concretizada em março de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

| Atlantes Mortgage nº 2 | | | | | | |
|------------------------|----------------|----------------|--------|-------|-------------------|---|
| Dívida emitida | Montante | | Rating | | Data de reembolso | Remuneração |
| | Inicial | Atual | S&P | Fitch | | Até ao reembolso antecipado |
| Classe A | 349.100 | 78.170 | AA+ | AA | setembro de 2060 | Euribor 3 meses + 0,33% |
| Classe B | 18.400 | 9.732 | AA+ | AA | setembro de 2060 | Euribor 3 meses + 0,95% |
| Classe C | 7.500 | 3.967 | A+ | A+ | setembro de 2060 | Euribor 3 meses + 1,65% |
| | <u>375.000</u> | <u>91.869</u> | | | | |
| Classe D | 16.125 | 8.351 | NR | NR | setembro de 2060 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| | <u>391.125</u> | <u>100.220</u> | | | | |

Atlantes Mortgage nº 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

| Atlantes Mortgage nº 3 | | | | | | |
|------------------------|----------------|----------------|--------|-------|-------------------|---|
| Dívida emitida | Montante | | Rating | | Data de reembolso | Remuneração |
| | Inicial | Atual | S&P | Fitch | | Até ao reembolso antecipado |
| Classe A | 558.600 | 136.696 | AA+ | AA | agosto de 2061 | Euribor 3 meses + 0,2% |
| Classe B | 41.400 | 19.604 | NR | NR | agosto de 2061 | Euribor 3 meses + 0,5% |
| | <u>600.000</u> | <u>156.300</u> | | | | |
| Classe C | 57.668 | 35.224 | NR | NR | agosto de 2061 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| | <u>657.668</u> | <u>191.524</u> | | | | |

Atlantes Mortgage nº 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

| Atlantes Mortgage nº 4 | | | | | | |
|------------------------|----------------|----------------|--------|-------|-------------------|---|
| Divida emitida | Montante | | Rating | | Data de reembolso | Remuneração |
| | Inicial | Atual | S&P | Fitch | | Até ao reembolso antecipado |
| Classe A | 514.250 | 151.420 | AA+ | AA | dezembro de 2064 | Euribor 3 meses + 0,15% |
| Classe B | 35.750 | 16.675 | NR | NR | dezembro de 2064 | Euribor 3 meses + 0,3% |
| | <u>550.000</u> | <u>168.095</u> | | | | |
| Classe C | 74.250 | 46.716 | NR | NR | dezembro de 2064 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| | <u>624.250</u> | <u>214.811</u> | | | | |

Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

| Hipototta 13 | | | | | | |
|----------------|------------------|------------------|--------|--------|-------------------|---|
| Divida emitida | Montante | | Rating | | Data de reembolso | Remuneração |
| | Inicial | Atual | S&P | Fitch | | Até ao reembolso antecipado |
| Classe A | 1.716.000 | 680.230 | NR | A+(sf) | outubro 2072 | Euribor 3 m + 0,6% |
| Classe B | 484.000 | 484.000 | NR | NR | outubro 2072 | Euribor 3 m + 1% |
| | <u>2.200.000</u> | <u>1.164.230</u> | | | | |
| Classe C | 66.000 | 36.253 | NR | NR | outubro 2072 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| | <u>2.266.000</u> | <u>1.200.483</u> | | | | |
| VFN | 0,001 | 0,001 | NR | NR | outubro 2072 | Sem remuneração |

Consumer Totta 1

Em setembro de 2022 o Banco concretizou uma titularização no montante de 628.207 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos ao consumo da carteira que se encontra em modelos avançados para efeitos de rácio de capital do Banco. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Consumer Totta 1 classe A a F e X com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade colocadas em mercado com exceção da classe X (*excess spread*) que foi adquirida pelo Banco. Esta operação terá um período de *revolving* de um ano e para efeitos de capital esta operação apresenta uma transferência significativa de risco.

Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e a Gamma e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

| Consumer Totta 1 classe A | | | | | | |
|---------------------------|----------------|----------------|--------|---------|-------------------|---|
| Divida emitida | Montante | | Rating | | Data de reembolso | Remuneração Até ao reembolso antecipado |
| | Inicial | Atual | S&P | Fitch | | |
| Classe A | 520.000 | 520.000 | NR | AA+(sf) | junho 2033 | 3mth Euribor + 0,80% |
| Classe B | 25.000 | 25.000 | NR | AA-(sf) | junho 2033 | 3mth Euribor + 1,10% |
| Classe C | 40.000 | 40.000 | NR | A(sf) | junho 2033 | 3mth Euribor +2% |
| Classe D | 25.000 | 25.000 | NR | BB+(sf) | junho 2033 | 3mth Euribor + 8% |
| Classe E | 40.000 | 40.000 | NR | NR | junho 2033 | 3mth Euribor + 11,85% |
| Classe F | 6.500 | 6.500 | NR | NR | junho 2033 | 3mth Euribor + 12,5% |
| | <u>656.500</u> | <u>656.500</u> | | | | |
| Classe X | 9.430 | 9.430 | NR | NR | junho 2033 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| | <u>665.930</u> | <u>665.930</u> | | | | |

Durante o exercício de 2021 foi liquidada a operação Azor Mortgage Nº 1 e durante o ano de 2022 foram liquidadas as operações da Azor Mortgage Nº2 e Atlantes Mortgage Nº5 e Nº7.

38. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2022 foram as seguintes:

| Nome da entidade relacionada | Sede |
|--|----------|
| <u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u> | |
| Banco Santander, S.A. | Espanha |
| <u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u> | |
| Banco Santander Totta, S.A. | Portugal |
| Gamma - Sociedade de Titularização Créditos, S.A. | Portugal |
| Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest | Portugal |
| Taxagest,SGPS, S.A. | Portugal |
| Totta (Ireland), PLC | Irlanda |
| Santander Totta Seguros - Compª de Seguros De Vida, S.A. | Portugal |
| Totta Urbe - Emp. Admin. e Construções, S.A. | Portugal |
| <u>Empresas significativamente influenciadas e empresas conjuntamente controladas pelo Grupo</u> | |
| Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A. | Portugal |
| Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A. | Portugal |
| Unicre - Instituição Financeira de Crédito | Portugal |
| Mapfre Santander Portugal-Companhia de Seguros | Portugal |
| <u>Entidades de Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u> | |
| Hipototta NO. 4 PLC | Irlanda |
| Hipototta NO. 4 FTC | Portugal |
| Hipototta NO. 5 PLC | Irlanda |
| Hipototta NO. 5 FTC | Portugal |
| Operações de Securitização geridas pela Gamma STC | Portugal |

| Nome da entidade relacionada | Sede |
|---|-------------|
| Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sob controlo comum com o Grupo | |
| Abbey National Treasury Services plc | Reino Unido |
| Banco Santander (México), S.A. | México |
| Banco Santander (Suisse), S.A. | Suíça |
| Banco Santander Brasil, S.A. | Brasil |
| Bank Zachodni WBK SA | Polónia |
| CACEIS | França |
| CCPT - ComprarCasa Rede Serviços Imobiliários, S.A. | Portugal |
| Consulteam (Banco Popular España) | Portugal |
| Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A. | Portugal |
| Gesban Servicios Administrativos Globais | Espanha |
| Getnet Europe, Entidad de Pago, S.L. Unipersonal | Espanha |
| Ibérica de Compras Corporativas | Espanha |
| Open Bank Santander Consumer S.A. | Espanha |
| PagoNxt Trade Services, S.L. | Espanha |
| Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A. | Portugal |
| Santander Consumer Services, S.A. | Portugal |
| Retama Real Estate, S.L. | Espanha |
| Santander Asset Management SGFIM, S.A. | Portugal |
| Santander Asset Management, S.A. SGIC. | Espanha |
| Santander Back-Office Globales Mayorista | Espanha |
| Santander Bank & Trust Ltd. | Bahamas |
| Santander Bank, National Association | EUA |
| Santander Consumer Bank AG | Alemanha |
| Santander Consumer Finance S.A. | Espanha |
| Santander Global Facilities, S.L. | Espanha |
| Santander Global Technology, S.L. | Espanha |
| Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. | Portugal |
| UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda. | Portugal |
| Union de Créditos Inmobiliários, SA | Espanha |

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2021 foram as seguintes:

| Nome da entidade relacionada | Sede |
|--|----------|
| <u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u> | |
| Banco Santander, S.A. | Espanha |
| <u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u> | |
| Banco Santander Totta, S.A. | Portugal |
| Gamma - Sociedade de Titularização Créditos, S.A. | Portugal |
| Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest | Portugal |
| Taxagest, SGPS, S.A. | Portugal |
| Totta (Ireland), PLC | Irlanda |
| Santander Totta Seguros - Comp ^a de Seguros De Vida, S.A. | Portugal |
| Totta Urbe - Emp. Admin. e Construções, S.A. | Portugal |
| <u>Empresas significativamente influenciadas e empresas conjuntamente controladas pelo Grupo</u> | |
| Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A. | Portugal |
| Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A. | Portugal |
| Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliário | Portugal |
| Unicre - Instituição Financeira de Crédito | Portugal |
| Mapfre Santander Portugal, Companhia Seguros | Portugal |
| <u>Entidades de Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u> | |
| Hipototta NO. 4 PLC | Irlanda |
| Hipototta NO. 4 FTC | Portugal |
| Hipototta NO. 5 PLC | Irlanda |
| Hipototta NO. 5 FTC | Portugal |
| Operações de Securitização geridas pela Gamma STC | Portugal |

| Nome da entidade relacionada | Sede |
|---|-------------|
| Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sob controlo comum com o Grupo | |
| Abbey National Treasury Services plc | Reino Unido |
| All Funda Bank, SA | Espanha |
| Banco Santander (México), S.A. | México |
| Banco Santander (Suisse), S.A. | Suíça |
| Banco Santander Brasil, S.A. | Brasil |
| Banco Santander Consumer Portugal S.A. | Portugal |
| Bank Zachodni WBK SA | Polónia |
| Consulteam - Consultores de gestão, Lda | Portugal |
| Caceis | França |
| Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A. | Portugal |
| Gesban Servicios Administrativos Globais | Espanha |
| Ibérica de Compras Corporativas | Espanha |
| Ingeniería de Software Bancário, S.L. | Espanha |
| Open Bank Santander Consumer S.A. | Espanha |
| Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A. | Portugal |
| Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. | Espanha |
| Santander Consumer Services, S.A. | Portugal |
| Retama Real Estate, S.L. | Espanha |
| Santander Asset Management, S.A. SGIIIC. | Espanha |
| Santander Back-Office Globales Mayorista | Espanha |
| Santander Bank & Trust Ltd. | Bahamas |
| Santander Bank, National Association | EUA |
| Santander Consumer Bank AG | Alemanha |
| Santander Consumer Finance S.A. | Espanha |
| Santander Consumer, EFC, S.A. | Espanha |
| Santander Asset Management SGFIM, S.A. | Portugal |
| Santander Global Technology, S.L. | Espanha |
| Santander Investment, S.A. | Espanha |
| Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. | Portugal |
| Santander Securities Services, S.A. | Espanha |
| Santander Global Facilities, S.L. | Espanha |
| Santander Tecnología y Operaciones AEIE | Espanha |
| Santander Tecnología España, S.L. | Espanha |
| Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A. | Espanha |
| Santander International Debt, S.A. | Espanha |
| Santander UK plc | Reino Unido |
| Santander UK Group Holdings plc | Reino Unido |
| UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda. | Portugal |
| Union de Créditos Inmobiliários, SA | Espanha |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | | |
|---|--|---|---|
| | Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo | Empresas significativamente influenciadas e empresas conjuntamente controladas pelo Grupo | Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo |
| Ativos: | | | |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 119.725 | - | 4.149 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 425.883 | - | - |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 1.311 | - | 4.164 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 44.360 | - | 133 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 336.639 | 53.639 | 81.874 |
| Derivados - contabilidade de cobertura | 189.275 | - | - |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | - | 111.558 | - |
| Ativos intangíveis | - | - | 4.210 |
| Outros ativos | 13 | 6.950 | 49 |
| Passivos: | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 358.895 | - | - |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | |
| Depósitos - Instituições de crédito | 502.928 | - | 5.789 |
| Depósitos - Clientes | - | 22.048 | 44.378 |
| Títulos de dívida emitidos | 1.346.950 | - | - |
| Outros Passivos Financeiros | - | 1 | - |
| Derivados - contabilidade de cobertura | 1.760 | - | - |
| Outros passivos | 9.303 | - | 6.459 |
| Demonstração de Resultados: | | | |
| Receitas de juros | 184.012 | 535 | 572 |
| Despesas com juros | 204.770 | 2 | 12 |
| Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência patrimonial | - | 20.552 | - |
| Receitas de taxas e comissões | 1.906 | 87.702 | 1.397 |
| Despesas com taxas e comissões | 2.883 | - | 3.860 |
| Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | 418.253 | - | - |
| Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro | (156) | - | (429) |
| Margem bruta da actividade de seguros | 356 | - | 6 |
| Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido | (14.774) | - | - |
| Outros não financeiros | - | - | 55.334 |
| Despesas administrativas | 9.303 | - | 46.497 |
| Depreciações e amortizações | - | - | 2.704 |
| Outras receitas/despesas operacionais | - | 137 | 4 |
| Extrapatrimoniais: | | | |
| Garantias financeiras concedidas | 16.809 | - | 3.599 |
| Compromissos de empréstimo concedidos | 28.029 | 2.017 | 3.813 |
| Outros compromissos concedidos | 59.974 | 599 | 80.077 |
| Garantias financeiras recebidas | 1 | - | - |
| Operações cambiais e instrumentos derivados | 28.717.019 | - | - |
| Responsabilidades por prestação de serviços | 402.490 | 141.595 | 6.786.170 |
| Recursos de clientes distribuídos, mas não geridos | - | - | 2.801.335 |

| | 31-12-2021 | | |
|---|--|---|---|
| | Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo | Empresas significativamente influenciadas e empresas conjuntamente controladas pelo Grupo | Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo |
| Ativos: | | | |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 53.683 | - | 25.459 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 249.868 | - | - |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 1.551 | - | 4.811 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 24.105 | - | 2.354 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 598.389 | 48.375 | 2.636 |
| Derivados - contabilidade de cobertura | 5.904 | - | - |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | - | 108.235 | - |
| Outros ativos | 14 | 6.761 | 50 |
| Passivos: | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 554.995 | - | - |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | |
| Depósitos - Instituições de crédito | 24.238 | - | 857 |
| Depósitos - Clientes | - | 24.631 | 61.128 |
| Titulos de dívida emitidos | 546.863 | - | - |
| Derivados - contabilidade de cobertura | 48.990 | - | - |
| Provisões | - | - | 2 |
| Outros passivos | 8.006 | - | 5.628 |
| Demonstração de Resultados: | | | |
| Receitas de juros | (178.593) | (328) | (37) |
| Despesas com juros | 206.226 | - | - |
| Receitas de taxas e comissões | (853) | (73.801) | (1.207) |
| Despesas de taxas e comissões | 3.176 | - | 4.088 |
| Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | (100.811) | - | - |
| Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro | - | - | (21) |
| Margem bruta da actividade de seguros | - | - | (293) |
| Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido | (4.153) | - | - |
| Despesas administrativas | 8.006 | - | 46.714 |
| Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência patrimonial | - | (16.048) | - |
| Outras receitas/despesas operacionais | (16) | (204) | (4) |
| Extrapatrimoniais: | | | |
| Garantias prestadas e outros passivos eventuais | 50.420 | 599 | 148.680 |
| Garantias recebidas | 1 | - | - |
| Compromissos perante terceiros | 120.997 | 2.016 | 7.551 |
| Operações cambiais e instrumentos derivados | 27.305.868 | - | - |
| Responsabilidades por prestação de serviços | 401.012 | 125.096 | 6.636.959 |

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros do Conselho de Administração do Banco, ascenderam a 1.110 milhares de euros e 1.069 milhares de euros, respetivamente. Os depósitos dos membros do Conselho de administração foram atribuídos em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as remunerações fixas e variáveis totalizaram 7.627 milhares de euros e 6.563 milhares de euros, respetivamente.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. j).

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (Comissão Executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades com este plano ascendiam a 10.260 milhares de euros e 14.268 milhares de euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões – Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego”.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Banco, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

39. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13

Justo Valor

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

| | 31-12-2022 | | | |
|--|------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| | Justo valor | Custo amortizado | Valor contabilístico | Justo valor |
| <u>Ativo</u> | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | - | 8.415.436 | 8.415.436 | 8.411.536 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 498.737 | - | 498.737 | 498.737 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 2.647.169 | - | 2.647.169 | 2.647.169 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 5.109.459 | - | 5.109.459 | 5.109.459 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | - | 40.814.573 | 40.814.573 | 40.020.515 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 601.827 | - | 601.827 | 601.827 |
| | 8.857.192 | 49.230.009 | 58.087.201 | 57.289.243 |
| <u>Passivo</u> | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 465.786 | - | 465.786 | 465.786 |
| Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados | 2.792.796 | - | 2.792.796 | 2.792.796 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | |
| Depósitos | - | 45.434.491 | 45.434.491 | 45.416.734 |
| Títulos de dívida emitidos | - | 4.635.881 | 4.635.881 | 4.388.604 |
| Outros passivos financeiros | - | 366.793 | 366.793 | 366.793 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 183.771 | - | 183.771 | 183.771 |
| Provisões técnicas | - | 624.880 | 624.880 | 624.880 |
| | 3.442.353 | 51.062.045 | 54.504.398 | 54.239.364 |
| <u>31-12-2021</u> | | | | |
| | Justo valor | Custo amortizado | Valor contabilístico | Justo valor |
| <u>Ativo</u> | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | - | 8.718.528 | 8.718.528 | 8.710.812 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 579.220 | - | 579.220 | 579.220 |
| Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 3.194.784 | - | 3.194.784 | 3.194.784 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 6.102.774 | - | 6.102.774 | 6.102.774 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | | 40.383.981 | 40.383.981 | 40.163.209 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 7.447 | - | 7.447 | 7.447 |
| | 9.884.225 | 49.102.509 | 58.986.734 | 58.758.246 |
| <u>Passivo</u> | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 571.183 | - | 571.183 | 571.183 |
| Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados | 3.343.853 | - | 3.343.853 | 3.343.853 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | |
| Depósitos | - | 46.216.138 | 46.216.138 | 46.166.243 |
| Títulos de dívida emitidos | - | 3.180.165 | 3.180.165 | 3.282.872 |
| Outros passivos financeiros | - | 222.063 | 222.063 | 222.063 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 294.108 | - | 294.108 | 294.108 |
| Provisões técnicas | - | 676.916 | 676.916 | 676.916 |
| | 4.209.144 | 50.295.282 | 54.504.426 | 54.557.238 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

| | 31-12-2022 | | | |
|--|--|--------------------------------|----------------|------------------|
| | Metodologia de apuramento do justo valor | | | |
| | Cotações em mercado ativo | Outras técnicas de valorização | | Total |
| | (Nível 1) | (Nível 2) | (Nível 3) | |
| <u>Ativo</u> | | | | |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | 450.354 | 48.383 | 498.737 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 2.614.954 | - | 32.215 | 2.647.169 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 859.978 | 4.106.340 | 143.141 | 5.109.459 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | 601.827 | - | 601.827 |
| | 3.474.932 | 5.158.521 | 223.739 | 8.857.192 |
| <u>Passivo</u> | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | 416.316 | 49.470 | 465.786 |
| Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados | - | 2.792.796 | - | 2.792.796 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | 183.771 | - | 183.771 |
| | - | 3.392.883 | 49.470 | 3.442.353 |

| | 31-12-2021 | | | |
|--|--|--------------------------------|----------------|------------------|
| | Metodologia de apuramento do justo valor | | | |
| | Cotações em mercado ativo | Outras técnicas de valorização | | Total |
| | (Nível 1) | (Nível 2) | (Nível 3) | |
| <u>Ativo</u> | | | | |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | 553.986 | 25.234 | 579.220 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 3.094.608 | - | 100.176 | 3.194.784 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 966.607 | 5.062.369 | 73.798 | 6.102.774 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | 7.447 | - | 7.447 |
| | 4.061.215 | 5.623.802 | 199.208 | 9.884.225 |
| <u>Passivo</u> | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | 540.008 | 31.175 | 571.183 |
| Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados | - | 3.343.853 | - | 3.343.853 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | 294.108 | - | 294.108 |
| | - | 4.177.969 | 31.175 | 4.209.144 |

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

| | 31-12-2022 | | | |
|--|--|--|------------|------------|
| | Metodologia de apuramento do justo valor | | | |
| | Cotações em mercado ativo (Nível 1) | Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3) | | Total |
| Ativo | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | - | 8.411.536 | - | 8.411.536 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | - | 505.351 | 39.515.164 | 40.020.515 |
| | - | 8.916.887 | 39.515.164 | 48.432.051 |
| Passivo | | | | |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | |
| Depósitos | - | 6.921.998 | 38.494.736 | 45.416.734 |
| Títulos de dívida emitidos | - | 1.847.397 | 2.541.207 | 4.388.604 |
| Outros passivos financeiros | - | - | 366.793 | 366.793 |
| Provisões técnicas | - | - | 624.880 | 624.880 |
| | - | 8.769.395 | 42.027.616 | 50.797.011 |
| 31-12-2021 | | | | |
| Metodologia de apuramento do justo valor | | | | |
| | Cotações em mercado ativo (Nível 1) | Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3) | | Total |
| Ativo | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | - | 8.710.812 | - | 8.710.812 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | - | 355.177 | 39.808.032 | 40.163.209 |
| | - | 9.065.989 | 39.808.032 | 48.874.021 |
| Passivo | | | | |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | |
| Depósitos | - | 7.753.321 | 38.412.922 | 46.166.243 |
| Títulos de dívida emitidos | - | 2.238.955 | 1.043.917 | 3.282.872 |
| Outros passivos financeiros | - | - | 222.063 | 222.063 |
| Provisões técnicas | - | - | 676.916 | 676.916 |
| | - | 9.992.276 | 40.355.818 | 50.348.094 |

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram na atualização de fluxos de caixa futuros.

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para os quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “*Black-Scholes*” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

| Instrumento financeiro derivado | Principais técnicas de valorização |
|---------------------------------|--|
| Forwards | Método do valor presente |
| Swaps de taxa de juro | Método do valor presente |
| Swaps de divisas | Método do valor presente |
| Swaps sobre cotações | Método do valor presente |
| Opções de moeda | Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo |
| Opções sobre cotações | Modelo Black-Scholes, Modelo Heston |
| Opções de taxa de juro | Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton |
| Opções - outras | Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton |
| Caps/Floors | Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton |

O Grupo procede ao cálculo do “*Credit Value Adjustment*” (CVA) e do “*Debit Value Adjustment*” (DVA) para os derivados detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
 - Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
 - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de project finance e 60% para outros clientes).
- Nível 3 – O Grupo classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Grupo utiliza extrapolações de dados de mercado e os derivados efetuados no âmbito das operações de titularização.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção efetuada no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

| | Ativos financeiros detidos para negociação | Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral |
|----------------------------------|--|--|--|
| Em 31 de dezembro de 2020 | 27.172 | 136.425 | 74.279 |
| Aquisições | - | 498 | 3.002 |
| Alienações | - | (90) | (1.407) |
| Reembolsos | - | (37.852) | (6.298) |
| Alterações de justo valor | (1.938) | 1.195 | 4.222 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 25.234 | 100.176 | 73.798 |
| Aquisições | - | 647 | 2.103 |
| Alienações | - | - | (2.770) |
| Reembolsos | - | (83.098) | - |
| Alterações de justo valor | 23.149 | 14.490 | 70.010 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 48.383 | 32.215 | 143.141 |

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

| | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|-----------|------------|-------|------------|-------|
| | EUR | USD | EUR | USD |
| Overnight | 1,74% | 4,65% | -0,64% | 0,20% |
| 1 mês | 1,74% | 4,66% | -0,64% | 0,20% |
| 3 meses | 2,12% | 4,77% | -0,57% | 0,21% |
| 6 meses | 2,69% | 4,97% | -0,55% | 0,31% |
| 9 meses | 3,03% | 5,08% | -0,52% | 0,42% |
| 1 ano | 3,23% | 5,12% | -0,48% | 0,53% |
| 3 anos | 3,31% | 4,34% | -0,15% | 1,17% |
| 5 anos | 3,23% | 4,03% | 0,02% | 1,36% |
| 7 anos | 3,20% | 3,90% | 0,13% | 1,47% |
| 10 anos | 3,20% | 3,83% | 0,30% | 1,58% |

Contabilidade de cobertura

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | | | |
|--|-------------------|-----------------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|------------------|
| | Elemento coberto | | | | Instrumento de cobertura | |
| | Valor nominal | Valor líquido de imparidade | Correções de justo valor | Valor de balanço | Valor nominal | Justo valor |
| Cobertura de justo valor: | | | | | | |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 3.218.057 | 3.230.941 | (198.505) | 3.032.436 | 3.218.057 | 183.483 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 4.151.701 | 4.234.233 | (411.799) | 3.822.434 | 7.446.000 | 408.716 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | | |
| Depósitos- clientes | (357) | (362) | (1) | (363) | 357 | 4 |
| Cobertura de fluxos de caixa: | | | | | | |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 10.000.000 | 10.000.000 | - | 10.000.000 | 10.000.000 | (174.147) |
| | <u>17.369.401</u> | <u>17.464.812</u> | <u>(610.305)</u> | <u>16.854.507</u> | <u>20.664.414</u> | <u>418.056</u> |
| | 31-12-2021 | | | | | |
| | Elemento coberto | | | | Instrumento de cobertura | |
| | Valor nominal | Valor líquido de imparidade | Correções de justo valor | Valor de balanço | Valor nominal | Justo valor |
| Cobertura de justo valor: | | | | | | |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 3.084.241 | 3.089.350 | 5.807 | 3.095.157 | 3.031.714 | (35.315) |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 3.380.000 | 3.423.924 | 251.746 | 3.675.670 | 3.380.000 | (253.238) |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | | |
| Depósitos- clientes | (9.560) | (9.609) | (51) | (9.660) | 9.626 | 371 |
| Cobertura de fluxos de caixa: | | | | | | |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 10.000.000 | 10.000.000 | - | 10.000.000 | 10.000.000 | 1.521 |
| | <u>16.454.681</u> | <u>16.503.665</u> | <u>257.502</u> | <u>16.761.167</u> | <u>16.421.340</u> | <u>(286.661)</u> |

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | | | |
|--------------------|-------------|-------------------------|--------------------|------------------|----------------|-----------|
| | Até 3 meses | De 3 meses e seis meses | De 6 meses e 1 ano | Entre 1 e 3 anos | Mais de 3 anos | Total |
| Swaps taxa de juro | (16.728) | (157.419) | - | - | - | (174.147) |
| | 31-12-2021 | | | | | |
| | Até 3 meses | De 3 meses e seis meses | De 6 meses e 1 ano | Entre 1 e 3 anos | Mais de 3 anos | Total |
| Swaps taxa de juro | 4.434 | 9.686 | 21.387 | (33.986) | - | 1.521 |

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados nos exercícios de 2022 e 2021, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | |
|--|------------------|--------------------------|---------|------------------|--------------------------|---------|
| | Elemento Coberto | Instrumento de cobertura | Liquido | Elemento Coberto | Instrumento de cobertura | Liquido |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | (204.312) | 204.312 | - | (51.357) | 51.357 | - |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | (661.699) | 661.699 | - | (120.832) | 120.832 | - |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | | |
| Depósitos- clientes | 638 | (638) | - | 335 | (335) | - |
| | (865.373) | 865.373 | - | (171.854) | 171.854 | - |

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Grupo abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito e negócios) e *rating* utilizados no Grupo.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Grupo. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições de derivados é capturada através do apuramento do CVA/DVA.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Grupo tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de *rating* desenvolvidos pelo Grupo e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1,0 a 9,3, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de *default* a um ano que o Grupo monitoriza e calibra de forma constante e regular.

Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores, aos quais são atribuídos uma classificação de 1,0 (mínimo) a 9,3 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

| <u>Apartado</u> | <u>Ponderadores</u> |
|----------------------|---------------------|
| . Procura/Mercado; | 20% |
| . Sócios/Gestão; | 15% |
| . Acesso ao crédito; | 10% |
| . Rentabilidade; | 15% |
| . Geração de fluxos; | 25% |
| . Solvência. | 15% |

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final é introduzido em cada uma das áreas de valoração no sistema informático do Grupo.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Grupo pode ser interpretado da seguinte forma:

Rating 1,0 – 3,9: Cliente com probabilidade de *default* elevada;

Rating 4,0 – 6,0: Cliente com probabilidade de *default* moderada;

Rating 6,1 – 9,3: Cliente com probabilidade de *default* reduzida.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Valor de balanço | Exposição máxima | Valor de balanço | Exposição máxima |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | 8.415.436 | 8.415.436 | 8.718.528 | 8.718.528 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 498.737 | 498.737 | 579.220 | 579.220 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 2.647.169 | 2.647.169 | 3.194.784 | 3.194.784 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 5.109.459 | 5.109.459 | 6.102.774 | 6.102.774 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 40.814.573 | 48.848.897 | 40.383.981 | 47.318.842 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 601.827 | 601.827 | 7.447 | 7.447 |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | 111.558 | 111.558 | 108.235 | 108.235 |
| | <u>58.198.759</u> | <u>66.233.083</u> | <u>59.094.969</u> | <u>66.029.830</u> |
| Garantias prestadas (Nota 24) | | | | |
| Garantias e avales financeiras | 340.183 | 340.183 | 330.997 | 330.997 |
| Garantias e avales não financeiras | 1.485.832 | 1.485.832 | 1.346.113 | 1.346.113 |
| Créditos documentários abertos | 242.819 | 242.819 | 315.004 | 315.004 |
| | <u>2.068.834</u> | <u>2.068.834</u> | <u>1.992.114</u> | <u>1.992.114</u> |

A exposição máxima em “Ativos financeiros pelo custo amortizado” é a seguinte:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|------------|------------|
| Valor de balanço | 40.814.573 | 40.383.981 |
| Outros compromissos concedidos (Nota 24): | | |
| Revogáveis | 7.222.184 | 6.368.873 |
| Irrevogáveis | 812.140 | 565.988 |
| Exposição máxima | 48.848.897 | 47.318.842 |

Perdas por imparidade

O cálculo da Expected Credit Loss (ECL) incorpora uma perspetiva *Forward Looking* através da inclusão de cenários macroeconómicos (otimista, base e ácido) nos modelos de PD e LGD aplicando-se a cada cenário determinada probabilidade de ocorrência. Os cenários são atualizados pelo menos uma vez por ano e espelham o comportamento de variáveis macroeconómicas utilizadas nos modelos de *stress*. As principais projeções macroeconómicas usadas no fecho de 2022 foram as seguintes:

| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|--------|--------|--------|-------|-------|
| PIB (var. anual) | | | | | |
| Cenário Base | 6,70% | 0,00% | 1,30% | 1,70% | 2,00% |
| Cenário Otimista | 6,80% | 0,70% | 1,70% | 2,10% | 2,40% |
| Cenário Ácido | 6,50% | -1,80% | 0,30% | 0,90% | 1,20% |
| Desemprego (var. anual) | | | | | |
| Cenário Base | 6,00% | 7,70% | 8,20% | 7,70% | 7,10% |
| Cenário Otimista | 6,00% | 7,60% | 7,90% | 7,30% | 6,80% |
| Cenário Ácido | 6,00% | 7,90% | 8,60% | 8,20% | 7,70% |
| Preços Imobiliários (var. anual) | | | | | |
| Cenário Base | 13,80% | 0,60% | 0,30% | 2,30% | 4,50% |
| Cenário Otimista | 14,00% | 1,40% | 1,10% | 3,00% | 5,20% |
| Cenário Ácido | 13,50% | -0,90% | -1,20% | 0,80% | 2,90% |
| CPI (var. anual) | | | | | |
| Cenário Base | 7,80% | 6,70% | 4,70% | 3,00% | 2,00% |
| Cenário Otimista | 8,20% | 7,50% | 5,30% | 3,50% | 2,60% |
| Cenário Ácido | 7,50% | 5,90% | 3,90% | 2,60% | 2,00% |
| Obrigações do Tesouro 10a | | | | | |
| Cenário Base | 2,42% | 3,03% | 3,20% | 3,37% | 3,53% |
| Cenário Otimista | 2,34% | 2,71% | 2,83% | 2,97% | 3,10% |
| Cenário Ácido | 2,47% | 3,27% | 3,48% | 3,69% | 3,87% |

O Cenário Base pressupõe uma estagnação da economia em 2023, motivada pela erosão do poder de compra tanto no mercado nacional, tendo em conta os efeitos da subida das taxas de juro e a crise energética, como nos mercados emissores do turismo, verificando-se uma recuperação lenta nos anos seguintes. O Cenário Otimista caracteriza-se por uma moderação da atividade económica em 2023, com a economia a mitigar o impacto da redução do poder de comprar fruto da elevada inflação e subida das taxas de juro, com a execução do PRR. O Cenário Pessimista caracteriza-se por uma contração da atividade em 2023 seguida por uma recuperação débil em 2024, despoletado pela diminuição do poder compra das famílias, provocando uma travagem acentuada da procura, combinada pela fraca execução do PRR.

Para efeito de análise de sensibilidade, é assumida uma ponderação de 100% nos cenários extremos. Em cenário ácido a 100% o impacto na imparidade seria de +23,6 milhões de euros (+77,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), em cenário otimista a 100% de -18,8 milhões de euros (-43 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), o que representa um impacto sobre o total das imparidades registadas no fecho de 2022 de +2,4% e -1,9% (+7.3% e -4% ao fecho de 2021), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a concentração por sector de atividade para a carteira de empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, é a seguinte:

| Setor de atividade | 31-12-2022 | | | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|----------------|
| | Valor Bruto | Imparidade | Valor balanço | % Concentração |
| Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca | 285.277 | (15.991) | 269.286 | 0,72% |
| Indústrias Extrativas | 19.379 | (1.754) | 17.625 | 0,05% |
| Indústrias Transformadoras | 1.949.894 | (160.369) | 1.789.525 | 4,79% |
| Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | 379.415 | (479) | 378.936 | 1,01% |
| Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição | 50.091 | (1.929) | 48.162 | 0,13% |
| Construção | 1.000.015 | (80.412) | 919.603 | 2,46% |
| Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 1.913.839 | (103.205) | 1.810.634 | 4,85% |
| Transportes e armazenagem | 557.596 | (29.302) | 528.294 | 1,41% |
| Alojamento, restauração e similares | 1.191.371 | (63.194) | 1.128.177 | 3,02% |
| Atividades de informação e de comunicação | 95.004 | (2.893) | 92.111 | 0,25% |
| Atividades Imobiliárias | 1.259.250 | (39.062) | 1.220.188 | 3,27% |
| Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 844.902 | (22.104) | 822.798 | 2,20% |
| Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 310.967 | (31.570) | 279.397 | 0,75% |
| Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória | 780 | (2) | 778 | 0,00% |
| Educação | 73.699 | (1.381) | 72.318 | 0,19% |
| Atividades de saúde humana e apoio social | 259.222 | (3.353) | 255.869 | 0,69% |
| Atividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas | 77.402 | (10.495) | 66.907 | 0,18% |
| Outras atividades de serviços | 552.462 | (19.336) | 533.126 | 1,43% |
| Empréstimos e adiantamentos - Instituições financeiras | 790.488 | (1.062) | 789.426 | 2,11% |
| Empréstimos e adiantamentos - Sector público | 1.055.038 | (9.969) | 1.045.069 | 2,80% |
| Particulares: | | | | |
| . Habitação | 23.254.352 | (185.805) | 23.068.547 | 61,77% |
| . Consumo e outras finalidades | 2.364.798 | (158.401) | 2.206.397 | 5,91% |
| | 38.285.241 | (942.068) | 37.343.173 | 100% |

| Setor de atividade | 31-12-2021 | | | |
|--|-------------------|--------------------|-------------------|----------------|
| | Valor Bruto | Imparidade | Valor balanço | % Concentração |
| Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca | 280.236 | (6.514) | 273.722 | 0,74% |
| Indústrias Extrativas | 25.361 | (1.989) | 23.372 | 0,06% |
| Indústrias Transformadoras | 2.120.772 | (98.386) | 2.022.386 | 5,48% |
| Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | 529.094 | (285) | 528.809 | 1,43% |
| Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição | 68.640 | (1.822) | 66.818 | 0,18% |
| Construção | 958.136 | (75.050) | 883.086 | 2,39% |
| Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 1.964.401 | (75.372) | 1.889.029 | 5,12% |
| Transportes e armazenagem | 608.178 | (29.125) | 579.053 | 1,57% |
| Alojamento, restauração e similares | 1.362.541 | (81.132) | 1.281.409 | 3,47% |
| Atividades de informação e de comunicação | 108.576 | (3.020) | 105.556 | 0,29% |
| Atividades Imobiliárias | 1.319.954 | (59.015) | 1.260.939 | 3,41% |
| Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 692.043 | (25.701) | 666.342 | 1,80% |
| Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 378.102 | (37.701) | 340.401 | 0,92% |
| Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória | 2.582 | (14) | 2.568 | 0,01% |
| Educação | 71.749 | (1.244) | 70.505 | 0,19% |
| Atividades de saúde humana e apoio social | 272.813 | (3.621) | 269.192 | 0,73% |
| Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas | 91.335 | (12.237) | 79.098 | 0,21% |
| Outras atividades de serviços | 645.268 | (134.642) | 510.626 | 1,38% |
| Empréstimos e adiantamentos - Instituições financeiras | 911.306 | (836) | 910.470 | 2,47% |
| Empréstimos e adiantamentos - Sector público | 1.215.593 | (10.292) | 1.205.301 | 3,26% |
| Particulares: | | | | |
| . Habitação | 21.784.325 | (221.834) | 21.562.491 | 58,40% |
| . Consumo e outras finalidades | 2.528.740 | (134.724) | 2.394.016 | 6,48% |
| | 37.939.745 | (1.014.556) | 36.925.189 | 100% |

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Grupo passou a publicar as “exposições não produtivas” (*Non Performing Exposures*) e as “exposições diferidas” (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | |
|---------------------------|-------------------|------------------|-----------|-------------------|--------------------|-----------|
| | Valor bruto | Imparidade | Cobertura | Valor bruto | Imparidade | Cobertura |
| Exposições produtivas | 40.673.204 | (339.743) | 0,8% | 40.145.464 | (346.495) | 0,9% |
| Exposições não produtivas | | | | | | |
| . Crédito titulado | 1.255 | (1.239) | 98,7% | - | - | |
| . Particulares | 361.434 | (195.687) | 54,1% | 383.618 | (198.428) | 51,7% |
| . Empresas | 725.598 | (410.249) | 56,5% | 875.077 | (475.255) | 54,3% |
| | 1.088.287 | (607.175) | | 1.258.695 | (673.683) | |
| | 41.761.491 | (946.918) | | 41.404.159 | (1.020.178) | |

O grau de cobertura das exposições não produtivas líquidas de imparidade por garantias reais apresentava a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | |
|---------------------------|------------------|----------------|-----------|------------------|----------------|-----------|
| | Valor de balanço | Colaterais | Cobertura | Valor de balanço | Colaterais | Cobertura |
| Exposições não produtivas | | | | | | |
| . Crédito titulado | 16 | - | 0,0% | - | - | - |
| . Particulares | 165.747 | 114.458 | 69,1% | 185.190 | 144.819 | 78,2% |
| . Empresas | 315.349 | 214.876 | 68,1% | 399.822 | 266.368 | 66,6% |
| | <u>481.112</u> | <u>329.334</u> | | <u>585.012</u> | <u>411.187</u> | |

Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as exposições diferidas tem o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | |
|---------------------------|------------------|------------------|-----------|------------------|------------------|-----------|
| | Valor bruto | Imparidade | Cobertura | Valor bruto | Imparidade | Cobertura |
| Exposições produtivas | 412.339 | (42.441) | 10,3% | 487.720 | (45.137) | 9,3% |
| Exposições não produtivas | | | | | | |
| . Particulares | 147.939 | (69.367) | 46,9% | 203.245 | (90.033) | 44,3% |
| . Empresas | 443.034 | (224.701) | 50,7% | 622.120 | (324.329) | 52,1% |
| | <u>590.973</u> | <u>(294.068)</u> | | <u>825.365</u> | <u>(414.362)</u> | |
| | <u>1.003.312</u> | <u>(336.509)</u> | | <u>1.313.085</u> | <u>(459.499)</u> | |

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2022 e 2021 nas exposições diferidas foi o seguinte:

| | Valor bruto | Imparidade | Valor líquido |
|----------------------------------|----------------------------------|----------------|----------------|
| | Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 1.440.380 | 499.391 |
| Entradas no período | 224.514 | 42.403 | 182.111 |
| Amortizações de dívida | (194.359) | (55.549) | (138.810) |
| Curas | (116.045) | (8.946) | (107.099) |
| Vendas de carteira | (46.131) | (31.374) | (14.757) |
| Outras variações | 4.726 | 13.574 | (8.848) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>1.313.085</u> | <u>459.499</u> | <u>853.586</u> |
| Entradas no período | 85.252 | 20.123 | 65.129 |
| Amortizações de dívida | (216.298) | (82.268) | (134.030) |
| Curas | (121.769) | (16.121) | (105.648) |
| Vendas de carteira | (61.540) | (46.305) | (15.235) |
| Outras variações | 4.582 | 1.581 | 3.001 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | <u>1.003.312</u> | <u>336.509</u> | <u>666.803</u> |

Ativos onerados

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 28/2014, de 15 de janeiro de 2015, do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos ativos onerados. Considera-se um ativo onerado, um ativo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição dos ativos onerados e não onerados é a seguinte:

| | 2022 | | | |
|--|---|---------------------------------|---|-------------------------------------|
| | Quantia escriturada dos ativos onerados | Justo valor dos ativos onerados | Quantia escriturada dos ativos não onerados | Justo valor dos ativos não onerados |
| Ativos | | | | |
| Depósitos à ordem em bancos centrais e outros depósitos à ordem em instituições de crédito | - | - | 8.108.123 | - |
| Instrumentos de capital próprio | - | - | 1.017.730 | 1.017.730 |
| Títulos de dívida | 1.253.680 | 1.225.563 | 6.688.063 | 4.194.181 |
| Empréstimos e adiantamentos | 11.183.160 | - | 28.428.568 | - |
| Outros ativos | - | - | 2.468.863 | - |
| | <u>12.436.840</u> | <u>1.225.563</u> | <u>46.711.347</u> | <u>5.211.911</u> |

| | 2021 | | | |
|--|---|---------------------------------|---|-------------------------------------|
| | Quantia escriturada dos ativos onerados | Justo valor dos ativos onerados | Quantia escriturada dos ativos não onerados | Justo valor dos ativos não onerados |
| Ativos | | | | |
| Depósitos à ordem em bancos centrais e outros depósitos à ordem em instituições de crédito | - | - | 8.377.230 | - |
| Instrumentos de capital próprio | - | - | 1.255.221 | 1.255.221 |
| Títulos de dívida | 1.703.462 | 1.674.830 | 6.818.365 | 6.727.188 |
| Empréstimos e adiantamentos | 11.945.772 | - | 27.958.719 | - |
| Outros ativos | - | - | 2.126.845 | - |
| | <u>13.649.234</u> | <u>1.674.830</u> | <u>46.536.380</u> | <u>7.982.409</u> |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os passivos associados a ativos onerados e os colaterais recebidos são os seguintes:

| | 2022 | |
|--|--|--|
| | Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados | Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered</i> <i>bonds</i> próprias ou ABS onerados |
| Quantia escriturada dos passivos financeiros | 6.185.528 | 8.458.181 |
| Outros | 205.508 | 273.115 |
| | <u>6.391.036</u> | <u>8.731.296</u> |

| | 2021 | |
|--|--|--|
| | Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados | Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered</i> <i>bonds</i> próprias ou ABS onerados |
| Quantia escriturada dos passivos financeiros | 7.401.288 | 9.871.616 |
| Outros | 631.752 | 523.924 |
| | <u>8.033.040</u> | <u>10.395.540</u> |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as principais rubricas do ativo apresentavam o seguinte detalhe por rating externo (rating interno para o crédito concedido), de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|------------------|------------------|
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais | | |
| Rating S&P | | |
| AAA+ /AAA /AAA- | 7.850.256 | 8.141.015 |
| Não sujeito | 307.313 | 341.298 |
| | <u>8.157.569</u> | <u>8.482.313</u> |
| Outros depósitos à ordem | | |
| Rating S&P | | |
| A+ /A /A- | 158.100 | 113.849 |
| AA+ /AA /AA- | 35.380 | 28.160 |
| AAA+ /AAA /AAA- | 19.722 | - |
| BB+ / BB / BB- | 1.358 | 1.112 |
| BBB+ / BBB / BBB- | 28.400 | 72.885 |
| CCC+ /CCC /CCC- | - | 1.150 |
| Sem rating externo | 14.907 | 19.059 |
| | <u>257.867</u> | <u>236.215</u> |
| | <u>8.415.436</u> | <u>8.718.528</u> |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | | |
| Rating S&P | | |
| A+ / A / A- | 239.524 | 143.818 |
| AA+ / AA / AA- | 82.730 | 23.588 |
| AAA+ / AAA / AAA- | 97.578 | 8.340 |
| B+ / B / B- | 191 | - |
| BB+ / BB / BB- | 7.153 | 46.938 |
| BBB+ / BBB / BBB- | 1.343.702 | 1.769.214 |
| C+ / C / C- | 15 | - |
| CC+ /CC / CC- | - | 18 |
| Sem rating externo | 7.776 | 20.300 |
| | <u>1.778.669</u> | <u>2.012.216</u> |

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | | |
| Rating S&P | | |
| A+ / A / A- | 55.508 | 16.056 |
| AA+ / AA / AA- | 15.378 | 18.209 |
| AAA+ / AAA / AAA- | 39.110 | 3.822 |
| BB+ / BB / BB- | 1.217 | 5.257 |
| BBB+ / BBB / BBB- | 4.845.380 | 5.955.604 |
| Sem rating externo | 3.660 | 31.225 |
| | <u>4.960.253</u> | <u>6.030.173</u> |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado - Títulos de dívida | | |
| Rating S&P | | |
| AA+ / AA / AA- | - | 26.264 |
| AAA+ / AAA / AAA- | - | 50 |
| BBB+ / BBB / BBB- | 173.066 | - |
| Sem rating externo | 3.303.184 | 3.438.100 |
| dos quais com rating interno: | | |
| Risco de crédito reduzido | 2.429.103 | 2.403.713 |
| Risco de crédito médio | 865.617 | 896.071 |
| Risco de crédito alto | 9.808 | 13.510 |
| | <u>3.476.250</u> | <u>3.464.414</u> |
| Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito | | |
| Rating S&P | | |
| A+ / A / A- | - | 122 |
| B+ / B / B- | - | 1.275 |
| BB+ / BB / BB- | 1.356 | - |
| BBB+ / BBB / BBB- | 19.542 | 16.796 |
| CCC+ / CCC / CCC- | - | 1.247 |
| Sem rating externo | 2.204 | 11.147 |
| | <u>23.102</u> | <u>30.587</u> |
| Empréstimos e adiantamentos - Crédito concedido e outros saldos a receber | | |
| Rating interno | | |
| Risco de crédito reduzido | 30.174.135 | 28.972.321 |
| Risco de crédito médio | 5.024.251 | 5.646.379 |
| Risco de crédito alto | 1.204.667 | 1.612.541 |
| Sem rating | 1.859.086 | 1.677.917 |
| | <u>38.262.139</u> | <u>37.909.158</u> |
| | <u>38.285.241</u> | <u>37.939.745</u> |
| Exposições fora balanço | | |
| Risco de crédito reduzido | 8.115.898 | 6.929.521 |
| Risco de crédito médio | 1.048.461 | 1.156.890 |
| Risco de crédito alto | 118.706 | 141.541 |
| Sem rating | 820.177 | 699.023 |
| | <u>10.103.242</u> | <u>8.926.975</u> |

Para os casos em que o *rating* da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os *ratings* divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria e Comercial. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Grupo qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | | | | | | Total |
|--|-------------------|------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | À vista | Até 3 meses | De 3 meses a um ano | Entre 1 e 3 anos | Entre 3 e 5 anos | Mais de 5 anos | Indeterminado | Derivados | |
| Ativo | | | | | | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | 562.589 | - | - | - | 7.850.236 | - | - | - | 8.412.825 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | 498.737 | 498.737 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | - | 60.695 | 64.595 | 656.622 | 299.227 | 820.607 | 888.086 | - | 2.789.832 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 2 | 65.872 | 275.266 | 544.982 | 4.554.863 | 528.283 | 149.230 | - | 6.118.499 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 414.386 | 2.407.415 | 6.310.989 | 11.521.707 | 5.396.766 | 21.645.464 | - | - | 47.696.727 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | - | - | - | - | 601.827 | 601.827 |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | - | - | - | - | - | - | 111.558 | - | 111.558 |
| | 976.977 | 2.533.982 | 6.650.850 | 12.723.311 | 18.101.092 | 22.994.355 | 1.148.874 | 1.100.564 | 66.230.005 |
| Passivo | | | | | | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | 465.786 | 465.786 |
| Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados | 2.792.796 | - | - | - | - | - | - | - | 2.792.796 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | | | | | |
| Depósitos - bancos centrais | 87 | - | 3.713.694 | 744.778 | - | - | - | - | 4.458.560 |
| Depósitos - instituições de crédito | 737.192 | 980.118 | 1.140.745 | 0 | - | - | - | - | 2.858.055 |
| Depósitos - clientes e outros empréstimos | 24.510.997 | 6.147.526 | 5.876.954 | 1.264.833 | 714.156 | 23.570 | - | - | 38.538.036 |
| Titulos de dívida emitidos | - | 70.760 | 371.432 | 1.928.454 | 2.564.654 | 69.545 | - | - | 5.004.845 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | - | - | - | - | 183.771 | 183.771 |
| Provisões técnicas | 80.013 | 333.891 | 13.475 | 25.128 | 19.838 | 88.897 | - | - | 561.242 |
| | 28.121.084 | 7.532.295 | 11.116.301 | 3.963.193 | 3.298.648 | 182.013 | - | 649.557 | 54.863.090 |

| | 31-12-2021 | | | | | | | Derivados | Total |
|--|-------------------|------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|-------------------|
| | À vista | Até 3 meses | De 3 meses a um ano | Entre 1 e 3 anos | Entre 3 e 5 anos | Mais de 5 anos | Indeterminado | | |
| Ativo | | | | | | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | 577.513 | - | - | - | 8.141.015 | - | - | - | 8.718.528 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | 579.220 | 579.220 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | - | 62.991 | 74.960 | 339.247 | 612.664 | 830.584 | 1.255.630 | - | 3.176.076 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 2 | 81.157 | 135.045 | 449.957 | 2.256.231 | 3.164.406 | 72.986 | - | 6.159.784 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 550.603 | 2.340.792 | 4.947.722 | 9.649.572 | 8.090.391 | 18.552.539 | - | - | 44.131.620 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | - | - | - | - | 7.447 | 7.447 |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | - | - | - | - | - | - | - | 108.235 | 108.235 |
| | 1.128.119 | 2.484.940 | 5.157.727 | 10.438.776 | 19.100.301 | 22.547.529 | 1.436.851 | 586.667 | 62.880.910 |
| Passivo | | | | | | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | 571.183 | 571.183 |
| Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados | 3.343.853 | - | - | - | - | - | - | - | 3.343.853 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | | | | | |
| Depósitos - bancos centrais | 8.987 | - | - | 7.264.073 | - | - | - | - | 7.273.060 |
| Depósitos - instituições de crédito | 338.407 | 53.081 | 1.766 | 30 | - | - | - | - | 393.283 |
| Depósitos - clientes e outros empréstimos | 23.882.500 | 6.249.531 | 6.154.921 | 1.114.331 | 900.163 | 26.916 | - | - | 38.328.362 |
| Titulos de dívida emitidos | - | 43.924 | 153.061 | 1.369.534 | 617.492 | 1.333.772 | - | - | 3.517.782 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | - | - | - | - | 294.108 | 294.108 |
| Provisões técnicas | 87.349 | 364.504 | 14.711 | 27.432 | 21.657 | 97.048 | - | - | 612.700 |
| | 27.661.096 | 6.711.039 | 6.324.458 | 9.775.400 | 1.539.312 | 1.457.736 | - | 865.291 | 54.334.332 |

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista” (caixa, disponibilidades em instituições de crédito). Os instrumentos de capital registados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, foram considerados com maturidade indeterminada. Os ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados e ativos e passivos detidos para negociação, foi considerado o justo valor como o seu valor transacional exigível à vista, dado que a gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Grupo pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rubrica;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Grupo consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Grupo utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV (Basis Point Value)– impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers* e *Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, a sua medição é feita através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Grupo. Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*Stress Test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------------------------|------------------|-------------------|
| | Exposição a | | Não sujeito a risco de taxa de juro | Derivados | Total |
| | Taxa fixa | Taxa variável | | | |
| <i>Ativo</i> | | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | - | 7.850.256 | 565.180 | - | 8.415.436 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | 498.737 | 498.737 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 1.664.390 | 114.740 | 868.039 | - | 2.647.169 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 4.983.332 | 2.843 | 123.284 | - | 5.109.459 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 7.618.800 | 33.925.259 | (729.486) | - | 40.814.573 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | 601.827 | 601.827 |
| | 14.266.522 | 41.893.098 | 827.017 | 1.100.564 | 58.087.201 |
| <i>Passivo</i> | | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | 465.786 | 465.786 |
| Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados | - | - | 2.792.796 | - | 2.792.796 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | |
| Depósitos - bancos centrais | 4.113.714 | - | - | - | 4.113.714 |
| Depósitos - instituições de crédito | 166.946 | 2.647.112 | 354 | - | 2.814.412 |
| Depósitos - clientes | 14.275.441 | 24.225.805 | 5.119 | - | 38.506.365 |
| Títulos de dívida emitidos | 3.283.799 | 1.370.753 | (18.671) | - | 4.635.881 |
| Outros passivos financeiros | - | - | 366.793 | - | 366.793 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | 183.771 | 183.771 |
| | 21.839.900 | 28.243.670 | 3.146.391 | 649.557 | 53.879.518 |

| | 31-12-2021 | | | | |
|--|-------------|---------------|-------------------------------------|-----------|------------|
| | Exposição a | | Não sujeito a risco de taxa de juro | Derivados | Total |
| | Taxa fixa | Taxa variável | | | |
| Ativo | | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | - | 8.141.015 | 577.513 | - | 8.718.528 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | 579.220 | 579.220 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 1.866.749 | 145.468 | 1.182.567 | - | 3.194.784 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | 4.964.043 | 5.556 | 1.133.175 | - | 6.102.774 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 7.257.499 | 33.372.537 | (246.055) | - | 40.383.981 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | 7.447 | 7.447 |
| | 14.088.291 | 41.664.576 | 2.647.200 | 586.667 | 58.986.734 |
| Passivo | | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | 571.183 | 571.183 |
| Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados | - | 3.343.853 | - | - | 3.343.853 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | |
| Depósitos - bancos centrais | 7.501.017 | - | (90.775) | - | 7.410.242 |
| Depósitos - instituições de crédito | 211.999 | 181.276 | 130 | - | 393.405 |
| Depósitos - clientes | 14.603.652 | 23.804.499 | 4.340 | - | 38.412.491 |
| Titulos de dívida emitidos | 2.507.599 | 719.318 | (46.752) | - | 3.180.165 |
| Outros passivos financeiros | - | - | 222.063 | - | 222.063 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | 294.108 | 294.108 |
| | 24.824.267 | 28.048.946 | 89.006 | 865.291 | 53.827.510 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro, por intervalos de taxas para a carteira bancária, é o seguinte:

| | 31-12-2022 | | | | | Não sujeito a risco de taxa de juro | Derivados | Total |
|--|---------------------|------------|------------|------------|----------|-------------------------------------|-----------|------------|
| | Intervalos de taxas | | | | | | | |
| | [<1%] | [1%-3%] | [3%-5%] | [5%-10%] | [>10%] | | | |
| Ativo | | | | | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | | 7.850.256 | - | - | - | 565.180 | - | 8.415.436 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | 498.737 | 498.737 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | - | - | - | - | - | 31.020 | - | 31.020 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 99.880 | 31.408 | 4.121.171 | - | - | 170.939 | - | 4.423.398 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 5.832.572 | 22.838.014 | 9.930.966 | 2.665.495 | 277.012 | (729.486) | - | 40.814.573 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | - | - | - | 601.827 | 601.827 |
| | 5.932.452 | 30.719.678 | 14.052.137 | 2.665.495 | 277.012 | 37.653 | 1.100.564 | 54.784.991 |
| Passivo | | | | | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | 465.786 | 465.786 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | | | | |
| Depósitos - bancos centrais | - | 4.113.714 | - | - | - | - | - | 4.113.714 |
| Depósitos - instituições de crédito | 31.000 | 2.648.986 | 134.072 | - | - | 354 | - | 2.814.412 |
| Depósitos - clientes | 37.946.110 | 366.186 | 188.950 | - | - | 5.119 | - | 38.506.365 |
| Titulos de dívida emitidos | 1.496.200 | 1.993.197 | 840.000 | 278.655 | 46.500 | (18.671) | - | 4.635.881 |
| Outros passivos financeiros | - | - | - | - | - | 366.793 | - | 366.793 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | - | - | - | 183.771 | 183.771 |
| | 39.473.310 | 9.122.083 | 1.163.022 | 278.655 | 46.500 | 353.595 | 649.557 | 51.086.722 |

| | 31-12-2021 | | | | | Não sujeito a | | Total |
|--|---------------------|-------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|-------------------|
| | Intervalos de taxas | | | | | risco | | |
| | [<1%] | [1%-3%] | [3%-5%] | [5%-10%] | [>10%] | de taxa de juro | Derivados | |
| Ativo | | | | | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | 8.141.015 | - | - | - | - | 577.513 | - | 8.718.528 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | 579.220 | 579.220 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente | | | | | | | | |
| pelo justo valor através dos resultados | - | - | - | - | - | 99.167 | - | 99.167 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor | | | | | | | | |
| através de outro rendimento integral | 106.590 | 31.526 | 4.116.155 | - | - | 1.085.642 | - | 5.339.913 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 23.077.128 | 14.499.559 | 1.361.738 | 1.403.070 | 299.360 | (256.874) | - | 40.383.981 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | - | - | - | 7.447 | 7.447 |
| | 31.324.733 | 14.531.085 | 5.477.893 | 1.403.070 | 299.360 | 1.505.448 | 586.667 | 55.128.256 |
| Passivo | | | | | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | 571.183 | 571.183 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | | | | |
| Depósitos - bancos centrais | 7.501.017 | - | - | - | - | (90.775) | - | 7.410.242 |
| Depósitos - instituições de crédito | 393.275 | - | - | - | - | 130 | - | 393.405 |
| Depósitos - clientes | 38.370.970 | 37.181 | - | - | - | 4.340 | - | 38.412.491 |
| Títulos de dívida emitidos | 2.036.318 | 1.000.000 | - | 190.599 | - | (46.752) | - | 3.180.165 |
| Outros passivos financeiros | - | - | - | - | - | 222.063 | - | 222.063 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | - | - | - | 294.108 | 294.108 |
| | 48.301.580 | 1.037.181 | - | 190.599 | - | 89.006 | 865.291 | 50.483.657 |

Em 31 de dezembro de 2022, a distribuição de vencimentos contratuais e repricing de taxa de juro dos montantes sensíveis da carteira bancária, através de um GAP estático, é o seguinte:

| | 31-12-2022 | | | | | | | | | Não sujeito a | | Total |
|--|---------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| | Intervalos de datas | | | | | | | | | risco | | |
| | 1 mês | 3 meses | 6 meses | 1 ano | 2 anos | 3 anos | 4 anos | 5 anos | > 5 anos | de taxa de juro | Derivados | |
| Ativo | | | | | | | | | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | 7.850.256 | - | - | - | - | - | - | - | - | 565.180 | - | 8.415.436 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 498.737 | 498.737 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente | | | | | | | | | | | | |
| pelo justo valor através dos resultados | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 31.020 | - | 31.020 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | - | - | - | - | - | 30.000 | 1.766.000 | 100.000 | 2.356.459 | 170.939 | - | 4.423.398 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 5.986.469 | 11.044.260 | 12.314.256 | 5.872.274 | 735.403 | 2.017.149 | 1.372.183 | 522.973 | 1.679.092 | (729.486) | - | 40.814.573 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 601.827 | 601.827 |
| | 13.836.725 | 11.044.260 | 12.314.256 | 5.872.274 | 735.403 | 2.047.149 | 3.138.183 | 622.973 | 4.035.551 | 37.653 | 1.100.564 | 54.784.991 |
| Passivo | | | | | | | | | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 465.786 | 465.786 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | | | | | | | | | |
| Depósitos - bancos centrais | - | 4.113.714 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.113.714 |
| Depósitos - instituições de crédito | 610.898 | 973.585 | 1.229.575 | - | - | - | - | - | - | 354 | - | 2.814.412 |
| Depósitos - clientes | 26.587.254 | 4.083.059 | 3.715.205 | 2.151.002 | 818.922 | 439.370 | 451.945 | 252.464 | 2.025 | 5.119 | - | 38.506.365 |
| Títulos de dívida emitidos | 100.719 | 1.269.952 | 22 | 5 | 996.255 | - | 507.599 | 1.780.000 | - | (18.671) | - | 4.635.881 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 183.771 | 183.771 |
| | 27.298.871 | 10.440.310 | 4.944.802 | 2.151.007 | 1.815.177 | 439.370 | 959.544 | 2.032.464 | 2.025 | (13.198) | 649.557 | 50.719.929 |

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (*bp's*) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações "*New Business*" (Prazo, repreciação, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Grupo a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

| | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Variação +100 bp's | Variação -100 bp's | Variação +100 bp's | Variação -100 bp's |
| Ativo | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | (2.580) | 2.368 | (1.445) | 416.249 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | (75.865) | 79.461 | (89.928) | 94.045 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | (688.047) | 731.329 | (915.620) | 1.109.594 |
| | (766.492) | 813.158 | (1.006.993) | 1.619.888 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 282.550 | (307.482) | 202.485 | (231.190) |
| Passivo | | | | |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | |
| Depósitos - bancos centrais | (5.911) | 5.788 | (3.203) | 88.910 |
| Depósitos - instituições de crédito | (6.113) | 6.124 | (79) | 79 |
| Depósitos - clientes | (1.081.985) | 1.146.319 | (1.228.826) | 1.300.706 |
| Títulos de dívida emitidos | (104.928) | 108.982 | (113.266) | 135.016 |
| Outros passivos financeiros | (11.776) | 11.970 | (20.519) | 20.855 |
| | (1.210.713) | 1.279.183 | (1.365.893) | 1.545.566 |

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o que se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos). Para efeitos de análise de contraste também será calculado um VaR e um VaE a um nível de confiança de 95% (percentis 5% e 95%, respetivamente).
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente por Risco de Mercado.
- Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;
- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|-------------------|------------|------------|
| VaR Percentil 99% | 3 | (1) |

A sensibilidade do valor patrimonial associado aos produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro é considerada imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

RISCO CAMBIAL

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

| | 31-12-2022 | | | Total |
|--|-------------------|------------------------------|------------------|-------------------|
| | Euros | Dólares Norte- Americanos | Outras moedas | |
| Ativo | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | 8.301.873 | 62.877 | 50.687 | 8.415.437 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 496.446 | 107 | 2.184 | 498.737 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 2.588.429 | 58.740 | - | 2.647.169 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 5.109.459 | - | - | 5.109.459 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 40.333.215 | 449.578 | 31.780 | 40.814.573 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 579.325 | 22.240 | 262 | 601.827 |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | 111.558 | - | - | 111.558 |
| | <u>57.520.305</u> | <u>593.542</u> | <u>84.914</u> | <u>58.198.761</u> |
| Passivo | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 466.988 | (108) | (1.094) | 465.786 |
| Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados | 2.792.796 | - | - | 2.792.796 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | |
| Depósitos - bancos centrais | 4.113.714 | - | - | 4.113.714 |
| Depósitos - instituições de crédito | 2.516.381 | 297.613 | 418 | 2.814.412 |
| Depósitos - clientes | 37.122.669 | 1.156.090 | 227.606 | 38.506.365 |
| Titulos de dívida emitidos | 4.635.881 | - | - | 4.635.881 |
| Outros passivos financeiros | 366.793 | - | - | 366.793 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 183.509 | - | 262 | 183.771 |
| | <u>52.198.731</u> | <u>1.453.595</u> | <u>227.192</u> | <u>53.879.518</u> |

| | 31-12-2021 | | | Total |
|--|-------------------|--------------------------|----------------|-------------------|
| | Euros | Dólares Norte-Americanos | Outras moedas | |
| Ativo | | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | 8.576.443 | 41.254 | 100.831 | 8.718.528 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 577.379 | 772 | 1.069 | 579.220 |
| Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados | 3.081.031 | 113.624 | 129 | 3.194.784 |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | 6.102.774 | - | - | 6.102.774 |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | 39.728.127 | 614.920 | 40.935 | 40.383.982 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 1.903 | 5.544 | - | 7.447 |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | 108.235 | - | - | 108.235 |
| | 58.175.892 | 776.114 | 142.964 | 59.094.970 |
| Passivo | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 569.759 | 774 | 650 | 571.183 |
| Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados | 3.343.853 | - | - | 3.343.853 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | |
| Depósitos - bancos centrais | 7.410.242 | - | - | 7.410.242 |
| Depósitos - instituições de crédito | 203.010 | 188.589 | 1.806 | 393.405 |
| Depósitos - clientes | 36.878.860 | 1.261.121 | 272.510 | 38.412.491 |
| Títulos de dívida emitidos | 3.180.165 | - | - | 3.180.165 |
| Outros passivos financeiros | 222.063 | - | - | 222.063 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | 288.657 | 5.344 | 107 | 294.108 |
| | 52.096.609 | 1.455.828 | 275.073 | 53.827.510 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|-------------------|------------|------------|
| VaR Percentil 99% | 13 | (14) |

RISCO DE COTAÇÕES DE ATIVOS

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

| Contraparte | 31-12-2022 | | | Valor Líquido | |
|--------------------------|--|--|--|----------------|-------|
| | Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras | Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras | | | |
| | | Instrumentos financeiros | Colateral em cash entregue como garantia | | Valor |
| | | | | | |
| Instituições Financeiras | 229.464 | - | 6.641 | 236.105 | |
| Empresas do Grupo | 254.514 | - | (256.228) | (1.714) | |
| | 483.978 | - | (249.587) | 234.391 | |

| 31-12-2021 | | | | |
|--------------------------|------------------|----------------------------|------------------------|-----------|
| Contraparte | Ativos/Passivos | Montantes relacionados não | | |
| | financeiros | compensados nas | | |
| | apresentados nas | demonstrações financeiras | | |
| | demonstrações | Instrumentos | Colateral em cash | Valor |
| | financeiras | financeiros | entregue como garantia | Líquido |
| Instituições Financeiras | (250.552) | - | (1.661) | (252.213) |
| Empresas do Grupo | (348.215) | - | 395.547 | 47.332 |
| | (598.767) | - | 393.886 | (204.881) |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

| 31-12-2022 | | | | |
|--------------------------|------------------|----------------------------|------------------------|---------|
| Contraparte | Passivos | Montantes relacionados não | | |
| | financeiros | compensados nas | | |
| | apresentados nas | demonstrações financeiras | | |
| | demonstrações | Instrumentos | Colateral em cash | Valor |
| | financeiras | financeiros | entregue como garantia | Líquido |
| Instituições Financeiras | (2.071.901) | 2.088.148 | 29.364 | 45.611 |

| 31-12-2021 | | | | |
|--------------------------|------------------|----------------------------|------------------------|---------|
| Contraparte | Passivos | Montantes relacionados não | | |
| | financeiros | compensados nas | | |
| | apresentados nas | demonstrações financeiras | | |
| | demonstrações | Instrumentos | Colateral em cash | Valor |
| | financeiras | financeiros | entregue como garantia | Líquido |
| Instituições Financeiras | (33) | 77 | 8.538 | 8.582 |

40. GESTÃO DO CAPITAL

O Grupo tem uma posição de capital sólida, coerente com o seu modelo de negócio, a sua estrutura do balanço, o seu apetite de risco e os requisitos regulamentares. A robustez do balanço e a rentabilidade do Grupo permite-nos exercer a nossa atividade de financiamento à economia e gerar capital de forma orgânica. As várias métricas de capital são estáveis, com rácios comodamente acima dos requisitos regulamentares e alinhados com o apetite de risco aprovado pela alta direção.

A gestão e adequação do capital visa assegurar a solvência e maximizar a rentabilidade, assim como com os requisitos regulatórios. A gestão de capital é uma ferramenta estratégica fundamental para a tomada de decisões. Existe um quadro de governo aprovado pela alta direção onde estão estabelecidos critérios, políticas, funções, métricas e processos relacionados com a gestão de capital.

No final do ano de 2022, o rácio CET1 *phasing in* é de 19,4% e o rácio de capital total *phasing in* é de 21,1% cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos de 8,34% e 12,5% respetivamente. A redução do rácio CET1 é explicada pela distribuição de dividendos, atualização de modelos e à gestão adequada do crescimento dos RWA, nomeadamente pela contratação de novas operações de titularização sintética.

No dia 28 de junho de 2019, o Banco operacionalizou a primeira operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, Câmaras Municipais e ENI's no montante de €2.4Bn, em relação ao qual o Banco compra proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1% e um *detachment point* de 8.5%. A tranche *mezzanine*, no montante de €181,3Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, através de uma entidade com finalidade especial criada para o efeito, com um prémio de 8,7%.

No dia 26 de julho de 2021, o Banco operacionalizou a segunda operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, ENI's e Project Finance no montante de €3.05Bn, em relação ao qual, o Banco comprou proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1,2% e um *detachment point* de 7,2%. A tranche *mezzanine*, no montante de €183Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN diretamente emitida pelo Banco, com um prémio de 9,0%.

No dia 16 de maio de 2022, o Banco operacionalizou a terceira operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, ENI's e Project Finance no montante de €1,2Bn, em relação ao qual, o Banco comprou proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1,4% e um *detachment point* de 8,4%. A tranche *mezzanine*, no montante de €101Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN diretamente emitida pelo Banco, com um prémio de 9,5%.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Grupo em 31 de dezembro de 2022 de 2021 (ambos em BIS III – Phasing In):

| | Valores em milhões de Euros | |
|---|-----------------------------|------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| A - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1 (TIER I) | 3.150 | 4.260 |
| Capital Elegível (inclui instrumentos adicionais elegíveis em Tier I) | 2.370 | 2.370 |
| Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários) | 847 | 1.953 |
| Interesses Minoritários Elegíveis | - | - |
| Deduções aos F.P. Base | (67) | (64) |
| B - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (TIER II) | 274 | 64 |
| Passivos subordinados c/venc. Indeterminado | 213 | 8 |
| Interesses Minoritários Elegíveis | - | - |
| Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares | 61 | 56 |
| C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS | - | - |
| D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C) | 3.425 | 4.324 |
| E - POSIÇÕES EM RISCO | 16.258 | 14.899 |
| RÁCIOS | | |
| TIER I (A/E) | 19,4% | 28,6% |
| CORE CAPITAL (CET1) | 16,9% | 25,9% |
| TIER II (B/E) | 1,7% | 0,4% |
| RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS (D/E) | 21,1% | 29,0% |
| LEVERAGE | 5,5% | 7,4% |

Nota: valores apresentados no quadro acima não são auditados

41. FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF") e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2022, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 12.552 milhares de Euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,046%.

Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e com a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-aneais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

Ao abrigo do referido mecanismo, até esta data, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 3.293 milhões de Euros ao Novo Banco com referência às contas de 2017 a 2020, tendo para tal utilizado recursos financeiros próprios resultantes das contribuições pagas, direta ou indiretamente pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado no montante de 2.130 milhões de Euros no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução.

Em 31 de maio de 2021, o Fundo de Resolução celebrou um novo contrato de empréstimo no montante máximo de 475 milhões de euros com um conjunto de bancos para fazer face às necessidades de financiamento do Fundo decorrente dos compromissos assumidos com o Novo Banco ao abrigo do Acordo de capital contingente. A quota parte do Banco foi de 104 milhões de euros.

Este mecanismo vigora até 31 de dezembro de 2025 (podendo ser estendido até 31 de dezembro de 2026) e está limitado a um máximo absoluto de 3.890 milhões de Euros.

Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. ("Santander Totta") dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. ("Oitante"), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 136 milhões de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de Euros para 353 milhões de Euros.

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas ao Banco contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações significativas relativamente a estas matérias podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

42. AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Em 2012 foi aberto um processo de contraordenação pela Autoridade da Concorrência ("AdC"), por alegados indícios de infração ao Artigo 9.º da Lei 19/2012, de 8 de Maio (Lei da Concorrência).

No âmbito do citado processo foram efetuadas, em 6 de março de 2013, diligências de busca e apreensão nas instalações do Banco, e de outras instituições de crédito, tendo sido apreendida documentação indiscriminada, para verificação de eventuais indícios de infração ao supra citado preceito legal.

Em 3 de junho de 2015, o Banco, à semelhança de outras 14 instituições de crédito, foi notificado da nota de ilicitude emitida pela AdC relativa ao processo contraordenacional em apreço (Processo nº PRC 9/2012), sendo acusado de participar num intercâmbio de determinada informação comercial sensível entre concorrentes. Esta troca de informação foi sancionada como uma “infração por objeto”, ou seja, a Autoridade da Concorrência considerou esta conduta ilícita ainda que sem a demonstração de efeitos nos consumidores.

Em 9 de setembro de 2019, a AdC proferiu a decisão final, mantendo no essencial a tese apresentada na Nota de Ilicitude de 2015, ou seja, a presunção de conduta anti concorrencial a partir dos intercâmbios de informação entre concorrentes em Crédito Habitação, Crédito Consumo e Crédito Empresas. O Banco Santander Totta foi condenado numa coima de 35 milhões de euros, acrescida de uma coima de 650 mil euros aplicada ao BAPOP.

A coima aplicada, que poderia ascender a um limite máximo equivalente a 10% do volume de negócios anual da empresa infratora realizado no exercício imediatamente anterior à decisão, veio a ser aplicada por um montante correspondente a cerca de 2,02% daquele indicador (considerando não só a sanção aplicada ao Banco, mas também ao BAPOP).

Não obstante, em 21 de outubro de 2019, o Banco impugnou judicialmente a decisão final da AdC, encontrando-se o processo pendente junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Já no âmbito da impugnação judicial, foi estabelecido o montante e a modalidade das cauções a prestar, para obtenção de efeito suspensivo da decisão impugnada. Neste âmbito, o Banco apresentou uma garantia bancária no montante de 17.825 milhares de euros, emitida pelo próprio Banco, como forma de satisfazer a referida caução.

As sessões da audiência de julgamento tiveram lugar entre outubro de 2021 e março de 2022, tendo o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão tomado uma primeira decisão em 28 de abril de 2022. Nesta decisão, embora confirmando genericamente os factos incluídos na decisão sancionatória da AdC sobre a alegada troca de informação não pública sobre spreads e produção de crédito, o Tribunal da Concorrência reconheceu, conforme alegado pelo Santander, que se justificava uma decisão prejudicial sobre esta matéria do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), devido à ausência de jurisprudência e prática decisória considerando trocas autónomas de informações entre concorrentes, como a que está em causa neste caso, como infrações ao direito da concorrência “por objeto”, ou seja, independentemente de seus efeitos no mercado.

Consequentemente, o Tribunal da Concorrência suspendeu o seu julgamento e decisão final enquanto a decisão prejudicial está a ser decidida pelo TJUE, que serão retomados após este tribunal esclarecer as questões levantadas pelo Tribunal da Concorrência.

Esta decisão confirma que a alegada infração não é tão clara como a Autoridade da Concorrência tentou sustentar, uma vez que o próprio Tribunal da Concorrência tem dúvidas sobre o enquadramento legal aplicável.

De acordo com a tramitação regular daquele processo junto do TJUE, o parecer escrito do Banco Santander Totta foi entregue em 30 de agosto de 2022.

O Banco aguardará a decisão do TJUE e, subsequentemente, a decisão relativa à impugnação judicial apresentada, não prescindindo do exercício de todas as faculdades jurídicas e judiciais que assegurem a salvaguarda dos seus interesses.

Em linha com o que tem sido a sua posição ao longo do processo, o Banco refuta veementemente todas as teses subjacentes à decisão da AdC, tendo a sua impugnação judicial junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão sido suportada, nomeadamente, em pareceres de eminentes Professores de Direito, que atestam a inexistência de qualquer ilícito nas condutas apontadas à instituição.

Tendo em consideração o descrito acima, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que as probabilidades do Banco não vir a ser condenado, no final do processo, a pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso, pelo que não foi registada qualquer provisão para este processo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

43. RISCO CLIMÁTICO

O Grupo Santander, onde a Sociedade se insere, apoia publicamente o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. Aderiu ao Compromisso Coletivo das Nações Unidas para a Ação Climática (CCCA) quando foi lançado em setembro de 2019. Estabeleceu e comunicou a ambição de se tornar Net Zero até 2050. O Grupo Santander é um membro fundador da Net Zero Banking Alliance (NZBA), sendo uma iniciativa-chave para progredir a sua ambição.

Neste sentido, o Grupo está cada vez mais ciente do impacto que as alterações climáticas têm no seu negócio, pelo que trata este risco como estratégico, considerando igualmente o impacto da sua política de concessão de crédito nos riscos climáticos globais.

Ao longo do ano de 2020 foi emitido um conjunto de regulamentação relacionada com alterações climáticas e ambientais direcionado à banca, sendo expectável que tal tendência se mantenha no futuro. Os dois *guidelines* mais importantes emitidos em 2020 são o “ECB Guide on climate-related and environmental risks” e o “EBA guidelines on loan origination and monitoring”. O denominador comum dos referidos *guidelines* é o foco em aspetos ambientais e sociais. Nesta linha, espera-se que o BCE exija que os bancos adotem uma abordagem *end-to-end* dos riscos climáticos e ambientais de forma transversal aos seus processos e gestão do negócio. Neste sentido, o Grupo tem desenvolvido e consolidado iniciativas, que podem ser consultadas no “Relatório de Banca Responsável” no capítulo 4.5. Estratégia Climática do Grupo.

No que diz respeito às estimativas a incorporar na preparação das suas demonstrações financeiras, o Grupo considerou igualmente o impacto em termos de classificação dos instrumentos financeiros ligados a indicadores climáticos ou outros indicadores de sustentabilidade: relevância é dada ao impacto das condições contratuais dos instrumentos financeiros associadas a indicadores climáticos ou de sustentabilidade nos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros (e se os mesmos representam apenas pagamentos de capital e juros).

44. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração do Grupo, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2022, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

45. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023.

ANEXO I

Em 31 de dezembro de 2022, as condições das obrigações estruturadas, hipotecárias, emitidas no âmbito de operações de titularização, outras e dos passivos subordinados são as seguintes:

| Títulos emitidos | Moeda | Valor de emissão | | | Juro a pagar/ comissão a diferir | Total | Taxa de Juro | Data de Emissão | Data de Vencimento | Indexante |
|--|-------|------------------|-------------------------|------------------|--|------------------|-----------------|--------------------|-----------------------|---|
| | | Emitido | Subscrito pelo Grupo | Balanço | | | | | | |
| Obrigações estruturadas | | | | | | | | | | |
| Ob.BST Index linked notes 2024 | EUR | 8.227 | 8.227 | - | - | - | Variável | 20-12-2019 | 23-12-2024 | Cabaz indices |
| Credit Linked Notes due August 2037 | EUR | 145.255 | - | 145.255 | 2.042 | 147.297 | Variável | 26-07-2021 | 15-08-2037 | Euribor3M (floored at 0) + 9% |
| Credit Linked Notes due January 2042 | EUR | 100.800 | - | 100.800 | 2.022 | 102.822 | Variável | 31-05-2022 | 31-01-2042 | Euribor3M + 8,7% |
| Total | | 254.282 | 8.227 | 246.055 | 4.064 | 250.119 | | | | |
| Obrigações hipotecárias | | | | | | | | | | |
| Hipotecária XVII | EUR | 750.000 | 750.000 | - | (149) | (149) | 0,90% | 15-04-2016 | 15-04-2023 | Taxa fixa |
| Hipotecária XVIII | EUR | 750.000 | 750.000 | - | (148) | (148) | 0,65% | 26-07-2016 | 26-07-2023 | Taxa fixa |
| Hipotecárias XX - 1ª | EUR | 750.000 | 750.000 | - | (685) | (685) | 1,20% | 07-12-2017 | 07-12-2027 | Taxa fixa |
| Hipotecárias XXI | EUR | 1.000.000 | 1.000.000 | - | (933) | (933) | 1,48% | 10-04-2017 | 10-04-2027 | Taxa fixa |
| Hipotecárias XXII | EUR | 1.000.000 | 3.800 | 996.200 | 3.658 | 999.858 | 0,88% | 25-04-2017 | 25-04-2024 | Taxa fixa |
| Hipotecárias XXIII | EUR | 1.000.000 | 20.000 | 980.000 | (3.137) | 976.863 | 1,25% | 05-07-2019 | 05-07-2029 | Taxa fixa |
| Hipotecária XXIV | EUR | 1.100.000 | 1.100.000 | - | (1.386) | (1.386) | 0,41% | 05-07-2019 | 05-07-2029 | Taxa fixa |
| Hipotecárias XXV | EUR | 750.000 | 750.000 | - | (433) | (433) | 0,51% | 27-03-2020 | 27-03-2025 | Taxa fixa |
| Hipotecária XXVI | EUR | 750.000 | 750.000 | - | (1.055) | (1.055) | 0,00% | 28-10-2020 | 28-10-2030 | Taxa fixa |
| Hipotecária XXVII | EUR | 750.000 | 750.000 | - | (954) | (954) | 0,64% | 04-03-2022 | 04-03-2029 | Taxa fixa |
| Total | | 8.600.000 | 6.623.800 | 1.976.200 | (5.222) | 1.970.978 | | | | |
| Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização | | | | | | | | | | |
| Hipototta 4 - Classe A - Notes | EUR | 336.378 | 246.159 | 90.219 | (301) | 89.918 | Variável | 09-12-2005 | 30-12-2048 | Euribor 3m+0,12% (até dezembro 2014); Euribor 3m+0,24% (após) |
| Hipototta 4 - Classe B - Notes | EUR | 12.238 | 12.238 | - | - | - | Variável | 09-12-2005 | 30-12-2048 | Euribor 3m+0,19% (até dezembro 2014); Euribor 3m+0,40% (após) |
| Hipototta 4 - Classe C - Notes | EUR | 38.649 | 38.649 | - | - | - | Variável | 09-12-2005 | 30-12-2048 | Euribor 3m+0,29% (até dezembro 2014); Euribor 3m+0,58% (após) |
| Hipototta 4 - Classe D - Notes | EUR | 7.000 | 7.000 | - | - | - | Variável | 09-12-2005 | 30-12-2048 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |

| Títulos emitidos | Moeda | Valor de emissão | | | Juro a pagar/ comissão a diferir | Total | Taxa de Juro | Data de Emissão | Data de Vencimento | Indexante |
|---------------------------------|-------|------------------|-------------------------|------------------|--|------------------|-----------------|--------------------|-----------------------|--|
| | | Emitido | Subscrito pelo Grupo | Balanço | | | | | | |
| Hipototta 5 - Classe A2 - Notes | EUR | 302.026 | 247.730 | 54.296 | (7) | 54.289 | Variável | 22-03-2007 | 28-02-2060 | Euribor 3m+0,13% (até fevereiro 2014); Euribor 3m+0,26% (após) |
| Hipototta 5 - Classe B - Notes | EUR | 26.000 | 26.000 | - | - | - | Variável | 22-03-2007 | 28-02-2060 | Euribor 3m+0,17% (até fevereiro 2014); Euribor 3m+0,34% (após) |
| Hipototta 5 - Classe C - Notes | EUR | 24.000 | 24.000 | - | - | - | Variável | 16-03-2007 | 28-02-2060 | Euribor 3m+0,24% (até fevereiro 2014); Euribor 3m+0,48% (após) |
| Hipototta 5 - Classe D - Notes | EUR | 26.000 | 26.000 | - | - | - | Variável | 22-03-2007 | 28-02-2060 | Euribor 3m+0,50% (até fevereiro 2014); Euribor 3m+1,00% (após) |
| Hipototta 5 - Classe E - Notes | EUR | 31.000 | 31.000 | - | - | - | Variável | 22-03-2007 | 28-02-2060 | Euribor 3m+1,75% (até fevereiro 2014); Euribor 3m+3,50% (após) |
| Hipototta 5 - Classe F - Notes | EUR | 6.000 | 6.000 | - | - | - | Variável | 22-03-2007 | 28-02-2060 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| Atlantes Mortgage 2 - Classe A | EUR | 78.170 | - | 78.170 | (9.518) | 68.652 | Variável | 05-03-2008 | 18-09-2060 | Euribor 3m + 0,33% |
| Atlantes Mortgage 2 - Classe B | EUR | 9.732 | 9.732 | - | - | - | Variável | 05-03-2008 | 18-09-2060 | Euribor 3m + 0,95% |
| Atlantes Mortgage 2 - Classe C | EUR | 3.967 | 3.967 | - | - | - | Variável | 05-03-2008 | 18-09-2060 | Euribor 3m + 1,65% |
| Atlantes Mortgage 2 - Classe D | EUR | 8.351 | 8.351 | - | - | - | Variável | 05-03-2008 | 18-09-2060 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| Atlantes Mortgage 3 - Classe A | EUR | 136.696 | 42.603 | 94.093 | (6.709) | 87.384 | Variável | 30-10-2008 | 20-08-2061 | Euribor 3m + 0,20% |
| Atlantes Mortgage 3 - Classe B | EUR | 19.604 | 19.604 | - | - | - | Variável | 30-10-2008 | 20-08-2061 | Euribor 3m + 0,50% |
| Atlantes Mortgage 3 - Classe C | EUR | 35.224 | 35.224 | - | - | - | Variável | 30-10-2008 | 20-08-2061 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| Atlantes Mortgage 4 - Classe A | EUR | 151.420 | - | 151.420 | (19.294) | 132.126 | Variável | 16-02-2009 | 30-12-2064 | Euribor 3m + 0,15% |
| Atlantes Mortgage 4 - Classe B | EUR | 16.675 | 16.675 | - | - | - | Variável | 16-02-2009 | 30-12-2064 | Euribor 3m + 0,30% |
| Atlantes Mortgage 4 - Classe C | EUR | 46.716 | 46.716 | - | - | - | Variável | 16-02-2009 | 30-12-2064 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| Hipototta nº13 Classe A | EUR | 680.230 | 680.230 | - | - | - | Variável | 09-01-2018 | 23-10-2072 | Euribor 3m + 0,60% |
| Hipototta nº13 Classe B | EUR | 484.000 | 484.000 | - | - | - | Variável | 09-01-2018 | 23-10-2072 | Euribor 3m + 1% |
| Hipototta nº13 Classe C | EUR | 36.253 | 36.253 | - | - | - | Variável | 09-01-2018 | 23-10-2072 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| Hipototta nº13 Classe D | EUR | 0 | - | - | - | - | Variável | 09-01-2018 | 23-10-2072 | |
| Consumer Totta 1 classe A | EUR | 520.000 | | 520.000 | 174 | 520.174 | Variável | 30-09-2022 | 28-06-2033 | Euribor 3m + 0,80% |
| Consumer Totta 1 classe B | EUR | 25.000 | | 25.000 | 9 | 25.009 | Variável | 30-09-2022 | 28-06-2033 | Euribor 3m + 1,10% |
| Consumer Totta 1 classe C | EUR | 40.000 | | 40.000 | 19 | 40.019 | Variável | 30-09-2022 | 28-06-2033 | Euribor 3m +2% |
| Consumer Totta 1 classe D | EUR | 25.000 | | 25.000 | 28 | 25.028 | Variável | 30-09-2022 | 28-06-2033 | Euribor 3m + 8% |
| Consumer Totta 1 classe E | EUR | 40.000 | | 40.000 | 62 | 40.062 | Variável | 30-09-2022 | 28-06-2033 | Euribor 3m + 11,85% |
| Consumer Totta 1 classe F | EUR | 6.500 | | 6.500 | 10 | 6.510 | Variável | 30-09-2022 | 28-06-2033 | Euribor 3m + 12,5% |
| Consumer Totta 1 classe X | EUR | 9.430 | 9.430 | - | - | - | Variável | 30-09-2022 | 28-06-2033 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| Total | | 3.182.259 | 2.057.561 | 1.124.698 | (35.527) | 1.089.171 | | | | |

| Títulos emitidos | Moeda | Valor de emissão | | | Juro a pagar/ comissão a diferir | Total | Taxa de Juro | Data de Emissão | Data de Vencimento | Indexante |
|--|-------|-------------------|-------------------------|------------------|--|------------------|-----------------|--------------------|-----------------------|--------------------|
| | | Emitido | Subscrito pelo Grupo | Balço | | | | | | |
| Outras obrigações emitidas | | | | | | | | | | |
| Senior Holdco | EUR | 500.000 | - | 500.000 | 1.831 | 501.831 | 0,68% | 17-06-2021 | 17-06-2027 | Euribor 6m +0,974% |
| Senior Non-Preferred 6NC5 Fixed Reset Rate Notes | EUR | 600.000 | - | 600.000 | 10.726 | 610.726 | 3,08% | 03-06-2022 | 03-06-2028 | Euribor 6m |
| Total | | 1.100.000 | - | 1.100.000 | 12.557 | 1.112.557 | | | | |
| Passivos subordinados | | | | | | | | | | |
| OB.BST SA 7.5% | EUR | 7.599 | - | 7.599 | 136 | 7.735 | 7,50% | 06-10-2016 | 06-10-2026 | |
| OB. BST 2030 TIER2 | EUR | 320.000 | 320.000 | - | - | - | 1,58% | 31-12-2020 | 31-12-2030 | |
| Subordinated 10NC5 Fixed Reset Rate Tier 2 | EUR | 200.000 | - | 200.000 | 5.321 | 205.321 | 4,71% | 09-06-2022 | 09-06-2032 | |
| Total | | 527.599 | 320.000 | 207.599 | 5.457 | 213.056 | | | | |
| | | 13.664.140 | 9.009.588 | 4.654.552 | (18.671) | 4.635.881 | | | | |

Relatórios e pareceres da atividade consolidada



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. ("Grupo" ou "Santander Totta SGPS"), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 59.148.188 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.825.069 milhares de euros, incluindo resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe de 606.727 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Santander Totta, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISAs") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Perdas por imparidade dos ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos e adiantamentos – Clientes

Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 9, 18 e 39 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

A significativa expressão das rubricas de empréstimos e adiantamentos a clientes, e das perdas por imparidade que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Grupo no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento ("default"), bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes ascende a 38.262.139 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 941.953 milhares de euros.

As perdas por imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa da carteira de crédito, sendo as restantes apuradas através de análise coletiva.

Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total de responsabilidades e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Grupo desenvolve um processo de análise individual que inclui uma análise individual de *staging*, no sentido de corroborar a atribuição indicativa de *stage* automático (*stages* 1, 2 e 3), e uma análise individual de quantificação de imparidade. Neste último caso, a análise é realizada para as exposições classificadas em

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação das políticas e procedimentos instituídos pelo Grupo para efeitos da mensuração das perdas por imparidade para a carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como dos controlos chave referentes à aprovação, ao registo e monitorização do risco de crédito e à atempada identificação, mensuração e registo das perdas por imparidade.

Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Grupo, tendo por base os critérios definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Grupo na análise individual de *stage* e na análise individual de quantificação de imparidade; (ii) formular o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito e de incumprimento; e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Grupo na sua metodologia.

Assim, para uma amostra de exposições classificadas em *stage* 3, extraída da população de crédito sujeita a análise individual pelo Grupo em 31 de dezembro de 2022, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a correspondência dos planos financeiros utilizados para efeitos de determinação das perdas por imparidade com os respetivos

Matérias relevantes de auditoria

stage 3, sendo o montante de imparidade apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente, tendo por referência: (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro gerar para o cumprimento das suas responsabilidades; ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzida dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Grupo desenvolveu modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, que incluem nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de relato (*stages* 1, 2 ou 3). Estes modelos baseiam-se na informação histórica interna de *defaults* e recuperações e, por forma a serem representativos do atual contexto económico e simultaneamente incorporarem uma perspetiva da evolução económica futura, também utilizam informação prospetiva disponível acerca de um conjunto de variáveis relevantes, tais como por exemplo: (i) a taxa prevista de crescimento do PIB; (ii) a taxa esperada de desemprego; (iii) a evolução da Euribor; e/ou (iv) as perspetivas para o mercado imobiliário. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda esperada em cada segmento da carteira de crédito do Banco.

A especificidade e a incerteza da atual conjuntura macroeconómica e geopolítica originaram um acréscimo de complexidade na determinação das perdas por imparidade. Nestas circunstâncias, os modelos internos desenvolvidos pelo Grupo foram adaptados de forma a incorporar novos critérios e outros julgamentos, em concreto a atualização da informação prospetiva, através de um ajustamento aos modelos (*post model adjustments*), de modo a refletir os potenciais efeitos do atual contexto

Síntese da abordagem de auditoria

contratos; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor do Grupo; (iv) analisar as avaliações mais recentes desses colaterais; (v) rever a incorporação na análise da informação prospetiva; (vi) analisar os fluxos de caixa descontados subjacentes ao cálculo de imparidade; (vii) analisar a evolução das exposições; e (viii) compreender a visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira dos clientes e à previsibilidade dos fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.

Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Grupo, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências materialmente relevantes.

Adicionalmente, procedemos à seleção de uma amostra de devedores para análise específica dos critérios para determinação de aumento significativo do risco de crédito (*stage* 2) e em situação de imparidade (*stage* 3), numa base individual.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco, tendo em conta para o efeito a informação histórica disponível sobre o desempenho e recuperações da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes do Grupo, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica de desenvolvimento e validação dos modelos; (ii) análise da documentação do exercício de *backtesting* dos parâmetros de risco e dos seus resultados; (iii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iv) análise à definição de *default* do Banco e aos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem, incluindo os critérios adicionais estabelecidos e as análises setoriais desenvolvidas pelo Banco para os setores

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

macroeconómico adverso, muito marcado pelos impactos e restrições ainda decorrentes da pandemia COVID-19 e exacerbados pela guerra na Europa, bem como o reflexo da relação esperada dessa informação com os parâmetros de risco dos modelos de análise coletiva desenvolvidos pelo Grupo.

Tendo em conta o exposto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizadas pelo Grupo na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o *timing* do seu recebimento, e podem ter impactos relevantes no montante de perdas por imparidades apurado em cada momento.

económicos mais afetados atual conjuntura macroeconómica e geopolítica; (v) revisão e teste dos principais parâmetros de risco, bem como a informação prospetiva disponível e sua atualização por via dos efeitos económicos estimados, incluindo a análise das metodologias definidas pelo Banco para a determinação dos *post model adjustments* decorrente do atual contexto macroeconómico adverso; (vi) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizadas para estimar as recuperações futuras incorporadas no apuramento da LGD ("*Loss Given Default*"), incluindo o teste das recuperações históricas incorporadas nesse apuramento, em base de amostragem; e (vii) recálculo da *Expected Credit Loss* ("ECL") para a carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, com referência a 31 de dezembro de 2022.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como as respetivas perdas por imparidade, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Outros saldos a receber relacionados com a medida de resolução aplicada ao Banif

Mensuração do saldo a receber relacionado com a medida de resolução aplicada ao Banif e respetivas divulgações apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 9 e 13 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Conforme se refere na Nota 13, na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") deliberada pelo Conselho de Administração do Banco de Portugal em 20 de dezembro de 2015 ("transação"), e tendo presentes os entendimentos e esclarecimentos subsequentes que foram comunicados ao Grupo pelo Banco de Portugal e o deferimento, por parte do Ministério das Finanças, do pedido de transmissão dos prejuízos fiscais do Banif, o Grupo submeteu, em 29 de maio de 2018, uma

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a identificação e a compreensão dos processos e controlos chave instituídos pelo Grupo para efeitos da respetiva monitorização, bem como a apreciação dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão quanto à sua forma de recuperação e respetivo montante.

Face à relevância dos julgamentos requeridos do órgão de gestão, no âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

Matérias relevantes de auditoria

declaração de substituição do Modelo 22 (IRC) referente ao exercício de 2015.

Posteriormente, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes, apenas foi reconhecido ao Grupo o direito de utilizar prejuízos fiscais do Banif relativos aos exercícios de 2009 a 2014. Na sequência da decisão do Ministério das Finanças de 30 de junho de 2020 quanto ao indeferimento do recurso hierárquico apresentando pelo Grupo relativamente ao referido Despacho, o Grupo exigiu em 2020 uma compensação de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou em títulos do tesouro, no âmbito da transação e do acordo celebrado com as autoridades portuguesas envolvidas na medida de resolução aplicada ao Banif, tendo então procedido, como se refere na Nota 13, à reclassificação desse montante para a rubrica de "Outros saldos a receber".

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, e pela alteração significativa na forma e estratégia de recuperação do saldo em questão, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Justo valor de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor não cotados num mercado ativo - nível 3 da hierarquia de justo valor***Mensuração do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor e respetivas divulgações apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 6, 7, 8 e 39 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo***

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2022 os saldos de balanço desses instrumentos

Síntese da abordagem de auditoria

(i) reuniões com o órgão de gestão para análise da avaliação efetuada pelo Grupo quanto à situação e evolução do referido processo; (ii) apreciação da correspondência trocada com o Banco de Portugal e com o Ministério das Finanças; e (iii) reuniões com os advogados externos do Grupo e análise dos seus pareceres.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre este assunto, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo subjacentes às metodologias adotadas e à seleção e apuramento dos principais pressupostos utilizados na determinação do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor.

Matérias relevantes de auditoria

financeiros ascendem a 223.739 milhares de euros de ativos e 49.470 milhares de euros de passivos.

Os instrumentos financeiros assim classificados são compostos por: (i) instrumentos de dívida cujo modelo de negócio é "hold to collect and sale" ou negociação; (ii) derivados de negociação ou cobertura; e (iii) instrumentos de capital próprio.

Para os instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, quando não estão disponíveis dados observáveis de mercado, o Grupo determina o respetivo justo valor através da utilização de modelos de valorização baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa, os quais envolvem um elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos e inputs a utilizar.

Neste contexto, alterações nos pressupostos e nas técnicas de mensuração utilizadas pelo órgão de gestão podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Síntese da abordagem de auditoria

Para uma amostra de instrumentos cuja mensuração se tenha baseado substancialmente em dados não observáveis (nível 3), os nossos procedimentos incluíram igualmente: (i) o entendimento das metodologias e principais pressupostos utilizados pelo Grupo; (ii) a avaliação se os modelos desenvolvidos pelo Grupo e os dados e pressupostos utilizados são razoáveis nas circunstâncias, tendo para o efeito comparado os dados passíveis de observação com a informação de mercado recolhida de fontes externas e independentes, sempre que disponível; e (iii) a revisão analítica sobre o justo valor desses instrumentos financeiros, comparando-o com o período homólogo e com a última informação financeira e respetivos relatórios de auditoria, sempre que disponíveis.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Responsabilidades com pensões e outros benefícios

Mensuração e divulgações relacionadas com responsabilidades com pensões e outros benefícios apresentadas nas notas 1.3 alínea j), 2, 14, 20 e 36 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2022 as responsabilidades por serviços passados do Grupo em relação aos seus administradores, colaboradores e pensionistas ascendem a 1.239.288 milhares de euros, abrangendo essencialmente benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, invalidez, cuidados de saúde e subsídio por morte, previstos no Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") para o setor bancário.

Estas responsabilidades são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por atuário certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"). Estas

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo para assegurar que é correta e completa a informação recolhida e fornecida ao atuário independente para calcular as responsabilidades.

Os trabalhos de auditoria incluíram reuniões com o órgão de gestão e contactos com o atuário independente a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos financeiros e atuariais adotados. Face à relevância dos julgamentos requeridos ao órgão de

Matérias relevantes de auditoria

avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade e invalidez, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, entre outros, definidos pelo órgão de gestão e ajustados às características dos benefícios e da população dos administradores, colaboradores e pensionistas, e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis.

No caso concreto da taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais, esta é determinada com base nas taxas de mercado para entidades de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (euros) e com maturidade semelhante à duração do termo do pagamento dos benefícios do plano.

Neste contexto, alterações que se venham a registar de futuro nos pressupostos financeiros e atuariais assumidos podem originar impactos materiais na mensuração das responsabilidades, pelo que este tema foi considerado uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais pressupostos, comparando-os com os dados que obtivemos de forma independente.

Foi efetuada a revisão da conformidade: (i) do histórico da informação dos colaboradores utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; e (ii) do reconhecimento contabilístico de cortes ou liquidações dos planos, de custos respeitantes a serviços passados e de outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício.

Por último, analisámos o estudo atuarial elaborado pelo atuário independente com referência a 31 de dezembro de 2022, tendo para o efeito em conta os resultados dos procedimentos referidos acima.

Os procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre as responsabilidades com benefícios pós-emprego dos administradores, colaboradores e pensionistas constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 1.3 alínea m), 2, 14, 16, 17 e 18 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2022 a provisão matemática do ramo vida apresentada no balanço ascende a 589.575 milhares de euros, a provisão para compromissos de taxa ascende a 6.918 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento estão registados pelo montante de 2.832.976 milhares de euros, tendo uma significativa expressão no balanço da Grupo.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento da provisão matemática, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações

Matérias relevantes de auditoria

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros é efetuada tendo por base a projeção dos *cashflows* futuros associados a cada contrato. Estes *cashflows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas, comissões a pagar e rendimentos dos instrumentos financeiros afetos a contratos de seguro.

Estas avaliações envolvem julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como taxas de desconto, taxas de resgates e taxas de reinvestimento. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pelo Grupo para os contratos comercializados, pelo facto de não existir uma correspondência direta entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos.

Neste contexto, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;

- A identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pelo Grupo na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e
- A realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelo Grupo.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente à provisão matemática, à provisão para compromissos de taxa e aos referidos passivos financeiros, constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Passivos contingentes

Divulgações relacionadas com passivos contingentes apresentadas nas notas 1.3 alínea i), 2, 41 e 42 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Os passivos contingentes divulgados nas notas 41 e 42 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2022, detalham-se conforme segue:

Fundo de Resolução

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao Banco Espírito Santo, S.A. - processo que deu origem à criação do Novo Banco, S.A. ("Novo Banco") – e em 2015 ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") criaram incertezas relacionadas com a eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos que contraiu para o efeito.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a identificação e compreensão dos processos e controlos chave instituídos pelo Grupo no que se refere à identificação e monitorização dos passivos contingentes.

Face à relevância e complexidade dos julgamentos requeridos do órgão de gestão, no âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos relativamente ao Fundo de Resolução: (i) monitorização das alterações de maior significado ao modelo simplificado de projeções de fluxos de caixa do Fundo de Resolução apresentado pelo Grupo aquando da renegociação dos empréstimos concedidos, tendo por base as condições contratuais acordadas entre os bancos e o Fundo de Resolução; (ii) apreciação de eventuais comunicações públicas relevantes sobre as responsabilidades e passivos contingentes assumidos pelo Fundo de Resolução

Matérias relevantes de auditoria

Essas incertezas têm vindo a evidenciar maior relevância em função das responsabilidades e passivos contingentes assumidos, resultantes nomeadamente: (i) dos efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação; (ii) de processos judiciais instaurados contra o Fundo de Resolução; (iii) dos efeitos negativos de responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco e Banif, resultantes do processo de resolução, que tenham que ser neutralizadas pelo Fundo de Resolução; e (iv) do mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista do Novo Banco, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e da evolução dos seus níveis de capitalização.

Autoridade da Concorrência

Em 2012 a Autoridade da Concorrência instaurou um processo de contraordenação contra um conjunto de bancos, onde se inclui o Banco Santander Totta, S.A., por alegadas práticas restritivas da concorrência. Em 9 de setembro de 2019, a Autoridade da Concorrência notificou os bancos da sua decisão, que aponta para a condenação dos mesmos, tendo sido aplicada ao Grupo uma coima no montante de 36 milhões de euros. O Grupo entende que não praticou a infração imputada, pelo que apresentou, em outubro de 2019, recurso da referida decisão para o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão ("TCRS"). Em maio de 2020, por decisão do referido tribunal, o Grupo prestou caução da quantia relativa a parte da coima aplicada, a qual tem natureza provisória, dado estar pendente da decisão sobre a impugnação judicial efetuada pelo Grupo. Em abril de 2022, o TCRS proferiu uma decisão em que deu como provado certos factos, mas não se pronunciou sobre quaisquer sanções, suspendendo o processo e procedendo ao seu reenvio prejudicial ao Tribunal de

Síntese da abordagem de auditoria

e/ou Estado Português; (iii) análise da evolução das exposições do Grupo junto do Fundo de Resolução; e (iv) compreensão da visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira do Fundo de Resolução, e à previsibilidade de fluxos de caixa esperados das suas receitas regulares.

Relativamente ao processo instaurado pela Autoridade da Concorrência, os nossos trabalhos incluíram: (i) a análise da avaliação do Grupo quanto à natureza e situação do referido processo, que fundamenta a não constituição de provisões; e (ii) a apreciação da informação obtida junto dos advogados externos do Grupo que acompanham o processo.

Analisámos também a informação disponível sobre os desenvolvimentos ocorridos sobre estes assuntos após 31 de dezembro de 2022.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre passivos contingentes, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Justiça da União Europeia, no sentido de este se pronunciar sobre questões que envolvem a interpretação do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o que até esta data ainda não correu.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 refletem a expectativa do órgão de gestão de que não serão exigidas ao Grupo, enquanto entidade participante do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicados ao BES e ao Banif, ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução. Adicionalmente, é também convicção do órgão de gestão que as probabilidades de o processo instaurado pela Autoridade da Concorrência vir a terminar sem o Grupo ter de pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso.

Os passivos contingentes podem evoluir de forma diferente do originalmente esperado, de modo que estão sujeitos a revisão contínua para determinar se a eventualidade de saída de recursos se tornou provável. Nestas circunstâncias, a avaliação destes passivos contingentes implica que o órgão de gestão do Grupo empregue estimativas e julgamentos complexos quanto à probabilidade de materialização e quantificação dos montantes das responsabilidades que podem resultar dos litígios e contingências em que o Grupo é parte envolvida e, nessa medida, esta foi uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia;



- b) elaboração do relatório consolidado de gestão e da demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do

nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo irá preparar um relatório separado do relatório consolidado de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

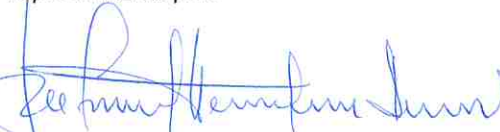
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 21 de dezembro de 2021 para o mandato compreendido entre 2022 e 2024.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 26 de abril de 2023.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

26 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903
Registado na CMVM com o n.º 20160522



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2022


O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2022, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. (adiante designada por "Sociedade"), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos nos termos do art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

A Assembleia Geral da Santander Totta, SGPS, S.A., realizada em 21 de dezembro de 2021, elegeu os corpos sociais para o triénio 2022-2024, tendo, no que respeita ao Conselho Fiscal, sido recebida em 28 de março de 2022 a comunicação do supervisor sobre a aprovação dos membros eleitos, nos quais se incluem como novos membros os dois vogais, tendo a tomada de posse ocorrido no dia 11 de abril de 2022. Entretanto, o vogal Luís Paulo Glória Picado de Sousa apresentou a renúncia ao cargo com efeitos a 1 de outubro de 2022, tendo sido eleita em sua substituição a vogal Marta Alarcão Troni para completar o mandato, cuja aprovação pelo supervisor ocorreu em 17 de janeiro de 2023.

Este novo membro teve oportunidade de se inteirar do trabalho realizado pelos restantes membros, incluindo o do membro cessante, que se encontra devidamente registado em atas, relatórios e pareceres emitidos e já acompanhou o processo de encerramento das contas do exercício de 2022, pelo que se encontra em condições de subscrever o presente Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, o que vai de encontro, por analogia, com o estabelecido para o órgão de gestão no n.º 4 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal realizou quinze reuniões em 2022 e três reuniões em 2023 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em regra, com a presença dos representantes do Revisor Oficial de Contas e, em função das matérias tratadas,

 1/5
MART





com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander Totta (adiante designado por "Grupo"), nomeadamente a Controller, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento, o responsável pela Função de Gestão de Riscos e ainda, em duas delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve representado na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2021, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e aprovou para emissão o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2022, a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2022, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios do Grupo ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões dos Conselhos de Administração da Sociedade e da sua principal participada, Banco Santander Totta, S.A., (ii) a leitura das atas das reuniões destes órgãos, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados, quer da Sociedade quer das suas subsidiárias, e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) No âmbito do acompanhamento das subsidiárias, o Conselho Fiscal, através do seu Presidente, esteve presente nas reuniões do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A., e nas reuniões da Comissão de Auditoria realizadas em 2022 e nas reuniões realizadas em 2023 até à presente data, o que permitiu analisar toda a documentação de apoio distribuída, assistir às apresentações efetuadas pelos responsáveis de cada uma das áreas e colocar questões e pedidos de esclarecimento sempre que necessário e os assuntos tenham suscitado. Relativamente à atividade seguradora do Grupo, as reuniões do Conselho Fiscal tiveram a presença, em quatro delas realizadas em 2022 e numa realizada em 2023 até à presente data, dos Presidentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Santander Totta Seguros, S.A., nas quais os Presidentes destes órgãos expuseram, respetivamente, a evolução da atividade e dos negócios e a fiscalização exercida.

- c) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- d) Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna, *compliance* e *cyber* segurança, assim como ao seguimento interno das recomendações emanadas pelos diversos departamentos de controlo interno, auditores externos e autoridades de supervisão.
- e) Em dezembro de 2022, o Conselho Fiscal emitiu, nos termos do Aviso nº 3/2020, do Banco de Portugal, o Relatório de autoavaliação sobre a cultura organizacional, sistemas de governo e de controlo interno, referente ao Grupo e à filial no estrangeiro, a Totta Ireland PLC, abrangendo o período compreendido entre 1 de dezembro de 2021 e 30 de novembro de 2022.
- f) Foram apreciadas as políticas contabilísticas do Grupo e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados consolidados e fiscalizado o processo de divulgação.
- g) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2022, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira consolidada e dos resultados consolidados do Grupo e salienta que naquela informação se incluem os principais riscos e incertezas para 2023 decorrentes da guerra em curso na Ucrânia, inflação mais elevada e prossecução de políticas monetárias restritivas pelos bancos centrais.
- h) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário requerido pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- i) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular as matérias relevantes de auditoria como tal

Demonstrações Financeiras Individuais

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| | Notas | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|-------|------------------|------------------|
| ATIVO | | | |
| Caixa e outros depósitos à ordem | 2 | 391.244 | 317.862 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | 3 | 931.149 | 317.957 |
| Instrumentos de capital | | 133 | 133 |
| Títulos de dívida | | 931.016 | 317.824 |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | 4 | 3.822.205 | 3.422.166 |
| Ativos por impostos | 5 | 143.193 | 130.468 |
| Outros ativos | 6 | - | - |
| TOTAL DO ATIVO | | 5.287.791 | 4.188.453 |
| PASSIVO | | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | | 1.318.019 | 501.942 |
| Títulos de dívida emitidos | 7 | 1.317.878 | 501.831 |
| Outros passivos financeiros | | 141 | 111 |
| Provisões | 8 | 42 | 42 |
| Outras provisões | | 42 | 42 |
| Passivos por impostos | 5 | 129.648 | 81.422 |
| Outros passivos | 9 | 196 | 71 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 1.447.905 | 583.477 |
| CAPITAIS PRÓPRIOS | | | |
| Capital | 10 | 1.972.962 | 1.972.962 |
| Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social | 10 | 400.000 | 400.000 |
| Outro rendimento integral acumulado | 10 | (46.295) | (1.697) |
| Lucros retidos | 10 | 322 | 482.856 |
| Outras reservas | 10 | 684.734 | 698.885 |
| Ações próprias | 10 | (2.610) | (2.529) |
| Lucros ou prejuízos do período | | 1.508.288 | 54.499 |
| Dividendos antecipados | | (677.515) | - |
| TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | | 3.839.886 | 3.604.976 |
| TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | | 5.287.791 | 4.188.453 |

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2022.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

| | | (Montantes expressos em milhares de Euros) | |
|--|-------|--|---------------|
| | Notas | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| Rendimentos de juros | 11 | 22.240 | 5.247 |
| Despesas com juros | 11 | (19.423) | (1.831) |
| MARGEM FINANCEIRA | | 2.817 | 3.416 |
| Rendimento de dividendos | 12 | 1.505.904 | 50.000 |
| Outros resultados de exploração | | (4) | - |
| PRODUTO BANCÁRIO | | 1.508.717 | 53.416 |
| Despesas administrativas | | (1.167) | (570) |
| Despesas de pessoal | | (152) | (166) |
| Outras despesas administrativas | | (1.015) | (404) |
| Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados | 8 | 13 | - |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | | 13 | - |
| LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS | | 1.507.563 | 52.846 |
| Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação | 5 | 725 | 1.653 |
| LUCROS OU PREJUÍZOS DO PERÍODO | | 1.508.288 | 54.499 |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| | Notas | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|-------|------------------|----------------|
| Lucros ou prejuízos do período | | 1.508.288 | 54.499 |
| Outro rendimento integral | 10 | (44.598) | (1.757) |
| Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados | | | |
| Instrumentos de dívida contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | | | |
| Ganhos ou perdas de avaliação imputados ao capital próprio | | | |
| . Justo valor | 3 | (57.546) | (2.267) |
| . Impacto fiscal | 5 | 12.948 | 510 |
| Rendimento integral individual do período | | 1.463.690 | 52.742 |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| | Notas | Capital | Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social | Outro rendimento integral acumulado | | Lucros retidos | Outras reservas | Ações próprias | Dividendos antecipados | Lucros ou prejuízos do período | Total do capital próprio |
|---|-------|------------------|---|-------------------------------------|---------------|----------------|------------------|----------------|------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| | | | | De justo valor | Por impostos | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 1.972.962 | 600.000 | 77 | (17) | 230.212 | 1.004.215 | (2.447) | - | 7.089 | 3.812.091 |
| Aplicação dos resultados | | | | | | | | | | | |
| . Transferência para reservas | 10 | - | - | - | - | 252.644 | (245.555) | - | - | (7.089) | - |
| Aquisição de ações próprias | 10 | - | - | - | - | - | - | (82) | - | - | (82) |
| Emissão de "Additional Tier 1 Instruments" | 10 | - | 400.000 | - | - | - | - | - | - | - | 400.000 |
| Reembolso de "Additional Tier 1 Instruments" | 10 | - | (600.000) | - | - | - | - | - | - | - | (600.000) |
| Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments" | 10 | - | - | - | - | - | (59.775) | - | - | - | (59.775) |
| Rendimento integral individual do exercício de 2021 | | - | - | (2.267) | 510 | - | - | - | - | 54.499 | 52.742 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 1.972.962 | 400.000 | (2.190) | 493 | 482.856 | 698.885 | (2.529) | - | 54.499 | 3.604.976 |
| Aplicação dos resultados | | | | | | | | | | | |
| . Transferência para reservas | 10 | - | - | - | - | 49.048 | 5.451 | - | - | (54.499) | - |
| . Distribuição de dividendos | 10 | - | - | - | - | (531.582) | - | - | - | - | (531.582) |
| Aquisição de ações próprias | 10 | - | - | - | - | - | - | (81) | - | - | (81) |
| Dividendos antecipados | 10 | - | - | - | - | - | - | - | (677.515) | - | (677.515) |
| Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments" | 10 | - | - | - | - | - | (19.600) | - | - | - | (19.600) |
| Outros | | - | - | - | - | - | (2) | - | - | - | (2) |
| Rendimento integral individual do exercício de 2022 | | - | - | (57.546) | 12.948 | - | - | - | - | 1.508.288 | 1.463.690 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 1.972.962 | 400.000 | (59.736) | 13.441 | 322 | 684.734 | (2.610) | (677.515) | 1.508.288 | 3.839.886 |

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| | Notas | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: | | | |
| Rendimentos de juros e comissões | | (2.020) | 5.237 |
| Despesas administrativas | | <u>(1.046)</u> | <u>(615)</u> |
| Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais | | <u>(3.066)</u> | <u>4.622</u> |
| (Aumentos) diminuições de ativos operacionais: | | | |
| Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento | | (3.066) | 4.622 |
| Impostos pagos | | <u>49.179</u> | <u>(40.200)</u> |
| Caixa líquida das atividades operacionais | | <u>46.113</u> | <u>(35.578)</u> |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | |
| Dividendos recebidos | 12 | 1.505.904 | 50.000 |
| Aquisição de Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | 4 | (135.039) | - |
| Aquisição de Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas "Additional Tier 1 Instruments" | 4 | (400.000) | - |
| Reembolso de prestações acessórias | 4 | 135.000 | - |
| Aquisição ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | 3 | (900.000) | - |
| Reembolso de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | 3 | <u>250.000</u> | <u>13.818</u> |
| Caixa líquida das atividades de investimento | | <u>455.865</u> | <u>63.818</u> |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| Dividendos pagos | 10 | (1.209.057) | - |
| Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments" | 10 | (19.600) | (59.775) |
| Aquisição de ações próprias | 10 | (82) | (82) |
| Emissão de dívida | 7 | 800.000 | 500.000 |
| Emissão de outros instrumentos de capital | 10 | - | 400.000 |
| Reembolso de outros instrumentos de capital | 10 | - | <u>(600.000)</u> |
| Caixa líquida das atividades de financiamento | | <u>(428.739)</u> | <u>240.143</u> |
| Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes | | 73.239 | 268.383 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 317.862 | 49.479 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 391.101 | 317.862 |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de dezembro de 2004 e tem como objeto social a gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. (“totta”), mediante a transferência de parte do seu património para com ele constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida.

Por escritura celebrada no dia 21 de abril de 2005, foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por ação. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado de 464.168 milhares de euros para 1.972.962 milhares de euros representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão no montante de 640.575 milhares de euros. A Sociedade integra a consolidação do Banco Santander, S.A. (*ultimate parent*).

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício de 2022 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 10 de março de 2023. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

Em conformidade com o artigo nº 2 do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, a partir de 1 de janeiro de 2016 as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, a exemplo do que já era anteriormente requerido para as demonstrações financeiras em base consolidada.

Desta forma, a partir de 1 de janeiro de 2016, as demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e efetivas à data de 01 de janeiro de 2020, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2021 e descritas neste anexo.

A partir do exercício de 2020 a Sociedade passou apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as orientações do Regulamento (EU 2017/1443 de 29 de junho de 2017).

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, exceto quando expressamente indicado.

Na preparação das demonstrações financeiras a Sociedade segue a convenção de custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 1.3.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que a Sociedade dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, a Sociedade adotou com referência a 1 de janeiro de 2022 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos da locação variáveis e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior.
- **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
- **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
- **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.

- Melhorias às normas 2018 – 2020. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: **IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41**.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2*, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.
- **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.
- **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.
- **IFRS 17** (alteração). 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.
- **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e

diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants''. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Na sequência da adoção das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados (“FVPL”).

A Sociedade avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos *thresholds* quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os *thresholds* definidos pela Sociedade.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com a IFRS 9, caso a entidade altere o seu modelo de negócio, deverá proceder à reclassificação dos respetivos ativos de acordo com o seu novo modelo de negócio. De acordo com a referida norma, estas alterações devem ser pouco frequentes devendo cumprir com os seguintes requisitos, nomeadamente:

- A alteração do respetivo modelo de negócio deverá ser tomada pela Administração;
- A referida alteração deverá impactar significativamente nas operações da entidade; e
- A alteração deverá ser demonstrável a entidades externas.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Sociedade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Sociedade tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, acrescidos dos gastos de transação, e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Outro rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Rendimentos de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimento de dividendos" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros correspondem essencialmente a emissões de obrigações.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Sociedade aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, outros valores a receber não valorizados ao justo valor.

As perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade sob o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

A Sociedade mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. A Sociedade adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito da Sociedade e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

ii) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pela Sociedade quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Sociedade procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, exceto se a probabilidade de uma saída de fundos for remota. As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas nas datas de reporte e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

iii) Impostos sobre Lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável da Sociedade, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Nesta data a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2022 e 2021, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - até 1.500 milhares de euros 0%
 - entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
 - entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
 - superior a 35.000 milhares de euros 9%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pela Sociedade no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31%.

Com a publicação do Orçamento Suplementar para 2020 (Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho), os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2021 e 2022 poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Adicionalmente, a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais fica suspensa por dois períodos de tributação.

Assim, os prejuízos fiscais gerados entre os exercícios de 2014 e 2016, inclusive, poderão ser utilizados nos catorze períodos de tributação posteriores, enquanto que os gerados entre 2017 e 2019, inclusive, poderão ser utilizados nos sete períodos de tributação posteriores.

A dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável (80%, no caso dos prejuízos fiscais gerados em 2021 e 2022), podendo o remanescente ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada uma das Sociedades que compõem o Grupo. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta SGPS – Sociedade dominante; Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, Gamma e TottaUrbe – Sociedades dominadas. O ganho obtido com a aplicação do RETGS é alocado às Sociedades abrangidas, de forma proporcional à matéria coletável individual de cada Sociedade.

O valor do IRC a receber corresponde à soma algébrica do valor a pagar por cada sociedade dominada e o valor a pagar corresponde ao valor que a sociedade dominante tem a entregar ao Estado.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

A Sociedade não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

iv) Especialização dos exercícios

A Sociedade adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

v) Investimento em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas

As empresas filiais são entidades nas quais a Sociedade detém controlo, ou seja, quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- Poder sobre a entidade (o qual é evidenciado, geralmente, pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto);
- Exposição, ou direito, a retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a entidade; e
- Capacidade de utilizar esse poder sobre a entidade para influenciar o montante dos retornos variáveis sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades.

As empresas associadas são entidades em que a Sociedade exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem existir controlo ou controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objeto de análises de imparidade. As perdas de imparidade são reconhecidas quando se verificam perdas/deteriorações de valor significativas, através da realização de testes de imparidade para a verificação da sua existência. Para além do reconhecimento da imparidade dos investimentos em filiais e associadas, a Sociedade reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades. Os dividendos recebidos das empresas filiais e associadas são registados como "Rendimentos de dividendos" quando atribuídos.

vi) Ações próprias

As ações próprias são registadas a débito em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação, a parcela de dividendos a distribuir por estas ações ficam retidos nos capitais próprios. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

vii) Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação. As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

viii) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e detidas como ações próprias.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

ix) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Sociedade considera como "Caixa e seus equivalentes" o saldo da rubrica "Caixa e outros depósitos à ordem", uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

1.3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Notas 3 e 16)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows". Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade (Notas 4, 6 e 8)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.2. i). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo” são sujeitos a testes de imparidade no final de cada exercício. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados serão afetados. Anualmente a Sociedade analisa com base no *Business Plan* os fluxos de caixa esperados decorrentes da atividade das participadas e avalia possíveis indícios de imparidade. Na data de relato não foram identificados indícios de imparidade tendo presente a evolução positiva da atividade das participadas.

Impostos (Nota 5)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) a Sociedade apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração da Sociedade.

2. CAIXA E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa e outros depósitos à ordem | | |
| Depósitos à ordem - Banco Santander Totta | 391.101 | 317.862 |
| Juros a receber | 143 | - |
| | <u>391.244</u> | <u>317.862</u> |

Os depósitos à ordem junto do Banco Santander Totta (BST ou Banco), são remunerados à Euribor 1 M -0,5% (em 31 de dezembro de 2021 não eram remunerados).

3. ATIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | | | | <u>31-12-2021</u> | | | |
|---|--------------------|-----------------|-------------------------------------|------------------|--------------------|-----------------|-------------------------------------|------------------|
| | Custo de aquisição | Juros a receber | Reserva de justo valor (Nota 10) | Valor de balanço | Custo de aquisição | Juros a receber | Reserva de justo valor (Nota 10) | Valor de balanço |
| Instrumentos de dívida | | | | | | | | |
| Emitidos por residentes | | | | | | | | |
| Banco Santander Totta Subordinated Tier 2 | 320.000 | 5.076 | (43.850) | 281.226 | 320.000 | 14 | (2.190) | 317.824 |
| Banco Santander Totta Senior Non-Preferred 6NCS | 650.000 | 15.676 | (15.886) | 649.790 | - | - | - | - |
| | <u>970.000</u> | <u>20.752</u> | <u>(59.736)</u> | <u>931.016</u> | <u>320.000</u> | <u>14</u> | <u>(2.190)</u> | <u>317.824</u> |
| Instrumentos de Capital | | | | | | | | |
| Emitidos por não residentes | | | | | | | | |
| Valorizados ao justo valor | 133 | - | - | 133 | 133 | - | - | 133 |
| | <u>970.133</u> | <u>20.752</u> | <u>(59.736)</u> | <u>931.149</u> | <u>320.133</u> | <u>14</u> | <u>(2.190)</u> | <u>317.957</u> |

As características das emissões adquiridas pela Sociedade no exercício de 2022 e 2021 são as seguintes:

| ISIN | Emissão | Valor nominal | Data de emissão | Data de vencimento | Taxa | Indexante |
|--------------|--|---------------|-----------------|--------------------------------------|--------|-----------|
| PTBSP90M0024 | OB.BST - Senior Non-Preferred 6NC5 | 650.000 | 20-06-2022 | 20-06-2028 | 4,514% | Fixa |
| PTBSROOM0018 | OB. BST 2030 TIER2 | 320.000 | 31-12-2020 | Reembolso antecipado após 31-12-2025 | 1,582% | Fixa |
| PTBSRPOM0033 | OB.BST - SENIOR PREFERRED NOTES DUE FEB 2028 | 250.000 | 28-02-2022 | Reembolso antecipado em junho 2022 | 1,797% | Fixa |

4. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|---|--------------------------|------------------|--------------------------|------------------|
| | Participação Directa (%) | Valor de balanço | Participação Directa (%) | Valor de balanço |
| Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. | 100,00 | 47.250 | 100,00 | 47.250 |
| Banco Santander Totta, S.A. | 98,91 | 3.374.550 | 98,76 | 3.374.511 |
| Banco Santander Totta, S.A. - "Additional Tier 1 Instruments" | - | 400.000 | - | - |
| Taxagest, SGPS, S.A. ⁽¹⁾ | 1,00 | 405 | 1,00 | 405 |
| | | <u>3.822.205</u> | | <u>3.422.166</u> |

⁽¹⁾ O capital remanescente é detido pelo Banco Santander Totta, S.A.

O movimento ocorrido durante o ano de 2022 foi o seguinte :

| | 2022 | | | |
|---|------------------|----------------|----------------|------------------|
| | 31-12-2021 | Aumentos | Diminuições | 31-12-2022 |
| Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. | 47.250 | - | - | 47.250 |
| Banco Santander Totta, S.A. | 3.374.511 | 135.039 | 135.000 | 3.374.550 |
| Banco Santander Totta, S.A. - "Additional Tier 1 Instruments" | - | 400.000 | - | 400.000 |
| Taxagest, SGPS, S.A. | 405 | - | - | 405 |
| | <u>3.422.166</u> | <u>535.039</u> | <u>135.000</u> | <u>3.822.205</u> |

Em Assembleia Geral de 04 de maio de 2022 do BST, foi aprovado um aumento de capital de 135.056 milhares de euros, tendo a Sociedade subscrito 135.039 milhares de euros. Foi também deliberado o reembolso na íntegra das prestações acessórias realizadas pela Sociedade no montante de 135.000 milhares de euros.

Em 29 de junho de 2022, o Banco emitiu "€ 400.000.000 Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier I", obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive), tendo sido na totalidade adquirido pela Sociedade. Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pelo Banco a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,159% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pelo Banco e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições, situações que conduziram ao seu registo nesta rubrica.

Em 31 de dezembro de 2022, os dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais das filiais, são os seguintes:

| Empresa | Atividade | Sede | Percentagem de participação | Situação líquida | Participação | Valor de balanço | Diferença |
|--|---------------------------------|--------|-----------------------------|------------------|--------------|------------------|-----------|
| Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. | Seguradora | Lisboa | 100% | 106.465 | 106.465 | 47.250 | 59.215 |
| Banco Santander Totta, S.A. | Bancária | Lisboa | 99% | 3.490.809 | 3.452.836 | 3.774.550 | (321.714) |
| Taxagest, SGPS, S.A. | Gestão de Participações Sociais | Lisboa | 1% | 55.725 | 557 | 405 | 153 |

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2 v), os investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas são analisados para efeito de validação do respetivo valor recuperável sempre que existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados serão afetados. Anualmente a Sociedade analisa com base no *Business Plan* os fluxos de caixa esperados decorrentes da atividade das participadas e avalia possíveis indícios de imparidade. Na data de relato não foram identificados indícios de imparidade tendo presente a evolução positiva da atividade das participadas

5. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Ativos por impostos | | |
| Impostos correntes | | |
| Pagamento por conta | - | 25.914 |
| Pagamento adicional por conta | - | 20.609 |
| IRC a recuperar | 914 | - |
| Retenções na fonte | 5 | - |
| IRC a receber das participadas | 128.833 | 83.452 |
| Impostos diferidos (Nota 10) | 13.441 | 493 |
| | <u>143.193</u> | <u>130.468</u> |
| Passivos por impostos | | |
| Impostos correntes | | |
| IRC a pagar 2021 | - | 81.419 |
| IRC a pagar 2022 | 128.833 | - |
| IRC a pagar às participadas | 815 | 3 |
| | <u>129.648</u> | <u>81.422</u> |

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efetiva, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

| | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|---|-----------------|---------------------|-----------------|-----------------------|
| | Taxa de imposto | Montante | Taxa de imposto | Montante |
| Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos | | 1.507.563 | | 52.846 |
| Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente | 22,50% | 339.202 | 22,50% | 11.890 |
| Dividendos não tributáveis | -22,48% | (338.828) | -21,29% | (11.250) |
| Correções de anos anteriores - Efeito RETGS | -0,04% | (625) | 0,71% | 377 |
| Efeito RETGS | -0,01% | (100) | -5,05% | (2.670) |
| Outros | -0,02% | (374) | 0,00% | - |
| Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação | | <u>(725)</u> | | <u>(1.653)</u> |

6. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Devedores diversos | | |
| Suprimentos | - | 37 |
| Outros | 9 | 9 |
| | <u>9</u> | <u>46</u> |
| Imparidade (Nota 8) | <u>(9)</u> | <u>(46)</u> |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |

Os contratos de suprimentos foram efetuados à FAFER – Empreendimentos Urbanísticos e de Construções, S.A. no montante de 37 milhares de euros e são provenientes da incorporação da FOGGIA, SGPS, S.A. na Sociedade. No exercício de 2022 a Sociedade procedeu à anulação deste valor a receber.

7. PASSIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | | Taxa de Juro | Data de Emissão | Data de Vencimento | Indexante |
|----------------------------|------------------|---------------|------------------|----------------|---------------|------------------|--------------|-----------------|--------------------|-----------|
| | Capital | Juros a pagar | Valor de balanço | Capital | Juros a pagar | Valor de balanço | | | | |
| Titulos de dívida emitidos | | | | | | | | | | |
| Senior Holdco | 500.000 | 1.831 | 501.831 | 500.000 | 1.831 | 501.831 | 0,68% | 17-jun-2021 | 17-jun-2027 | Fixa |
| Senior Non-Preferred 6NCS | 600.000 | 10.726 | 610.726 | - | - | - | 3,08% | 3-jun-2022 | 3-jun-2028 | Fixa |
| Subordinated 10NCS | 200.000 | 5.321 | 205.321 | - | - | - | 4,71% | 9-jun-2022 | 9-jun-2032 | Fixa |
| | <u>1.300.000</u> | <u>17.878</u> | <u>1.317.878</u> | <u>500.000</u> | <u>1.831</u> | <u>501.831</u> | | | | |

O movimento ocorrido durante o exercício de 2022 foi o seguinte :

| | <u>Saldo inicial</u> | <u>Emissões</u> | <u>Reembolsos</u> | <u>Saldo final</u> |
|----------------|----------------------|-----------------|-------------------|--------------------|
| Dívida emitida | <u>500.000</u> | <u>800.000</u> | <u>-</u> | <u>1.300.000</u> |

As emissões da Sociedade foram integralmente subscritas pelo Banco Santander, S.A..

8. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante os exercícios de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| | Saldos em 2020 | | | Saldos em 2021 | | | Saldos em 2022 | | |
|--------------------------------------|----------------|-------------|----------|----------------|-------------|-------------|----------------|-------------|--------------|
| | Reposições | Utilizações | | Reposições | Utilizações | | Reposições | Utilizações | Recuperações |
| Imparidade em outros ativos (Nota 6) | | | | | | | | | |
| Devedores e outras aplicações | 46 | - | - | 46 | - | (37) | 9 | - | 13 |
| Outras provisões | 42 | - | - | 42 | - | - | 42 | - | - |
| | <u>88</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>88</u> | <u>-</u> | <u>(37)</u> | <u>51</u> | <u>-</u> | <u>13</u> |

9. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | <u>31-12-2022</u> | <u>31-12-2021</u> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Encargos a pagar | | |
| Gastos gerais administrativos | 196 | 71 |

10. CAPITAIS PRÓPRIOS

Conforme descrito na Nota Introdutória, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos acionistas da Sociedade, através da entrega das ações das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 ações, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Em 21 de abril de 2005 foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma ficou representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada uma reserva de fusão de 640.575 milhares de euros.

Outros instrumentos de capital

Em 30 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na após aprovação do Banco Central Europeu. Em 17 de janeiro de 2021 a Sociedade procedeu ao reembolso deste instrumento.

Em 20 de Junho de 2016, a Sociedade fez uma segunda emissão de “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 10,5% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada após aprovação do Banco Central Europeu. Em 22 de junho de 2021 a Sociedade procedeu ao reembolso deste instrumento.

Em 14 de janeiro de 2021, a Sociedade fez uma terceira emissão de “€ 400.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 4,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada após aprovação do Banco Central Europeu.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os principais acionistas da Sociedade eram os seguintes:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | |
|-----------------|------------------------|-------------------|------------------|------------------------|-------------------|------------------|
| | Número de ações | % de participação | Montante | Número de ações | % de participação | Montante |
| Grupo Santander | 196.996.017.344 | 99,85% | 1.969.960 | 196.996.017.344 | 99,85% | 1.969.960 |
| Ações próprias | 120.933.572 | 0,06% | 1.209 | 117.049.943 | 0,06% | 1.171 |
| Outros | 179.257.042 | 0,09% | 1.793 | 183.140.671 | 0,09% | 1.831 |
| | <u>197.296.207.958</u> | <u>100,00%</u> | <u>1.972.962</u> | <u>197.296.207.958</u> | <u>100,00%</u> | <u>1.972.962</u> |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Outro rendimento integral acumulado tem a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|---|-----------------|----------------|
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | | |
| Valor Bruto (Nota 3) | (59.736) | (2.190) |
| Impacto fiscal (Nota 5) | 13.441 | 493 |
| | <u>(46.295)</u> | <u>(1.697)</u> |

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as outras reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Lucros retidos | 322 | 482.856 |
| Reservas não distribuíveis | | |
| Reserva de fusão | 640.575 | 640.575 |
| Reserva Legal | 369.799 | 364.350 |
| Outras reservas | | |
| Juros AT1 | (325.640) | (306.040) |
| | <u>684.734</u> | <u>698.885</u> |

Lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica reconhece os lucros ou prejuízos de exercícios anteriores não distribuídos.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade vinha constituindo um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, era anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício até perfazer o referido montante.

Conforme parecer emitido pelos seus consultores legais, a Sociedade, por força do Decreto-Lei nº 109-H/2021, de 10 de dezembro, que deu nova redação ao Artigo 2º A do RGICSF, deixou de ser uma sociedade financeira e de aplicar o Artigo 97º do Decreto-lei nº 201/2002, de 26 de setembro e passou a ser considerada uma instituição financeira passando aplicar o Artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, que estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Ações próprias

No exercício de 2022 a Sociedade procedeu à aquisição de 3.883.628 ações próprias, pelo montante de 81 milhares de euros.

Durante o exercício de 2021, a Sociedade procedeu à aquisição de 3.454.487 ações próprias, pelo montante de 82 milhares de euros.

Nos termos da alínea d), do n.º 5, art.º 66º do código das sociedades comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2022, a sociedade detém 120.933.572 ações próprias, com o valor nominal de um cêntimo cada.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Lucros ou prejuízos do período | 1.508.288 | 54.499 |
| Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas | 197.296.207.958 | 197.296.207.958 |
| Número médio ponderado de ações próprias em carteira | 120.933.572 | 117.049.943 |
| Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação | 197.176.826.021 | 197.181.828.336 |
| Resultado por ação básico (em Euros) | 0,0076 | 0,0003 |

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

No dia 28 de fevereiro de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos a resultados transitados no montante de 482.855 milhares de euros.

No dia 04 de maio de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de 49.049 milhares de euros.

No dia 27 de julho de 2022, o Conselho Fiscal deu o consentimento para o Conselho de Administração proceder a um adiantamento sobre os lucros de 2022 no montante de 677.925 milhares de euros.

11. RENDIMENTOS DE JUROS E DESPESAS COM JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|--------------|
| Rendimentos de juros | | |
| Juros de aplicações em Instituições de Crédito | 161 | - |
| Juros de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | 22.079 | 5.247 |
| | <u>22.240</u> | <u>5.247</u> |
| Despesas com juros | | |
| Juros de passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | (19.423) | (1.831) |
| | <u>2.817</u> | <u>3.416</u> |

12. RENDIMENTOS DE DIVIDENDOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------|---------------|
| Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. | - | 50.000 |
| Banco Santander Totta, S.A. | 1.505.904 | - |
| | <u>1.505.904</u> | <u>50.000</u> |

13. NÚMERO E COLABORADORES AO SERVIÇO DA EMPRESA

Em cumprimento do disposto no n.º 3, art.º 66 do CSC, informamos que, a Santander Totta, SGPS não dispõe de colaboradores ao seu serviço, sendo o montante dos encargos suportados a título de Gastos com o Pessoal, os relativos à remuneração do Conselho Fiscal no montante de 152 milhares de euros (166 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022).

14. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas no exercício de 2022 e 2021, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

| | 2022 | 2021 |
|--|------------|------------|
| Auditoria e revisão legal das contas | 211 | 131 |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 22 | 35 |
| Serviços de consultaria fiscal | - | - |
| | <u>233</u> | <u>166</u> |

Os montantes acima correspondem aos contratados para os períodos, independentemente da sua data de faturação.

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade inclui os honorários relativos ao serviço de apoio ao Conselho Fiscal no âmbito do seu relatório de autoavaliação requerido pelo Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal nos termos previstos no n.º 3 do artigo 56.º do referido Aviso.

15. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações durante o exercício de 2022 e 2021, foi o seguinte :

| Nome da entidade relacionada | Sede |
|---|----------|
| <u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Sociedade</u> | |
| Banco Santander, S.A. | Espanha |
| <u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pela Sociedade</u> | |
| Banco Santander Totta, S.A. | Portugal |
| Taxagest,SGPS, S.A. | Portugal |
| Santander Totta Seguros - Comp ^ª de Seguros De Vida, S.A. | Portugal |
| Gamma - Sociedade de Titularização Créditos, S.A. | Portugal |
| Tottaurbe - Emp.Admin. e Construções, S.A. | Portugal |

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações durante o exercício de 2022 foi o seguinte :

| | 31-12-2022 | |
|---|---|---|
| | Empresa que directa ou indirectamente controlam a Sociedade | Empresas que directa ou indirectamente são controladas pela Sociedade |
| <u>Ativos:</u> | | |
| Caixa e outros depósitos à ordem | - | 391.244 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | - | 931.016 |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | - | 3.822.205 |
| Ativos por impostos | - | 128.833 |
| <u>Passivos:</u> | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | | |
| Títulos de dívida emitidos | 1.317.878 | - |
| Passivos por impostos | - | 815 |
| <u>Demonstração de Resultados:</u> | | |
| Rendimentos de juros | - | 22.240 |
| Despesas com juros | (19.423) | - |
| Rendimentos de dividendos | - | 1.505.904 |

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações durante o exercício de 2021 foi o seguinte:

| | 31-12-2021 | |
|---|---|---|
| | Empresa que direta ou indiretamente controlam a Sociedade | Empresas que direta ou indiretamente são controladas pela Sociedade |
| Ativos: | | |
| Caixa e outros depósitos à ordem | - | 317.862 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | - | 317.824 |
| Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | - | 3.422.166 |
| Ativos por impostos | - | 83.452 |
| Passivos: | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | | |
| Títulos de dívida emitidos | 501.831 | - |
| Passivos por impostos | - | 3 |
| Demonstração de Resultados: | | |
| Rendimentos de juros | - | 5.247 |
| Despesas com juros | (1.831) | - |
| Rendimentos de dividendos | - | 50.000 |

16. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13

Justo Valor

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

| | 31-12-2022 | | | 31-12-2021 | | | | |
|---|----------------|------------------|----------------------|------------------|----------------|------------------|----------------------|----------------|
| | Justo valor | Custo amortizado | Valor contabilístico | Justo valor | Justo valor | Custo amortizado | Valor contabilístico | Justo valor |
| Ativo | | | | | | | | |
| Caixa e outros depósitos à ordem | - | 391.244 | 391.244 | 391.244 | - | 317.862 | 317.862 | 317.862 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | | | | | | | | |
| Instrumentos de capital | 133 | - | 133 | 133 | 133 | - | 133 | 133 |
| Títulos de dívida | 931.016 | - | 931.016 | 931.016 | 317.824 | - | 317.824 | 317.824 |
| | <u>931.149</u> | <u>391.244</u> | <u>1.322.393</u> | <u>1.322.393</u> | <u>317.957</u> | <u>317.862</u> | <u>635.819</u> | <u>635.819</u> |
| Passivo | | | | | | | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | | | | | | | | |
| Títulos de dívida emitidos | - | 1.317.878 | 1.317.878 | 1.175.764 | - | 501.831 | 501.831 | 507.485 |
| Outros passivos financeiros | - | 141 | 141 | 141 | - | 111 | 111 | 111 |
| | <u>-</u> | <u>1.318.019</u> | <u>1.318.019</u> | <u>1.175.905</u> | <u>-</u> | <u>501.942</u> | <u>501.942</u> | <u>507.596</u> |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

| | 31-12-2022 | | | | 31-12-2021 | | | |
|---|--|-----------|--------------------------------|----------------|--|-----------|--------------------------------|----------------|
| | Metodologia de apuramento do justo valor | | | | Metodologia de apuramento do justo valor | | | |
| | Cotações em mercado activo | | Outras técnicas de valorização | | Cotações em mercado activo | | Outras técnicas de valorização | |
| | (Nível 1) | (Nível 2) | (Nível 3) | Total | (Nível 1) | (Nível 2) | (Nível 3) | Total |
| Ativo | | | | | | | | |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | | | | | | | | |
| Instrumentos de capital | - | - | 133 | 133 | - | - | 133 | 133 |
| Títulos de dívida | - | - | 931.016 | 931.016 | - | - | 317.824 | 317.824 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>931.149</u> | <u>931.149</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>317.957</u> | <u>317.957</u> |

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

| | 31-12-2022 | | | | 31-12-2021 | | | |
|---|---|--|-----------|-----------|---|--|-----------|---------|
| | Metodologia de apuramento do justo valor | | | | Metodologia de apuramento do justo valor | | | |
| | Cotações em mercado ativo (Nível 1) | Outras técnicas de valorização (Nível 2) | (Nível 3) | Total | Cotações em mercado ativo (Nível 1) | Outras técnicas de valorização (Nível 2) | (Nível 3) | Total |
| | | | | | | | | |
| Ativo | | | | | | | | |
| Caixa e outros depósitos à ordem | - | 391.244 | - | 391.244 | - | 317.862 | - | 317.862 |
| | - | 391.244 | - | 391.244 | - | 317.862 | - | 317.862 |
| Passivo | | | | | | | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | | | | | | | | |
| Títulos de dívida emitidos | - | - | 1.175.764 | 1.175.764 | - | - | 507.485 | 507.485 |
| Outros passivos financeiros | - | - | 141 | 141 | - | - | 111 | 111 |
| | - | - | 1.175.905 | 1.175.905 | - | - | 507.596 | 507.596 |

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram na atualização de fluxos de caixa futuros.

Para os passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado foi efetuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do período.

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros da Sociedade compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para as quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos os títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.
- Nível 3 – A Sociedade classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais a Sociedade utiliza extrapolações de dados de mercado.

Durante os exercício de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

| | Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral |
|---------------------------|--|
| Em 31 de dezembro de 2020 | 334.031 |
| Aquisições | - |
| Alienações | - |
| Reembolsos | - |
| Reclassificações | - |
| Alterações de justo valor | (16.074) |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 317.957 |
| Aquisições | 650.000 |
| Alienações | - |
| Reembolsos | - |
| Reclassificações | - |
| Alterações de justo valor | (36.808) |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 931.149 |

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

| | EUR | |
|-----------|------------|------------|
| | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| Overnight | 1,74% | -0,64% |
| 1 mês | 1,74% | -0,64% |
| 3 meses | 2,12% | -0,57% |
| 6 meses | 2,69% | -0,55% |
| 9 meses | 3,03% | -0,52% |
| 1 ano | 3,23% | -0,48% |
| 3 anos | 3,31% | -0,15% |
| 5 anos | 3,23% | 0,02% |
| 7 anos | 3,20% | 0,13% |
| 10 anos | 3,20% | 0,30% |

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito na Sociedade abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Valor de balanço | Exposição máxima | Valor de balanço | Exposição máxima |
| <u>Ativo</u> | | | | |
| Caixa e outros depósitos à ordem | 391.244 | 391.244 | 317.862 | 317.862 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral - Títulos de dívida | 931.016 | 931.016 | 317.824 | 317.824 |
| | <u>1.322.260</u> | <u>1.322.260</u> | <u>635.686</u> | <u>635.686</u> |

A Sociedade encontra-se exposta ao risco de crédito do Banco Santander Totta, S.A.. O Banco Santander Totta detém os melhores ratings do setor. As atuais notações de rating da dívida de longo prazo do Banco, são as seguintes: Fitch – A-; Moody's – Baa2; S&P – BBB+; e DBRS – A.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efetuado em condições razoáveis.

No que diz respeito à Sociedade, pode-se considerar que o risco de liquidez é bastante reduzido à semelhança dos outros riscos financeiros, na medida em que as obrigações emitidas foram subscritas pelo Banco Santander, S.A. e a liquidez obtida foi investida em obrigações do Banco Santander Totta. S.A..

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | | | | | Total |
|---|----------------|-------------|---------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|------------------|
| | À vista | Até 3 meses | De 3 meses a um ano | Entre 1 e 3 anos | Entre 3 e 5 anos | Mais de 5 anos | Indeterminado | |
| Ativo | | | | | | | | |
| Caixa e outros depósitos à ordem | 391.244 | - | - | - | - | - | - | 391.244 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | - | - | 34.973 | 69.948 | 69.377 | 1.014.571 | 133 | 1.189.002 |
| | <u>391.244</u> | <u>-</u> | <u>34.973</u> | <u>69.948</u> | <u>69.377</u> | <u>1.014.571</u> | <u>133</u> | <u>1.580.246</u> |
| Passivo | | | | | | | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | | | | | | | | |
| Títulos de dívida emitidos | - | - | 31.841 | 63.683 | 1.359.737 | - | - | 1.455.261 |
| Outros passivos financeiros | - | - | - | - | - | - | 141 | 141 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>31.841</u> | <u>63.683</u> | <u>1.359.737</u> | <u>-</u> | <u>141</u> | <u>1.455.402</u> |
| 31-12-2021 | | | | | | | | |
| | À vista | Até 3 meses | De 3 meses a um ano | Entre 1 e 3 anos | Entre 3 e 5 anos | Mais de 5 anos | Indeterminado | Total |
| Ativo | | | | | | | | |
| Caixa e outros depósitos à ordem | 317.862 | - | - | - | - | - | - | 317.862 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | - | - | 5.632 | 11.266 | 11.265 | 340.250 | 133 | 368.546 |
| | <u>317.862</u> | <u>-</u> | <u>5.632</u> | <u>11.266</u> | <u>11.265</u> | <u>340.250</u> | <u>133</u> | <u>686.408</u> |
| Passivo | | | | | | | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | | | | | | | | |
| Títulos de dívida emitidos | - | - | 3.375 | 6.755 | 506.745 | - | - | 516.875 |
| Outros passivos financeiros | - | - | - | - | - | - | 111 | 111 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>3.375</u> | <u>6.755</u> | <u>506.745</u> | <u>-</u> | <u>111</u> | <u>516.986</u> |

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Sociedade na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações e preços de mercadorias.

Refletindo as características do negócio em que opera, verifica-se que, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade não estava exposta a este tipo de risco.

RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

| | 31-12-2022 | | | | 31-12-2021 | | | |
|---|----------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Exposição a | | Não remunerado | Total | Exposição a | | Não remunerado | Total |
| | Taxa fixa | Taxa variável | | | Taxa fixa | Taxa variável | | |
| Ativo | | | | | | | | |
| Caixa e outros depósitos à ordem | - | 391.244 | - | 391.244 | - | 317.862 | - | 317.862 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | | | | | | | | |
| Instrumentos de capital | 970.000 | - | (38.984) | 931.016 | 320.000 | - | (2.176) | 317.824 |
| Titulos de dívida | - | - | 133 | 133 | - | - | 133 | 133 |
| | <u>970.000</u> | <u>391.244</u> | <u>(38.851)</u> | <u>1.322.393</u> | <u>320.000</u> | <u>317.862</u> | <u>(2.043)</u> | <u>635.819</u> |
| Passivo | | | | | | | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | | | | | | | | |
| Titulos de dívida emitidos | 800.000 | 500.000 | 17.878 | 1.317.878 | - | 500.000 | 1.831 | 501.831 |
| Outros passivos financeiros | - | - | 141 | 141 | - | - | 111 | 111 |
| | <u>800.000</u> | <u>500.000</u> | <u>18.019</u> | <u>1.318.019</u> | <u>-</u> | <u>500.000</u> | <u>1.942</u> | <u>501.942</u> |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro, por intervalos de taxas é o seguinte:

| | 31-12-2022 | | | | | 31-12-2021 | | | | |
|---|---------------------|----------------|----------------|-------------------------------------|------------------|---------------------|----------------|-----------|-------------------------------------|----------------|
| | Intervalos de taxas | | | Não sujeito a risco de taxa de juro | Total | Intervalos de taxas | | | Não sujeito a risco de taxa de juro | Total |
| | [<1%] | [1%-3%] | [3%-5%] | | | [<1%] | [1%-3%] | [3%-5%] | | |
| Ativo | | | | | | | | | | |
| Caixa e outros depósitos à ordem | 391.244 | - | - | - | 391.244 | 317.862 | - | - | - | 317.862 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | | | | | | | | | | |
| Instrumentos de capital | - | - | - | 133 | 133 | - | - | - | 133 | 133 |
| Titulos de dívida | - | 320.000 | 650.000 | (38.984) | 931.016 | - | 320.000 | - | (2.176) | 317.824 |
| | <u>391.244</u> | <u>320.000</u> | <u>650.000</u> | <u>(38.851)</u> | <u>1.322.393</u> | <u>317.862</u> | <u>320.000</u> | <u>-</u> | <u>(2.043)</u> | <u>635.819</u> |
| Passivo | | | | | | | | | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | | | | | | | | | | |
| Titulos de dívida emitidos | 500.000 | - | 800.000 | 17.878 | 1.317.878 | 500.000 | - | - | 1.831 | 501.831 |
| Outros passivos financeiros | - | - | - | 141 | 141 | - | - | - | 111 | 111 |
| | <u>500.000</u> | <u>-</u> | <u>800.000</u> | <u>18.019</u> | <u>1.318.019</u> | <u>500.000</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>1.942</u> | <u>501.942</u> |

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (*bp's*) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros da Sociedade a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano e de acordo com as perspetivas do Grupo Santander em Portugal, correspondia a:

| | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|---|-----------------|---------------|-----------------|---------------|
| | Variação | Variação | Variação | Variação |
| | +100 bp's | -100 bp's | +100 bp's | -100 bp's |
| <u>Ativo</u> | | | | |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral | | | | |
| Títulos de dívida | (54.357) | 57.849 | (29.555) | 32.254 |
| | <u>(54.357)</u> | <u>57.849</u> | <u>(29.555)</u> | <u>32.254</u> |
| <u>Passivo</u> | | | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | | | | |
| Títulos de dívida emitidos | (48.715) | 50.722 | (22.238) | 23.248 |
| | <u>(48.715)</u> | <u>50.722</u> | <u>(22.238)</u> | <u>23.248</u> |

RISCO CAMBIAL

O risco cambial define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, que poderão resultar em alterações no preço de instrumentos denominados em moeda estrangeira, movimentos contabilísticos relativos à conversão na moeda local de investimentos externos, ou pela alteração da posição competitiva da instituição devida a variações significativas das taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todos os ativos e passivos da Sociedade são denominados em Euros, a exposição ao risco de taxa de câmbio da Sociedade é nulo, tendo em conta a existência, quando aplicável, de uma proteção natural decorrente da compensação da variação cambial entre os ativos e passivos denominados em moeda.

17. **ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2022, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

18. **APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2023.

Relatórios e pareceres da atividade individual



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. (“Sociedade” ou “Santander Totta SGPS”), que compreendem a demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 5.287.791 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.839.886 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.508.288 milhares de euros), a demonstração dos resultados individual, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individuais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Valor recuperável dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadasMensuração e divulgações relacionadas com o valor recuperável dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas apresentadas nas notas 1.2 alínea v) e 4 anexas às demonstrações financeiras da Sociedade

Pela relevância desta rubrica no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade e pelo grau de julgamento associado ao apuramento do valor recuperável dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Estes investimentos incluem participações e outros instrumentos de capital relativos a filiais nas quais a Santander Totta SGPS exerce controlo sobre a sua gestão e/ou em empresas associadas nas quais tem influência significativa, mas não detém o controlo.

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos em balanço dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas ascendem a 3.822.205 milhares de euros, representados na sua maioria pela participação na filial Banco Santander Totta, S.A.

Estes investimentos são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade por forma a refletir o valor recuperável estimado por recurso a projeções que normalmente incorporam pressupostos do órgão de gestão e envolvem um elevado grau de julgamento. O órgão de gestão da Sociedade baseia-se nos fluxos de caixa que se espera possam vir a ser gerados no decorrer da atividade futura das participadas espelhados em planos de negócio preparados e aprovados, que poderão ou não vir a concretizar-se, para avaliar a existência de indícios de imparidade no valor de balanço dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão nas projeções que suportam o apuramento do valor recuperável, podem originar impactos materiais na mensuração

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a compreensão e revisão dos procedimentos instituídos pela Santander Totta SGPS no que se refere ao acompanhamento dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão no apuramento do valor recuperável desses investimentos.

Para o investimento mais relevante em 31 de dezembro de 2022, representado pela participação na filial Banco Santander Totta, S.A., os procedimentos desenvolvidos consistiram em: i) rever a documentação associada ao acompanhamento e à avaliação da Sociedade sobre os indícios de imparidade; e ii) avaliar a adequabilidade dos *inputs* e pressupostos do órgão de gestão que serviram de base à previsão de fluxos de caixa esperados do respetivo negócio. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum *input* ou pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos a uma revisão da estimativa dos fluxos de caixa e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras da Sociedade, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

destes investimentos nas demonstrações financeiras da Santander Totta SGPS.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão e da demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

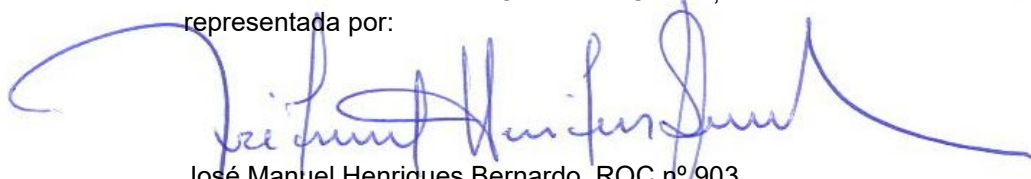
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 21 de dezembro de 2021 para o mandato compreendido entre 2022 e 2024;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade em 16 de março de 2023; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

16 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903
Registado na CMVM com o n.º 20160522

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

Exercício de 2022

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2022, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., (adiante designada por “Sociedade”), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos nos termos do art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

A Assembleia Geral da Santander Totta, SGPS, S.A., realizada em 21 de dezembro de 2021, elegeu os corpos sociais para o triénio 2022-2024, tendo, no que respeita ao Conselho Fiscal, sido recebida em 28 de março de 2022 a comunicação do supervisor sobre a aprovação dos membros eleitos, nos quais se incluíam, como novos membros, os dois vogais, tendo a tomada de posse ocorrido no dia 11 de abril de 2022. Entretanto, o vogal Luís Paulo Glória Picado de Sousa apresentou a renúncia ao cargo com efeitos a 1 de outubro de 2022, tendo sido eleita em sua substituição a vogal Marta Alarcão Troni para completar o mandato, cuja aprovação pelo supervisor ocorreu em 17 de janeiro de 2023.

Este novo membro teve oportunidade de se inteirar do trabalho realizado pelos restantes membros, incluindo o do membro cessante, que se encontra devidamente registado em atas, relatórios e pareceres emitidos e já acompanhou o processo de encerramento das contas do exercício de 2022, pelo que se encontra em condições de subscrever o presente Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, o que vai de encontro, por analogia, com o estabelecido para o órgão de gestão no n.º 4 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal realizou quinze reuniões em 2022 e duas reuniões em 2023 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em regra, com a presença dos representantes do Revisor Oficial de Contas e, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander Totta (adiante designado por “Grupo”), nomeadamente a Controller, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento, o responsável pela Função de Gestão de Riscos e ainda, em duas delas, o Administrador responsável pelo pelouro

financeiro. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve representado na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2021, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e deliberou sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2022 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2022, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões do Conselho de Administração da Sociedade, (ii) a leitura das atas das reuniões deste órgão, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- c) Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna, *compliance* e cyber segurança, assim como ao seguimento interno das recomendações emanadas pelos diversos departamentos de controlo interno, auditores externos e autoridades de supervisão.
- d) Em dezembro de 2022, o Conselho Fiscal emitiu, nos termos do Aviso nº 3/2020, do Banco de Portugal, o Relatório de autoavaliação sobre a cultura organizacional, sistemas de governo e de controlo interno, referente ao Grupo e à filial no estrangeiro, a Totta Ireland PLC, abrangendo o período compreendido entre 1 de dezembro de 2021 e 30 de novembro de 2022.
- e) Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados e fiscalizado o processo de divulgação.

- f) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2022, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da Sociedade e salienta que naquela informação se incluem os principais riscos e incertezas para 2023 decorrentes da guerra em curso na Ucrânia, inflação mais elevada e prossecução de políticas monetárias restritivas pelos bancos centrais.
- g) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário requerido pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- h) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes do processo de revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas individuais, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular a matéria relevante de auditoria como tal identificada no processo de revisão legal das contas da Sociedade e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas individuais, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.
- i) O Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2022 e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 5º do Regulamento nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 e na alínea e) do nº 3 do art.º 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, analisou vinte e três propostas de prestação de serviços adicionais por parte do Revisor Oficial de Contas, sendo um deles destinado simultaneamente à Santander Totta, SGPS, S.A. e à sua subsidiária Banco Santander Totta, S.A., dezassete destinados apenas a esta subsidiária e cinco destinados à sua subsidiária Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e em 2023, até à presente data, analisou mais duas propostas de prestação de serviços adicionais por parte do Revisor Oficial de Contas destinados ao Banco Santander Totta, S.A.. Em todos os casos mencionados foi emitido parecer favorável, após se constatar que tais serviços não seriam proibidos e não colocariam em causa a independência do Revisor Oficial de Contas.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Sociedade, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços da Sociedade.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem a demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados individual, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individuais do exercício findo naquela data e as correspondentes notas anexas às Demonstrações Financeiras individuais, permitem compreender a situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício de 2022, e o modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2022;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 16 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **JOSÉ DUARTE ASSUNÇÃO DIAS**
Num. de Identificação: 00362136
Data: 2023.03.16 15:14:57+00'00'

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

Henrique Salema de Carvalho e Silva (Vogal)

Assinado por: **MARTA SOBREIRA REIS ALARCÃO TRONI**
Num. de Identificação: 09514598
Data: 2023.03.16 15:27:38+00'00'

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni (Vogal)



Assinado por: Henrique Salema de Carvalho e Silva
Identificação: B106031262
Data: 2023-03-16 às 16:41:17

RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

O presente resumo destina-se a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 60.º do Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020 e da Instrução n.º 18/2020, do Banco de Portugal, e do Regulamento n.º 9/2020 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a Santander Totta, SGPS, S.A. (Sociedade ou Grupo) elaborou o Relatório de Autoavaliação sobre a adequação e eficácia da sua cultura organizacional e dos seus sistemas de governo e controlo interno, incluindo as práticas e políticas remuneratórias, para o período de referência de 1 de dezembro de 2021 a 30 de novembro de 2022, assegurando também que fosse elaborado um relatório individual relativo a cada uma das entidades sujeitas a supervisão em base consolidada ou subconsolidada, incluindo todas as filiais relevantes (Banco Santander Totta, S.A. e Totta Ireland, PLC).

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do CSC. São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um Revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b) do CSC. Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos. Existe ainda uma Comissão de Vencimentos designada pela Assembleia Geral.

Em 21 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral da Sociedade aprovou a eleição dos Órgãos Sociais, incluindo os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas e a Comissão de Vencimentos para o triénio 2022/2024. O Secretário da Sociedade foi designado pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2022 e cumpre o mandato relativo ao triénio 2022/2024. A 28 de março de 2022 as entidades de supervisão competentes emitiram a sua não oposição para que os Administradores e os membros do Conselho Fiscal eleitos iniciassem funções. A 26 de agosto de 2022 um dos membros eleitos do Conselho Fiscal apresentou a renúncia ao cargo, com produção de efeitos a 01/10/2022. Em 18 de outubro de 2022, em Assembleia Geral da Sociedade, e tendo em conta a renúncia apresentada, foi deliberado proceder à eleição de um novo membro para integrar o Conselho Fiscal, tendo sido dada posteriormente autorização para o exercício de funções deste membro do órgão de fiscalização por parte das entidades de supervisão competentes.

DS
JAD

DS
HDCES

DS
MT

É da responsabilidade do Conselho de Administração estabelecer e assegurar a manutenção de um sistema de controlo interno adequado e eficaz e que é aplicado de forma consistente em todas as suas filiais e sucursais, estabelecidas em Portugal ou no estrangeiro, sem prejuízo das adaptações impostas pela legislação e regulamentação em vigor no país de acolhimento, com o objetivo de assegurar, com razoabilidade, a condução ordenada e eficiente do negócio do Grupo, nomeadamente a aderência às políticas de gestão, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e a deteção de irregularidades, fraudes e erros, o rigor dos registos e a sua aderência às normas e critérios contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira e prudencial fidedigna.

O Conselho de Administração é igualmente responsável por garantir uma efetiva gestão de riscos associados à atividade do Grupo, assegurando que todas as filiais do Grupo, incluindo as filiais em países terceiros, implementam sistemas de controlo interno coerentes entre si e em conformidade com os requisitos definidos no presente Aviso.

O Conselho de Administração assegura que o sistema de controlo interno estabelecido tem em consideração o princípio da proporcionalidade e o grau de centralização de autoridade e de delegação estabelecido na instituição incluindo as funções de controlo interno com um estatuto, autoridade e independência na estrutura organizacional.

O Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem os normativos aplicáveis nas jurisdições onde o Grupo desenvolve a sua atividade. As práticas remuneratórias da Santander Totta SGPS, S.A., devem estar sempre alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da Sociedade e, em particular, promover as boas práticas. O Grupo assegura, também, que as políticas de retribuição sejam compatíveis com uma gestão adequada e eficaz de riscos e não atribuirá incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a capacidade do Grupo para manter uma base sólida de capital. Todas as filiais da Sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento no Grupo Santander.

Nos Relatórios de Autoavaliação das filiais relevantes (Banco Santander Totta, S.A. e Totta Ireland, PLC) é incluída uma descrição da estratégia de negócio, da estrutura organizativa e das atividades subcontratadas.

DS
JAD

DS
HDCES

DS
MT

No âmbito do processo instituído pelo Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. de monitorização das deficiências de controlo interno e respetiva implementação e das suas medidas corretivas, foram identificadas e descritas no Relatório de Autoavaliação deficiências com impacto no sistema de controlo interno, sendo que, na data de referência daquele Relatório (30 de novembro de 2022), se encontravam em aberto 163 deficiências, as quais se encontram detalhadas nos Relatórios de Autoavaliação Individuais das Entidades que o compõem, nomeadamente o Banco Santander Totta, juntamente com a indicação da sua classificação de acordo com a metodologia aplicada (32 como F1-Reduzida, 104 como F2-Moderada, 27 como F3-Elevada, não tendo sido identificadas deficiências com a classificação de F4-Severa). As respetivas medidas corretivas aprovadas bem como os prazos de implementação definidos, refletem assim, de forma adequada, os processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos. Especificamente para as deficiências com classificação F3-Elevada, estas dispõem de medidas corretivas e prazos de implementação ou entrega de planos, na sua grande maioria (22), previstos para 2023. Quanto às deficiências com prazo de resolução para 2024 (3) e para 2025 (2), esta dilatação temporal decorre da necessidade de implementação de soluções tecnológicas.

O seguimento das deficiências em aberto está assente num processo de monitorização contínuo que é acompanhado pela alta direção e em vários comités, de forma periódica e recorrente, nomeadamente no Comité de Riscos do Conselho de Administração, na Comissão de Auditoria, na Comissão Executiva, no Comité de Controlo de Riscos e no Comité de Controlo Interno e Cumprimento, com periodicidade bimestral, para se garantir a correção tempestiva das situações identificadas de acordo com a política de governo interno do Banco. É também efetuado um seguimento das deficiências e dos respetivos planos de ação pelo Conselho Fiscal, através de apresentações periódicas, efetuadas pelo responsável da Função de Gestão de Riscos (deficiências detetadas pela Auditoria Interna, Controlo Interno, Supervisores e Auditores Externos). Os responsáveis da Função de Cumprimento e da Função de Auditoria Interna efetuam também apresentações periódicas no Conselho Fiscal, relativamente ao seguimento das deficiências. O Conselho de Administração analisou as medidas corretivas indicadas para corrigir as deficiências detetadas e concluiu que a concretização das medidas é adequada à resolução das mesmas.

Não foram identificadas deficiências em aberto na Sociedade Totta Ireland, PLC.

DS
JAD

DS
HDCES

DS
MT

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Santander Totta SGPS S.A. concluíram pela adequada classificação das deficiências identificadas com o nível de “F3 Elevada” (não foram identificadas deficiências com o nível de “F4 Severa”) e que o seu impacto não é passível de prejudicar a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno.

O Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. concluiu que os impactos atuais ou potenciais das deficiências identificadas, tendo em conta o plano de mitigação e as medidas corretivas existentes para cada uma delas, não são passíveis de prejudicar a referida cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno. Concluiu ainda que a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno, incluindo o funcionamento e a independência das funções de controlo, respondem de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho, do Banco de Portugal, em especial no Artigo 57.º, e no Regulamento n.º 9/2020, de 16 de dezembro, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, na alínea b), n.º1, do Artigo 5.º, o Conselho de Administração, relativamente à principal filial do Grupo, o Banco Santander Totta, S.A. emitiu a sua opinião global sobre a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos seus sistemas de governo e de controlo interno, sobre as práticas e políticas remuneratórias implementados e as ações empreendidas para corrigir as deficiências detetadas no período de referência.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal, em especial no Artigo 56.º, e no Regulamento n.º 9/2020, de 16 de dezembro de 2020, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal da Santander Totta SGPS, S.A. emitiu, em 20 de dezembro de 2022, a sua opinião global sobre a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Grupo, a qual, no âmbito das responsabilidades atribuídas a este Órgão, inclui a ponderação realizada por este, à data de referência, designadamente acerca dos impactos atuais ou potenciais das deficiências que se mantenham em aberto.

Por todo o trabalho realizado, com especial atenção aos relatórios das Funções de Gestão de Riscos, Cumprimento e Auditoria interna do Banco, e tendo em consideração que as funções de controlo do Banco atuam em regime de transversalidade junto da Santander Totta SGPS, S.A. e do Totta Ireland, PLC,

DS
JAD

DS
HDCES

DS
MT

é convicção do Conselho Fiscal que o Chief Risk Officer, enquanto responsável pela Função de Gestão de Riscos, o Chief Compliance Officer, enquanto responsável pela Função de Cumprimento e o Chief Audit Executive, enquanto como responsável pela Função de Auditoria Interna, desempenham as suas funções de forma adequada, objetiva e independente relativamente às áreas funcionais sujeitas a avaliação, com total autonomia e liberdade, não existindo qualquer situação ou constrangimento que a comprometa ou possa vir a comprometer, tendo acesso pleno a todas as atividades e a toda a informação necessária ao desempenho das suas competências, dispondo igualmente, através do seu responsável, de acesso direto ao Órgão de Administração, e respetivos comités, incluindo, e sempre que se justifique, ao Órgão de Fiscalização da Sociedade e/ou das filiais.

Tendo em consideração a atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o período de referência, ponderada toda a informação trazida ao seu conhecimento decorrente das atividades de monitorização pelas estruturas próprias do Grupo Santander Portugal e apoiada pelos serviços adicionais solicitados para o efeito ao Revisor Oficial de Contas, este declarou que nada chegou ao seu conhecimento, para além das deficiências detetadas e anteriormente referidas, que indicasse que: os processos de preparação de reportes prudenciais e financeiros, incluindo os efetuados pelo Banco ao abrigo do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, da Comissão, de 16 de abril, não são fiáveis, que os processos de preparação de informação divulgada ao público pelo Banco ao abrigo da legislação e regulamentação aplicável, incluindo a informação financeira e prudencial não são fiáveis e que todos os deveres de divulgação ao público, que resultem de legislação e regulamentação aplicáveis e que respeitem às matérias previstas no Aviso, não tenham sido adequadamente cumpridos no período de referência.

No âmbito da avaliação efetuada pelo Conselho Fiscal é opinião deste órgão, tendo em conta o trabalho realizado e apoiado nos serviços adicionais realizados pelo Revisor Oficial de Contas, que a cultura organizacional do Grupo Santander Portugal, os sistemas de governo e controlo interno, e o funcionamento e a independência das funções de controlo, tendo em conta as deficiências identificadas independentemente da sua classificação, respondem de forma adequada e eficaz em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida pelo Grupo Santander Portugal e cumprindo com os requisitos definidos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020.

DS
JAD

DS
HDCES

DS
MT

É também opinião do Conselho Fiscal que a adoção e aplicação das disposições contidas na política de remunerações garante de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, a coerência entre todas as entidades do Grupo Santander Portugal, cumprindo com os requisitos definidos pelo Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal.

Por último, no que respeita à Totta Ireland PLC, é opinião do Conselho Fiscal que a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno, incluindo o funcionamento e a independência das funções de controlo, respondem de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida.

26 de abril de 2023

O Conselho Fiscal

José Duarte Assunção Dias

(Presidente)

DocuSigned by:
José Assunção Dias
-----3AF8E71ACA3F401-----

Henrique Salema de Carvalho e Silva

(Vogal)

DocuSigned by:
Henrique de Carvalho e Silva
-----3C5A9C52A9CE48F-----

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

(Vogal)

DocuSigned by:
Marta Troni
-----EE026D0914EF4EC-----

